

LILIANA CAMPEÃO DOS SANTOS

**ESTRATÉGIAS PARA O APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO
DO PATRIMÓNIO DE MONTIJO**

(PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, CONSTRUÍDO, INDUSTRIAL E NATURAL)

Volume I

DISSERTAÇÃO FINAL

CURSO DE **MESTRADO EM ESTUDOS DO PATRIMÓNIO**

UNIVERSIDADE ABERTA

Departamento de Ciências Humanas e Sociais

2008

LILIANA CAMPEÃO DOS SANTOS

**ESTRATÉGIAS PARA O APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO
DO PATRIMÓNIO DE MONTIJO**

(PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, CONSTRUÍDO, INDUSTRIAL E NATURAL)

Volume I

Dissertação apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre em Estudos do Património

Orientação de: Professor Doutor João Luís Cardoso

UNIVERSIDADE ABERTA

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

2008

O presente trabalho compõe-se de dois volumes: o primeiro é constituído pelo texto crítico, o segundo é composto pelo apêndice gráfico, documental e fotográfico, no qual se incluem figuras e fichas de inventário. O primeiro volume tem cerca de 242 páginas e o segundo volume possui 228 páginas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar o meu reconhecimento a todas as pessoas e instituições que, de algum modo, me ajudaram durante o Curso de Mestrado e na realização deste trabalho final.

Em especial, cumpre-me agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor João Luís Cardoso pela dedicação, disponibilidade e auxílio demonstrado durante a elaboração da presente tese.

Agradeço à Câmara Municipal de Montijo pelas facilidades que me concedeu durante o Curso de Mestrado. Sou igualmente grata à Dra. Rosa Bela de Azevedo e aos meus colegas do Museu Municipal de Montijo pelo apoio durante a elaboração da investigação.

Ao Dr. Eurico Sepúlveda e Dra. Virgília Costa pela amizade, disponibilidade e saber com que sempre me ajudaram. Que todos os amigos, a quem muito devo, se sintam lembrados no meu obrigada, em especial o José Pedro Cunha, o Dr. Silvério Figueiredo, a Dra. Vanessa Grilo e a Dra. Vanessa Leal.

Agradeço também todo o apoio dado pela minha família.

ÍNDICE

Introdução	8
I. Breve Caracterização do Concelho	10
1. Aspectos Geográficos, Geomorfológicos e Geológicos.....	10
2. Demografia.....	12
3. Divisão Administrativa.....	14
II. O Património de Montijo: O Actual Quadro de Referência	19
1. Breve Evolução do Conceito do Património em Portugal.....	20
2. A Protecção do Património no Concelho de Montijo.....	33
3. Património Arqueológico de Montijo.....	84
3.1. Período Paleolítico.....	94
3.2. Período Neolítico.....	102
3.3. Período Romano.....	103
3.4. Período Medieval Cristão.....	105
3.5. Período Moderno / Contemporâneo.....	106
4. Património Edificado – Religioso e Civil.....	110
4.1. Património Religioso.....	112
4.1.1. Ermida de São Sebastião.....	112
4.1.2. Igreja Matriz do Espírito Santo.....	113
4.1.3. Igreja do Senhor Jesus da Misericórdia de Montijo.....	115
4.1.4. Conjunto Edificado: Quinta do Pátio de Água (Casa e Ermida de Santo António).....	117
4.1.5. Conjunto Edificado: Quinta do Saldanha (Casa e Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos.....	120
4.1.6. Conjunto Religioso Nossa Senhora de Atalaia (Igreja e Cruzeiros).....	123

4.1.7. Conjunto Religioso Ermida de Nossa Senhora da Piedade e Igreja de São Jorge.....	127
4.1.8. Igreja de Nossa Senhora da Oliveira.....	129
4.1.9. Igreja de São Sebastião ou Igreja da Misericórdia de Canha.....	131
4.1.10. Conjunto Edificado de Santo Isidro de Pegões (Igreja, Escolas, Casas dos Técnicos e Adega Cooperativa e Casais Agrícolas).....	131
4.2. Património Civil.....	136
4.2.1. Edifício dos Paços do Concelho.....	136
4.2.2. Edifício da Assembleia e Galeria Municipal.....	137
4.2.3. Casa Mora.....	137
4.2.4. Marco de Légua.....	140
4.2.5. Marco de Légua II.....	140
4.2.6. Praça de Touros Amadeu Augusto dos Santos.....	141
4.2.7. Mercado Municipal.....	141
4.2.8. Cinema-Teatro Joaquim de Almeida.....	141
4.2.9. Marco da Base Aérea n.º 6 de Montijo.....	142
4.2.10. Quinta Nova da Atalaia.....	143
4.2.11. Fontanário de Pegões.....	145
4.2.12. Marco de Légua III.....	145
4.2.13. Moradia Familiar Piteira.....	145
4.2.14. Edifício do Quartel General da G.N.R. de Canha.....	146
5. Património Industrial.....	149
5.1. Património Molinológico.....	152
5.1.1. Moinhos de Maré.....	152
5.1.2. Moinhos de Água de Rodízio.....	157
5.1.3. Moinhos de Vento.....	160
5.2. Salinicultura.....	168
5.3. Fornos de Cal e a Indústria Cerâmica.....	172
6. Património Natural.....	179

III. O Património Cultural Montijense e as suas potencialidades no quadro do desenvolvimento regional.....	183
Conclusão.....	207
Bibliografia.....	210

Introdução

O presente trabalho constitui a dissertação final do Curso de Mestrado em Estudos do Património da Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e Humanas tendo como estudo fundamental o património do Concelho de Montijo. Este Concelho possui um património diversificado sob o ponto de vista arqueológico, histórico, arquitectónico, industrial e natural o qual se encontrava estudado de forma dispersa até ao momento.

O objectivo da presente tese é coligir esta informação e actualizar o conhecimento sobre o património cultural do Concelho de Montijo, para a realização de estratégias com o fim de se obter um desenvolvimento regional e sustentável. Com esta tese pensamos poder contribuir para o conhecimento e evolução desta região, através da gestão do seu património cultural.

A pesquisa realizou-se no Concelho de Montijo e abarcou, sempre que possível, as várias vertentes patrimoniais presentes nas oito freguesias do Concelho, o que significou uma “excursão” que compreendeu desde a cerâmica ao património construído. Em termos cronológicos abrangeu-se a totalidade dos períodos que começa na Pré-história, abarcando os restantes períodos históricos até ao passado recente. A metodologia adoptada passou pela investigação bibliográfica, em bibliotecas e arquivos, a consulta de estudos locais e regionais, a consulta de fontes cartográficas e iconográficas, a recolha de evidências de campo, a prospecção de terreno e a realização de fichas de inventário para o levantamento dos bens patrimoniais.

No capítulo I caracteriza-se o Concelho de Montijo de uma forma breve, sob o ponto de vista geográfico, geomorfológico, geológico, incluindo também um breve estudo demográfico e terminando com uma visão administrativa do mesmo.

Uma vez que os inventários e levantamentos constituem acções prioritárias na salvaguarda do património cultural, o capítulo II tem, como objectivo, dar um quadro de referência do património existente no Concelho de Montijo. Partimos da análise da evolução do conceito de património cultural, tanto a nível nacional, como a nível local e

passa-se para o estudo do património de Montijo onde se inclui o arqueológico, o construído, o industrial e o natural.

Finalmente o Capítulo III esclarece o que se entende por gestão de património cultural e refere contributos e linhas de acção para o desenvolvimento da região de Montijo de forma integrada e sustentável, no que diz respeito a este património¹.

¹ Património arqueológico, construído (religioso e civil), industrial e natural.

I. Breve Caracterização do Concelho

1. Aspectos Geográficos, Geomorfológicos e Geológicos

O Município de Montijo situa-se no extremo norte do distrito de Setúbal, na região centro e faz parte da área Metropolitana de Lisboa, estendendo-se por uma área geográfica de 348,4 km².

A parte Oeste do Concelho situa-se à beira do rio Tejo, sendo parte integrante da chamada Margem Sul do Tejo em frente à cidade de Lisboa, limitada pelos concelhos de Alcochete, Moita e Palmela. O território Oriental faz fronteira administrativa com os concelhos de Benavente, Palmela, Coruche, Montemor-o-Velho e Vendas Novas (Fig.1).

A parte do Concelho junto ao rio Tejo, também designada de zona ribeirinha, caracteriza-se morfologicamente por uma região baixa, plana com cotas que, na sua quase totalidade, vão desde 0 até cerca de 10 metros, no entanto, chega próximo dos 40 metros de altitude, na Atalaia, que é o ponto mais elevado e que foge à característica plana do território por onde se estende.

No território Este verifica-se uma zona plana formada por planaltos, com altitudes máximas entre os 60 e os 70 metros, e constituída por formações sedimentares a qual é atravessada pela Ribeira de Canha, que molda a geomorfologia da zona.

A rede hidrográfica do Concelho é complexa e diversificada. Compõe-se de várias linhas de água principais, das quais se destacam o rio Tejo (Fig.2) enquanto todo o restante sistema hidrográfico se apoia num conjunto de ribeiras: Ribeira de Malpique, Ribeira de Canha, Ribeira de Lavre, Ribeira da Califórnia, Ribeira de Pegões e a Ribeira das Enguias (Fig.3).

A geologia da região de Montijo é caracterizada pela ocorrência de formações sedimentares datadas do Miocénico, do Pliocénico e do Quaternário (FIGUEIREDO, SANTOS, 2006, 13), está marcada pela presença de acidentes tectónicos, em especial a “falha do vale do Tejo”, que condicionou a geologia e a geomorfologia de toda a região

do estuário do Tejo. Esta falha prolonga-se para SSW do Mar da Palha, terminando próximo do Barreiro, transferindo os deslocamentos para um acidente tectónico orientado de NNW para SSE, que passa no sentido Alcochete – Montijo – Pinhal Novo – Setúbal. Este acidente estabelece a fronteira oriental das “deformações alpinas” da cadeia orogénica da Arrábida (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005, 22).

Na parte Oeste do Concelho a geologia é formada, na sua maior parte, por areias de formação Pliocénica de Santa Marta. A formação de Santa Marta é constituída, na base, por aglomerados pouco espessos e descontínuos, seguidos por areias finas e grosseiras (PAIS *et alii*, 2006, 21). Esta formação resultou de um pequeno mar que parece ter coberto a maior parte da península de Setúbal, entre Lisboa e a Arrábida, formando um golfo que avançava desde o Montijo até ao Pinhal Novo (ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1968, 8). Na zona da Caneira, na Lagoa da Pedra e da Lançada existem terraços fluviais do Plistocénico. Na estreita faixa marginal da Base Aérea n.º 6 de Montijo verificam-se terrenos do Holocénico, constituídos por dunas e areias da praia, que assentam sobre depósitos fluviais do Plistocénico. A zona de Montijo situa-se em formações sedimentares de depósitos carregados do Tejo e pelos seus antecessores e respectivos afluentes, durante o período Neogénico.

Na zona de Canha e de Pegões, a geologia é caracterizada também por formações sedimentares miocénicas, pliocénicas, plistocénicas e holocénicas. Do Holocénico existem alguns aluviões modernos, que não ultrapassam, de uma forma geral, uma espessura de 10 metros. Do Plistocénico existem alguns depósitos de terraços fluviais nalgumas zonas junto da Ribeira de Canha, existindo duas grandes manchas na zona do Monte Branco e Courela do Mendes. Estes terraços são formados por grés, argilas e cascalheiras. A restante área de Pegões e Canha é constituída por terraços pliocénicos, da formação de Pegões, constituída por grés argilosos castanhos ou avermelhados e por areias mais ou menos grosseiras (ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969, 14) e pela formação Plio-Miocénica do complexo argilo-grosso de Coruche, constituído por grés e por argilas.

2. Demografia

Em relação à população, e segundo dados recolhidos do Instituto Nacional de Estatística, o Concelho de Montijo apresenta um aumento no número de habitantes durante o século XIX e XX.

Apesar de se ter verificado sempre valores crescentes de 1890 a 2001, presenciou-se, após o aumento máximo na década de 70 do século XX (cerca de 42.180 habitantes), um decréscimo entre 1981 e o ano de 1991 para os 36.849 e 36.038 habitantes, respectivamente.

Apenas em 2001 se retoma uma evolução populacional, sendo visível uma tendência evolutiva no sentido crescente da população. Actualmente, segundo dados do recenseamento de 2001, o Concelho de Montijo possui uma população de 39.168 habitantes, numa área de cerca 348 km².

No que diz respeito à distribuição desta população (Fig.4), verifica-se que, no território Oeste, esta representa cerca de 86% da população total do Concelho, enquanto que, no território Este, estão localizados os restantes 14%.

Os números da distribuição da população, anteriormente referidos, contrastam com a área dos dois núcleos distintos (Fig.5). Na parte Oeste, as freguesias de Montijo, Sarilhos Grandes, Atalaia, Alto Estanqueiro/Jardia e Afonsoeiro representam apenas 17,2 % (56,8 km²) da área total do Concelho o que destoa com a parte Este, onde as freguesias de Canha, Santo Isidro de Pegões e Pegões ocupam cerca de 82,8% (291,6 km²) da área total.

No território Oeste, observa-se de 1991 a 2001 um aumento da densidade populacional, baseado num crescimento generalizado das freguesias que o constituem, com excepção para a freguesia de Afonsoeiro que apresenta uma ligeira diminuição. As freguesias de Alto Estanqueiro/Jardia e Sarilhos Grandes apresentam uma densidade populacional baixa, em comparação com as restantes freguesias do mesmo território, pelo facto destas apresentarem características rurais.

Na região Este, a densidade populacional para os mesmos anos apresenta um decréscimo de 19,6 para 18,7. Parte da população activa localizada nesta área geográfica procura zonas onde a acessibilidade aos grandes centros urbanos estejam favorecidas, afastando-se cada vez mais dos meios rurais. A diferença do crescimento da região Este em relação à Oeste está pautada nesta realidade. A agricultura e a indústria são sectores em regressão. O sector terciário (Fig.6), à semelhança de Lisboa, é cada vez mais o melhor empregador para a população activa, o que faz com que a mesma se desloque para locais com boas acessibilidades².

² No caso da impossibilidade de emprego no sector terciário no Concelho de Montijo, torna-se, desta forma, possível a tentativa de procura de emprego na capital.

3. Divisão Administrativa

A região do Concelho de Montijo apresenta-se, actualmente, separada e conseqüentemente formada por duas partes geográficas distintas, como já tínhamos indicado no capítulo anterior. Uma fica situada a Oeste e é constituída por um conjunto de freguesias: Montijo, onde se localiza a sede do Concelho e as de Sarilhos Grandes, Atalaia, Alto Estanqueiro/Jardia e Afonsoeiro e outra situada a Este, que integra as freguesias de Canha, Santo Isidro de Pegões e Pegões (Fig.7).

Segundo António Pena (2001, 11), esta situação não é a única que existe no País, pois, por exemplo, o Concelho de Vila Real de Santo António apresenta uma realidade parecida com a do Concelho de Montijo, embora este último manifeste diferenças entre os dois territórios que o tornam caso singular e, portanto, pouco comum.

Essa singularidade não se verifica apenas no que diz respeito à separação territorial e às diferenças paisagísticas, mas, também, em relação ao tipo de povoamento, à forma de organização territorial, às influências climáticas, ao tipo de culturas ambientais, à concentração populacional e às actividades sócio-económicas desenvolvidas em ambas as partes. Tal como refere:

“A parte ocidental, na qual se situa a cidade, é ribeirinha confinando com o estuário do Tejo e com os concelhos de Alcochete, Moita e Palmela (...) A parte oriental, de maiores dimensões, faz fronteira com os concelhos de Benavente, Coruche, Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Palmela.”
(PENA, 2001, 11).

Esta zona situada a Ocidente encontra-se localizada, como afirmámos, na Península de Setúbal e integrada na também designada “Borda d’Água” ou “Outra Banda”, enquanto que a parte situada a Oriente se integra já na planura Alentejana.

As razões desta descontinuidade encontram-se nas diferentes alterações histórico-administrativas pelo qual passou o actual Concelho de Montijo, que nem sempre apresentou, ao longo da sua História, a mesma configuração administrativa e a mesma denominação.

Na parte Oeste do actual Concelho de Montijo situava-se, na Idade Média, o antigo Concelho de Aldeia Galega do Ribatejo, o qual recebeu foral a 15 de Setembro de 1514, outorgado por D. Manuel I³.

Antes de receber foral já existiam lugares situados na margem esquerda do estuário do Tejo, pertencentes ao Concelho de Ribatejo, entregues aos cuidados da Ordem de Santiago. No final do século XIII, existia, a leste de Coina, certo número de povoações ribeirinhas, tais como Montigão (1249), Samouco e Lançada (1241), Sarilhos (1304), Aldeia d'Alcouchete (1313), Aldeia Gualega – Herdade de Fernão Galego – 1306, que faziam parte da Paróquia de Nossa Senhora de Sabonha (RAU, 1951, 40).

A 17 de Janeiro de 1515 foi concedido Foral a Aldeia Galega do Ribatejo em conjunto com Alcochete (Fig.8), possivelmente pelo facto de o mesmo, em 1514, ter sido anulado para dar lugar a este, que permitiu a junção destas duas povoações (NABAIS, 1995, 87).

Em 1527, através do levantamento estatístico das vilas e aldeias realizado no reinado de D. João III (Fig.9), verifica-se a existência de várias povoações, Aldeia Galega, Sarilhos, Póvoa, Quintas e Canha (LUCAS, 1992, 27).

Em 1540, D. Jorge, mestre da Ordem de Santiago, concordou com a separação de Aldeia Galega do Ribatejo e de Alcochete, ficando assim acordado que Alcochete administraria Nossa Senhora da Sabonha e Aldeia Galega governaria a ermida da Atalaia. Esta situação só se viria a concretizar em 1559, altura em que se dá a separação efectiva de Aldeia Galega e de Alcochete (LUCAS, 1992, 29).

Em 1552, aparece a referência de que serviam a cidade de Lisboa barcas e batéis das regiões de Póvoa (Montijo), Samouco e Aldeia Galega (LUCAS, 1992, 29). Segundo Isabel Lucas (1992, 31), em 1620 Aldeia Galega possuía 290 fogos com cerca de 2.920 pessoas e Sarilhos tinha 65 fogos com 192 pessoas.

³ Foral actualmente desaparecido.

No mapa militar de 1771, que representa a margem sul do Tejo (Fig.10), aparece uma relação dos fogos das vilas e lugares existentes numa parte do Alentejo, onde se constata os lugares de Aldeia Galega, com 440 fogos, Sarilhos Grandes e Pequenos com 35 fogos⁴.

Até 1833 o Concelho de Aldeia Galega do Ribatejo era constituído apenas por duas freguesias – Aldeia Galega e Sarilhos Grandes – e localizava-se na Comarca de Setúbal e Província da Estremadura.

Com o decreto de 28 de Junho de 1833, a Comarca de Setúbal passou para o Alentejo e Aldeia Galega integrou-se a 18 de Junho de 1835 no distrito de Lisboa, passando a ser concelho de 2.^a ordem, incorporando, a 26 de Setembro de 1895, as freguesias da Moita, Alcochete e Samouco. Situação que se viria a alterar a 13 de Janeiro de 1898, com a separação definitiva de Aldeia Galega com a região da Moita e Alcochete.

A sede de município Aldeia Galega do Ribatejo passa a 6 de Junho de 1930⁵ a designar-se de Montijo – nome dado à ponta do Montijo – topónimo aplicado à povoação hoje desaparecida, a Póvoa do Montijo (ALMEIDA, 2004, 13).

Em 14 de Agosto de 1985⁶, Montijo foi elevado a cidade. No mesmo ano, a 4 de Outubro, foram criadas as freguesias de Alto Estanqueiro/Jardia⁷ e Atalaia⁸. Mais tarde, a 24 de Agosto de 1989⁹, foi criada a última freguesia da parte ocidental, a freguesia do Afonsoeiro.

⁴ Documento avulso consultado na área de reservados da Biblioteca Nacional: Mappa Militar que por Ordem de S. Alteza o Senhor Conde Reinante Shaumbourg Lippe Mar. Gen. I Se tirou de huma parte do Alentejo com a relação das Villas e Lugares que compreende o ditto Mappa [Material cartográfico] / por Guilherme Qua. I Mês.tr Gen.I do Exer.o & C.o 16 M.co 1771, por Elsdén, William, fl. ca 1763-1773; Lippe, Conde de, 1724-1777. Representação de Aldeia Galega, Sarilhos, Setúbal, Moita, Alhos Vedros, Azeitão, Coia, Barreiro, Palmela, Alcochete, Samora, Belmonte e casais vizinhos, Marateca e Águas de Moura, Canha.

⁵ Decreto-Lei n.º 18 434 de 6 de Junho de 1930.

⁶ Lei n.º 32/85 de 14 de Agosto de 1985.

⁷ Lei n.º 82/85 de 4 de Outubro de 1985.

⁸ Lei n.º 134/85 de 4 de Outubro de 1985.

⁹ Lei n.º 39/89 de 24 de Agosto de 1989.

Na parte Este do actual Concelho de Montijo localizam-se as freguesias de Canha, Santo Isidro de Pegões e Pegões. Também nesta região se verificaram, ao longo da História, alterações do ponto de vista administrativo.

Canha recebeu foral em 1235 concedido por D. Paio Peres Correia, Comendador da Ordem de Santiago, recebendo mais tarde, em 1516, foral manuelino¹⁰ (Fig.11).

Até 1833 o Concelho de Canha era constituído apenas por uma única freguesia e estava integrado na Comarca de Setúbal e Província de Estremadura. No mesmo ano¹¹, o Concelho foi transferido para a Província do Alentejo e, mais tarde, em 1835, para o distrito de Lisboa.

A 6 de Novembro de 1836¹², o Concelho de Canha foi extinto e integrado em Montemor-o-Novo, sendo, cerca de um ano e dois meses mais tarde, a 2 de Janeiro de 1838¹³, restabelecido e aumentado com a inclusão das freguesias de Cabrela, Landeira, Lavre e São Lourenço, anteriormente pertencentes ao Concelho de Montemor-o-Novo.

Após ter sido considerado como sede autárquica, volta a 17 de Abril de 1838¹⁴ a ser extinto, desta vez definitivamente, e integrado até aos nossos dias como freguesia, no Concelho de “Aldeia Galega do Ribatejo”, actual Montijo.

Em 1956¹⁵ assiste-se a uma nova redefinição dos limites entre a freguesia de Canha e as freguesias de Coruche e Vendas Novas, com incorporação de algumas herdades pertencentes a Canha na freguesia de Vendas Novas.

Em 14 de Outubro de 1957¹⁶, foi criada a freguesia de Santo Isidro de Pegões (TORRES, 2003, 130)¹⁷, integrando áreas das freguesias de Canha e de Marateca,

¹⁰ Dado em Lisboa 10 de Fevereiro de 1516, *Livro dos Forais Novos do Alentejo*, fl.86, coluna 2. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹¹ Decreto de 28 de Junho de 1833.

¹² Decreto de 6 de Novembro de 1836.

¹³ Lei de 2 de Janeiro de 1838.

¹⁴ Lei de 17 de Abril de 1838.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 40 502 de 23 de Janeiro de 1956.

¹⁶ Decreto-Lei n.º 41 320 de 14 de Outubro de 1957.

¹⁷ “*A Câmara Municipal, a pedido da Junta de Colonização, deu parecer favorável, em 13 de Maio de 1955, para a criação, no concelho, da freguesia de Santo Isidro de Pegões. A decisão obrigou à*

pertencente, esta última, ao Concelho de Palmela. A freguesia de Pegões foi criada a 4 de Outubro de 1985¹⁸, resultante de mais uma divisão territorial / administrativa.

desanexação de territórios na freguesia de Marateca, concelho de Palmela, e na freguesia de Canha, concelho de Montijo. A autarquia é criada em 14 de Outubro de 1957.”

¹⁸ Lei n.º 94/85 de 4 de Outubro de 1985.

II. O Património de Montijo: O Actual Quadro de Referência

“A promoção do recenseamento do património histórico-artístico regional e local constitui uma tarefa primária, mas de tal alcance que exige referência específica. Esse cadastro e o seu aproveitamento adequado vai permitir a identificação de certo tipo de valores culturais e tende a dar consciência à população em geral – e às autarquias, e às colectividades, e às associações de base – da existência desses bens, concelhios ou regionais”

Jorge Henrique Pais da Silva (1984)

Uma vez efectuada, no capítulo anterior, uma curta apresentação do Concelho de Montijo, iniciaremos, o presente capítulo, com uma breve síntese da evolução do conceito de património a nível nacional.

Para compreensão da evolução do conceito de património no Concelho de Montijo, realizámos, posteriormente, um apontamento histórico sobre as diferentes acções patrimoniais efectuadas a nível local. Pretendeu-se, com este estudo, perceber as diferentes transformações e evoluções por que passou o Concelho a nível patrimonial.

Inventariar o património cultural e natural constitui um passo fundamental para se conhecer o que existe, o que se deve preservar, salvaguardar e planear. Apesar de um inventário não ser perfeito e definitivo (BARBOSA, s/d., 28), procederemos ao inventário do património existente no Concelho, tendo presente que se trata de uma acção que deverá ser promovida de forma permanente.

Aspiramos, fundamentalmente, estudar e divulgar o património existente na região de Montijo, tanto o arqueológico, o construído (religioso e civil), o industrial e o natural. Não pretendemos, no entanto, apresentar de modo exaustivo o inventário de todo o património existente no Concelho, mas somente oferecer um conjunto de elementos que constituem sinais importantes da presença antrópica e do povoamento, desde épocas tão remotas, como a paleolítica, até aos nossos dias.

1. Breve Evolução do Conceito de Património em Portugal

No contexto português, aparecem casos pontuais de interesse pela História, ligada a um conceito embrionário de património. Surgem as primeiras colecções particulares de bens móveis, constituídas, essencialmente, por artefactos arqueológicos e artísticos, que reis, nobres e religiosos compuseram, das quais, é exemplo, a colecção de “antiguidades” de D. Afonso (1377-1461), (Fig.12) 1.º Duque de Bragança (RAMOS, 1993, 21).

Segundo Carlos Antero Ferreira (FERREIRA, 1993, 25) remontam à época de D. Manuel os primeiros indícios e reflexos da preocupação régia com os monumentos, documentados na *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Emanuel*, de Damião de Góis (Fig.13).

No Renascimento – período de renovação científica que tem como base a imitação dos modelos da Antiguidade Clássica, Grega e Romana – suscitam-se “gostos” pelo coleccionismo de objectos e monumentos da Antiguidade Clássica.

Surgem, na Europa, novos ideais humanistas que originam a descoberta da estética da Antiguidade e da História Antiga, fazendo com que se desenvolva, gradualmente, o gosto pela preservação de tudo o que glorifique os tempos da Antiguidade, como são os feitos heróicos, a grandeza da pátria e a glória.

A actuação na valorização de bens imóveis e móveis na Europa começa a dar os primeiros passos, tendo como principal foco a Península Itálica, são disso exemplo, algumas medidas legisladoras nesta região, tais como a bula do Papa Martinho V *Etsi in cunctarum orbis*, de 30 de Março de 1425, a bula do Papa Pio II *Cum alman nostram urbem*, de 28 de Abril de 1462 e a bula do Papa Sisto IV *Quum provvida*, de 25 de Abril de 1574, onde “*Diversos Papas publicaram normas de protecção, incluindo disposições para evitar a utilização de partes de monumentos como materiais para a construção nova ou a pilhagem de achados arqueológicos.*” (CORREIA, 2004, 13).

Também Portugal absorve a tendência renascentista e humanista, surgindo, no século XVI, obras com ideais humanistas, que tiveram peso, na solidificação e no enaltecimento dos ideais nacionalistas e de patriotismo, enaltecendo feitos de

personalidades portuguesas (MATOS, 2002, 15), tais como, as contribuições dadas por:

João de Barros (1496-1570), que procurou exaltar a nação portuguesa, os reis e todos os homens importantes, que contribuíram para a grandiosidade da pátria (Fig.14);

Damião de Góis (1502-1574), que conviveu e trocou correspondência com Erasmo, Lutero e outras personalidades da vida política e cultural da Europa do século XVI, humanista por excelência, trouxe consigo ideais de consciência nacional e de patriotismo, também presentes na obra já anteriormente referida, *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Emanuel*. É considerado, actualmente, como um dos maiores humanistas portugueses (Fig.15);

Luís de Camões (1524-1580), (Fig.16) em *Os Lusíadas*, que é por excelência uma epopeia, integradora da matriz do próprio sentimento da identidade nacional, leva este conceito a um expoente imortal (Fig.17);

Na época da Expansão Portuguesa, desenvolve-se a chamada “cultura de viagens”, despertando para o gosto e descoberta do passado. Este interesse manifesta-se através da constituição de colecções, gabinetes e tesouros particulares.

Ainda no século XVI e, no primeiro quartel do XVII, “*André de Resende (1498-1573) e Frei Bernardo de Brito (1569-1617) são escritores que elucidam, claramente, esta preocupação no estudo da História Antiga e na exaltação dos feitos e das glórias nacionais.*” (MATOS, 2002, 18); André de Resende chegou a constituir uma colecção de cipos e lápides com inscrições romanas, árabes e hebraicas, que expôs no jardim de sua casa perto de Évora (RAMOS, 1993, 21).

Este humanista realizou o primeiro estudo dos monumentos epigráficos da época romana em Portugal, contribuindo, também, para a génese de um inventário a nível nacional, apresentado na obra *De Antiquitatibus Lusitaniae*, onde realiza registos de lugares, edifícios, templos e inscrições (FERREIRA, 1993, 15). Segundo José de Encarnação “*forjou*” algumas epígrafes, com a finalidade de enaltecer a bravura e independência dos Lusitanos, que identificava como sendo portugueses (ENCARNAÇÃO, 1991, 219).

Em Portugal, embora a tendência para as antiguidades clássicas estejam exaltadas, desde o século XVI, como afirmámos, é com a primeira metade do século XVIII, que surge a preocupação com outros períodos anteriores à Antiguidade Clássica.

Foi realizada uma comunicação de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, no ano de 1733, intitulada “*Memórias da Academia*”, onde são mencionadas algumas antas existentes em Portugal. Tal como nos refere João Luís Cardoso (2002, 21), “*O interesse de tão frustes monumentos despertaram nos espíritos iluminados setecentistas, e, em especial, nos membros da Academia, motivou a primeira tentativa da sua inventariação a nível nacional: logo em 1734, o padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro apresentou o levantamento de 315 ocorrências*”.

A criação da “Academia Real da História Portuguesa” e o Alvará de Lei, promulgado por D. João V (Fig.18), em 1721, tiveram um peso preponderante, nesta nova visão cultural e actuação política (CARDOSO, 2002, 21). Este alvará, de que falaremos, posteriormente, conferia competências específicas à Academia, para a salvaguarda do património histórico e cultural do país, em estreita coadjuvação com o poder local, como são as câmaras das cidades e vilas do Reino.

Portugal, no século XVIII, começa a absorver tendências culturais então em voga na Europa, dando-se especial destaque a D. João V, que fomenta movimentações científicas entre a Europa e Portugal. A abundância de ouro vindo do Brasil e o comércio de vinho fazem com que Portugal prospere economicamente e culturalmente (MENDES, 2005, 68-69).

Este monarca absorve, na sua política interna, as tendências culturais europeias e desenvolve uma política de defesa do património, relativa à protecção e conservação do património histórico, através da já referida Lei Geral do Património, de 20 de Agosto de 1721¹⁹. Com a promulgação desta Lei, Portugal torna-se um dos países pioneiros europeus a legislar nesta área.

¹⁹ *Alvará em forma de Lei de 20 de Agosto de 1721*. Arquivo Histórico do Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Trata-se de um importante documento, que nos indica que a valorização e o conceito de património, em Portugal, estava já explícita. Este decreto teve, como objectivos, por um lado, o inventário, no sentido de ser elaborada uma lista de monumentos e materiais a salvaguardar e, por outro, a conservação dos bens imóveis e móveis existentes em Portugal.

Neste alvará estão implícitos conceitos inovadores para a época, como a noção de valorização do património móvel e imóvel, o conceito de defesa do património, incluindo, o vestígio e o vandalismo. Também se estabelecem princípios de conservação, quando D. João V delega às câmaras o dever de conservar o património local.

No mesmo ano, inicia-se um inquérito nacional, a cargo da “Academia Real da História Portuguesa” (Fig.19), encaminhado para os provedores de comarca e eclesiásticos, intitulado de *Memórias Paroquiais*, que se viriam a perder, quase na totalidade, com o terramoto de 1755, salvaguardando-se, apenas, alguns registos, por não terem sido enviados para a referida Academia. (MENDES, 2005, 74-75).

Na segunda metade do século XVIII, mais precisamente em 1771, frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (Fig.20), propõe a D. José a criação de uma biblioteca, para recuperar a memória do reino²⁰.

“De facto, Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, ao propor a D. José, cerca de 1771, a criação, no âmbito da Real Mesa Censória, de uma Biblioteca Pública dimensionada à medida das melhores europeias, contava, positivamente, com o vasto núcleo inicial de muitas livrarias dos Colégios da Companhia de Jesus (extinta em 1759), mandadas conduzir a Lisboa para esse fim, com o regozijo de recuperar um amplo território da "memória bibliográfica" do Reino, salvo do Terramoto, que poderia e deveria, pela esclarecida orientação da Mesa Censória, reverter a favor da nova orientação das Reformas de Estudos.” (DOMINGOS, Crónica dos 200 anos, www.bn.pt).

A “Academia Real da História Portuguesa” entrou, a partir de 1736, em lenta

²⁰ Biblioteca Nacional: www.bn.pt em 10 de Maio de 2007.

decadência, até que desapareceu e, em 4 de Fevereiro de 1802, é publicado novo Alvará de Lei, onde se transfere todas as responsabilidades, anteriormente confiadas a este organismo, para a *Real Bibliotheca de Lisboa* (predecessora da actual Biblioteca Nacional).

Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, observa-se uma desamortização dos bens da Igreja para o Estado. O Estado liberal vê-se, assim, na posse de grande número de bens móveis e imóveis de valor histórico e artístico, como foi o espólio das livrarias Conventuais²¹.

Verifica-se que o Estado, apesar de possuir grande número de bens culturais, não define uma política concreta de protecção para o património. No entanto, observamos situações pontuais de salvaguarda dos bens imóveis, como foi a preocupação manifestada a 19 de Fevereiro de 1836, quando o Estado delega à “Academia Real das Ciências de Lisboa” a execução de um inventário de edifícios e bens da nação mais importantes (MENDES, 2005, 78).

A ausência da iniciativa estatal é criticada arduamente pela corrente literária romântica, com especial destaque para Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Ramalho Ortigão.

Alexandre Herculano (Fig.21) não só define vandalismo, como também, denuncia alguns dos atentados aos monumentos portugueses. Em quatro artigos do jornal *O Panorama* revistos, mais tarde, no segundo volume dos *Opúsculos*, publicados entre 1838 e 1839 (Fig.22 e 23), reforça a necessidade de protecção e salvaguarda do património, tentando convencer as entidades competentes a actuar na conservação dos monumentos. O mesmo refere que a nação portuguesa, ao fomentar o turismo cultural, poderá ter vantagens sócio-económicas:

“Vergonha é confessa-lo: - os estrangeiros teem mostrado maior veneração pelas antiguidades do nosso paiz do que os portuguezes! – um estrangeiro salvou o mosteiro de Bemfica a antiga capella de D. João de Castro (...) Mas estes estrangeiros são homens que comprehendem a arte, e a historia, que sentem e entendem. Nós é que perdemos comprehensão, sentimento e intelligencia. (...) É a economia a sciencia do nosso tempo. – Todos fallam em

²¹ Biblioteca Nacional; Breve historial; www.bn.pt em 10 de Maio de 2007.

capitales, em industria, em riquezas sociaes, em valores: mas o que serão os velhos edifícios; que serão essas admiraveis maquinas de mármore e granito? (...) são, portanto, uma riqueza social (...) é um capital produtivo. Calculae quantos viajantes terão atravessado Portugal, durante um século”
(HERCULANO, 1838, 277).

Estes textos de Alexandre Herculano destacam-se pelo apelo que levanta sobre o património. O mesmo sensibiliza a opinião pública nacional para a importância da salvaguarda dos monumentos, defende a criação de uma associação de defesa do património do reino, sugere a redacção de uma lei de monumentos e cria uma “escola” de verdadeiros sucessores do seu trabalho, que mencionaremos posteriormente.

Em 1876 surge o “*decreto-lei de 26 de Maio (...) em que o Estado organiza o serviço de Museus e Monumentos Históricos e Arqueológicos. Da análise ao articulado da Lei de 1876, ressalta o enunciado no artigo 69.º, em que o Estado, de forma clara, assume e subordina as suas responsabilidades na matéria*” (MENDES, 2005, 78-79), referindo que a conservação, a divulgação e o restauro dos monumentos, dizem respeito à direcção geral das bellas artes e monumentos. O mesmo documento, no artigo 67º, segundo Carlos Mendes (2005, 79), apesar de definir o que se entende por monumentos históricos, não regulamenta contra atentados ao património.

Também surgem acções de sociedades eruditas, em prol dos monumentos nacionais, tal como a “Associação de Architectos e Archeologos Portuguezes”. Esta associação aparece no quarto quartel do século XIX, em 1877, tendo como fundador, Possidónio da Silva. A influência da Associação, na defesa dos monumentos nacionais, fez com que adquirisse, mais tarde, o estatuto de Real Associação. Esta “*Associação passa a ter como competência específica, a elaboração da lista dos Monumentos Nacionais...*” (MENDES, 2005,79).

A 30 de Dezembro de 1880, na acta da sessão da assembleia da “Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes”, refere-se a intenção de inventário dos monumentos nacionais. Apresentam, para o efeito, uma listagem dos monumentos existentes em Portugal, distribuindo-os por seis classes. Assim, na *Relação dos Monumentos Nacionaes e padrões historicos e commemorativos de varões illustres*,

apresentada em 1880, representados na primeira classe, estavam “*todos os monumentos históricos e artísticos e todos os edifícios que somente se recomendam pela grandeza da sua construção, ou pela sua magnificência, ou por encerrarem primores de arte*”; na segunda classe “*estavam todos os edifícios importantes para o estudo da historia das artes em Portugal, ou somente históricos, mas não grandiosos, ou simplesmente recommendaveis por qualquer excellência de arte*”; na terceira classe os “*Monumentos de arte militar antiga. Castellos e torres*”; foram classificados como pertencentes à quarta classe os “*Monumentos levantados em lugares publicos pela gratidão nacional em honra de homens que mereceram da pátria*”; na quinta classe estavam “*padrões de mui differentes géneros importantes para a historia e para as artes*”, incluindo padrões, arcos, lugares memoráveis, pelourinhos, cruzeiros, *cippos*, colunas e outras memórias epigráficas; foram incluídos como sexta e última classe os “*monumentos prehistoricos*”, tais como antas, menires e mamoadas (DIÁRIO DO GOVERNO, 19 de Março de 1881, n.º 62).

Tratava-se apenas de uma listagem, onde os investigadores, face à realidade monumental portuguesa, alertavam para a necessidade de um inventário mais aprofundado.

Este trabalho, atravessou todo o XIX e teve a colaboração das diferentes Câmaras Municipais do país, aparecendo, em 1904, fruto de vários levantamentos e questionários “*destinados a obter noticias dos muitos edifícios e objectos com valor archeologico, histórico e artístico que ainda se conservem no paiz*” (VASCONCELOS, 1896, 237-238), a primeira lista de monumentos e, em 1910, a primeira classificação de monumentos (MENDES, 2005,79) publicada, nas vésperas da Revolução da República, pelo Ministério das Obras Públicas, Commércio e Indústria, por decreto de 16 de Junho de 1910, na sequência do trabalho do Concelho dos Monumentos Nacionais sobre o qual nos pronunciaremos posteriormente.

Apesar de acções pontuais efectuadas pelo Estado, a sua actuação na salvaguarda e protecção dos monumentos nacionais continua a não ser eficaz, por isso, à semelhança do já referido Alexandre Herculano, também Almeida Garrett, em 1843, mostrava a sua indignação perante a realidade portuguesa, tendo reclamado a preservação dos monumentos e expressado a sua preocupação face às ameaças de destruição dos

mesmos (MOREIRA, 1989, 99).

Cerca de meio século depois, em 1896, Ramalho Ortigão, na obra *O Culto da Arte em Portugal* (1896, 16-17), refere que cada povo ou nação tem o dever de proteger o seu património (Fig.24). Este autor, consciente do património que o rodeia, denuncia a ausência de actuação estatal atribuindo-lhe a responsabilidade nas ofensas que têm sido feitas ao património nacional.

O mesmo refere que os atentados à nação se desencadeiam pela indiferença dos poderes instituídos e pela actuação incerta na conservação dos monumentos, que, ao invés de os conservarem, os têm destruído, através da implementação de restauros que adulteravam o seu sentido original. Este defensor exímio do património apela para que a sociedade, em geral, seja interveniente directa na preservação dos monumentos, exaltando, desta forma, estímulos vindos de curiosos locais para a protecção e salvaguarda do património:

“Em toda a parte, ainda nos mais abandonados recantos da província, ha sempre, onde existe um monumento, um homem pelo menos que o ama, que o estuda, que o comprehende. É a colaboração preciosa d’esses pobres poetas obscuros, d’esses modestos archeologos ignorados da critica e do publico, que os organisadores das comissões loaes compete acolher e utilizar” (ORTIGÃO, 1896, 161).

A formação de um serviço burocrático de defesa de imóveis de valor histórico e artístico teve um impulsionamento difícil, primeiro, pela Inspeção de Obras Publicas do Ministério do Reino e, posteriormente, em 1852, pelo Ministério das obras públicas. Neste período, procura-se proceder ao levantamento e classificação dos monumentos, ao seu estado de conservação, sem, no entanto, originar resultados práticos na conservação e salvaguarda dos mesmos. Para além da inoperância deste sistema, existia, segundo Maria Baptista Neto, uma disputa acesa entre o então Ministério das Obras Públicas e o Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, este último criado a 7 de Agosto de 1890, ao qual competia o inventário, a guarda e exposição dos monumentos históricos nacionais e superintendência sobre a conservação e restauração. Este organismo, em 1894, vê as suas incumbências serem resgatadas para o Ministério das Obras Públicas (NETO, 1995,174).

Assim, tal como se referiu anteriormente, foi apresentada, em 1904 a primeira lista de monumentos nacionais e a primeira classificação de monumentos foi publicada em 1910. Após esta publicação, começaram a surgir regras de conservação e restauro, cuja teoria vem de encontro à defendida por “Emanuel Viollet-le-Duc” (Fig.25), que tinha, como principal fundamento, restituir aos edifícios a sua traça original, ideologia seguida pela Direcção Geral dos Monumentos Nacionais (MENDES, 2005, 79).

Com a implantação da República opera-se uma reorganização dos “serviços artísticos”, através do Decreto-Lei de 26 de Maio de 1911 (DIÁRIO DO GOVERNO, II Série, n.º122, fl.2130) criando-se os Conselhos de Arte e Arqueologia, que vieram possibilitar a intervenção do estado em domínio privado (MENDES, 2005, 80). O trabalho da primeira República passou pela acção educativa na elucidação de conceitos históricos, constantes na circular n.º4 de 28 de Maio de 1915²²:

“Circular n.º4 –Ex^{mo} Sr. – Encarrega-me S. Ex.^a o Ministro de solicitar de V. Ex.^a o melhor empenho em despertar e manter o espírito dos alunos dêsse estabelecimento de educação o respeito por todos os monumentos, e pela própria paisagem nacional, como sendo uns e outro, por assim dizer, a história e a alma da terra Portuguesa, devendo até, por isso, V. Ex.^a procurar dar aos alunos o conhecimento conveniente da origem e valor histórico de tais monumentos, de maneira a firmar nos educandos o carácter cívico e patriótico, ao mesmo tempo que se lhes desenvolve o gosto e amor pela arte” (DIÁRIO DO GOVERNO, II Série, n.º 122,1572-1573).

Assiste-se ao triunfo das pastas das Obras Públicas sobre o Ministério da Instrução de Belas Artes, na disputa sobre a salvaguarda dos monumentos. Com o Decreto-Lei 16.791 de 30 de Abril de 1929, cria-se a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (de ora em diante DGEMN). Este organismo, criado pelo Estado Novo, apoiado e divulgado pelo Secretariado da Propaganda Nacional (Fig.26), promove o restauro de alguns elementos patrimoniais importantes, conferindo, nas suas acções, a promoção do património como propaganda ideológica, começando também a surgir edifícios com características deste período histórico (NETO, 1995, 175).

²² Circular n.º 4 expedida pela Secretaria-Geral do Ministério sobre a Educação Cívica.

A actuação da DGEMN regia-se, nas duas primeiras décadas de existência, por uma valoração das obras e edifícios com elementos originais, eliminando, para o efeito, todos os acrescentos realizados aos mesmos. Tratava-se de uma corrente técnico-ideológica que só se viria a alterar a partir da década 60 do século XX.

Nessa altura, assiste-se a uma evolução dos conceitos patrimoniais, em parte, devido aos eventos internacionais, com vista à protecção e salvaguarda do património, concretizados, através das várias cartas²³, recomendações²⁴ e convenções²⁵, por outro, no território nacional, começa-se a observar, depois do 25 de Abril de 1974, o envolvimento da sociedade civil no património, com o surgimento de associações de defesa desta natureza.

As normas internacionais de protecção do património cultural influenciaram a Lei de Bases do Património Cultural n.º 13/1985 de 6 de Julho sendo, mais tarde, revogada pela nova lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro.

Como observamos, nem sempre foi indubitável a noção ampla de património. O conceito, tal como é hoje conhecido, evoluiu ao longo dos tempos. Verificámos que *“...o século XVIII trouxe um novo sentido da História que levou ao interesse*

²³ Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos, assinada em Atenas, 21 a 30 de Outubro de 1931; Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno, CIAM, Atenas, 2 a 9 de Agosto de 1933; Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, Icomos, Veneza, 25 a 31 de Maio de 1964; Carta Europeia do Património Architectónico, Conselho da Europa, Estrasburgo, 26 de Setembro de 1975; Carta sobre o Turismo Cultural, ICOMOS, Bruxelas, 8 e 9 de Novembro de 1979; Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos, ICOMOS, Florença, 21 de Maio de 1981; Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, ICOMOS, Lausanne (Suíça), 6 a 11 de Outubro de 1990.

²⁴ Recomendação sobre a Salvaguardados Conjuntos Históricos e da sua função na vida Contemporânea, UNESCO, Nairobi (Quénia), 26 de Novembro de 1974; Recomendação sobre os Princípios Internacionais Aplicáveis a Escavações Arqueológicas, UNESCO, Nova Deli (Índia), 5 de Dezembro de 1956.

²⁵ Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adoptada na Haia em 14 de Maio de 1954; Convenção Relativa às medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da propriedade de Bens Culturais, adoptada em Paris a 14 de Novembro de 1970; Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, concluída em Paris a 16 de Novembro de 1972; Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático, aprovada em Paris em 2001; Convenção para a Protecção do Património Cultural Imaterial desenvolvida entre 29 de Setembro e 17 de Outubro em Paris; Convenção do UNIDROIT sobre os Bens Culturais Roubados ou Ilícitamente Exportados, aprovada em Roma em 1995; Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, assinada em Londres a 6 de Maio de 1969, e revista mais tarde em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992; Convenção para a Salvaguarda do Património Architectónico da Europa, assinada em Granada a 3 de Outubro de 1985; Convenção Europeia sobre Infracções relativas a Bens Culturais, assinada em Delfos a 23 de Junho de 1985; Convenção Europeia da Paisagem, assinada em Florença a 20 de Outubro de 2000; Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, assinada em Montego Bay, em 10 de Dezembro de 1982.

«científico» pelo passado e aos testemunhos artísticos coevos, a centúria seguinte consagrou os monumentos nacionais como afirmação de valores da modernidade entre a afirmação do indivíduo e o nacionalismo, na nova ordem social e política.” (NETO, 2004, 30).

Só a partir da segunda metade do século XX assistiu-se ao alargamento do conceito património, que deixou de estar ligado a um monumento e aumentou o seu objecto de estudo para o património material e imaterial, tangível e intangível.

Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* “património” provém do latim *patrimonium* e adquire, actualmente, vários significados. Este poderá traduzir herança de família – conjunto de bens familiares; poderá indicar, em sentido figurado, grande abundância, riqueza, profusão; ou ainda, designar bem ou conjunto de bens naturais e culturais de importância reconhecida num determinado espaço, lugar, numa região ou país e que, por isso, passa por um processo de defesa, protecção e preservação (AAVV, 2003, 2786).

De acordo com Dominique Audrerie o património foi tendo, ao longo dos tempos, uma definição sacralizada em torno da família e evolui para uma espécie de património social, de fruição partilhada, tornando-se assim um bem comum a um grupo, a uma nação, sendo, por isso, aglutinador de identidade. A palavra “património” começou por ter uma acepção mais no âmbito individual e de herança de família, para depois evoluir para uma noção ampla estendendo-se para o foro colectivo (AUDRERIE, 2003, 11-25).

A evolução do conceito dá-se a nível tipológico, cronológico e geográfico, em parte pela “mundialização”, “democratização” e “globalização” do conceito. A evolução tipológica culmina, nos dias de hoje, em considerar património, não apenas o construído, mas também, outros, tais como: o património móvel, imaterial e natural.

A noção de património tinha como ideia de base a ligação directa ao monumento, tendo evoluído, aos poucos, para outros conceitos patrimoniais mais diversificados, como são: os conjuntos edificados, tecidos urbanos, o meio ambiente natural e cultural, as noções de paisagem, sítios naturais, noções de biodiversidade, de acervos culturais, de práticas culturais e tradicionais.

A classificação do património não está dependente do tempo, mas sim do significado e da conotação, do espaço e da cultura em que se insere o bem a classificar. Tal como nos refere Françoise Choay o “...*Poder mágico da noção de Património transcende as barreiras do tempo e do gosto.*” (CHOAY, 2000, 87).

Verificamos, também, uma evolução a nível geográfico, porque é um conceito que se desenvolve na Europa e, gradualmente, se prolonga pelo espaço universal. Este conceito, para além de abranger, no tempo dos “gabinetes de curiosidades”, os bens patrimoniais “Clássicos”, existentes no território europeu, encerra, actualmente, todos os bens mundiais.

O desenvolvimento da noção de património e o aprofundamento dessa noção levaram, ao longo dos tempos, a um incessante apelo para a sua protecção e valorização pelas diversas entidades, pois este pode constituir um factor de integração social, “...*il n’est pas aberrant de penser que le patrimoine peut être facteur puissant d’intégration sociale...*” (AUDRERIE, 2003, 25); as entidades, ao promoverem o seu conhecimento e envolvendo a comunidade, podem valorizar o património e conservar a sua identidade.

A definição actual de património cultural encontra-se patente na presente Lei – Base do Património n.º 107/2001, que define o mesmo como:

“...todos os bens que sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização. (...) A Língua Portuguesa (...) o interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade (...) integram (...) o património cultural aqueles bens imateriais que constituem parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.”.

Património cultural é, portanto, um conjunto de bens materiais e imateriais transmitidos pelos nossos antepassados, que possuem um valor identitário e, por essa razão,

constituem uma herança colectiva e cultural.

Toda esta herança patrimonial, ao ser preservada, identifica o indivíduo com o mundo e com a cultura em que está inserido “...*património es un activo valioso que transcurre del pasado al futuro relacionando a las distintas generaciones...*” (BALLART, TRESSERRAS, 2004, 12). É um legado que se recebe do passado, que se vive no presente e que transmitir-se-á às gerações futuras.

Pela amplitude da noção de património era-nos impossível neste estudo abranger todos os conceitos existentes. No próximo ponto, historiamos algumas das acções locais, com vista à protecção do património de Montijo e, posteriormente, reconhecendo as limitações pessoais, o tempo útil para a elaboração da presente investigação e da amplitude das matérias aqui tratadas, focalizámos o nosso estudo, em quatro temas, o património arqueológico, o património construído (religioso e civil), o património industrial e o património natural, motivados pelo carinho e afecto sentido pelo Concelho e pela necessidade de, modestamente, vir a contribuir para o conhecimento do seu património.

2. A Protecção do Património no Concelho de Montijo

Após a síntese da evolução do património, em Portugal, tentaremos observar, neste ponto, a protecção do património no Concelho de Montijo, incluindo uma retrospectiva histórica das várias acções patrimoniais, que ajudaram na definição de património a nível local.

Desde a Idade Média que, em Aldeia Galega, actual Montijo, se observava a preocupação com o registo de bens patrimoniais, existentes no Concelho. Estes tombos eram realizados a pedido do poder régio, do poder religioso e, mais tarde, por parte do município de Aldeia Galega. Em Janeiro de 1498, segundo José Estevão (1956, 35) “*D. Manuel mandou fazer o tombo das propriedades, rendas, capelas, albergarias e gafarias dos concelhos (...) O censo começou por Aldeia Galega.*”.

Efectuaram-se outros tombos e inventários na região de Aldeia Galega, como é o caso do inventário realizado entre 1871 e 1872, onde se atesta uma relação dos bens existentes no Concelho. Neste documento verificam-se descrições de alguns dos edifícios mais emblemáticos do Município, tal como o edifício antigo dos Paços do Concelho, actual Galeria Municipal (Fig.27):

“Edifício dos Paços do Concelho onde se acha estabelecido no pavimento superior o Tribunal Judicial contendo o Salão das Audiências – Gabinete do Júri – salão para as testemunhas e dois quartos, tudo do lado esquerdo o do direito a Sala em que a Camara celebra suas Sessões – Secretaria da mesma – arquivo e outro quarto com corredor ao centro; havendo no topo da escada uma sala d’espera; e no pavimento inferior do lado esquerdo o Lugar a que chamam o Paço onde se vende o peixe frutas e demais géneros, que de fora vem vender-se, o direito a açougue, havendo no reverso uma casa para depósitos judiciais de moveis e outros objectos, sendo as paredes d’alvenaria revestidas de cantaria, as madeiras de casquinha e pinho em pessimo estado, carecendo todo o edifício de grandes reparos; confronta este edifício do Norte com a Rua Direita para onde tem os numeros cento e vinte e um a cento vinte e cinco do Nascente com casa dos herdeiros de Camillo Mathias – do Sul com casas e quintal de João Quaresma e do Poente com ditto e ditto de Dama Maria Jose Pereira Duarte avaliado

*pelos respectivos Peritos em (900\$000) nove centos mil reis.*²⁶

Estes tombos tinham como objectivo o “*Inventário de todos os Bens próprios, urbanos, e rústicos, e domínios directos pertencentes*”²⁷ ao município de Aldeia Galega do Ribatejo.

Esta prevenção não estava anteriormente relacionada com a noção ampla de património, tal como é hoje conhecida, mas sim, com a meditada preocupação em efectuar tombos de bens pertencentes à Igreja, ao reino ou a particulares, de forma a quantificá-los.

Pelo seu carácter descritivo, estes documentos constituem importantes fontes, pois fornecem-nos elementos que nos ajudam a perceber as alterações que os edifícios sofreram, ao longo dos tempos. Muito do património, referido nestes documentos, está hoje, infelizmente destruído.

São variadas as causas de destruição do património em Montijo, à semelhança do que ocorreu a nível nacional, observaram-se “agentes naturais” e “agentes humanos” (SILVA, 1984)²⁸, que influenciaram a permanência, alteração ou destruição do património local.

Os agentes naturais manifestaram-se através de algumas catástrofes que assolaram a actual região de Montijo, tal como foi o terramoto de 1755, sentido a nível nacional, e o ciclone de 15 de Fevereiro de 1941 (Fig.28), sentido a nível local.

O terramoto de 1755, em Aldeia Galega e em Canha, não foi sentido da mesma forma como nos territórios vizinhos, onde se verificaram perdas materiais e humanas. Observaram-se, nestas duas localidades, apenas estragos materiais em alguns dos

²⁶ *Descrição Geral do Bens Próprios do Município de Aldeagallega do Ribatejo 1871 – 1872*, Livro 4, fl.4. Fundo da Administração do Concelho. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

²⁷ *Descrição Geral do Bens Próprios do Município de Aldeagallega do Ribatejo 1871 – 1872*, Livro 4. Fundo da Administração do Concelho. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

²⁸ Henrique Pais da Silva como historiador, professor e, essencialmente, como cidadão apresenta quatro questões que reflectem sobre a problemática da definição, protecção, conservação e divulgação de património histórico – artístico. Este autor, refere dois tipos de agentes de destruição e degradação do património: *Agentes Naturais* (causas naturais incontornáveis) e *Agentes Humanos* (fruto da ignorância, desleixo, descoordenação, conveniência e interesses vários). Informa que para o combate eficaz destes agentes, é necessária e indispensável a mobilização da população para a salvaguarda do património.

monumentos existentes:

“As villas da Marinha fronteiras a Lx.^a como são Lavradio, Barreyros, Seixal. Coyna, Alhos vedros, Cacilhas, e Almada padecerão igual infelicidade morrendo muitas pessoas não só debaixo dos edifícios mas também afogadas no mar, que por ellas entrou de improviso. Só a Villa de Aldea gallega, ainda que padeceo alguma ruína esta he reparavel.” (SOUSA, 1928, 813)²⁹.

“A terra não padeceo ruína alguma pello terremoto só a Igreja he que ficou com bastante ruína e ainda se acha da mesma sorte.” (SOUSA, 1928, 483)³⁰.

Isabel Lucas (1992, 35) afirma que, em 1755, *“devido ao terramoto as águas do Tejo invadiram as ruas de Aldeia Galega e alguns moradores refugiaram-se na Atalaia”*. Assim observam-se estragos em diversos edifícios, incluindo a Ermida de Santo António, que chegou mesmo a ruir. O que nos parece ser possível, pelo testemunho ainda hoje existente, na lápide embutida na parede esquerda (Fig.29), localizada à entrada da referida ermida, cuja leitura é:

“ (...) SEU SUCESSOR ESTA IGREJA SE ARRUINOU, E CAHIO: E NO ANNO DE 1(7)89 / A MANDOU REEDIFICAR, SEU 6TO NETO, SIMÃO NETO PEREIRA PATO DE / NOVAIS PIMENTEL, CAVALEIRO PROFESSO NA ORDEM DE CHRISTO”

Por sua vez, o ciclone de 1941 foi uma das catástrofes mais sentidas nesta região, tendo o vento chegado a atingir os 127 quilómetros por hora (Fig.35). Tal como menciona a notícia publicada na Gazeta do Sul, de 1942:

“A nossa terra foi uma das que mais sofreu com o ciclone dêsse dia memorável, e por muito tempo perdurará na memória dos montijenses êsse espectáculo de dôr e devastação. Fábricas inteiramente destruídas, casas abatidas, lares desfeitos, barcos despedaçados (...) Mas, assim como a nossa terra foi uma das mais atingidas pela enormidade do cataclismo, reduzindo bairros a montões de ruínas e invadindo ruas inteiras para submergir os parques bens dos humildes (...)” (GAZETA DO SUL, 1942, 5).

²⁹ O autor baseou-se no relato efectuado por Padre Manoel Portal, *História da Ruína*, fl. 126.

³⁰ O autor refere-se à Memória Paroquial da Vila de Canha, tom. IX, fl. 725.

Muitos dos edifícios monumentais existentes no Concelho foram fortemente abalados por esta catástrofe natural. A Quinta do Pátio de Água, onde anteriormente funcionava o asilo de São José, a Misericórdia, os moinhos de maré, as embarcações tradicionais e algumas das fábricas e edifícios localizados junto ao rio foram dos bens patrimoniais mais afectados.

Para além das causas naturais, também as causas humanas têm influenciado na permanência ou não de alguns elementos patrimoniais no Concelho. Muito do património imaterial e material existente no Concelho de Montijo tem-se perdido devido à falta de sensibilidade para a causa patrimonial. Alguns dos edifícios foram adaptados, outros destruídos, sem que se tenha realizado uma planificação assertiva, do que deve ou não permanecer.

No caso do património imóvel verifica-se uma sucessiva adaptação dos edifícios a diferentes funções, como é o caso do actual edifício onde se encontra estabelecida a Policia de Segurança Pública, situado na Rua Joaquim de Almeida, que pertencia anteriormente ao extinto Convento de Nossa Senhora da Graça dos Agostinhos Calçados (Fig.30). A Quinta da Graça do Frades Agostinhos – Ermida de Nossa Senhora da Graça, era anteriormente constituída por uma casa, uma capela, a adega, a horta com um poço, uma nora, um tanque cercada por um muro, havendo uma extensão de vinhas que deviam atingir o rio (DIÁRIO DO GOVERNO, 15 de Junho de 1837, I Série, 712). As janelas do piso superior eram de guilhotina e as do piso térreo eram mais pequenas e gradeadas. Adossado à fachada poente, existia um muro e um portão de acesso ao recinto da quinta. No antigo edifício da antiga residência da quinta funcionou, antes de 1802, o Hospício dos Padres Gracianos de Lisboa e passou a servir de aquartelamento dos destacamentos da Infantaria e Cavalaria e, mais tarde, de escola primária. Hoje não restam vestígios da arquitectura religiosa, apenas permanece a arquitectura civil muito alterada (Fig.31).

Embora este edifício tivesse perdido as suas características originais, devido às diferentes adaptações a que foi sujeito, o facto de atribuírem a este bem imóvel diferentes funções, fez com que o mesmo perdurasse até aos nossos dias.

Já não se pode dizer o mesmo, por exemplo, do Convento de Nossa Senhora da Conceição (Fig.32), localizado anteriormente na Avenida António José de Almeida, actual Avenida dos Pescadores, que, aquando das obras de reestruturação da avenida e abertura à Avenida Luís de Camões, foi demolido, na primeira metade do século XX.

Também as alterações políticas e de poder influenciam a permanência do património. Durante o período das Invasões Francesas, parte dos bens móveis existentes nas igrejas do Concelho, constituídos essencialmente por objectos de arte sacra, em ouro e em prata, foram registados e posteriormente fundidos na Casa da Moeda³¹.

“Na sequência do Decreto da Sua Magestade em data do 23 de Dezembro de 1807 (...) decretamos o seguinte (...) IV. Todo o ouro e prata de todas as Igrejas, Capellas e Confrarias da cidade de Lisboa, e seu termo, serão conduzidos à Casa da Moeda, e recebidos pelo thesoureiro della, debaixo da inspecção e ordens do Provedor da mesma casa...” (GAZETA DE LISBOA, 9 de Fevereiro de 1808, n.º6).

Essa situação viria a ocorrer na Igreja do Espírito Santo³², na Igreja da Misericórdia³³ e na Igreja da Atalaia:

“Recebeu o dito Tesoureiro Joaquim José Machado de José Maria de Lacerda Castelbranco, administrador daquela capela de Nossa Senhora d’ Atalaya sita no termo da Vila de Aldeia Galega noventa e sete marcos e três onças de prata em várias peças pertencentes à dita Capela que lhe entregou na dita conformidade dos Artigos 4º e 5º do Decreto do Livro de Fevereiro do corrente ano.”³⁴.

Ao longo da História do Concelho foram-se construindo conceitos para o

³¹ Tal como menciona o Decreto de 23 de Dezembro de 1807, no seu quarto e quinto artigos, no qual se ordena que todo o ouro e prata das Igrejas, capelas e confrarias existentes no reino sejam encaminhados para a Casa da Moeda, de forma a serem fundidos e transformados em moeda.

³² *Livro de Conferências de Entradas e Saídas das Pratas das Igrejas Capelas e Confrarias do Reino do Ano de 1808*, “Freguesias do Termo desta Cidade, e de Além do Tejo”, Matriz de Aldeia Galega, entrada n.º 191, Arquivo Imprensa Nacional Casa da Moeda.

³³ *Livro de Conferências de Entradas e Saídas das Pratas das Igrejas e Capelas e Confrarias do Reino do Ano de 1808*, “Misericórdias desta Cidade e fim Termo, e Além do Tejo”, Dita de Aldeia Galega, entrada n.º 193, Arquivo Imprensa Nacional Casa da Moeda.

³⁴ *Livro de Conferências de Entradas e Saídas das Pratas das Igrejas Capelas e Confrarias do Reino do Ano de 1808*, “Algumas Igrejas e Ermidas Avulsas”, de Nossa Senhora e Atalaia pró de Aldeia Galega, entrada n.º 186, Arquivo Imprensa Nacional Casa da Moeda.

reconhecimento, salvaguarda, protecção e defesa do património local, mas foi principalmente no final do século XX que o conceito de património se amplifica e amadurece.

No início do século XX, a Câmara Municipal de Montijo não dispunha de serviços culturais como hoje se conhecem, à semelhança do que acontecia com outras câmaras do país. A estrutura de serviços, de uma maneira geral, assentava em pilares definidos pelo código administrativo de 1936-1940³⁵.

Apesar da inexistência destes serviços, o Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1936 (DIÁRIO DO GOVERNO, I Série, n.º 306, 1777-1873) atribuía às câmaras do país, na secção II, no artigo 48.º, as competências para deliberar:

“4.º Sobre a criação e conservação de bibliotecas populares, arquivos e museus municipais; 5.º Sobre a publicação de documentos inéditos, que interessem à história do município, e de anais ou boletins destinados à divulgação, entre os munícipes, dos factos notáveis da vida passada e presente do concelho; 9.º Sobre a erecção e conservação de monumentos destinados ao embelezamento das povoações e à consagração de varões ilustres ou de acontecimentos memoráveis do concelho.” (DIÁRIO DO GOVÊRNO, 31 de Dezembro de 1936, I Série, n.º306, 1781).

Outra parte legislada dizia respeito à classificação dos municípios de 3.ª ordem de importância administrativa.

Os municípios de 1.ª ordem detinham os serviços municipais de finanças, polícia, serviços municipalizados e fomento; obras municipais, urbanização e turismo; saúde pública, assistência e cultura.

Os municípios de 2.ª ordem compreendiam os serviços municipais, finanças e polícia; serviços municipalizados e fomento; obras municipais, urbanização, cultura e turismo; saúde pública e assistência.

³⁵ O texto revisto do Código Administrativo de 1936 foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31.095, de 31 de Dezembro de 1940, dando origem ao Código Administrativo de 1940, o qual, por manter a mesma lógica normativa é em geral referido como nova versão do anterior ou então, simplesmente por Código Administrativo de 1936-1940.

Os municípios de 3.^a ordem possuíam três pelouros, serviços municipais, finanças, polícia e municipalizados; obras municipais, urbanização e fomento; saúde pública, cultura e assistência.

O Concelho de Montijo, nesta altura, encontrava-se inserido no quadro de municípios de 3.^a ordem e não dispunha de serviços culturais tal como hoje existem. Os serviços culturais estavam integrados e relacionados com as questões de saúde pública. Subsistiam, assim, os serviços administrativos, operadores de pesos e medidas, polícia municipal, serviços municipalizados, que cuidavam da água, dos lixos e dos mercados. Neste panorama, que hoje se afirma tão remoto, as questões culturais dos municípios estavam confiadas a outros organismos, quando estes existiam.

Apesar da ausência de serviços na área cultural e patrimonial, o código administrativo, referido anteriormente, previa a constituição de “Comissões Municipais de Arte e Arqueologia” dentro dos órgãos municipais, embora a sua constituição fosse obrigatória apenas para os concelhos urbanos. Esta situação fez com que, só mais tarde, é que se constituíssem as “Comissões Municipais de Arte e Arqueologia” em municípios não urbanos.

“ Art. 97.º Nos concelhos em que existam monumentos naturais, artísticos, históricos ou arqueológicos a conservar, defender ou valorizar, funcionará uma comissão municipal de arte e arqueologia, composta por um vereador designado pelo presidente da câmara, que será o presidente, pelo director do museu da sede de concelho, onde o houver, por um professor oficial de ensino primário ou liceal nomeado pelo Ministério da Educação Nacional, por um representante das associações culturais ou grupos de amigos dos monumentos ou museus do concelho e pelos párocos ou sacerdotes encarregados do culto em monumentos religiosos de valor reconhecido.”
(DIÁRIO DO GOVERNO, 31 de Dezembro de 1936, I Série, n.º306, 1787-1788).

No Montijo, só a 1 de Novembro de 1946, é que se deu a elevação do Concelho a 2.^a ordem e a 23 de Novembro de 1953 a Câmara passou a ser de 1.^a ordem, rural. Só em 1954 é que emergiu, dentro dos órgãos municipais, uma “Comissão Municipal de Arte e Arqueologia” proposta pelo Governo Civil de Setúbal, através de ofício enviado para a

Câmara Municipal³⁶.

Em 1955³⁷, a Câmara Municipal de Montijo atendeu ao pedido do poder distrital e constituiu a Comissão (Fig.33), referida anteriormente, de acordo com o art. 97 do código administrativo de 1936, mencionado anteriormente e art.113 do código administrativo de 31 de Dezembro de 1940 (DIÁRIO DO GOVERNO, I Série, n.º 303, 1653-1654).

À semelhança do que acontecia a nível nacional, foram nomeados um vereador, um professor e um sacerdote para a constituição da referida Comissão. Como presidente foi designado o vereador José Augusto da Cunha e como vogais o professor senhor João Eloi do Amaral, mencionado pelo Ministério da Educação Nacional e o reverendo padre Manuel Gonçalves dos Santos, indicado pelo Patriarcado de Lisboa. Competia a esta Comissão, segundo o Art.º 98, do código administrativo de 1936:

“1.º Dar parecer sôbre a parte do plano de urbanização e expansão relativa à conservação e valorização dos monumentos artísticos, históricos, naturais e arqueológicos; 2.º Dar parecer sôbre quaisquer projectos de construção, reintegração ou valorização de monumentos, a respeito dos quais seja consultada pela câmara ou pelo seu presidente; 3.º Sugerir às câmaras tudo o que entender conveniente ao embelezamento das povoações, à preservação, defesa e aproveitamento dos monumentos e da paisagem, e ao desenvolvimento do turismo; 4.º Colaborar com os órgãos da administração central na defesa dos interesses artísticos, progresso da cultura e educação do gôsto popular, exercendo as atribuições que a lei lhe conferir.” (DIÁRIO DO GOVÊRNO, 31 de Dezembro de 1936, I Série, n.º 306, 1787).

Apesar das competências atribuídas a esta Comissão, a mesma não teve, ao longo da sua existência, resultados práticos na actuação de defesa patrimonial, prova disso é a ausência de manifestações contra algumas intenções de demolição que se fizeram sentir ao longo do século XX, como foi, por exemplo, os sucessivos desejos de demolição do coreto, existente na Praça Gomes Freire de Andrade. Após ter sido protelado a sua

³⁶ *Acta de Reunião Ordinária de 26 de Junho de 1954, fl.105, Livro 50.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

³⁷ *Acta da Reunião Ordinária de 15 de Março de 1955, fl. 164, Livro 51.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

destruição³⁸, devido à sua utilização, nas Festas Populares de São Pedro³⁹, foi dada ordem para demolição em Julho de 1955⁴⁰. Finalmente acabou por ser desmanchado e recolocado na localidade de Sarilhos Grandes, onde permanece até à actualidade.

Em Portugal, os primeiros serviços culturais, com excepção para as câmaras de Lisboa e Porto, surgiram na década de 70 do século XX, na sequência dos novos corpos administrativos provenientes das primeiras eleições para as autarquias, realizadas em Dezembro de 1976.

Foi, sobretudo, na região da Grande Lisboa que foram trilhados os primeiros departamentos da cultura, ligados à acção social, ao desporto, à juventude, ao associativismo, ao turismo e à educação. O processo de inserção da cultura e dentro desta, do património cultural e dos museus, nos órgãos municipais, é um processo que se tem estendido até aos nossos dias.

A actuação do poder local em Montijo, na área cultural, à semelhança do que acontecia no restante território português, começa a dar os primeiros passos durante esse período.

A 11 de Fevereiro de 1979 realizou-se uma reunião entre o executivo municipal e as associações culturais e desportivas de todo o Concelho, onde foi apresentado o programa de actividades culturais⁴¹ proposto para esse ano. As colectividades e

³⁸ “*Por informação do Senhor Presidente a Câmara tomou conhecimento de que se encontrava já cumpridas todas as formalidades respeitantes à integração dos dois coretos da vila, no património municipal. A Câmara apreciou o assunto e deliberou quanto ao coreto da Praça Gomes Freire de Andrade protelar a sua demolição quanto possível de modo a poder ser utilizado durante as próximas festas de São Pedro. Quanto ao coreto da Praça da República foi deliberado pelo desde já à disposição das Bandas Musicais do concelho, mediante pedido escrito, devendo fazer-se a respectiva comunicação às colectividades interessadas.*” *Acta da Reunião Ordinária de 23 de Fevereiro de 1955, fl. 159, Livro.51.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

³⁹ Festa Popular em Honra de São Pedro – dia de São Pedro realiza-se a 29 de Junho.

⁴⁰ *Acta da Reunião Ordinária de 19 de Julho de 1955, fl. 189, Livro51.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁴¹ Foram convidadas para participarem nas provas desportivas as seguintes associações e colectividades: Academia Musical União e Trabalho; Águias Negras Futebol Clube; Ateneu Popular de Montijo; Banda Democrática Dois de Janeiro; Clube Desportivo de Montijo; Juventude Futebol Clube de Sarilhos Grandes; Musical Clube Alfredo Keill; Palmeiras; Sociedade Filarmónica Primeiro de Dezembro; Sociedade Recreativa Atalaiense; Sociedade Recreativa do Bairro do Areias; Sociedade Recreativa de Pegões Velhos; Sociedade Recreativa Progresso Afonsoeirense; Tertúlia Tauromáquica de Montijo; Sport Clube Leões da Barrosa; Clube Imperial Montijense; União Futebol Jardense; Estrela Futebol Clube Afonsoeirense; União Desporto e Cultura; Clube Desportivo do Rolo; União da Graça; Futebol Clube do

associações presentes nesta reunião referiram a necessidade de apoios efectivos e concretos às suas diversas iniciativas culturais e desportivas.

Para fazer face a essa situação, o poder local deslocou-se à Secretaria de Estado da Cultura onde apresentou o referido plano. A sua deslocação não surtiu efeitos, devido à ausência de apoio da mesma Secretaria, constantes na Acta de Reunião de Câmara de 14 de Fevereiro de 1979⁴², onde o vereador do Pelouro de Instrução, Cultura e Desporto Senhor Barbosa Caria refere que “...ficou-nos a ideia que a nível da Secretaria de Estado da Cultura se aguarda a concretização da Lei das Finanças Locais, estando neste momento suspenso o eventual apoio que nos poderia ser dado...”.

Apesar da falta de cooperação, em termos financeiros, da Secretaria de Estado da Cultura, em Montijo a actividade cultural começa a manifestar-se. A 28 de Fevereiro do mesmo ano⁴³, referem-se as acções de inventariação, classificação e conservação do espólio da Biblioteca Manuel Giraldes da Silva, mencionando a antiga Casa dos Magistrados (Fig.34), como o local eleito para a recepção e instalação do conjunto de livros e outros documentos do mesmo espólio.

Após reunião entre o executivo camarário e dois elementos da Direcção Geral do Património Cultural, foi proferida a necessidade de admitir um bibliotecário(a), lugar técnico já previsto no quadro de pessoal da Câmara e a necessidade de “...mandar expurgar os volumes logo que a câmara disponha de alguém para coordenar e orientar todo o processo de inventariação, classificação e conservação daquela Biblioteca.”⁴⁴.

Trata-se da primeira acção prática para a defesa e conservação do património móvel, onde estão presentes noções de inventário, classificação, conservação, salvaguarda e protecção.

No entanto, ainda não existia, dentro do *corpus* municipal, um organismo que

Areias; Grupo Desportivo de Pegões Gare; Sociedade Recreativa do Cruzamento de Pegões; Clube Atlético do Montijo.

⁴² *Acta da Reunião Ordinária de 14 de Fevereiro de 1979, fl. 40, Livro.44.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁴³ *Acta da Reunião Ordinária de 28 de Fevereiro de 1979, fl. 61- 62, Livro 44.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁴⁴ *Acta da Reunião Ordinária de 28 de Fevereiro de 1979, fl.61-62, Livro 44.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

defendesse, no seu sentido prático, a causa patrimonial. “A Comissão Municipal de Arte e Arqueologia” não se manifestava contra atentados como foi a demolição do Arco da Ponte-Cais dos Vapores em Julho de 1979⁴⁵ (Fig.35) e não expressou qualquer intenção de preservação do património cultural durante a sua existência.

Apesar de se assistir a esta situação, havia já a permanente necessidade de criação de serviços de educação e cultura dentro da Câmara Municipal de Montijo. Esta intenção verifica-se na comunicação apresentada a 17 de Outubro de 1979, pelo vereador Barbosa Caria, que propôs a criação de Serviços Municipais de Educação e Cultura, justificando que “...considerando a necessidade de, face às necessidades, interesses e aspirações educacionais e culturais do povo do nosso concelho, existir na Câmara Municipal uma estrutura operativa e funcional para o desempenho das atribuições e competências que lhe cabem por lei...”⁴⁶.

Sete anos após a Revolução de Abril dá-se uma reorganização das estruturas municipais, acabando-se com as comissões de arte e arqueologia, sem que fossem criados, em substituição, outros órgãos de vocação análoga.

Esta situação provocou, na época, críticas de alguns sectores associativos de defesa do património. No colóquio organizado pela Associação Portuguesa de Museologia, em 1981, decorrido em Lamego, foi proposto por este organismo a criação, em cada câmara municipal do País, de comissões consultivas que substituíssem as então extintas “Comissões Municipais de Arte e Arqueologia”.

Algumas autarquias do País vieram a criar as “Comissões Municipais de Defesa do Património”, onde integravam, dentro dos órgãos das referidas Comissões, elementos das associações locais de defesa do património.

⁴⁵ Segundo a Acta da Reunião Ordinária realizada a 25 de Julho de 1979, foi pedido parecer, quanto à sua destruição, à Direcção Geral do Património Cultural, a mesma solicitou o envio de uma fotografia do arco e concedeu poderes à Câmara para deliberar sobre o assunto. A Câmara demoliu o arco da Ponte – Cais nesse mesmo ano. *Acta da Reunião Ordinária realizada a 25 de Julho de 1979, fl., Livro 44*. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁴⁶ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 17 de Outubro de 1979, fl.282, Livro 44*. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo. O vereador Senhor Barbosa Caria propõe a criação de Serviço Municipais de Educação e Cultura submetendo o pedido à Assembleia Municipal, solicitando orçamento para o ano de 1980.

Em Montijo, consta a “Comissão de Inventariação, Classificação e Conservação do Património Municipal”⁴⁷, onde, na reunião de 5 de Setembro de 1979, estiveram presentes representantes da Santa Casa da Misericórdia, Comissão de Moradores do Bairro das Areias, Comissão de Moradores da Lançada, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. A reunião não colheu resultados, nem a Comissão, em epígrafe, desenvolveu resultados práticos na defesa do património.

Foi por vontade popular que surgiu a primeira associação de defesa de património em Montijo. Face à falta de actuação do poder local, desponta um grupo de montijenses, que reuniu vontades e propósitos, para a criação de uma associação que impulsionasse a defesa do património cultural e natural do Concelho de Montijo. Havia já consciência da necessidade de uma dinamização cultural eficaz, com vista a sensibilizar a população local para a defesa do património.

O aparecimento desta associação está também relacionado com a onda sentida a nível nacional, na década de 80 do século XX, onde no primeiro Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural foram referidas algumas recomendações sobre a constituição, princípios, aspirações e competências das associações desta natureza (História & Crítica, 1980, 54-59).

Em Dezembro de 1979, no Jornal *Gazeta Sul*, aparece uma primeira apresentação do “Círculo de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Montijo”.

Em Janeiro de 1980, apontam-se ideias para a criação desta associação local de defesa do património (Fig.36), que só viria a obter estatuto legal a 7 de Novembro, do mesmo ano, através de escritura pública lavrada no Cartório Notarial da Vila de Montijo e noticiada posteriormente no *Diário da República* (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 7 de Novembro de 1980, III Série, n.º 276).

Tratava-se da primeira Associação de Defesa do Património Cultural e Natural com

⁴⁷ *Acta de Sessão de Câmara datada de 5 de Setembro de 1979, fl. 243. Livro 44. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo. Na qual consta uma reunião para deliberar quanto à forma de actuação e a metodologia a aplicar pela comissão, para o desenvolvimento do trabalho de inventário, classificação e conservação do património municipal.*

acções específicas e com resultados práticos na preservação, valorização e protecção do património montijense.

Esta Associação de Património, sem duração específica, comumente conhecida por Circulo Histórico-Cultural de Montijo (de ora em diante CHCM), possuía, segundo os seus estatutos (CHCM, 1980), sede na Rua Almirante Reis, número vinte e três⁴⁸, em Montijo, sendo autorizada a criação de delegações em todas as localidades do Concelho ou em áreas com afinidades com a região de Montijo.

Tratava-se de uma associação cívica, que tinha como objectivos prioritários “...a salvaguarda, defesa, valorização e estudo dos espécies monumentais, urbanísticos, naturais, históricos, arqueológicos, etnográficos e artísticos da região de Montijo...” (MONTIJO PATRIMÓNIO, 1981, 15). Tendo, como poder estatutário, o fomento da publicação de livros, jornais, revistas, postais, medalhas e artigos, realizar exposições, conferências, colóquios, cursos e outras manifestações culturais que tenham como função a defesa e a projecção de valores regionais.

A mesma associação poderia, igualmente, colaborar com associações congéneres e prestar cooperação com os órgãos da administração central, autarquias locais, em especial com a Câmara Municipal de Montijo, nos seus sectores técnico, cultural e de turismo, como também com as associações de utilidade pública, tais como as colectividades, órgãos de comunicação social e entidades escolares.

Ficaram a cargo desta associação as Comemorações do Cinquentenário da passagem de nome de Aldeia Galega a Montijo, que, em colaboração com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Montijo, desenvolveram um programa cultural que teve, na altura, um resultado excepcional (Fig.37). O sucesso da iniciativa cultural ultrapassou as fronteiras da Vila. Tal como confirma o voto de louvor emitido pela Câmara Municipal ao CHCM:

“O senhor presidente apresentou a seguinte proposta: Tendo-se concluído com a inauguração no Salão de Festas da Sociedade Filarmónica Primeiro de Dezembro da exposição de fotografias, livros, e outros documentos

⁴⁸ Dependência cedida pela Câmara Municipal de Montijo.

históricos sobre o nosso concelho, o Ciclo Comemorativo do Cinquentenário do Nome de Montijo dado a Antiga Vila de Aldegalega, programado pelo Círculo Histórico – Cultural de Montijo para os meses de Maio e Junho corrente, proponho, dado o êxito e a projecção alcançados pelas manifestações levadas a efeito, que excederam largamente as fronteiras do concelho, um voto de apreço e louvor ao Círculo Histórico – Cultural de Montijo, pelo relevante serviço prestado à causa da nossa terra. A Câmara deliberou aprovar.”⁴⁹

Esta iniciativa estendeu-se por oito dias, os quais contaram com um programa cultural diversificado. Incluiu uma visita guiada à Igreja Matriz do Espírito Santo, onde decorreu, no seu interior, a actuação do grupo coral “Canto Firme” de Tomar e uma projecção de filmes, no Largo Padre Gomes Pólvora, anteriormente denominado de Largo da Igreja, num dos panos exteriores, versando uma temática de defesa e protecção do património cultural e natural.

Esta acção não só captou um público diverso, como também brilhou pelo conceito de diversidade de utilização deste elemento patrimonial, observado anteriormente só do ponto de vista religioso.

Contou também com uma exposição documental intitulada *De Aldegalega a Montijo*, que se realizou no salão de festas da Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro, patente de 14 Junho a 2 de Julho, na qual participaram cerca de 2500 visitantes. Esta exposição estava dividida por oito secções⁵⁰, onde se apresentaram originais e fotocópias de jornais de Aldeia Galega e Montijo, livros de autores montijenses e actividades das colectividades recreativas, desportivas e culturais.

Esta associação efectuou a sua inscrição na Federação das Associações de Defesa,

⁴⁹ *Acta de Reunião Ordinária realizada em 18 de Junho de 1980*, fl. 151, Livro 45. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁵⁰ Secção I – Evolução Urbanística; Secção II – Montijenses e Bibliografia Montijense; Secção III – Os “pescadores” e os “aldeanos”; Secção IV – O viver diário; Secção V – As festividades; Secção VI – As associações; Secção VII – Comércio, Indústria e Transportes; e finalmente a Secção VIII – As freguesias. *Folheto da Exposição De Aldeia Galega a Montijo Comemorativa do Cinquentenário do nome de Montijo dado à antiga Aldegalega*, Círculo de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Montijo, 1980.

Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural⁵¹, constituída desde 20 de Dezembro de 1980, em Torres Vedras, federação que possuía, em Janeiro de 1981, cerca de 180 associações de defesa do património.

O CHCM apresentou um plano de actuação para o ano de 1981, que contou com as seguintes acções:

“1 – Levantamento fotográfico e descritivo das plantibandas em loiça dos prédios antigos existentes em Montijo (...). 2 – Levantamento fotográfico e descritivo dos Cruzeiros de Atalaia, Fonte da Senhora e Igreja da Nossa Senhora da Atalaia (...). 3 – Levantamento fotográfico e descritivo da Capela do Senhor Jesus dos Aflitos e lugar circundante (...). 4 – Levantamento fotográfico e descritivo da Igreja de São Jorge, em Sarilhos Grandes, recolha de informações locais sobre antigas quintas e registo de valores patrimoniais e culturais existentes no lugar. 5 – Levantamento fotográfico sumário da Igreja da Misericórdia de Montijo, em degradação; 6 – Organização de Exposições destes documentos (com edição de catálogos e programas, etc.). 7 – Editar em livro, todas as conferências, intervenções, colóquios, realizados no âmbito das Comemorações do Cinquentenário de Montijo (...). 8 – Editar o Catálogo da Exposição “De Aldeia Galega a Montijo”. 9 – Editar uma selecção de escritos do poeta montijense Joaquim Serra que foi director do Jornal “A Ideia”. 10 – Editar um Boletim do Círculo, para permuta ou oferta a outras associações congéneres e divulgação das realizações e ideias sobre a defesa do património. 11 – Levar a efeito uma “campanha” para a formação de uma biblioteca.” (MONTIJO PATRIMÓNIO, 1981, 5).

Durante a sua existência, teve um peso preponderante na formação do conceito de património cultural e natural em Montijo. A sua acção não se manifestou apenas localmente, mas sentiu-se também a nível nacional, como foi a sua participação em vários colóquios e encontros realizados a nível nacional⁵².

⁵¹ A Federação tem por objectivos, segundo o artigo 3º dos seus estatutos, o fomento da defesa, salvaguarda, conservação e divulgação do património cultural e natural bem como o seu estudo, a inventariação científica e ainda coordenar e apoiar as Associações federadas, incentivando à criação de novas associações, representando-as junto da Administração pública sem prejuízo do recurso directo das Associações.

⁵² Como foi a participação no 2º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, realizado de 9 a 12 de Abril de 1981.

Estendeu a sua intenção a todo o território do Concelho, como sejam os apelos realizados a Canha, Sarilhos Grandes e Santo Isidro de Pegões e aos concelhos limítrofes, Alcochete e Moita:

“Canha (...) Vamos fazer um levantamento fotográfico dos monumentos e edifícios locais dignos de nota. Em breve contactaremos a Junta de Freguesia, a Misericórdia e o Sr. Padre da paróquia que colaborem connosco.” (MONTIJO PATRIMÓNIO, 1981, 19).

*“Alcochete * Moita. Estes nossos vizinhos não têm, segundo julgamos, quaisquer associações específicas de defesa do património. Dentro das nossas modestas possibilidades, mas com o intuito de alargar o movimento de defesa do património nacional, estamos ao dispor para colaborar com os moradores destes concelhos interessados em fundar uma Associação do tipo da nossa (...).”* (MONTIJO PATRIMÓNIO, 1981, 19).

O CHCM publicou três números do jornal mensal *Montijo Património*, no qual divulgava as suas acções, incluindo nessa publicação, notícias culturais; alertas para a defesa e salvaguarda do património cultural e natural; inventário e registo de bens patrimoniais, onde apresentava memórias descritivas de alguns monumentos do Concelho, e divulgação de acções culturais e do património local.

Trata-se da primeira acção do ponto de vista patrimonial verdadeiramente eficaz que mostra uma maturidade da noção de património cultural a nível local.

Verificou-se, a partir da década de 80 do século XX, em termos locais, uma nova sensibilidade para a causa patrimonial, prova disso é a preocupação da Câmara Municipal em relação aos edifícios municipais⁵³ o “...Vereador Senhor Resina Bastos disse da necessidade e conveniência de preservar os edifícios municipais nomeadamente os antigos Paços do Concelho e coreto municipal que apresentam mau aspecto exterior e indícios de degradação...”.

Foram adquiridos pela Câmara, a partir dos anos 80, edifícios de valor artístico e

⁵³ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 11 de Junho de 1980, fl. 145, Livro 45.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

patrimonial, tais como o Edifício Mora⁵⁴, actual Museu Municipal de Montijo e a Quinta do Pátio de Água⁵⁵ (Fig.38). Foi ainda mencionada a intenção de aquisição de moinhos de maré e de cruzeiros existentes no Concelho.

*“O senhor presidente apresentou uma proposta no sentido da Câmara contactar os proprietários dos dois moinhos de maré existentes na freguesia de Montijo – um próximo do Cais das Fragatas e outro junto à Mundet – para saber se os mesmos pretendem vendê-los, e por que preço, pois o interesse histórico e cultural dos referidos moinhos recomendam a sua integração no património municipal – A Câmara deliberou aprovar. Também o vereador senhor Felgueiras de Almeida se referiu à existência de pelourinhos, com interesse histórico e cultural, nomeadamente na localidade de Atalaia, que justificam a atenção da Câmara no sentido da sua preservação.”*⁵⁶

A actividade municipal no domínio cultural e o seu contacto com outros organismos de natureza cultural começam também a surgir, como foi a colaboração da Câmara no “Concurso Fotográfico”, sobre o património etnográfico e construído do Distrito de Setúbal, iniciativa a cargo do Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal. Este concurso tinha como objectivo a colaboração massiva de todos os concelhos pertencentes ao Distrito de Setúbal, tendo em vista a realização, no final do concurso, de uma exposição itinerante que percorreria todos os concelhos participantes.

Também se iniciam acções de restauro e salvaguarda por parte das entidades distritais e que se manifestaram em termos locais, como foi a acção de intervenção e restauro no Coreto da Praça da República⁵⁷ (Fig.39) e o relatório de apreciação por parte da Direcção de Equipamento de Setúbal, no qual rejeita o projecto de construção de uma

⁵⁴ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 23 de Julho de 1980, fl. 174 – 175, Livro 45.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo. Foram realizadas as primeiras negociações para a aquisição do Edifício Mora, por cedência do Clube Desportivo de Montijo mediante a transferência da dívida que o Clube tinha com a Caixa Geral de Depósitos, para a Câmara, resultante do empréstimo contraído para aquisição da propriedade em causa.

⁵⁵ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 10 de Dezembro de 1980, fl. 316, Livro 45.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo. Primeiras negociações para a aquisição da Quinta.

⁵⁶ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 27 de Maio de 1981, fl.164, Livro 46.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁵⁷ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 1 de Julho de 1981, fl.190, Livro 45.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

câmara ardente na Igreja da Misericórdia, aprovando apenas o restauro da Igreja, segundo princípios científicos de conservação e restauro. Este organismo atribuiu, mais tarde, a verba necessária para a realização da referida intervenção⁵⁸.

“Um – não é aceitável a construção da câmara ardente, não só por não se integrar, arquitectonicamente, no corpo da Igreja, como também, em termos urbanísticos, afectar a área do Largo fronteiro ao Hospital o qual deveria ser objecto de um estudo de pormenor. Dois – É desnecessária e inadmissível a demolição do edifício anexo à Igreja, conforme parecer da D.G.E.M.N., dado constituir com a Igreja um conjunto da mesma época cujo património deverá ser respeitado. Três – quanto ao restauro da Igreja é aprovada a sua execução”⁵⁹.

Começa-se também a trilhar caminhos para a rentabilização do património local, fomentando, para o efeito, o turismo cultural. Esta acção é devida à vontade da Câmara Municipal de Montijo, na sequência de troca de impressões com a Câmara Municipal de Setúbal, de pretender efectivar a reestruturação da Comissão Regional de Turismo da Serra da Arrábida, substituindo-a por outra Comissão que integraria os 13 municípios distritais. À semelhança do que ocorreu no Barreiro, na Moita e no Seixal, também o Montijo adere a esta nova Comissão.

“Considerando que é de interesse para o Montijo perspectivar, à luz dos novos conceitos de turismo o desenvolvimento desta actividade no concelho, onde já actualmente existem pólos de atracção como as Festas Populares de São Pedro, a Montiagri, a Romaria à Nossa Senhora da Atalaia, as corridas de touros, a cozinha regional, etcetera, o senhor presidente propôs a adesão do nosso concelho a Comissão Regional de Turismo a criar...”⁶⁰.

A Câmara de Montijo estava consciente do potencial que detinha em termos culturais, necessitando, por essa razão, de divulgar e rentabilizar o património local. A colaboração deste município na comissão poderia criar a sustentabilidade para o

⁵⁸ Acta da Reunião Ordinária realizada em 9 de Dezembro de 1981, fl. 325, Livro 45. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁵⁹ Acta da Reunião Ordinária realizada em 1 de Julho de 1981, fl. 190 – 191, Livro 45. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁶⁰ Acta da Reunião Ordinária realizada em 13 de Janeiro de 1982, fl. 15, Livro 47. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

dinamismo de um turismo cultural, a nível local.

A 18 de Janeiro de 1982, a Câmara solicita, através de ofício dirigido ao senhor presidente do Instituto Português do Património Cultural, o restauro urgente de três obras de valor histórico-cultural (Fig.40 e 41) “...*que constituem património municipal, a saber: estandarte com o brasão de armas da vila de Aldeia Gallega do Ribatejo, bordado, com quatro metros quadrados aproximadamente, existente no salão nobre dos Paços do Concelho; um retrato de mil setecentos e dois, pintado por Félix da Costa; e os Cruzeiros da Atalaia...*”⁶¹. Verifica-se, assim, uma atenção cuidada para o património móvel (Fig.42) e imóvel concelhio (Fig.43).

A aquisição de imóveis de valor patrimonial continua. Em Março de 1983, a Câmara adquire a Igreja do Senhor Jesus dos Aflitos (Fig.44), doada pela família Caria⁶². Esta doação incluía também o recheio da mesma, que contava com “...*uma salgadeira em pedra, seis colunas em pedra, um bebedouro em pedra, a pia utilizada tradicionalmente na lavagem da Classe Piscatória, o Poço Árabe e uma pinha em loiça, colocada usualmente sobre o brasão da quinta...*”⁶³.

A Câmara procede imediatamente a uma acção de salvaguarda, quando, após receber a doação, demonstra a vontade de proceder ao inventário de cada um dos objectos ofertados, atribuindo o registo desses bens a um técnico de animação cultural.

Para além desta acção de salvaguarda e protecção do património, a Câmara enaltece publicamente a família Caria referindo que esta, ao doar este valioso património, está também a preservá-lo, “...*o senhor presidente faz questão de enaltecer, publicamente, o gesto familiar Caria que, ao doar tão valioso património, a esta Autarquia, está a contribuir para a defesa do património cultural do nosso concelho...*”⁶⁴.

À semelhança do que ocorreu na região do Seixal, surgem ideias de valorização de

⁶¹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 20 de Janeiro de 1982, fl.18, Livro 47.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁶² Doação efectuada pelos Senhores Joaquim Sérgio Caria Ribeiro, José Joaquim Fialho Mota Caria, as Senhoras Maria Leonor Fialho Caria Ribeiro Martins, Maria Luísa Fialho Mota Caria Tavares e Maria de Lourdes Mota Caria Barata.

⁶³ *Acta de Reunião Ordinária realizada em 30 de Março de 1983, fl. 94, Livro 48.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico de Montijo. Câmara Municipal de Montijo.

⁶⁴ *Idem.*

monumentos industriais. O então vereador, senhor Silva Cordeiro, apresenta a proposta de aquisição do Moinho de Maré das Assentas, localizado junto à Mundet. A aquisição não se concretiza, devido a problemas com a ocupação dos terrenos: “*A Câmara, apesar do interesse pela aquisição do referido Moinho, de acordo com a política de protecção ao Património Cultural do Concelho que vem defendendo, mas em virtude dos referidos terrenos não se encontrarem devolutos, pois existem dois inquilinos...*”⁶⁵. Começa-se, cada vez mais, a valorizar o património local.

Relativamente à protecção do património construído, em 6 de Abril de 1983, menciona-se a necessidade de constituir uma “Comissão Municipal do Património Cultural”, que teria, como função, dar parecer sobre a alteração das traças dos edifícios localizados no centro histórico do Concelho:

*“...algumas vezes, levantam-se dúvidas sobre o interesse histórico-cultural do edifício. Assim, para que a Câmara possa decidir, assente em critérios objectivos, propõe-se que seja criada a “Comissão Municipal do Património Cultural” da qual façam parte os seguintes elementos: vereadora do Pelouro da Cultura, animador cultural, arquitecto da Câmara, um elemento do Círculo Histórico-Cultural e dois elementos da Assembleia Municipal”*⁶⁶.

A intenção era a criação de uma Comissão, composta por uma equipa multidisciplinar, capaz de proteger e defender o património imóvel existente no Concelho.

Entretanto a Câmara Municipal de Montijo continuava a colaborar com acções de cariz cultural, atribuindo subsídios para o mesmo efeito, como foi o caso do “Primeiro Encontro Regional do Sul Sobre Património”. Nesse encontro pretendia-se criar um espaço de reflexão e de troca de experiências entre as associações de defesa de património e de outros agentes culturais análogos, no sentido de se estimularem debates sobre as questões que se colocam quanto à defesa, divulgação e valorização do

⁶⁵ *Acta de Reunião Ordinária realizada em 30 de Março de 1983, fl. 99, Livro 48.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico de Montijo. Câmara Municipal de Montijo.

⁶⁶ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 6 de Abril de 1983, fl. 105, Livro 49.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

património regional⁶⁷.

Para a aplicação da política cultural, era necessário criar condições para a constituição de novos serviços na área cultural, o que implicava, também, desenvolver espaços culturais para poderem funcionar, recursos humanos e serviços devidamente segmentados para uma melhor distribuição de objectivos. Para o efeito, assistiu-se a uma reformulação e revisão dos serviços de cultura, dentro do *corpus municipal*. Assiste-se à criação do “Serviço de Cultura, Desporto e Turismo” que previa, entre outras funções, o levantamento e a protecção do património cultural do Concelho.

Dentro da estrutura orgânica deste serviço, na subsecção Cultura, existiam cinco departamentos: Cultura, Biblioteca, Turismo, Instrução e Museu⁶⁸. Este último, sem atribuição de funções.

Em 1984, a Câmara Municipal de Montijo delega à “Comissão Municipal do Património Cultural”, constituída no ano anterior, a execução de um estudo sobre os edifícios e zonas a serem preservadas, dando um prazo de noventa dias para a sua execução.

“PRIMEIRO – Considerando que o património cultural, testemunho vivo da história da Sociedade, é um precioso bem que se deve manter, tendo como objectivo a preservação e continuidade da memória colectiva de um povo; SEGUNDO – Considerando que no nosso País, em geral, e no concelho do Montijo, em particular, cada cidadão deve ser actuante, de modo a estabelecer uma relação de identidade com a Entidade Cultural que o rodeia; TERCEIRO – Considerando que a Autarquia, como representante legítima dos anseios das populações, deverá accionar os mecanismos ao seu alcance, a fim de que os munícipes se sintam identificados com o meio cultural em que se inserem; proponho que Comissão Municipal do Património presente à Câmara, no prazo de noventa dias, um estudo sobre edifícios e zonas a serem preservadas, não esquecendo de entre outras, nomeadamente, o Bairro dos Pescadores, de largas tradições culturais na

⁶⁷ Acta da Reunião Ordinária realizada em 12 de Outubro de 1983, fl. 280, Livro 49. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁶⁸ Acta da Reunião Ordinária realizada em 28 de Novembro de 1983, fl. 337 – 339, Livro 49. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

*nossa vila.”*⁶⁹.

Apesar da evolução do conceito de património, nesta altura, abranger, não só, os monumentos propriamente ditos, mas também, a preservação de “conjuntos” históricos, núcleos urbanos e tradições locais, verificava-se, no entanto, um acumular de intenções que não surtiram efeitos práticos.

Pôde-se observar, até ao momento, que o poder político estava já consciente do que era o património, para que servia e o que representava para a população local, tendo presente noções de património material (móvel e imóvel) e imaterial, mas a sua actuação prática continuava a não dar resultados.

Havia a necessidade de criação de infra-estruturas e recursos humanos que apoiassem as intenções que o poder local possuía e actuassem, tanto na identificação, na protecção, na valorização, como na divulgação e na promoção do património.

No sentido de o melhor proteger e rentabilizar, a Câmara propõe a criação de vários espaços culturais tais como, o Centro de Arte e Cultura, com localização prevista para a Quinta do Saldanha e o Museu Municipal de Montijo, ainda sem local definido. Estes serviços estavam já previstos, no organigrama criado para o “Serviço de Cultura, Desporto e Turismo”, anteriormente referido. Meses mais tarde, o mesmo executivo camarário apresentou o Projecto do Centro de Arte e Cultura em Montijo:

“O Centro de Arte e Cultura a instalar no conjunto edificado denominado por Quinta do Saldanha, em termos de arquitectura, constitui um projecto de remodelação, e ainda de restauro para o caso específico da Ermida e de outros elementos que, porventura, sejam considerados como caracterizadores. Considera-se imperativo manter elementos e componentes significantes, numa atitude de salvaguarda do “património cultural como memória dum povo”. Para tal apresentamos o projecto elaborado pelo Arquitecto Porfírio Alves Pires. – Elaboração do projecto do Centro de Arte e Cultura – um milhão de escudos; -levantamento fotográfico e desenhado – cento e cinquenta mil escudos. Os projectos já têm o parecer favorável dos Serviços Técnicos da Câmara que é

⁶⁹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 15 de Fevereiro de 1984, fl. 34, Livro 50.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

favorável.”⁷⁰

Para uma maior divulgação da sua intenção política, o executivo camarário convidou os vereadores do pelouro da cultura dos restantes 12 concelhos do distrito de Setúbal para visitarem os espaços a criar:

*“No passado dia sete do corrente mês deslocaram-se ao nosso concelho os vereadores do Pelouro da Cultura dos restantes doze concelhos do distrito de Setúbal, como o seguinte programa: dez horas – concentração junto ao edifício dos Paços do Concelho; dez horas e quinze minutos – visita à Quinta do Saldanha (futuro Centro de Arte e Cultura); dez horas e quarenta e cinco minutos – visita à escola primária norte do Palácio da Justiça; onze horas e quinze minutos – visita à CARPIG – Centro de Actividades e Tempos Livres (Edifício do futuro Museu Municipal); onze horas e quarenta e cinco minutos – visita à Biblioteca; doze horas – visita ao Pinhal Camarário (Circuito de Manutenção); treze horas – almoço; quinze horas – reunião no novo edifício municipal.”*⁷¹

Em Outubro de 1984, a Câmara Municipal atribuiu subsídios para a recuperação de alguns edifícios privados e públicos, demonstrando a intenção da preservação do património montijense. Tais como o restauro da Igreja Matriz do Espírito Santo, o restauro do actual edifício onde está o posto da Polícia de Segurança Pública e, entre outras obras, as efectuadas no edifício onde se localizava a Sociedade Cooperativa União Piscatória:

*“Tendo em vista a restauração de edifícios municipais e privados que os órgãos autárquicos entendem dever ser preservados, defendendo deste modo o património cultural, pertença de todos nós, foi dada a ajuda económica possível a algumas Instituições, fruto da colaboração existente entre a Junta de Freguesia de Montijo e a Câmara Municipal.”*⁷²

Uma vez que existia carência de recursos humanos na área cultural, nomeadamente no que diz respeito a áreas específicas como a Antropologia, a Arqueologia e a História, e

⁷⁰ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 19 de Setembro de 1984, fl. 189, Livro 50.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁷¹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 16 de Maio de 1984, fl. 96, Livro 50.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁷² *Acta da Reunião de Ordinária realizada em 17 de Outubro de 1984, fl. 204, Livro 50.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

no sentido de dar respostas ao cancelamento dos tempos livres efectuados no âmbito do Programa Nacional de Ocupação de Tempos Livres⁷³, a Câmara Municipal de Montijo criou⁷⁴, em 1984, uma iniciativa de ocupação de jovens nos tempos livres, fazendo com que os mesmos participassem no Levantamento Etnográfico do Concelho (Fig.45), iniciado nesse ano.

Trata-se do primeiro levantamento efectuado pela Autarquia, que tinha, como objectivo, proteger o património etnográfico, o qual incluía o estudo das tradições dos agricultores do Concelho.

Esta acção de sensibilização fez com que parte da população local começasse a mostrar os primeiros sinais de preocupação com a protecção do património, pois iniciou a doação de objectos para a constituição do futuro Museu Municipal:

“...a senhora dona Maria Graciete da Conceição Castanheira, na qualidade de filha do senhor José de Sousa Castanheira, que seu falecido pai ofereceu à Autarquia, para o futuro Museu Municipal, os seguintes objectos: - uma bancada, um compasso grande, uma bigorna, uma lanterna de carroça, uma lanterna de charrete, um funil, duas medidas (uma de meio litro e outra de litro), uma candeia de azeite de mil novecentos e catorze, uma medida de cinco litros e um candeeiro de Abegoaria a petróleo.”⁷⁵.

O “Projecto de Reconversão da Praça da República e Zona Envolvente da Vila de Montijo”, apresentado na Acta de Sessão de Câmara de 27 de Dezembro de 1984, pretendeu transformar a zona histórica “...em local de convívio apenas afecto a um espaço domínio do peão...”⁷⁶.

Em 1985, a Câmara Municipal solicita apoio do Instituto Português do Património Cultural (de ora em diante IPPC) no estudo dos três cruzeiros existentes na freguesia de

⁷³ Este programa desenvolvia acções de sensibilização nas áreas de arqueologia, do meio ambiente e educação cívica a nível nacional.

⁷⁴ Acta da Reunião Ordinária realizada em 4 de Julho de 1984, fl.139, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁷⁵ Acta da Reunião Ordinária realizada em 21 de Novembro de 1984, fl. 230, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁷⁶ Acta da Reunião Ordinária realizada em 27 de Dezembro de 1984, fl. 266 – 267, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo. Projecto apresentado pelo Gabinete de Estudos e Planeamento de Lisboa.

Atalaia. O mesmo instituto, face ao pedido, propõe o seguinte:

“UM – Estudo a nível de investigação histórica da cúpula; DOIS – Que o conjunto seja devidamente conservado no local ou retirado para zona protegida, visto correr perigo devido à sua localização junto à estrada; TRÊS – Estudo sobre o equilíbrio do conjunto; QUATRO – Que sejam libertados todos os ferros e cimento; CINCO – Estudo da pedra e líquens e proposta de tratamento; SEIS – Estudo dos restos de policromia e a sua conservação.”⁷⁷

O IPPC sugere, após indicar as necessidades do conjunto, que a Câmara realize os primeiros três pontos em estreito contacto com o Instituto, o qual só poderá actuar de forma permanente posteriormente. O mesmo organismo refere o estado de conservação em que se encontram os três cruzeiros alvos de estudo e protecção.

Desde a constituição da Biblioteca Pública Manuel Giraldes da Silva, quando o mesmo instituto solicitou o tratamento e a expurgação de alguns livros e documentos do espólio pertencentes à biblioteca, que o contacto com o poder central, tem sido prática permanente. Acção essa essencial na protecção do património.

Ao longo do ano de 1985⁷⁸, alguns dos monumentos anteriormente adquiridos pela Câmara foram alvo de obras de beneficiação, como sejam os trabalhos de adaptação provisória do Edifício Mora a Biblioteca Municipal, inaugurada a 28 de Setembro do mesmo ano⁷⁹, as obras de restauro na Capela do Senhor Jesus dos Aflitos, incluídas no plano de recuperação da Quinta do Saldanha⁸⁰ e a finalização de obras para a abertura oficial da Galeria Municipal, anterior edifício dos Paços do Concelho, no dia 17 de Novembro do mesmo ano, que contou com a realização do Primeiro Prémio de Artes Visuais da Cidade de Montijo (Prémio Vespeira) tal como se refere:

⁷⁷ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 30 de Janeiro de 1985, fl. 22, Livro 51.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁷⁸ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 19 de Junho de 1985, fl.199, Livro 51.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo. Visita a algumas obras existentes no Concelho pelo executivo municipal.

⁷⁹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 28 de Agosto de 1985, fl.270, Livro 51.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁸⁰ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 23 de Outubro de 1985, fl.316 – 318, Livro 51.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

“Foi efectivamente um acontecimento cultural muito importante na nossa terra não só pelo facto de ter possibilitado o aparecimento junto do público de novos artistas no campo das Artes Plásticas, contribuindo ao mesmo tempo para favorecer o contacto do público da nossa terra com a Arte produzida nos nossos dias (...) foi possível o aparecimento de mais um espaço físico que se pretende culturalmente actuante e dinâmico, no campo das Artes, com a realização de exposições regulares que permitiram o franco convívio entre os mais diversos artistas montijenses e do resto do País.”⁸¹

Este edifício histórico, recuperado e adaptado a Galeria Municipal, faz parte de um conjunto de edifícios municipais de carácter patrimonial outrora importantes, que perderam as suas funções originais e deram lugar a edifícios com funções culturais.

A solução cultural, para algum do património histórico, vem a ser uma das melhores protecções do património construído. Ao atribuir-se uma função diferente a um determinado edifício está-se também a “avivar-lhe a alma”, a não o deixar cair e, portanto, a preservar o património.

Apesar disso há que ter em conta as obras de restauro levadas a cabo neste tipo de edifícios históricos. No caso da Galeria Municipal, trata-se de um edifício implantado no centro histórico e, por essa razão, o seu restauro deveria ter sido acompanhado por especialistas de protecção de património (com formação em várias especialidades como são a História, História de Arte, Arqueologia e Arquitectura), que poderiam, de certa forma, regular e avaliar o que seria ou não necessário preservar.

A inexistência de um projecto patrimonial no Concelho não se revela apenas pelas intenções políticas, mas também, pelas acções implementadas e na forma como as mesmas são conduzidas. Uma projecção eficaz tem que prever a protecção do património nas diferentes vertentes, passando pela vertente arquitectónica, a arqueológica e a histórica.

A actuação do CHCM não era a mesma nesta altura. A força e o desempenho que a Associação possuía, há cerca de cinco anos atrás, tinham sido amenizados, pela

⁸¹ Acta da Reunião Ordinária realizada em 20 de Novembro de 1985, fl.334 – 335, Livro 51. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

ausência de incentivos e apoios do poder local, situação que inviabilizou a sua continuidade como associação de defesa de património. Apenas aparecem referências à sua existência numa ou outra actividade patrimonial, situação que se viria a reflectir em algumas acções de restauro levadas a cabo pelo poder local. Apesar dessa situação, esta associação nunca cessou a sua constituição, permanecendo estabelecida até aos nossos dias.

A ausência no *corpus municipal* de técnicos com formação em museologia fez com que o executivo solicitasse o auxílio e o parecer sobre alguns projectos de musealização que se queriam implantar em alguns monumentos, tal como foi o parecer do então Conservador do Museu de Setúbal, Francisco António Baptista Pereira, sobre o *Programa Base de Recuperação e Musealização da Ermida de Nosso Senhor dos Aflitos* e o relatório sobre as condições de conservação do Cristo Indo-Europeu de marfim (Fig.46) proveniente da mesma ermida⁸².

O desejo de criação de um museu estava já nos planos do executivo camarário desde 1968, quando a Câmara inscreveu no seu plano de actividades a criação de um museu regional. Apesar da intenção, a criação do museu não se concretizou.

Em 1985 aparecem referências também para a criação de um Ecomuseu e em Março de 1986⁸³, constituiu-se uma comissão intitulada “Comissão Consultiva Municipal Pró-Museu”, com vista a realizar os preparativos para a concretização da ideia de museu.

O executivo camarário estava consciente da importância de um museu para a preservação de memórias e do património local, referindo a necessidade de um local aprazível para a prática museológica no Concelho “*Se não se ignora quão necessário é o edifício adaptado para este fim, também não se pode olvidar que o nosso património museológico se deteriora e desaparece dia a dia. Caberá à Câmara zelar pela sua*

⁸² *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 18 de Dezembro de 1985, fl.369 – 370, Livro 50.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo. *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 8 de Janeiro de 1986, fl.3 – 4, Livro 52.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁸³ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 12 de Março de 1986, fl. 71, Livro 52.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

conservação...”⁸⁴. Para o efeito solicitou-se a constituição dessa comissão com a participação de todos os agentes sociais intervenientes e ligados à ideia de museu, tais como um representante da Câmara Municipal, um representante eleito pela Assembleia Municipal, um representante de cada freguesia a indicar pela Assembleia Municipal, um representante do CHCM, um representante da Santa Casa da Misericórdia, um representante dos Centros Paroquiais, três individualidades a indicar pela comissão, tendo por base a sua formação na área ora proposta, um representante de cada indústria tradicional, um representante de cada um dos órgãos de comunicação social do Concelho e, finalmente, um representante de cada um dos sectores de educação, incluindo o primário, preparatório e secundário.

À parte das diversas doações avulsas efectuadas pela população local, para a constituição do futuro museu, a primeira colecção a dar entrada na Câmara para a criação do Museu Municipal de Montijo era constituída por um conjunto de 17 obras do pintor Marcelino Macedo Vespeira, ofertadas por iniciativa do mesmo, tal como constata a Acta de Sessão de Câmara de 29 de Janeiro de 1986⁸⁵.

No plano de actividades de 1986, constam no ponto três intitulado de *Educação, Cultura, Desporto, Tempos Livres e Turismo*, as intenções para a actuação no domínio patrimonial para o mesmo ano, anunciando-se que a defesa do Património Histórico-Cultural seria a pedra basilar para a execução do programa de acção cultural, referindo, para o efeito, a presença de uma Biblioteca e de uma Galeria Municipal para o desenvolvimento do programa cultural em todo o Concelho (zona Este e Oeste). Mostra-se a intenção de criação na Galeria Municipal de um espaço de animação múltipla, que contemple exposições de arte, cinema, concertos, conferências e outras expressões culturais. Refere-se, ainda, a necessidade de se dividir o edifício em dois espaços culturais diferentes, um deles contemplando uma área de exposição permanente, onde serão expostas todas as peças doadas ao futuro Museu Municipal, sendo o restante espaço atribuído à referida Galeria Municipal. Incluindo-se, também, a necessidade de aquisição de material expositivo, com vista à produção de exposições neste edifício.

⁸⁴ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 12 de Março de 1986, fl. 71, Livro 52.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁸⁵ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 29 de Janeiro de 1986, fl. 28, Livro 52.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

No domínio patrimonial foi mesmo proposto um conjunto de acções a desenvolver, tais como:

“a) A elaboração de cartas concelhias da cultura e património histórico-cultural; b) Em esforço conjunto com a Santa Casa da Misericórdia, Comissões Paroquiais de Montijo, Sarilhos Grandes e Canha, definição de estratégias de defesa das igrejas, capelas e cruzeiros existentes no concelho; c) Em conjunto com vários agentes políticos, culturais e económicos, identificação das zonas de Casco Velho da cidade e das restantes freguesias de indubitável valor histórico e dignas de protecção, à recolha de peças e outros utensílios no âmbito dos transportes, artes e ofícios, costumes e profissões (...); d) Recuperação do Marco de Légua; e) Estudo sobre a possibilidade de recuperação dos moinhos de maré e de vento; f) Estudo da situação da Olaria e da Loja do Ferreiro; g) Criação do Arquivo Municipal; h) Estudo da classificação das Igrejas e Edifícios dignos de real protecção.”⁸⁶

Estavam também previstas, para a ocupação de tempos livres da população juvenil, iniciativas na área do património cultural, que consistiam na intenção de realizar o levantamento e divulgação das tradições, usos e costumes da região, apoio à biblioteca, à galeria e ao museu e o contacto com as actividades de carácter regional.

Das várias acções previstas para o turismo cultural, destacavam-se as intenções de recuperação do património histórico-cultural, a preservação do meio ambiente e a protecção e a criação de parques, de reservas naturais e espaços verdes.

Em Julho de 1986, é proposta a definição da zona histórica ou “casco velho da cidade” referindo-se a necessidade de se realizarem campanhas de sensibilização, no sentido de despertar a população para a defesa do património histórico-cultural.

“...é INDISPENSÁVEL proceder-se à inventariação minuciosa dos locais urbanos históricos a preservar (...) ou recuperar, assim como a análise comparativa dos seus valores. (...) Para isso, mais do que o necessário contributo dos técnicos e de uma responsável intervenção dos políticos, é

⁸⁶ Plano de Actividades do Ano de 1986. Arquivo Municipal. Câmara Municipal de Montijo, p.11.

indispensável consciencializar a população de que, a defesa do Património Histórico – Cultural, é uma tarefa colectiva DE TODOS OS CIDADÃOS. Dai a importância que as CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO assumem para que tal desiderato seja uma realidade. ”⁸⁷.

Das campanhas referidas anteriormente, destacam-se a edição de um cartaz para a defesa do património construído, a montagem de exposições fotográficas itinerantes sobre o património histórico-cultural que percorreriam as escolas do Concelho, sessões para projecção de *slides* do património local, o desenvolvimento de uma exposição na galeria municipal sobre o património histórico-cultural e, finalmente, a realização de um debate para a “Definição da Zona Histórica ou Casco Velho da Cidade a Preservar”⁸⁸, sendo para o efeito convidadas várias entidades para participarem no mesmo⁸⁹.

Ainda durante este ano, traçaram-se alguns passos para a defesa, protecção e salvaguarda do património local, principalmente no que diz respeito à intenção apresentada, na última parte do parágrafo anterior.

Das acções anteriormente previstas para o ano de 1986 são transferidas para o programa de 1987, a aquisição dos moinhos de vento e de maré, a elaboração e publicação das cartas concelhias da cultura e do património histórico-cultural, a constituição e angariação de peças para o futuro Museu Municipal e, finalmente, a instalação conveniente das mesmas. Verifica-se uma intenção política específica na área patrimonial, mas, apesar das intenções, obtiveram-se resultados pouco significativos devidos, em parte, à ausência de recursos humanos e de programação para a concretização das intenções políticas.

Verifica-se também a integração do primeiro espólio documental no Arquivo

⁸⁷ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 18 de Julho de 1986, fl.207, Livro 52.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁸⁸ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 18 de Julho de 1986, fl. 208, Livro 52.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁸⁹ Destacam-se alguns dos organismos do poder central tais como: a Secretaria de Estado da Cultura, a Secretaria de Estado do Ambiente, a Direcção – Geral de Turismo, Instituto Português do Património Cultural e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Municipal, sendo, em 1989⁹⁰, incorporado o fundo da Santa Casa da Misericórdia no mesmo serviço, delegando a este Arquivo a obrigação de tratar e conservar os vários espólios documentais depositados.

Em 14 de Maio do mesmo ano, observa-se um retrocesso à intenção de constituir o Centro de Arte e Cultura na Quinta do Saldanha e, em consequência, assiste-se a um manifesto contra a decisão do então presidente e do vereador do pelouro da cultura:

“A actual maioria ao não pretender realizar o projecto do Centro de Arte e Cultura comete um “grave erro” em relação ao Património do Montijo. A recuperação da Quinta do Saldanha e como tal o reconhecimento do Património Histórico – Cultural que encerra, estava nos nossos projectos. Percebemos claramente que à actual maioria o Património e a Cultura pouco lhes diga, pois já diversas vezes foi afirmado que a grande aposta é o desporto e que é aí que estão a investir. Para nós a recuperação da Quinta do Saldanha e a transformação deste no Centro de Arte e Cultura era a iniciativa cultural mais importante para o mandato – pois ir-se-ia criar no Montijo uma estrutura de apoio aos tempos de lazer da Juventude e um pólo de atenção para os municípios vizinhos. Entre outros o Centro iria contemplar um espaço de exposições, de teatro, de música, de animação, integrando harmonicamente no conjunto a Capela do Senhor dos Aflitos (recuperada) e a todo o conjunto arquitectónico envolvente. Paralelamente pretendia-se recuperar o sapal e não perder a nossa ligação ao rio. É pois com estranheza e descontentamento que vemos destruir uma iniciativa cultural e patrimonial com este conteúdo tão vasto.”⁹¹

Em contrapartida verificam-se nos anos 80 do século XX os primeiros passos para a classificação do património construído, acção importantíssima na defesa e salvaguarda do património local. São iniciados os processos de classificação das Igrejas Matriz do Espírito Santo de Montijo, a de São Jorge em Sarilhos Grandes, ambas consideradas, actualmente, como imóveis de interesse público e a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira em Canha, classificada actualmente, já só como imóvel de valor concelhio⁹².

⁹⁰ Acta da Reunião Ordinária Realizada em 28 de Abril de 1989, fl. 120, Livro 55. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁹¹ Acta da Reunião Ordinária Realizada em 14 de Maio de 1987, fl. 149, Livro 53. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁹² Acta da Reunião Ordinária Realizada em 27 de Novembro de 1987, fl. 331, Livro 53. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

É também indicada em reunião de Câmara a intenção de protecção e restauro do Cristo em Marfim, existente na Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos, possivelmente do século XVII-XVIII, o qual mereceu a deslocação de dois técnicos do anterior IPPC para procederem à sua inventariação, incluindo o seu registo fotográfico. Reconheceu-se, após visita dos técnicos, a necessidade de restauro deste património móvel, motivo porque se providenciou, na altura, o contacto com um técnico estrangeiro especializado na técnica de embutidos em marfim, na medida em que não existia, ao tempo, a nível nacional, nenhum técnico de restauro habilitado para o efeito⁹³.

Em 15 de Abril de 1988⁹⁴ é também avaliado o ponto de situação dos processos de classificação do património histórico edificado e dos edifícios que ainda não possuíam classificação oficial, mas que mereceram a atenção do executivo municipal, possivelmente com vista à sua futura classificação. Fazem parte destes últimos a Igreja de Jesus da Irmandade de Nossa Senhora de Madre de Deus Virgem Maria da Misericórdia de Aldeia Galega (com processo aberto no Instituto Português do Património, desde 24 de Junho de 1985), a Ermida do Nosso Senhor Jesus dos Aflitos (com processo de classificação não aberto, dando-se, no entanto, início ao inventário do Cristo de Marfim, da escultura representando uma *Pietà* (Fig.47 e 48) de madeira e uma figura da Virgem com o filho morto ao colo⁹⁵), a Capela de São Sebastião (sem processo aberto), a Ermida de Santo António (sem processo aberto, mas com intenção de classificação não só da ermida, mas também do edifício contíguo – Casa do Páteo d'Água), o Marco de Légua (sem processo aberto), a Ermida de São Sebastião ou Igreja da Misericórdia de Canha (sem classificação, mas com processo em aberto e enviado para o Instituto Português do Património Cultural em 20 de Abril de 1986), a Igreja de Atalaia e os Cruzeiros (sem processo aberto, nesta altura tendo-se verificado a

⁹³ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 22 de Janeiro de 1988, fl. 16, Livro 54.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁹⁴ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 15 de Abril de 1988, fl. 104 – 105, Livro 54.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁹⁵ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 28 de Outubro de 1988, fl. 285 – 286, Livro 54.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo. Participaram no inventário deste espólio técnicos do Instituto Português de Património Cultural onde se refere que as mesmas peças, nos termos da então legislação em vigor, não poderão ser alienadas ou enviadas para Fora do País sem a prévia autorização da Secretaria de Estado da Cultura, bem como não podem ser efectuadas quaisquer intervenções nas mesmas, como trabalhos de conservação, modificação ou restauro sem que o mesmo organismo central autorize.

prossecação deste apenas em Julho de 1988⁹⁶), Moinhos de Maré – quatro – um localizado no Saldanha, outro no Cais, na Mundet e o último na Lançada (não tendo nenhum deles classificação oficial e nenhum processo aberto para o efeito), finalmente foi referida a possibilidade de analisar a classificação do Fontanário de Pegões Velhos, que também não possuía processo aberto.

A Câmara Municipal de Montijo adere em 1989⁹⁷ ao Programa de Conservação do Património Cultural, promovido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (de ora em diante IEFP) o qual visava a realização de cursos de formação profissional na área de restauro do património cultural. Candidatou-se, para o efeito, aos cursos de Recuperação de Carpintaria em Edifícios, Recuperação de Fachadas e Interiores e Recuperação de Móveis em Madeira, ambos com duração de 11 meses, que decorreriam na Quinta do Saldanha e no antigo edifício da *Gazeta Sul*.

Cabia à Câmara suportar os custos da instalação e funcionamento, através da disponibilização dos edifícios já indicados, ficando o IEFP encarregue da selecção e pagamento dos estagiários, professores e monitores. Tratou-se de uma acção importante em termos locais, não só porque foi o primeiro curso de formação profissional na área patrimonial, como também, porque promoveu a divulgação da causa patrimonial a nível local.

Em 1990⁹⁸, o vereador Luís Graça apresenta à Autarquia uma carta de intenções com vista à protecção do património, efectuando-se, para o efeito, um levantamento dos edifícios ou zonas do Concelho a classificar, estabelecendo-se, por freguesia, planos de actuação na salvaguarda do património local.

Nesse mesmo ano, em 28 de Abril⁹⁹, foi enviada, através de ofício, pelo IPPC, a classificação como imóvel de valor concelhio do Fontanário de Pegões Velhos, situação oficializada publicamente apenas em 1993 através do Decreto n.º 45/93 (DIÁRIO DA

⁹⁶ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 22 de Julho de 1988, fl. 206, Livro 54.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁹⁷ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 20 de Janeiro de 1989, fl.14, Livro 55.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁹⁸ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 12 de Junho de 1990, fl.201 – 203, Livro 56.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

⁹⁹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 28 de Novembro de 1990, fl.419, Livro 56.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

REPÚBLICA, 30 de Dezembro de 1993, n.º 280).

Na freguesia de Montijo foi novamente levantado o problema da necessidade de retomar a causa antiga de aquisição de moinhos de maré. Com o reacender da discussão deste assunto de património local, teve-se a intenção de esclarecer as três situações existentes – a do Moinho das Assentas ou Mundet, a do Moinho do Cais (Fig.49) e a do Moinho da Lançada (Fig.50) – determinando-se acções efectivas para a aquisição e recuperação destes moinhos:

“Averiguar e esclarecer, em definitivo, a posse dos moinhos existentes. Reiniciar contactos havidos em mil novecentos e oitenta e três, para eventual aquisição do Moinho das Mundet (...). Iniciar a limpeza e o desassoreamento das caldeiras dos moinhos do Cais e da Lançada, recuperando e recolhendo os elementos materiais que estiveram submersos.”¹⁰⁰

Também foi apresentado o desejo de adquirir alguns exemplares de moinhos de vento mais significativos na freguesia, referindo-se a urgente necessidade de apoios ao restauro da Igreja da Misericórdia de Montijo e a necessidade de proteger o conjunto urbano da Quinta do Pátio d’Água, classificado como valor concelhio, do Edifício dos Paços do Concelho, incluindo a recuperação das fachadas, claustros, tectos, substituição da caixilharia de alumínio e, por fim, a Ermida Senhor dos Aflitos, pertencente à Quinta do Saldanha, incluindo, para o efeito, a intenção de classificação do conjunto e de algumas obras necessárias à recuperação destes edifícios.

Em termos da promoção do turismo cultural, pretendeu-se apresentar a elaboração de um roteiro turístico da cidade com vista à “...*promoção turística do concelho de Montijo...*”¹⁰¹.

Em 1991 são sucessivos os propósitos para a reabilitação e recuperação do património construído, religioso e civil, contudo os problemas financeiros que a Câmara atravessava, nessa altura, tornaram-nos não exequíveis.

¹⁰⁰ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 12 de Junho de 1990, fl. 201, Livro 56.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

¹⁰¹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 5 de Setembro de 1990, fl. 293, Livro 56.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Foram apresentadas várias intenções, para a recuperação do património cultural, como sejam: o projecto de candidatura da recuperação do edifício da Galeria Municipal ou Assembleia Municipal; as múltiplas tentativas de restauro da Igreja de São Jorge de Sarilhos Grandes¹⁰²; a possibilidade de recuperação de um moinho de maré¹⁰³ (embora inviabilizado pelo facto de não existir dentro dos *corpus municipal* ninguém habilitado para o efeito); o restauro da Igreja da Misericórdia e o da fachada do Edifício dos Paços do Concelho¹⁰⁴.

Em relação ao património religioso, verificam-se as sucessivas transferências de responsabilidades entre o Patriarcado e a Câmara, o que origina uma inoperância no restauro deste tipo de monumentos.

O vereador José Bastos, na reunião realizada em Maio de 1991, indica o problema de fundo que existia, nesta altura, relativamente à recuperação, protecção e salvaguarda do património construído existente no Concelho. O mesmo indicia as diversas intenções de recuperação que a Câmara pretendeu levar a efeito nos últimos anos e a inoperância na verdadeira recuperação do património, apresentando, também, o estado de degradação em que alguns dos monumentos se encontravam, tais como, os moinhos de maré e o cruzeiro da Atalaia¹⁰⁵.

Após visita ao Fontanário de Pegões (Fig.51) da Chefe da Divisão de Educação e Cultura, do Chefe da divisão de Obras Municipais e de uma técnica superior com formação em História, verificou-se que o mesmo, para além de estar em mau estado de conservação, estava ameaçado por obras de escoamento de águas, efectuadas após a sua classificação. A responsabilidade desta situação era da Direcção Regional de Estradas do Distrito de Setúbal. Prevenindo esta situação, na acta de Reunião Ordinária, realizada em 29 de Maio de 1991, alertou-se para a irregularidade a que este monumento estava sujeito:

¹⁰² *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 6 de Março de 1991, fl. 121, Livro 57. Acta de Reunião Ordinária Realizada em 20 de Março de 1991, fl.134, Livro 57. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Câmara Municipal de Montijo.*

¹⁰³ Não foi referido qual o moinho escolhido para a recuperação.

¹⁰⁴ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 15 de Maio de 1991, fl.216, Livro 57. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.*

¹⁰⁵ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 29 de Maio de 1991, fl.232-233, Livro 57. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.*

*“...não foi cumprida a Lei número treze barra oitenta e cinco de seis de Julho nos seus artigos vinte e dois e vinte e três que se citam: - Artigo vinte e dois – UM – Os imóveis classificados pelo Ministério da Cultura dispõem sempre de uma zona especial de protecção. – DOIS – Deverá ser fixada uma zona especial de protecção, em prazo a estabelecer pelo Ministério da Cultura, sob proposta do IPPC com audição das autarquias, nela podendo incluir-se uma zona «non eadificandi» em todos os casos, salvo naqueles cujo enquadramento fique perfeitamente salvaguardado com a zona de protecção tipo. – TRÊS – Enquanto não for fixada uma zona especial de protecção, os imóveis classificados beneficiarão de uma zona de protecção de cinquenta metros, contados a partir dos limites exteriores do imóvel. – Artigo vinte e três – UM – As zonas de protecção dos imóveis classificados nos termos do artigo anterior são servidões administrativas, nas quais não podem ser autorizadas, pelas câmaras municipais ou por outras entidades, alienações ou quaisquer obras de demolição, instalação, construção, reconstrução, criação ou transformação de zonas verdes, bem como qualquer movimento de terras ou dragagens, nem alteração ou diferente utilização contrária à traça originária, sem prévia autorização do Ministério da Cultura.”*¹⁰⁶

Ficou então na mesma acta acordado que a Junta de Freguesia de Santo Isidro de Pegões procederia ao contacto com a Direcção Regional de Estradas do Distrito de Setúbal, para que o escoamento de águas não fosse efectuado junto do Fontanário e a mesma Direcção disponibilizasse mão-de-obra para que se procedesse à limpeza do monumento, sendo todo o processo acompanhado por técnicos da Câmara.

Foi apresentada a proposta de realização de um Protocolo entre a Santa Casa da Misericórdia de Montijo e a Câmara Municipal de Montijo (Arquivo Municipal) no sentido de a Câmara preservar, em regime de depósito, o Fundo documental da Santa Casa da Misericórdia e disponibilizar a consulta do mesmo à comunidade local, nos termos do regulamento do Arquivo Histórico Municipal. A realização do referido protocolo só se viria a concretizar, a 31 de Outubro de 1991¹⁰⁷.

“A Santa Casa da Misericórdia cede à Câmara Municipal de Montijo, para

¹⁰⁶ Acta da Reunião Ordinária Realizada em 29 de Maio de 1991, fl. 241-242, Livro 57. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹⁰⁷ Acta da Reunião Ordinária Realizada em 12 de Novembro de 1991, fl. 470, Livro 57. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

conservação, estudo e valorização o seu Arquivo Histórico, constituído por cento e três livros manuscritos e cerca de três mil e oitenta e nove documentos avulsos.”¹⁰⁸

Após inúmeros contactos efectuados entre a Câmara e o IPPC, relativamente ao estado de conservação do Cruzeiro da Atalaia, deslocou-se um técnico no dia 19 de Julho de 1991, que considerou grave o estado de conservação do referido monumento, ficando este mesmo técnico responsável pelo envio de um parecer, no sentido de se actuar na resolução do problema¹⁰⁹.

Em 1992, continuam as doações de espólio para o Museu Municipal de Montijo, desta vez relativas a duas máquinas da indústria corticeira oferecidas pelas empresas Decor-Cork de Sarilhos Grandes e Mariano & Sousa, Lda., do Afonsoeiro¹¹⁰.

Em Junho de 1992, a Câmara Municipal de Montijo formalizou a sua adesão à Associação Portuguesa de Municípios com Centros Históricos para a salvaguarda e conservação dos Centros Históricos existentes no Concelho de Montijo. Em simultâneo, a Divisão de Educação e Cultura propôs a criação de um Gabinete pluridisciplinar, de revitalização e salvaguarda dos núcleos históricos do Concelho, com a finalidade de identificar as áreas a preservar, as áreas de renovação integrada e as áreas de expansão, para o desenvolvimento do Plano Director Municipal, efectuando, para o efeito, uma candidatura para a criação do Gabinete Técnico Local que em parceria com o Pelouro da Cultura desenvolveria trabalho de diálogo entre a preservação e renovação desses centros no Concelho¹¹¹.

A segurança dos bens móveis existentes nas Igrejas do Concelho também constituía uma preocupação nesta altura, por essa razão, em Maio de 1993 é proposto pela Chefe da Divisão da Educação e Cultura a elaboração de um protocolo entre a Câmara Municipal de Montijo e a Igreja Matriz com vista “à *salvaguarda das imagens*

¹⁰⁸ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 12 de Junho de 1991, fl. 269, Livro 57.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹⁰⁹ *Acta da Reunião Ordinária Realizada em 24 de Julho de 1991, fl. 332-333, Livro 57.* Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹¹⁰ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 29 de Junho de 1993, fl.377, Livro 58.* Fundo da Câmara Municipal Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹¹¹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em de 1993, fl.54, Livro 1.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

existentes na Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos e Cristo oferecido à Ermida de São Sebastião”¹¹².

No mesmo ano assiste-se a uma nova aquisição pela Câmara Municipal de Montijo, a Quinta da Atalaia (Fig.52), um imóvel constituído por:

*“...casa principal de dois pisos; adega na cave da casa principal; 2 casas térreas desabitadas; casa dos lagares de azeite; casa do Alambique; alpendre; palheiro; pátio central com moinho de vento e poço de pedra; pátio lateral exterior. POMAR – ESTRUTURAS EXISTENTES – sistemas de caleiras no solo e no muro, 2 tanques de rega com gargulhas em pedra; 1 poço em cantaria; 1 moinho de vento metálico, fonte no muro em cantaria.”*¹¹³

Esta aquisição teve como intenção de transformar o imóvel em Museu Rural, através da reconversão do palheiro em espaço de exposições com alfaias agrícolas e, ao mesmo tempo, valorizar o património histórico e natural através da sensibilização da população para a necessidade de equilíbrio natural, através da realização de actividades pedagógicas na área do ambiente, no pomar e na horta da referida quinta.

O seu enquadramento museológico foi efectuado em 1995¹¹⁴, altura em que se tornou público a equipa responsável pelo planeamento museológico do Museu Agrícola e Parque Biológico da Atalaia, actual Quinta Nova da Atalaia, dos quais faziam parte o director do Doma, Eng.º Monteiro da Costa, a coordenadora da Divisão do Ambiente, Eng.º Constança Andrez, a coordenadora do Museu Municipal, Dr.ª Isabel Lucas e um assessor na área de Museologia Dr. António Nabais. Em Fevereiro do mesmo ano¹¹⁵ decorreu uma acção de formação para o pessoal do Museu Municipal de Montijo, sob a orientação do Dr. António Nabais. Esta acção teve como intenção a elucidação de práticas correntes da museologia.

¹¹² Acta da Reunião Ordinária realizada em de 1993, fl.8, Livro 1. Fundo da Câmara Municipal Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹¹³ Acta da Reunião Ordinária realizada em de 1993, fl.94, Livro 1. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹¹⁴ Acta da Reunião Ordinária realizada em 1 de Fevereiro de 1995, fl.66-67, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹¹⁵ Acta da Reunião Ordinária realizada em 2 de Março de 1995, fl.121, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Após dois anos, no dia 25 de Abril de 1997¹¹⁶, foi apresentado o Projecto de Arquitectura do Museu Agrícola da Quinta da Atalaia:

“PROPOSTA N.º 476/97 – PROJECTO DO MUSEU DA QUINTA NOVA DA ATALAIA – Com emissão do alvará n.º. 220/96 a que se refere o loteamento urbano na Atalaia em nome de Marquinob- sociedade de Construções e Desenvolvimento Imobiliário , S.A. foi cedida a Quinta da Atalaia para domínio privado da Câmara. Para este espaço prevê-se em termos de Plano de Actividades de 1997 a instalação do Museu/Parque Biológico o qual faz parte da implementação da 1.ª fase do Plano Museológico do Concelho. Este projecto de arquitectura é constituído por várias fases sendo esta agora apresentada a recuperação da adega e lagar considerando-se a área em melhores condições de construção no contexto global. Com este projecto propõe-se recriar a imagem de construção popular deste tipo de quintas, prevendo-se que todo o equipamento mecânico de laboração de vinho e azeite deve ser recuperado de forma a funcionar para eventual activação. Assim e considerando que este projecto foi desenvolvido pelos sérvios em colaboração com a Arqtª. Ana Fonseca e que o mesmo corresponde bastante bem ao programa pré-definido para a sua elaboração. (...) Deliberação: Aprovada por unanimidade.”¹¹⁷ .

A Biblioteca Municipal, em funcionamento no edifício Casa Mora, é, no dia 13 de Novembro de 1993, reinaugurada no novo edifício da Casa dos Magistrados, situação que veio possibilitar a instalação do Museu na Casa Mora. Assim, no dia 28 de Novembro de 1993, assiste-se à inauguração do Museu Municipal de Montijo. O espólio era composto, nesta altura, por objectos históricos que ilustram a História do Concelho¹¹⁸:

“...o Museu Municipal foi criado com o objectivo primário de corresponder às aspirações sentidas pelos munícipes do nosso concelho, pretende ser, também, uma forma privilegiada de apoio às práticas pedagógicas dos diferentes estabelecimentos de ensino, bem como um local a incluir nos

¹¹⁶ Acta da Reunião Ordinária realizada em 7 de Maio de 1997, fl.118, Livro 5. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹¹⁷ Acta da Reunião Ordinária realizada em 25 de Maio de 1997, fl.147, Livro 5. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹¹⁸ Acta da Reunião Ordinária realizada em de 1993, fl.177, Livro 1. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

percursos e itinerários dos visitantes de ocasião.”¹¹⁹

Em Fevereiro de 1994¹²⁰ estava já implementado um plano de promoção de visitas guiadas, que contavam com a realização de materiais de apoio pedagógico para a execução das mesmas.

Nesse mesmo ano é referida a intenção de preservação do Moinho Velho (Moinho de Vento do Esteval), no âmbito de um projecto de loteamento urbano do Esteval:

*“...com a obrigação do projecto de loteamento contemplar a preservação do moinho aí implantado, sem prejuízo de benfeitorias de modernização e/ou adaptação que forem tidas por necessárias. É que se trata de uma das poucas peças do mobiliário rural, evocativas da actividade moageira eólica da velha Aldeia Galega, possuidora, também do melhor painel azulejado, evocando a Senhora da Atalaia.”*¹²¹

Situação que viria a concretizar-se apenas em 2000, com a recuperação *in situ* deste elemento patrimonial cujo estudo foi desenvolvido pelo investigador Jorge Miranda e integrado no Programa de Renovação Urbana.

No dia 5 de Junho de 1994 comemorou-se o Dia Mundial do Ambiente, o qual contou com uma semana dedicada ao tema. Desenvolveu-se no Concelho de Montijo uma campanha de sensibilização ambiental¹²², na qual participaram vários técnicos de diferentes áreas como são a Cultura, a Educação e o Ambiente. O programa versou diferentes actividades das quais se destaca a participação do Museu Municipal, na dinamização de visitas guiadas ao jardim da Casa Mora, que contaram com a identificação das plantas existentes neste espaço, através da colocação de placas

¹¹⁹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em de 1993, fl.188, Livro 1.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹²⁰ *“MUSEU MUNICIPAL – VISITAS GUIADAS – Têm-se realizado diversas visitas guiadas ao Museu Municipal, nas quais participaram alunos das Escolas Primárias n.º 1, n.º 3 e n.º 6 de Montijo e da Escola Primária de S. Francisco. Com o objectivo de criar documentação de apoio a estas visitas, elaborou-se uma ficha com um jogo de palavras cruzadas sobre o Montijo.”* *Acta da Reunião Ordinária realizada em 23 de Fevereiro de 1994, fl.26, Livro 2.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹²¹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 23 de Fevereiro de 1994, fl.30, Livro 2.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹²² *Acta da Reunião Ordinária realizada em 25 de Maio de 1994, fl.87, Livro 2.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

identificadoras em cada uma das espécies. Esta actividade teve como intenção aprender a reconhecer e preservar espécies naturais existentes no Concelho.

Em Setembro de 1994 realizaram-se, no Concelho de Montijo, as Jornadas Europeias do Património, durante as quais se lançou a 1.^a colecção de postais sobre o Património Concelhio. Foram apresentadas diferentes comunicações sobre o património e história local:

“Dia 11 de Setembro – 15h00 – lançamento da 1.^a colecção de Postais sobre o Património Concelhio. 16h00 – Património e História Locais. PAINEL 1 – “Raízes do Poder Local: o foral de 1514, de Aldeia Galega” Dr. Joaquim Carreira Tapadinhas Professor e Investigador de História Local. “Moinho de Maré do Barreiro – uma proposta de metodologia de trabalho” Dr.^a. Ana Leal Técnica Superior Autárquica. “Património Regional e Local num contexto museológico: o Concelho de Montijo” Dr. António Nabais Museólogo e Historiador. Dia 17 de Setembro – 14h00 – Passeio no Tejo. 16h00 – Património e História Locais. PAINEL 2 – “O Marco Concelhio da Atalaia: uma peça do equipamento histórico-cultural do Montijo” Dr. Luís Graça Professor. (...) “Património e Musealização no Concelho de Montijo” Dr. Fernando António Pereira Conservador do Museu de Setúbal / Convento de Jesus.”¹²³.

Além do Moinho de Vento do Esteval, era intenção da Câmara Municipal adquirir outro imóvel de interesse municipal, o Cinema-Teatro Joaquim de Almeida. Para o efeito foram apresentadas as intenções de recuperação deste imóvel através da realização de iniciativas que visassem ressaltar a importância patrimonial deste edifício na comunidade local.

Assim, realizou-se um fórum-debate, organizado pela Câmara Municipal de Montijo, do qual se concluiu que o “...Cine-Teatro Joaquim de Almeida deve ser salvaguardado, recuperado e reutilizado pela população de Montijo, e neste objectivo se empenham a autarquia, associação e cidadãos interessados, sendo indispensável o concurso da Administração Central;”¹²⁴.

¹²³ Acta da Reunião Ordinária realizada em 31 de Agosto de 1994, fl.144, Livro 2. Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal.

¹²⁴ Acta da Reunião Ordinária realizada em 24 de Outubro de 1994, fl.195, Livro 2. Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal.

Também no dia 5 de Outubro de 1994¹²⁵, se inaugurou, no Museu Municipal de Montijo, uma exposição sobre o actor Joaquim de Almeida, intitulada “Joaquim de Almeida, o actor e o Cine-Teatro” que esteve patente até ao mês de Dezembro do mesmo ano. Um ano mais tarde dá-se início¹²⁶ ao processo de classificação do Cinema-Teatro Joaquim de Almeida.

Em 1998 é apresentada a proposta de aquisição deste imóvel, tal como menciona a Acta de Reunião de Câmara realizada no dia 28 de Outubro do mesmo ano:

“...O actual executivo municipal (...) considerou prioritário que de imediato se diligenciassem negociações (...) tendo em vista a sua compra durante este ano, por manifesto ser o interesse cultural para a preservação da memória urbana do centro da cidade e para o desenvolvimento da cultura local (...). Com efeito, o edifício em causa foi construído em Outubro de 1957 e encontra-se encerrado há oito anos com visíveis sinais exteriores e interiores de degradação o que urge acautelar e a breve trecho remodelar por forma a melhor servir a cultura de Montijo nas suas múltiplas expressões artísticas e preservar as tradições locais que pelo tempo se têm infelizmente perdido. A salvaguarda e recuperação deste património arquitectónico e cultural traduz o mais vivo sentir da comunidade, reconhecida que é a excelência das potencialidades intrínsecas que possui.”¹²⁷

Situação concretizada apenas a 1 de Fevereiro de 1999, tornando-se este edifício património cultural de todos os Montijenses. Em Março de 2004¹²⁸ apresenta-se a proposta para a aprovação do Projecto de remodelação e reabilitação do interior do Cinema-Teatro Joaquim de Almeida, tendo sido concretizado a 14 de Agosto de 2005, com a abertura ao público deste elemento patrimonial.

Além dos imóveis referidos anteriormente, a Câmara Municipal adquire algumas

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Acta da Reunião Ordinária realizada em 13 de Dezembro de 1995, fl.679, Livro 2. Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal.

¹²⁷ Acta da Reunião Ordinária realizada em 28 de Outubro de 1998, fl.208, Livro 6. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹²⁸ Acta da Reunião Ordinária realizada em 17 de Março de 2004, fl.44, Livro 13. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

embarcações tradicionais, tais como as embarcações “Deolinda Maria” e a “Lubélia Maria”.

A Canoa “Deolinda Maria”¹²⁹ construída em Montijo, na década de 60, pertencia, então, à família do seu actual mestre, José António Aranha. Em 1993, foi adquirida pela Câmara Municipal de Montijo.

A embarcação “Lubélia Maria”¹³⁰ foi recuperada em 1958, a partir de uma embarcação de pesca, pertencendo, então, ao seu mestre, António João Coelho de Sousa. Esta foi adquirida pela Câmara Municipal de Montijo no início dos anos 90 do século XX.

Estas duas embarcações tradicionais destinavam-se “...a fins museológicos / turísticos...”¹³¹. Nas comemorações do 25 de Abril, de 1995, foram realizados passeios no Tejo, a bordo destas duas embarcações. Além destas, estava também a decorrer o processo de aquisição de uma terceira embarcação, a “Jorge Rui”¹³².

Em Junho de 1995, realizou-se o lançamento da publicação da Câmara Municipal de Montijo¹³³ “Foral das Vilas de Alcochete e Aldeia Galega (Montijo) – 1515” de autoria do Dr. António Nabais.

O Museu Municipal de Montijo, após a sua inauguração, começa a desempenhar um papel fundamental na divulgação da História do Concelho, visível através de iniciativas culturais que promoveu. Em Setembro de 1995¹³⁴ este serviço organiza um concurso de Pintura, Desenho e Fotografia no âmbito das Jornadas Europeias do Património que se

¹²⁹ Trata-se de uma Canoa de madeira de pinho, constituída por *proa* (com ponto de referência), *polpa* (com o leme), *costado*, *cinta* e *falca*. Possui vela latina, *convés* corrido e motor fixo de 1920, posteriormente adaptado a esta embarcação. A sua decoração sofreu alterações ao longo dos tempos. A primeira pintura decorativa foi escolhida segundo o Mestre do Estaleiro do Gaio Rosário (Moita), com coloração azul e branco, situação que se veio alterar em 1993, quando a mesma foi pintada a verde e amarelo, tendo recentemente voltado às suas cores originais.

¹³⁰ É uma canoa motorizada constituída por convés de madeira corrido e fibrado, composta por *proa* (com ponto de referência), por *polpa* arredondada (com o leme), *costado*, *cinta* e *falca*. Possui pintura a branco e a *cinta* encontra-se decorada a preto.

¹³¹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 1 de Fevereiro de 1995, fl.67, Livro 2.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹³² *Acta da Reunião Ordinária realizada em 6 de Setembro de 1995, fl.528, Livro 2.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹³³ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 7 de Junho de 1995, fl.354, Livro 2.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹³⁴ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 30 de Agosto de 1995, fl.513, Livro 2.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

realizaram no dia 17 de Setembro, no Jardim da Casa Mora.

Em Outubro do mesmo ano¹³⁵ inicia-se o processo de musealização do espólio do Maestro e Compositor Jorge Peixinho, formado, na sua maioria, por objectos musicais e etnográficos, objectos pessoais, letras, partituras musicais, livros, fotografias (Fig.53) e bobines, que integraram a “Exposição Sobre a Vida e Obra de Maestro Jorge Peixinho” inaugurada a 28 de Abril de 1996¹³⁶, no Museu Municipal.

Em Setembro de 1995¹³⁷ assistiu-se a acções de recuperação e beneficiação de dois Edifícios municipais, o edifício dos Paços do Concelho e a Galeria para instalação da Assembleia Municipal.

Houve também a intenção de aquisição e recuperação de outro imóvel de interesse patrimonial para o Concelho. Para o efeito, realizam-se algumas negociações entre a Câmara Municipal de Montijo e a empresa SIPSA – Sociedade Imobiliária Portuguesa, S.A., com vista à instalação do Museu de Cortiça de Montijo nos terrenos da Fábrica Mundet, acção essencial para a valorização do património industrial existente no Concelho:

“Ficou estabelecido que seria preservado: Zona Verde; Moinho de Maré; Preservação da área para o Museu da Cortiça. Esta empresa propõe-se organizar e manter o Museu da Cortiça, para o qual reservará o seguinte equipamento: Depósito; 2 chaminés; Conjunto de condutas, tabulações e área de trituradores; Área a integrar no novo espaço de lazer onde se instalará o Museu. No passado dia 26 de Setembro, deslocámo-nos àquele antigo espaço fabril – Mundet, a fim de se definir a área a musealizar. Em breve será assinado entre a Câmara e aquela empresa, o protocolo de acordo sobre esta matéria.”¹³⁸.

¹³⁵ Acta da Reunião Ordinária realizada em 4 de Outubro de 1995, fl.26, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹³⁶ Acta da Reunião Ordinária realizada em 2 de Maio de 1996, fl.240, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹³⁷ Acta da Reunião Ordinária realizada em 6 de Setembro de 1995, fl.533, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹³⁸ Acta da Reunião Ordinária realizada em 4 de Outubro de 1995, fl.573-574, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

A Câmara Municipal de Montijo em 1996 concorre a fundos comunitários para os projectos de recuperação do Fontanário de Pegões, para a Capela de Santo António e para a Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos:

“No domínio dos Fundos Comunitários: Preparação em termos técnicos e administrativos de processos e entrega nas entidades competentes de projectos de candidatura: - Recuperação no Fontanário de Pegões, Capela de Santo António e Igreja de N. Sr. dos Aflitos – Projectos-piloto na área da Salvaguarda e valorização do património barroco e arqueológico europeu.”¹³⁹.

A realização de conferências e encontros culturais, com vista à divulgação do património do Concelho, começaram a realizar-se de forma mais sistemática. No dia 30 de Novembro de 1996¹⁴⁰ concretizou-se uma conferência no salão da Casa do Povo de Canha sobre “Os Forais de Canha”, proferida pelo Dr. José Manuel Vargas.

No dia 1 de Fevereiro de 1997¹⁴¹ realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho uma Conferência proferida pelo Dr. António Nabais intitulada “Aldeia Galega do Ribatejo e as Rotas Terrestres”.

No dia 1 de Março de 1997¹⁴², no Círio da Carregueira, na Atalaia teve lugar a apresentação pública da obra “Tradições Religiosas entre o Tejo e o Sado – Os Círios da Atalaia”, de autoria do Dr. Luís Marques.

No âmbito do programa de Homenagem a Jorge Peixinho, realizou-se no dia 20 de Abril de 1997, um concerto no Salão Nobre, de Daniel Kientzy e Reina Portuendo. Foram apresentadas três obras compostas especialmente para este concerto, sendo estreia mundial¹⁴³.

¹³⁹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 2 de Julho de 1996, fl.379, Livro 4.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹⁴⁰ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 4 de Dezembro de 1996, fl.549, Livro 4.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹⁴¹ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 5 de Fevereiro de 1997, fl.20, Livro 5.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹⁴² *Acta da Reunião Ordinária realizada em 5 de Março de 1997, fl.48, Livro 5.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹⁴³ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 7 de Maio de 1997, fl.120, Livro 5.* Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Uma vez adquiridos espaços museológicos e tendo a intenção política de adquirir outros, a Câmara Municipal apresenta em 1998, a proposta de actuação para o pelouro da Cultura, onde se referem as intenções de “*Implementação dos Núcleos Museológicos do concelho; - Gestão e Dinamização dos Museus; - Promoção de acções de atracção; - Levantamento, gestão e manutenção do património cultural...*”¹⁴⁴. Em 18 de Março de 2008 reforça-se a ideia de munir o Concelho com uma *Rede Museológica* capaz para rentabilizar o Património Cultural e Natural. É referida a intenção da constituição de um grande projecto patrimonial que contemple a acção nas diferentes unidades museológicas existentes e a constituir no Concelho:

“...3 - *Equipamentos Sócio-Culturais e Desportivos – Rede Museológica – Projecto de grande envergadura. Passa pela requalificação do núcleo sede, pela instalação do núcleo da Quinta da Atalaia, futuro Museu Agrícola, núcleo da Cortiça – nas antigas instalações da Mundet – núcleo de Arte Sacra, núcleo de Arte Moderna – na casa Pátio d’Água – e o núcleo de Transportes e Comunicações, a instalar na antiga estação de caminho de ferro de Montijo. Custo estimado – 50.000 contos*”¹⁴⁵

E em Fevereiro de 1999¹⁴⁶ são apresentados os projectos concretizados e os projectos em fase de concretização pela Câmara Municipal, tais como, o Arranjo da Zona Ribeirinha do Montijo, relativamente à elaboração do projecto de arquitectura do Moinho do Cais; a recuperação do edifício dos Paços do Concelho que se encontrava em execução; a recuperação da Galeria Municipal e instalação da Assembleia; e finalmente, a recuperação da Quinta da Nova da Atalaia, prevendo-se a sua musealização e constituição de um parque biológico, abandonando-se a ideia da recuperação de uma fábrica de cortiça e a constituição de um Museu da Cortiça no Concelho.

A actuação do poder local passa também, a partir de 1999, a incluir trabalhos de levantamento e inventário do património etnográfico, arqueológico e histórico, tal como

¹⁴⁴ Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal. Acta da Reunião Ordinária realizada em 9 de Janeiro de 1998, fl.3, Livro 6.

¹⁴⁵ Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal. Acta da Reunião Ordinária realizada em 18 de Março de 1998, fl.37, Livro 6.

¹⁴⁶ Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal. Acta da Reunião Ordinária realizada em 3 de Fevereiro de 1999, fl.25, Livro 7.

confirmam os protocolos assinados em Outubro de 2000 e celebrados entre a Câmara Municipal de Montijo e o Museu Nacional de Arqueologia. Este protocolo teve em vista a realização de Levantamentos Culturais, tais como o Levantamento do Património Náutico-Piscatório de Montijo e o Levantamento do Património Arqueológico, tal como é mencionado na Acta de Sessão de Câmara n.º 21/00:

“...O Levantamento do Património Náutico – Piscatório Concelhio será um marco de forte importância cultural. – Apresenta grande relevância a sensibilização das populações para a importância da preservação do património náutico-piscatório. – Os municípios dispõem de atribuições no domínio do Património (cfr. Artigo 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro). – É da competência dos órgãos municipais organizar e manter actualizado um inventário do património cultural, urbanístico e paisagístico existente na área do município (cfr. Artigo 20º, n.º2, alínea d) da Lei 159/99, de 14 de Setembro).”¹⁴⁷.

“...É importante para a História do Concelho a realização do Levantamento Arqueológico do Concelho de Montijo, abrangendo a totalidade dos períodos históricos – desde a Pré-História Antiga até à época Tardo-Romana. – A Publicação e edição em livro da “Carta Arqueológica do Concelho de Montijo” será um marco de forte importância cultural”¹⁴⁸.

Em 2004 a Câmara Municipal de Montijo realiza um protocolo com a Sociedade União Piscatória Aldegalense “...Considerando a competência da Câmara Municipal no âmbito da conservação do património cultural, nomeadamente ao nível da preservação dos costumes e das tradições populares. (...) PROPÕE-SE: Que a Câmara Municipal delibere favoravelmente (...) o Protocolo a celebrar com a SCUPA – Sociedade União Piscatória Aldegalense...”¹⁴⁹ para a preservação do património etnográfico e tradicional.

O poder local também apoiou acções que visaram a segurança das Igrejas do Concelho,

¹⁴⁷ Acta da Reunião Ordinária realizada em 25 de Outubro de 2000, fl.347-348, Livro 8. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹⁴⁸ Acta da Reunião Ordinária realizada em 25 de Outubro de 2000, fl.348, Livro 8. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹⁴⁹ Acta da Reunião Ordinária realizada em 4 de Fevereiro de 2004, fl.14, Livro 13. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

tal como foi o subsídio concedido à Paróquia de São Jorge de Sarilhos Grandes, que teve como fim o pagamento das despesas que a referida Igreja teve na instalação de um alarme de segurança e detecção de incêndios e intrusão, a fim de salvaguardar o edifício, bem como do seu recheio artístico:

“O Edifício da Paróquia de São Jorge de Sarilhos Grandes é considerado um dos monumentos de maior interesse cultural não só da freguesia de Sarilhos Grandes como do concelho de Montijo, mas tem vindo ao longo dos anos a ser fustigado por sucessivos roubos e actos de vandalismo, tendo já perdido parte importante do seu espólio artístico e cultural.(...) Considerando que compete à Câmara Municipal (...) apoiar e participar, pelos meios adequados, no apoio de actividades de interesse municipal (...)”¹⁵⁰.

Em Outubro de 2004 dá-se a abertura do concurso para a Requalificação da Zona Ribeirinha do Montijo, referindo-se a necessidade de proporcionar uma gestão sustentável da frente ribeirinha, tendo em vista:

“a reabilitação e a requalificação das áreas poluídas e degradadas e consecutivamente garantir e ordenar a defesa do ambiente urbano; (...) a sensibilização e educação no domínio do ambiente urbano; (...) recuperar e valorizar as estruturas ecológicas inseridas na malha urbana; (...) aumentar a área verde urbana em condições de continuidade territorial, claramente no sentido de uma nova forma de viver a cidade; (...) a execução de um dique em talude que origina a criação de um espelho de água com três canais de descarga comandados por comportas, e no arranjo do Cais das Faluas e Cais dos Vapores (...) a ligação entre as margens do Cais das Faluas será feita através de uma ponte em estrutura metálica aligeirada, que será móvel num dos extremos, de modo a permitir o acesso a fragatas no antigo cais da cidade (...) A valorização desta zona se consubstancia numa reflexão notoriamente positiva no que diz respeito à melhoria significativa da qualidade visual da paisagem urbana ribeirinha e na qualificação do espaço público;”¹⁵¹

Em Dezembro do mesmo ano processa-se a abertura do concurso para a reparação das

¹⁵⁰ Acta da Reunião Ordinária realizada em 3 de Março de 2004, fl.30-31, Livro 13. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹⁵¹ Acta da Reunião Ordinária realizada em 7 de Outubro de 2004, fl.171, Livro 13. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

fachadas e cobertura do Edifício da Quinta do Pátio de Água, uma vez que o mesmo se encontrava em mau estado de conservação, referindo-se que “...é necessário salvaguardar o património arquitectónico e cultural do concelho, de forma a que as populações possam usufruir das suas referências históricas e culturais;”¹⁵², situação que só se viria a concretizar no ano de 2007.

Em 29 de Junho de 2005 concretiza-se mais uma obra no domínio patrimonial e museológico, como foi a inauguração do Moinho do Cais (Fig.54). Actualmente assume-se como um importante núcleo museológico, com musealização *in situ*, com exposição de objectos arqueológicos e objectos etnográficos.

No ano de 2006 inicia-se a inventariação do espólio existente no Museu Municipal de Montijo, dos quais se destacam o espólio do Maestro Jorge Peixinho, composto maioritariamente por objectos etnográficos, musicais e pessoais, “...o espólio do Maestro Jorge Peixinho (...) está a ser objecto de tratamento e de inventariação. Como património riquíssimo que é, está prevista a sua exposição para poder ser apreciado e admirado no Salão do Museu Municipal.”¹⁵³, o espólio etnográfico da Quinta Nova da Atalaia e o espólio arqueológico, resultante das investigações da Carta Arqueológica concelhia, depositados no Museu Municipal a título definitivo.

Em Agosto do mesmo ano dá-se início à abertura de concurso público, para a empreitada a realizar no núcleo museológico da Quinta Nova da Atalaia, designado por “Reabilitação do Espaço Museológico da Atalaia”:

“Considerando que: A Reabilitação insere-se numa política de recuperação, reabilitação e valorização do património edificado cultural do Concelho, daí que a Autarquia pretenda com esta obra, salvaguardar, preservar e viabilizar a memória das gentes e actividades do Concelho; O acordo de colaboração entre a Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR/LVT) e a Autarquia foi celebrado em 10 de Janeiro de 2006; O contrato n.º 504/2006 (Acordo de Colaboração) saiu

¹⁵² Acta da Reunião Ordinária realizada em 9 de Dezembro de 2004, fl.195, Livro 13. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

¹⁵³ Acta da Reunião Ordinária realizada em 21 de Junho de 2006, fl.80, Livro 15. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

*publicado no Diário da República, II Série, n.º 63 no dia 29 de Março; (...)
Deliberação: Aprovada por unanimidade.*¹⁵⁴.

A reabilitação decorre actualmente e contará com a beneficiação dos espaços de exposição, como são o lagar de azeite, de vinho e um espaço para as exposições temporárias, bem como espaços para a execução do serviço educativo, para a oficina de conservação e restauro e para as reservas museológicas.

A Câmara Municipal aposta a partir do ano 2005 em publicações locais, tais como a *Colecção de Estudos Locais* com o lançamento de várias publicações a “Carta Arqueológica do Concelho do Montijo: do Paleolítico ao Romano”; “Tomás Luís e o Retábulo da Igreja da Misericórdia”; “Quinta do Pátio d’Água – Entre um Laranjal da China e o Cais das Faluas”; “Moinho de Maré do Cais das Faluas – O Renascer de uma Memória”; e mais recentemente, em 2007, “Montijo – Um Património a Preservar”. Estas acções mostram-se importantíssimas na protecção e divulgação do património local.

A reabilitação da *Zona Ribeirinha* veio requalificar a zona à beira-rio e tornar um espaço privilegiado e de lazer onde a comunidade pode apreciar o património natural e cultural do Concelho.

Como se verificou, começaram por serem desenvolvidas acções embrionárias para a defesa do património local nos anos 80 do século XX, primeiro pelo CHCM, e depois por parte do poder local onde se verificam acções plurais com vista à protecção e recuperação do património cultural, principalmente o património edificado e o património móvel.

Nos últimos anos têm sido desenvolvidas acções que se mostram fundamentais para a preservação do património, como foram os levantamento e inventários realizados a partir de 2000, o desencadeamento dos processos de classificação e a classificação de alguns dos edifícios patrimoniais, a recuperação e a criação de espaços museológicos, dos quais se destacam a criação do Museu Municipal de Montijo, a musealização da

¹⁵⁴ *Acta da Reunião Ordinária realizada em 16 de Agosto de 2006, fl.129-130, Livro 15. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.*

Quinta Nova da Atalaia, do Moinho de Vento do Esteval, da Quinta do Saldanha, do Moinho de Maré do Cais, do Cine-Teatro Joaquim de Almeida e as obras de beneficiação em alguns dos edifícios religiosos e civis existentes no Concelho.

Também a divulgação do património tem sido notória através da execução de exposições, do serviço educativo do Museu Municipal de Montijo, das publicações locais e de colóquios e outras formas de divulgação cultural.

Além das acções positivas, verificamos também, um conjunto de intenções que ficaram por concretizar, devido por um lado, à inexistência de recursos humanos especializados para a execução prática das referidas intenções e, por outro, devido às políticas díspares efectuadas no Concelho, que em vez de procurarem uma programação sustentada e contínua do património cultural, realizaram acções pontuais, plurais e avulsas.

Constatamos, apesar disso, que desde o ano 2000, a Câmara Municipal de Montijo tem realizado um trabalho notório na divulgação do património do Concelho, e que revela que o conceito de património se encontra bem definido. É de salientar que o executivo inaugurou grande parte dos equipamentos culturais e museológicos existentes actualmente na região. Tem vindo a mostrar uma preocupação com a classificação e restauro de alguns monumentos existentes no Concelho (Fig.55), prova disso é a notícia recente de que treze imóveis que estavam desprovidos de protecção vão ser, por enquanto, classificados como de Interesse Municipal. Tal como refere Maria Amélia Antunes:

“... a política cultural do município tem, vindo a privilegiar o levantamento sistemático do património, a sua identificação e a sua recuperação em harmonia com a política adequada de defesa do território e do ambiente”
(JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Estas acções constituem gestos meritórios e essenciais na salvaguarda e protecção do património e no desenvolvimento de um projecto que tenha como intenção o aperfeiçoamento de uma gestão sustentada do património concelhio.

3. Património Arqueológico de Montijo

Uma vez apresentadas, no ponto anterior, as diferentes acções que ajudaram na definição do conceito do património no Concelho de Montijo, iremos proceder, no presente ponto, a uma relação dos estudos e investigações arqueológicas, efectuadas no Concelho. Pretende-se, essencialmente, realizar um inventário dos sítios arqueológicos, no sentido de divulgar este património, importantíssimo para o conhecimento das origens da região.

O Património Arqueológico constitui, segundo a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, realizada em Londres, a 6 de Maio de 1969 e revista, mais tarde, em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992, “*todos os vestígios, bens e outros indícios da existência do homem no passado*” que integram, “*estruturas, construções, conjuntos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto*”.

Também a Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, ICOMOS, proferida em Lausanne, Suíça, de 6 a 11 de Outubro de 1990, refere que:

“...o Património Arqueológico é a parte do nosso património material, para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana. Este conceito aplica-se aos locais onde foram exercidas quaisquer actividades humanas, às estruturas abandonadas e aos vestígios de toda a espécie, à superfície, no subsolo, ou submersos, bem como todos os objectos culturais móveis que lhe estejam associados.”

A nível nacional, na Lei de Bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro), o art. 74.º refere que o Património Arqueológico corresponde a:

“...todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos (...) integra depósitos estratigráficos, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis

e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental... ”.

Uma vez definido o património arqueológico e a diversidade de elementos que este património integra, iremos, a seguir, apresentar uma relação dos estudos e investigações realizadas desde o século XIX até ao presente.

Os primeiros estudos arqueológicos, na região de Montijo, realizaram-se na segunda metade do século XIX e durante o século XX. Vários investigadores realizaram estudos pontuais, tanto na parte Ocidental, como na parte Oriental do Concelho.

Na parte Ocidental, são vários os trabalhos arqueológicos levados a cabo que tiveram como objectivo o período da Pré-história e do período Romano.

Em 1865, Carlos Ribeiro realizou prospecções junto a Alcochete, Montijo e Seixal onde identificou quatro lascas, tendo, mais tarde, estudado uma delas (RIBEIRO, 1971).

Em 1942, Breuil e Zbyszewski (1942, 1945) prospectaram a região de Alcochete e Montijo onde identificaram, no lugar do Batedouro, situado na freguesia de Montijo, indústrias *in situ*, do período Paleolítico.

Em 1967, António González percorreu a estreita faixa de areias e lodos, que margina a norte da Base Aérea n.º 6 e descobriu, entre outros sítios, a estação paleolítica do Samouco, dentro do perímetro desta instalação militar. Nesta estação, este apaixonado pela prospecção arqueológica recolheu material do Paleolítico Inferior e Médio.

Reconheceu também, mais para o interior da Base Aérea n.º 6 de Montijo, a possibilidade da existência de um povoado do período Neolítico, tendo recolhido alguns fragmentos de cerâmica neolítica, sem decoração, um elemento fálico e vários instrumentos de pedra polida¹⁵⁵ (SANTOS, 2006, 20), possivelmente pertencentes ao

¹⁵⁵ As cerâmicas do período neolítico encontram-se, presentemente, depositadas no Museu Municipal de Montijo e os restantes materiais no Museu Distrital de Setúbal.

Neolítico Antigo. Além deste espólio, também identificou e recolheu, no mesmo local, materiais do período Romano¹⁵⁶.

Mais tarde, em 1975, João Luís Cardoso e João Monjardino prospectaram os terrenos quaternários entre Alcochete e Samouco. Desta prospeção resultou um artigo intitulado *Novas Jazidas Paleolíticas dos Arredores de Alcochete* (CARDOSO, MONJARDINO, 1976-1977), onde foram estudadas a jazida paleolítica do Batedouro já anteriormente referida e a jazida paleolítica do Samouco (Base Aérea n.º 6 de Montijo), descoberta, como referimos, por António González.

Em 1978, George Zbyszewski e João Luís Cardoso (1978, 575-609), dão lugar a mais uma publicação sobre a jazida paleolítica do Samouco, que reforçou os conhecimentos sobre a mesma.

Já na parte Oriental do Concelho foram realizadas prospeções que tiveram como resultado a descoberta de um arqueosítio do período Romano que nos parece de capital importância para a compreensão da romanização do Concelho, para além das tradicionais ocupações pré-históricas.

Na freguesia de Canha no sítio do Escatelar, aquando da construção da estrada municipal que liga Canha a Vendas Novas, foi identificado em 1902, pelo responsável pelos cantoneiros da referida estrada, um troço de mosaico em *opus vermiculatum*. Esta descoberta, foi mencionada por Joaquim Correia Baptista numa carta dirigida a Leite de Vasconcelos, alertando-o para a necessidade de visitar este sítio Romano:

“Para tomar nota nos seus apontamentos (...) um chefe de conservação de estrada informa-me que entre canha e Vendas Novas no sítio chamado Escatallães existe um troço de mosaico em (opus vermiculatum) diz o informador tem coisa admirável em desenhos.” (BAPTISTA, 1902, 2/2).

Esta referência poderá pressupor a possibilidade de ter existido, neste local, “um troço” de mosaico de grandes dimensões, apesar de apenas existir, actualmente, um fragmento de mosaico deste tipo na casa de um dos actuais proprietários. Também o facto de se

¹⁵⁶ Asas e bicos de ânforas, pesos de tear e de rede e um possível molde de lucerna.

referir que o responsável pelos cantoneiros tinha desenhos admiráveis dos mesmos, leva a pensar que possivelmente poderiam ser mosaicos diferentes do fragmento que actualmente se conhece, pois este último trata-se de um mosaico com motivos geométricos vulgares.

Em 1908 Alberto Pimentel refere a existência nesta Herdade de calçada de pedra miúda e galerias subterrâneas, o que poderá remeter para a alusão à descoberta efectuada em 1902 e referida anteriormente “...foram encontrados na herdade do Escatellar, situada também na margem esquerda da ribeira de Canha e a alguns Kilometros da villa, interessantes vestígios de galerias subterraneas, calçadas de pedra miúda.” (PIMENTEL, 1908, 127).

Em 1956 Mário Saa faz alusão a este sítio arqueológico mencionando que se tratava “de um importante centro de destruições romanas de tegula e imbrex, de restos de canalizações de irrigação e de edificios de vária ordem” (SAA, 1956, 80), referindo também que “Escatellar é etimologicamente cifrável no termo de escatel que quer dizer perfuração, como que alusivo a minas de canalizações de água. Seria a povoação romana e moura, percursora de Canha” (SAA, 1956, 80-81), sem, no entanto, fazer referência à existência de mosaicos.

Oito anos mais tarde, voltou-se a estudar esta estação arqueológica, onde Margarida Ribeiro (1964, 4-9), no artigo intitulado *Vestígios lusitano-romanos da Herdade do Escatellar*, referiu a existência de uma possível *villa* Romana, baseando-se em alguns achados encontrados, entre os quais, vários restos de cerâmica comum, fina e de construção, pesos de tear, um numisma (*denarius*) e um fragmento de mosaico policromo já referido anteriormente. Esta investigadora mencionou, ainda, a necessidade de uma escavação no local, de forma a se identificar a natureza da actividade, outrora desenvolvida pelos Romanos.

Georges Zbyszewski e Oliveira da Veiga Ferreira (1968, 22) publicaram, nas Notícias Explicativas da Carta Geológica de Portugal, a existência, na região de Canha, de

algumas indústrias paleolíticas soltas¹⁵⁷, referentes ao período Acheulense e a presença de um castro eneolítico¹⁵⁸ (1969, 26).

Estes arqueólogos também colocam a possibilidade de terem existido estradas romanas na área entre Benavente, Santo Estêvão e Canha, sem, no entanto, referirem a fonte de tais afirmações.

Em 1974, Manuel Farinha dos Santos referiu a existência de uma anta na região de Canha (1974). “*On admet que les dolmens du territoire portugais ont leur origine dans les sépultures de pierre individuelles, nommées cistes, dont quelques exemplaires bien représentatifs sont apparus à Pavia, Montemor-o-Novo, Lavre, Canha et Elvas (Hault-Alentejo)*”, tendo onze anos mais tarde, o mesmo autor (1985, 44), reforçado a existência do monumento megalítico nesta região.

Presentemente, o espólio recolhido neste local encontra-se no Museu Geológico de Lisboa e conta com vários machados de pedra polida. Apesar destas referências, não se encontra, no entanto, identificado até ao momento o local exacto da referida anta, por isso, só novas prospecções arqueológicas em toda a zona da freguesia poderão ajudar a esclarecer a sua localização.

Isabel Cristina Fernandes (FERNANDES, 1997, 162-163) publicou, aquando da sua deslocação ao sítio arqueológico do Escatelar, mais alguns elementos sobre esta ocupação Romana, onde referiu a possibilidade de se tratar de uma *villa* Romana, indo ao encontro do que Margarida Ribeiro tinha referido, em 1964.

No que diz respeito ao período Medieval / Moderno, na zona Ocidental do Concelho, têm sido descobertos alguns achados arqueológicos ocasionais, que poderão dar origem a investigações mais sistematizadas, num futuro próximo.

Dos achados arqueológicos ocasionais, constam os encontrados na Galeria Municipal no ano de 1999, antigo Paços do Concelho, localizado no centro histórico da actual cidade.

¹⁵⁷ As quais se encontram depositadas no Museu Geológico.

¹⁵⁸ Já no limite sul da folha de Santo Estêvão referente à *Carta Geológica de Portugal na escala de 1:50.000. Notícias explicativas da folha 35 A*. Em relação ao Castro da Idade do Bronze, não se encontrou, até ao momento, nenhuma referência que confirme a sua existência.

Estes artefactos foram recolhidos, no âmbito da recuperação do edifício, por Joaquim Baldrico.

O espólio encontrado, na Galeria Municipal, é formado principalmente por fragmentos de cerâmica comum, de faiança, de cerâmica vidrada a verde e melado que corresponde ao espectro cronológico que abrange os séculos XVII, XVIII e XIX. Apesar de não ter sido realizado um trabalho de acompanhamento arqueológico, alguns destes materiais apresentam paralelos com materiais do século XVII, encontrados no poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras (LUNA, CARDOSO, 2006, 99).

Entre o ano de 2000 e 2004 realizaram-se trabalhos de prospecção e escavação no âmbito da reconstrução do Moinho do Cais, através de um protocolo entre a Câmara Municipal de Montijo, o Centro de Estudos do Mar e a Universidade Autónoma de Lisboa.

Efectuou-se, para o efeito, o método de escavação por camadas aleatórias de registo estratigráfico, onde foram recolhidos vários fragmentos de cerâmica comum da Idade Moderna e Contemporânea, faiança, cerâmica vidrada, engenhos de moagem, buchas, uma pedra de cantaria lavrada, com a cruz de Santiago e dois numismas de cobre.

O conjunto cerâmico exumado no acompanhamento arqueológico do Moinho do Cais é tipologicamente homogéneo, tratando-se, na sua maioria, de cerâmica de uso comum e loiças dos séculos XVIII, XIX e XX.

Também foram encontrados alguns materiais arqueológicos em três quintas em Montijo, na Quinta do Saldanha, na Quinta do Pátio de Água e na Quinta da Póvoa. Todos os materiais, à semelhança do que aconteceu na Galeria Municipal, foram recolhidos por Joaquim Baldrico.

Na Quinta do Saldanha, foi descoberto um conjunto de peças cerâmicas (comum e faiança) e alguns azulejos. Estes artefactos foram encontrados quase à superfície do solo, junto à parede posterior da Capela do Senhor Jesus dos Aflitos. Também foi exumada uma moeda medieval, que segundo Fernando-António Almeida (2001, 144)

corresponde a um dinheiro de bolhão, num monte de terras movidas, retiradas do espaço da trincheira aberta, ao longo da parede norte do edifício residencial da quinta.

A Quinta do Pátio de Água ofereceu-nos cerâmica, principalmente faiança, com diacronias compreendidas entre o século XVII e o XVIII.

Na Quinta da Póvoa, situada nas proximidades da Base Aérea n.º 6 de Montijo, foi descoberta uma taça esmaltada, com decoração em estrela de oito pontas, possivelmente da segunda metade do século XVII.

Na zona oriental do Concelho, foram detectadas duas estelas discoidais (cabeceiras de sepultura) do Período Medieval / Moderno, junto à Igreja da Nossa Senhora da Oliveira, em Canha. Tratam-se de cabeceiras de sepultura discoidais fragmentadas, cruciformes. Uma apresenta na face principal uma Cruz de Cristo, inscrita em estrela de cinco pontas e, na outra face, apresenta uma cruz pátea. A outra encontra-se também fragmentada e possui a face principal decorada somente com uma cruz pátea. Ambas apresentam, apenas, a parte superior em disco. Originalmente possuíam, para além deste, uma parte inferior (para ser enterrada) em espigão. Presentemente encontram-se depositadas no Museu Municipal de Montijo.

Pela necessidade de compendiar toda esta informação, o executivo camarário decidiu no ano 2000 realizar o primeiro inventário do património arqueológico do Concelho, através da realização de um protocolo entre a Câmara Municipal de Montijo, o Museu Nacional de Arqueologia e o Centro Português de Geo-História e Pré-História.

De 2000 a 2005, no âmbito da investigação referida anteriormente, com a coordenação de Luís Raposo e Silvério Figueiredo (FIGUEIREDO *et alii*, 2005), foi identificado um leque variado de novas estações e achados avulsos que enriqueceram a história arqueológica do Concelho. Dessa investigação resultou a publicação, em 2005, da *Carta Arqueológica do Concelho de Montijo: do Paleolítico ao Romano*, tendo-se realizado, em 2006 uma exposição, no Museu Municipal, intitulada *Caminhos Arqueológicos de Montijo – Perspectivas da Carta Arqueológica do Paleolítico ao Romano* (FIGUEIREDO, SANTOS, 2006), para a divulgação das investigações ao público em geral.

Da Carta Arqueológica constam as seguintes estações e sítios que passaremos a indicar.

Na freguesia de Canha (parte Este do Concelho), foram detectados um grande número de sítios e estações referente ao período da Pré-história, *Canha; Vale das Vinhas; Bombeiros de Canha; Courela de Mendes; Monte Novo; Monte Fernanda; Monte do Contador; Monte das Silvas; Monte Jardim; Anta de Canha* (sem localização precisa)¹⁵⁹; *Vale de Cebolas; Courela da Figueira; Herdade da Abegoaria; Monte de São Julião; Canha – Cemitério Oriental; Fonte Velha; Monte do Vale da Azenha;*

Nas freguesias de Santo Isidro de Pegões e Pegões não foram encontrados, até ao momento, quaisquer vestígios arqueológicos.

Na parte Oeste do Concelho, na freguesia de Atalaia, foram identificados os sítios de *Atalaia 1, Atalaia 2 e Atalaia 3;*

Os achados descobertos no sítio de *Atalaia 2* situam-se cronologicamente, segundo Silvério Figueiredo (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 58), na época da Pré-história recente. Em relação aos materiais encontrados nos sítios *Atalaia 1* e *Atalaia 3*, por serem incaracterísticos, não foram atribuídas a estas duas estações uma cronologia específica.

Na freguesia de Alto Estanqueiro/Jardia foram localizados novos sítios arqueológicos, nomeadamente *Lagoa do Macedo;* e o *Campo de Futebol das Águias Negras.*

Os achados avulsos encontrados na *Lagoa do Macedo* são constituídos por lascas, núcleos, restos de talhe de quartzito, sílex e anfibulito. O resultado da prospecção efectuada levou a pensar na existência de um sítio arqueológico com diacronia referente à Pré-história recente. Na estação arqueológica de superfície *Campo de Futebol das Águias Negras* dominaram os vestígios da época paleolítica.

¹⁵⁹ Foi recolhido um conjunto de seis machados de pedra polida por Zbyszewski depositados presentemente no Museu Geológico do INETI, embora sem uma data associada e sem uma localização precisa da descoberta.

Na freguesia de Afonsoeiro foi identificada uma estação arqueológica de superfície *Quinta da Lançada*, onde se encontrou a presença de indústria lítica atribuível ao Paleolítico Médio. Entre o material que constituiu este espólio destacam-se as lascas, os núcleos, os restos de talhe e os utensílios de quartzito e de sílex.

Em Sarilhos Grandes, foram identificados dois sítios, *Espinhosa* e *Lançada*; o primeiro foi atribuído ao período do Paleolítico Médio, trata-se de uma estação de superfície, onde se recolheram lascas, restos de talhe, núcleos e utensílios de quartzo, quartzito e de sílex. O segundo corresponde a um achado avulso, onde se verificou a presença de indústria lítica atribuível, genericamente, ao período Paleolítico.

Na freguesia de Montijo, sede do município, também foram identificados alguns sítios arqueológicos novos, como foi o caso da estação de superfície *Alto da Caneira*, em que o espólio encontrado é constituído por material lítico do período Paleolítico. Os achados avulsos da *Quinta do Saldanha* e *Praça dos Pescadores* são fundamentalmente material lítico, sem contexto arqueológico, composto por lascas, lamelas e restos de talhe em quartzito e sílex.

Recentemente foi identificada uma necrópole Medieval / Moderna no Largo da Igreja de São Jorge em Sarilhos Grandes, escavada pela investigadora Paula Alves. Esta intervenção tratou-se, fundamentalmente, de uma escavação de emergência, que veio revelar vários níveis de enterramentos e pôs a descoberto uma estrutura, possivelmente correspondente à fundação da antiga Igreja. Futuros trabalhos arqueológicos poderão revelar-se mais frutíferos em relação à data da fundação da Igreja e do tipo de população que viveu nesta localidade.

Após esta breve síntese sobre a história arqueológica do Concelho, passaremos para o levantamento das estações e sítios existentes, que serão apresentadas, de acordo com um critério cronológico.

O estudo arqueológico no Concelho de Montijo não tem vindo a ser realizado de forma contínua, em consequência, parte dos espólios provenientes dos arqueosítios, tratam-se fundamentalmente de achados fortuitos, a maioria dos quais não possuem uma leitura estratigráfica. Tendo em conta essa realidade, optámos por adoptar métodos de datação

relativa, através da tipologia e da utilização de paralelos com outras realidades arqueológicas no contexto nacional.

A maior parte do espólio apresentado faz parte da colecção de arqueologia do Museu Municipal de Montijo e corresponde ao espectro cronológico que abrange os períodos Paleolítico, Neolítico, Romano, Medieval Cristão, Moderno e Contemporâneo. Pela natureza do espólio móvel proveniente dos arqueosítios optámos por colocar as respectivas fichas de inventário – constituídas pelos elementos: n.^{o160}, denominação, freguesia, localização, tipologia, cronologia, descrição e bibliografia – em anexo próprio (ANEXO II-A), de forma a permitir a geo-referenciação e a disposição das figuras e estampas de cada um dos sítios inventariados.

¹⁶⁰ No qual se inclui o n.º de ficha de inventário sequencial, seguido das iniciais P.A. (Património Arqueológico), optou-se pela inserção destas para diferenciar a tipologia dos bens inventariados.

3.1. Período Paleolítico

Base Aérea n.º 6 de Montijo – 1 (N.º 1 P.A.)

Jazida arqueológica localizada na parte Oeste do Concelho de Montijo, com as coordenadas X-79253,33, Y-105221,00, da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 432. Corresponde a um terraço do Tejo, com estratigrafia, que nos forneceu indústria lítica. Das 231 peças recolhidas deste sítio arqueológico, predominam os núcleos (47,6%), as lascas (33%), os furadores (9,5%), as raspadeiras (3%), as bifaces (1,7%), os restos de talhe / material lítico indiferenciado (1,3%), os núcleos sobre lasca (0,9%), os seixos talhados / choppers (0,9%), os rascadores (0,9%), os picos (0,8%) e as lâminas (0,4%), de quartzito e de sílex. Trata-se de uma estação com ocupação humana do Paleolítico Inferior e Médio.

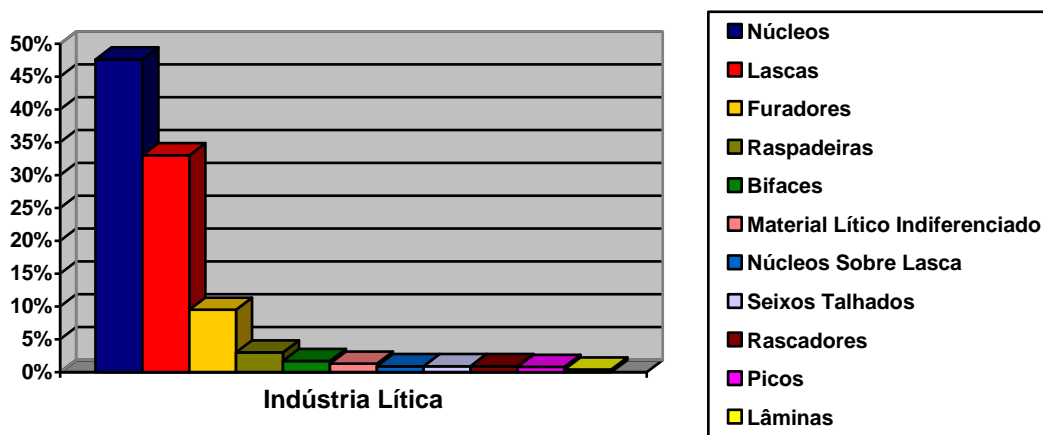


Gráfico 1 – Indústria lítica proveniente da Jazida Paleolítica da Base Aérea n.º 6 de Montijo. No presente gráfico optou-se por colocar, em conjunto, as duas realidades cronológicas existentes nesta estação arqueológica, porque alguns dos materiais não são claros quanto à sua datação.

Batedouro (N.º 2 P.A.)

Sítio localizado na Quinta que lhe deu nome, situado na zona Oeste de Montijo, com as coordenadas X-77254,33, Y-106396,00, da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 432. Trata-se de um sítio de superfície, onde se encontraram 16 peças, atribuíveis ao Paleolítico Médio e Inferior. É uma indústria lítica sobre seixo, destacando-se os bifaces, os núcleos e as lascas de quartzito. O espólio encontra-se depositado no Museu Geológico.

Avenida dos Pescadores (N.º 3 P.A.)

Achados avulsos, encontrados na Avenida dos Pescadores, artéria localizada no centro da actual cidade de Montijo, com as coordenadas X-73645,33, Y-106491,00, da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 432. Do material existente, composto por 14 peças, destacam-se as lascas (64%), os núcleos (21%) e os seixos talhados (14%) de quartzito e sílex. Não foi possível atribuir um período cronológico específico, dentro do Paleolítico, por se tratarem de achados avulsos, sem contexto arqueológico (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 70).

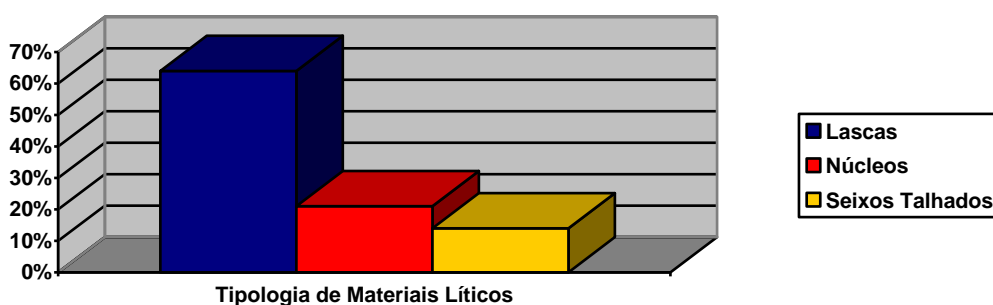


Gráfico 2 – Indústria lítica proveniente da Avenida dos Pescadores.

Alto da Caneira (N.º4 P.A.)

Estação arqueológica de superfície, localizada na antiga Quinta da Caneira, cujas coordenadas são X-74726,33; Y-105421,00 da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 432. Do espólio proveniente desta estação, constituído por 16 peças, destacam-se as lascas (50%), os núcleos (22%), o material lítico indiferenciado (10%), as raspadeiras (6%), os buris (6%) e os furadores (6%) na sua maioria de quartzito. Sítio arqueológico atribuído ao Paleolítico Médio (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 70).

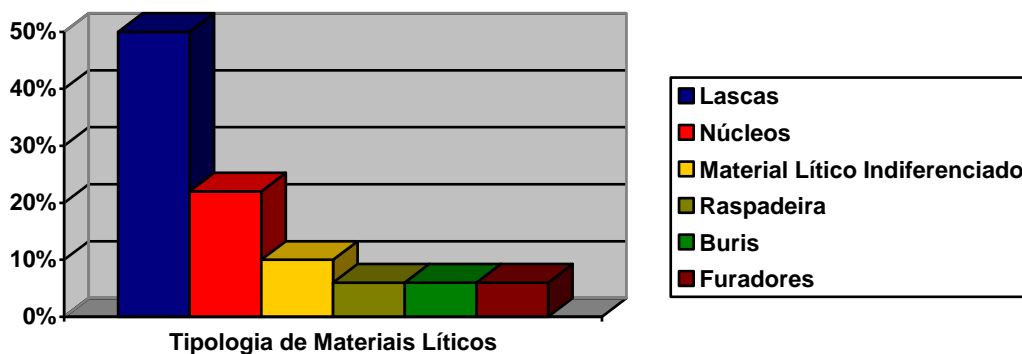


Gráfico 3 – Indústria lítica proveniente do Alto da Caneira.

Lagoa Macedo (N.º 5 P.A.)

Sítio com achados avulsos, situado na freguesia de Alto Estanqueiro/Jardia, com as seguintes coordenadas X-69257,33, Y-109032,00 da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 432. Da indústria lítica identificada composta por 10 peças, destacam-se os núcleos (40%), as lascas (40%), as raspadeiras (10%) e os restos de talhe (10%) de quartzito e de sílex, do Paleolítico (?)¹⁶¹ (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 60).

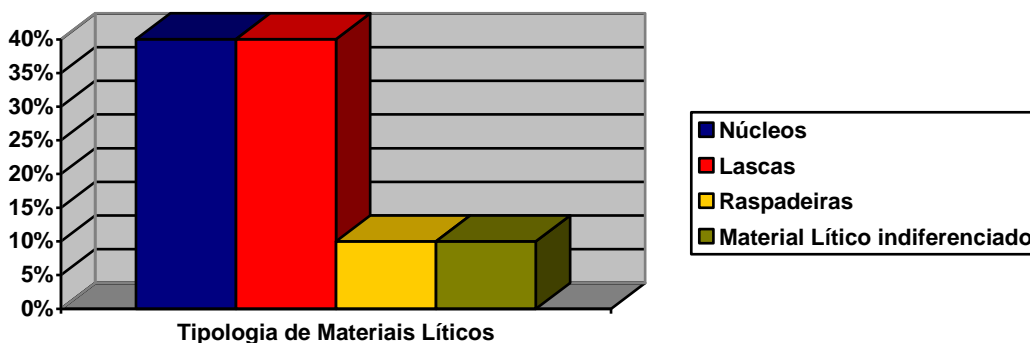


Gráfico 4 – Indústria lítica proveniente da Lagoa Macedo.

Campo de Futebol das Águias Negras (N.º 6 P.A.)

Estação arqueológica de superfície, situada na freguesia de Alto Estanqueiro/Jardia, com as seguintes coordenadas X-69257,33; Y-109032,00 da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 432. Num total de 27 peças, desta indústria lítica distinguem-se as lascas (74%) e os núcleos (26%), de quartzito e de anfibolite, do período Paleolítico (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 60-61).

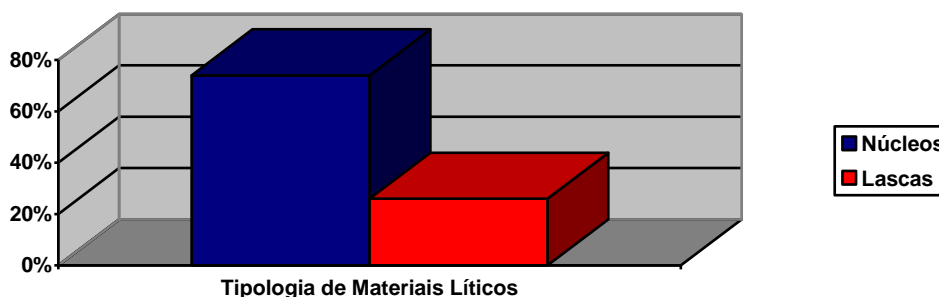


Gráfico 5 – Indústria lítica proveniente da estação Campo de Futebol das Águias Negras.

¹⁶¹ As peças foram atribuídas ao período da Pré-história, por se tratarem de achados avulsos incaracterísticos. Na observação das mesmas, parece-nos que possam datar do período Paleolítico. Apenas novos estudos neste local poderão revelar, com maior exactidão, o período a que pertencem.

Espinhosa (N.º 7 P.A.)

Estação arqueológica de superfície, situada na freguesia de Sarilhos Grandes, com as seguintes coordenadas X-72960,33; Y-108819,00 da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 432. Esta estação revela 41 peças, das quais se evidenciam as lascas (51,2%), os núcleos (39%), os núcleos sobre lasca (7,3%) e os materiais compósitos (2,4%) de quartzito, de quartzo e de sílex. Sítio atribuído ao Paleolítico Médio (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 66).

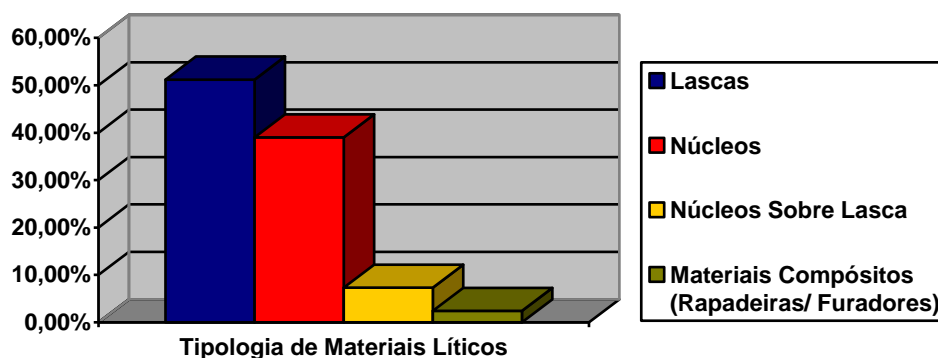


Gráfico 6 – Indústria lítica proveniente da estação arqueológica de Espinhosa.

Monte das Silvas (N.º 8 P.A.)

Sítio com achados avulsos, localizado na freguesia de Canha, com as seguintes coordenadas X-46015,33, Y-95525,00 da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 420. Local constituído por material lítico atribuível ao período Paleolítico (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 49), sem contexto arqueológico, composto por 13 peças, das quais se ressaltam as lascas (84,6%) e os núcleos (15,40%) de quartzito, de quartzo e de sílex.

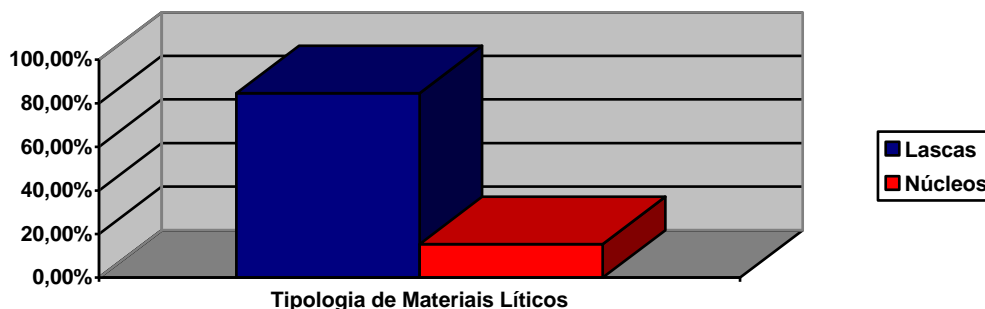


Gráfico 7 – Indústria lítica proveniente do sítio do Monte das Silvas.

Monte Contador (N.º 9 P.A.)

Estação arqueológica de superfície, situada na freguesia de Canha, com as seguintes coordenadas X-45186,33, Y-96432,00 da Carta Militar de Portugal de 1:25000, folha n.º 420. Do espólio encontrado neste local, composto por 25 peças, destaca-se material lítico tais como as lascas (76%), os núcleos (20%), os percutores (4%) de quartzito e de quartzo, atribuíveis ao Período Paleolítico Médio (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 47).

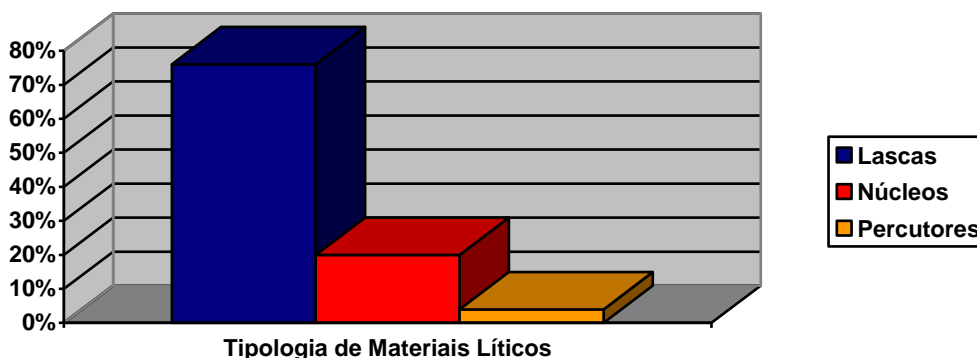


Gráfico 8 – Indústria lítica proveniente da estação do Monte do Contador.

Monte Fernanda (N.º 10 P.A.)

Sítio com achados avulsos, sem contexto arqueológico, localizado na freguesia de Canha, com as coordenadas X-44842,33; Y-97879,00 da Carta Militar de Portugal de 1:25000, folha n.º 420. O espólio proveniente deste local é composto por 12 peças atribuíveis ao Paleolítico (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 47), na sua maioria, compostas por núcleos (58%) e lascas (42%) de quartzito e de quartzo.

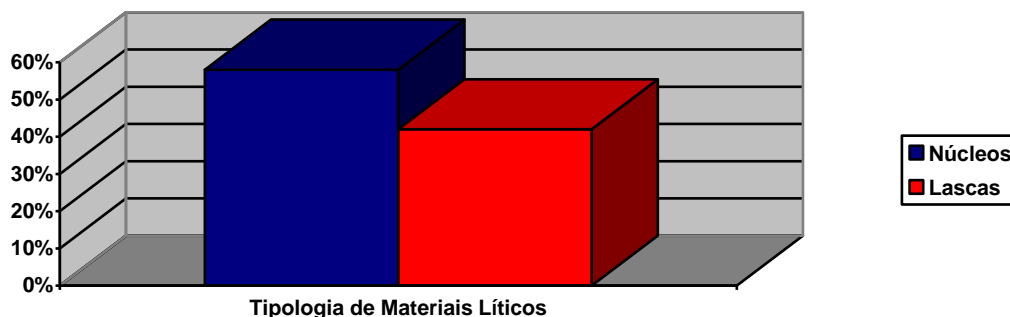


Gráfico 9 – Indústria lítica proveniente do sítio Monte Fernanda.

Monte Novo (N.º 11 P.A.)

Sítio, sem contexto arqueológico, onde se recolheram achados avulsos. Encontra-se localizado na freguesia de Canha, cujas coordenadas são X-44093,33, Y-98193,00 da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 420. A indústria lítica é composta por 6 peças, das quais predominam as lascas (83%) e os núcleos (16%) de quartzito, do período Paleolítico (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 47).

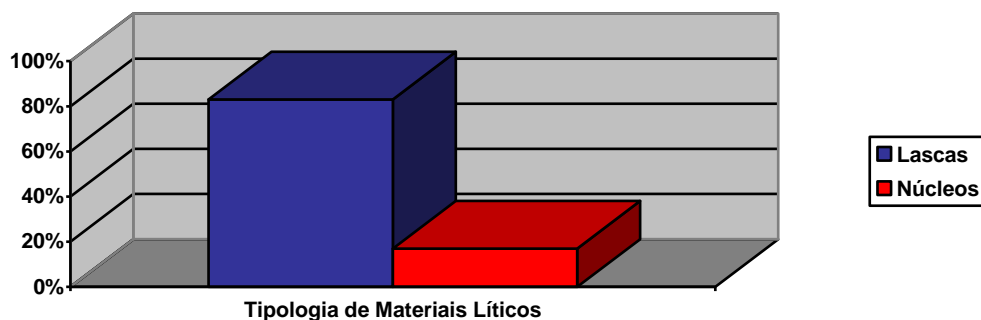


Gráfico 10 – Indústria lítica proveniente do sítio Monte Novo.

Courela da Figueira (N.º 12 P.A.)

Estação arqueológica de superfície, localizada na freguesia de Canha, com as coordenadas X-43806,33, Y-98684,00 da Carta Militar de Portugal de 1:25000, folha n.º 420. Neste sítio verifica-se a presença de indústria lítica constituída por 8 peças, da qual se destacam as lascas (75%), os núcleos (12,5%) e os restos de talhe/ material indiferenciado (12,5%) de quartzito e de quartzo, do período Paleolítico (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 47)¹⁶².

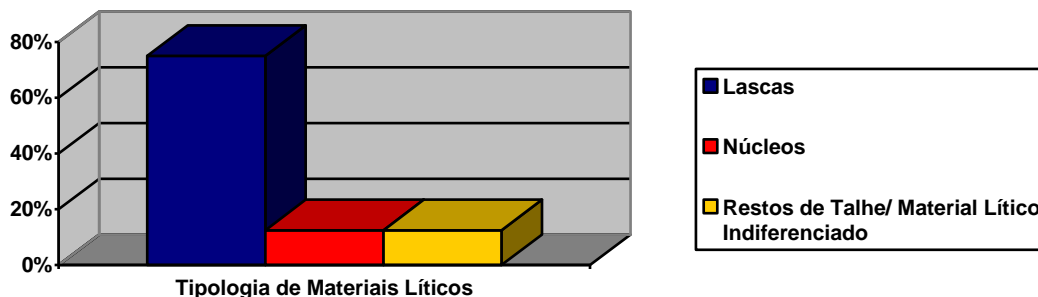


Gráfico 11 – Indústria lítica proveniente da Estação arqueológica Courela da Figueira.

¹⁶² As peças foram atribuídas ao período da Pré-história, por se tratarem de achados avulsos incaracterísticos. Na observação das mesmas, parece-nos que possam datar do período Paleolítico, apenas novos estudos poderão revelar com maior exactidão o período a que pertencem.

Monte Jardim (N.º 13 P.A.)

Sítio, sem contexto arqueológico, onde foram identificados achados avulsos. Encontra-se localizado na freguesia de Canha, com as coordenadas X-45501,33, Y-99396,00 da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 420. Das 8 peças recolhidas neste local, distinguem-se as lascas (87,5%) e os núcleos (12,5%) de quartzito e de quartzo atribuídas genericamente ao período Paleolítico (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 49).

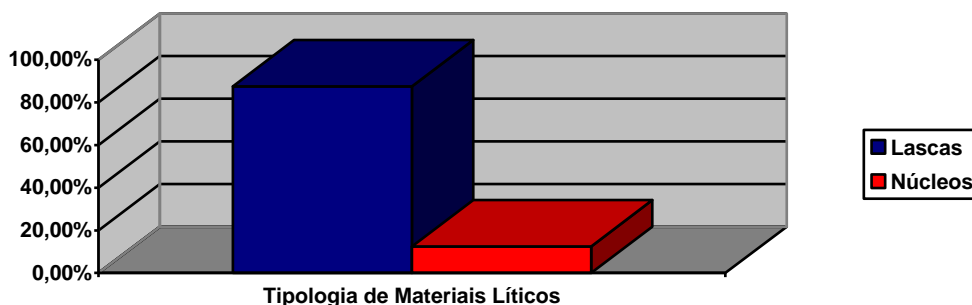


Gráfico 12 – Indústria lítica proveniente do sítio Monte Jardim.

Courela do Mendes (N.º 14 P.A.)

Estação arqueológica de superfície, localizada na freguesia de Canha, com as seguintes coordenadas X-44096,33, Y-99890,00 da Carta Militar de Portugal de 1:25000, folha n.º 420. Foram identificados 12 objectos líticos, constituídos, especialmente, por lascas (66,7%), núcleos (8,3%) e furadores (25%) de quartzito e de quartzo, atribuíveis ao Paleolítico, com possibilidade de corresponderem ao Paleolítico Médio (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 46).

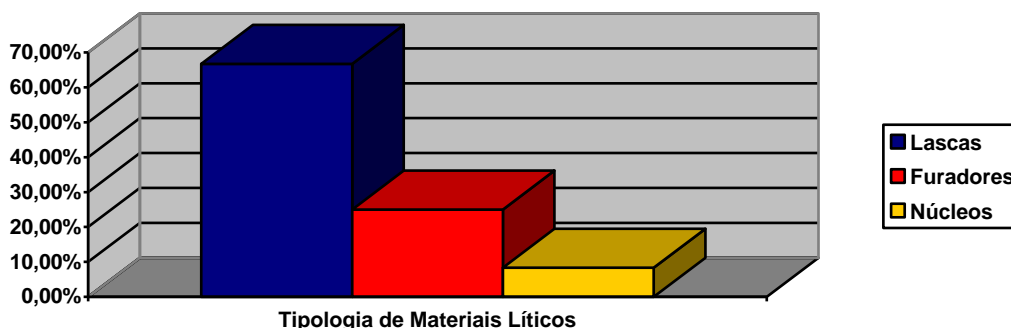


Gráfico 13 – Indústria lítica proveniente da estação Courela do Mendes.

Monte do Vale da Azenha (N.º 15 P.A.)

Sítio onde foram identificados achados avulsos, sem contexto arqueológico, localizado na freguesia de Canha, com as seguintes coordenadas X-41534,33, Y-101354,00 da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 434. Do espólio constituído por 26 peças, destacam-se as lascas (88,5%), os núcleos (7,7%) e as esquírolas (3,8%), de quartzito e quartzo, atribuídos ao período Paleolítico (FIGUEIREDO *et alii*, 2005, 53).

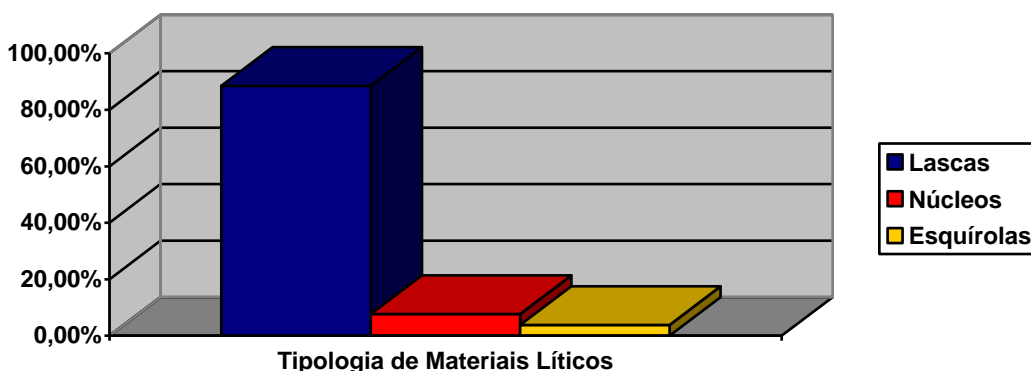


Gráfico 14 – Indústria lítica proveniente do sítio Monte do Vale da Azenha.

Os sítios, Quinta do Saldanha 1 (X-74249,33, Y-106507,00), Quinta da Lançada (X-71093,33, Y-108216,00), Lançada (X-72273,33, Y-108626,00), Escatelar 1 (X-39234,33, Y-101232,00), Canha (X-42672,33, Y-99927,00), Herdade da Abegoaria (Y-35332,33, Y-103031,00), Monte de São Julião (X-41688,33, Y-100250,00), Vale das Cebolas (X-36623,33, Y-103805,00), Bombeiros de Canha (X-43223,33, Y-99859,00), Canha – Cemitério Oriental (X-42665,33, Y-99685,00) e Vale das Vinhas (X-33915,33, Y-104317,00) tratam-se de achados isolados, sem contexto arqueológico, atribuídos genericamente ao período da Pré-história. Identificou-se indústria lítica incaracterística (restos de talhe), não sendo possível, nesta investigação, atribuir uma cronologia mais precisa. Futuras investigações, nestes locais, poderão revelar novos resultados.

3.2. Período Neolítico.

Base Aérea n.º 6 de Montijo – 2 (N.º 16 P.A.)

Sítio arqueológico, localizado na freguesia de Montijo, com as coordenadas X-78959,33; Y-105471,00 da Carta Militar de 1:25000, folha n.º 432. Do material recolhido constituído por 9 peças, destacam-se os fragmentos de recipientes cerâmicos manuais, sem decoração (33%) e os artefactos de pedra polida, tais como, os machados manuais (22%), os percutores (22,2%) um peso de rede (11,1%) e um elemento fálco (11,1%), atribuíveis ao Neolítico Antigo.

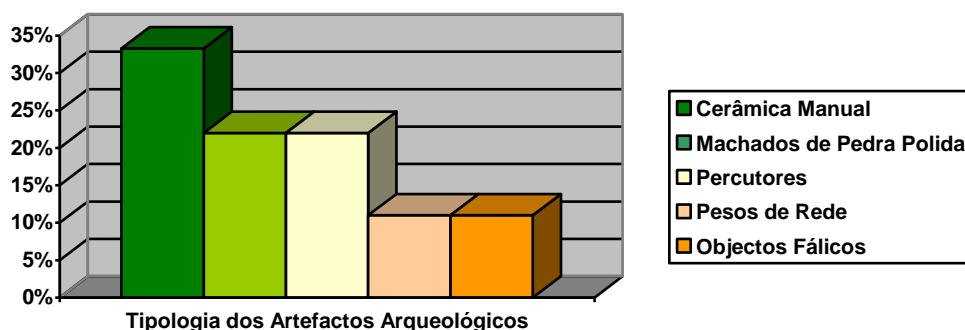


Gráfico 15 – Artefactos Arqueológicos identificados no sítio arqueológico da Base Aérea n.º 6 de Montijo – 2.

Anta de Canha (N.º 17 P.A.)

Sem localização precisa, poderá pertencer à freguesia de Canha. Do espólio recolhido deste sítio arqueológico destacam-se objectos de pedra polida constituídos por machados manuais (100%), atribuídos ao período Neolítico.

Os sítios Atalaia 1, Atalaia 2 e Atalaia 3, revelaram, na sua maioria, material lítico incharacterístico. Optou-se por não considerar estes sítios como pertencentes ao Neolítico, uma vez que se tratam de achados avulsos ou isolados, sem contexto arqueológico. Foi ainda identificado um achado isolado no sítio das Latadas, em Canha, constituído por um machado manual de quartzito, pertencente ao Neolítico, depositado no início do século XX, no Museu Nacional de Arqueologia. Novas investigações nestes locais poderão esclarecer dúvidas em relação a estes sítios.

3.3. Período Romano.

Escatelar 2 (N.º 18 P.A.)

Estação arqueológica do período Romano, localizada na freguesia de Canha, com as coordenadas X-39266,95; Y-101244,29, da Carta Militar de 1:25000, folha n.º 434. Das 140 peças inventariadas neste arqueosítio, salientam-se as cerâmicas finas, *Terra Sigillata* itálica, sud-gálica e africana, onde predominam os pratos (5,7%), as formas indeterminadas (4,2%) e as taças (2,8%); a cerâmica comum/ utilitária, onde sobressaem as formas indeterminadas (26,4%), as ânforas (8,6%), os potes (2,8%), os *dolium* (6,4%), as taças (4,3%), os pratos (3,6%), as panelas (2,8%), as lucernas (0,7%) e os suportes de ânforas (0,7%); a cerâmica de construção evidencia materiais como os *imbrix* (10%), as *later* (7,8%), as *tegulae* (2,8%), os tijolos de quadrante (1,4%) e as colunas 0,7%); e outros objectos, tais como as escórias (2,1%). Foi ainda identificado um mosaico policromo com motivos geométricos, que se encontra na soleira da porta de uma das actuais residências dos proprietários da Herdade do Escatelar.

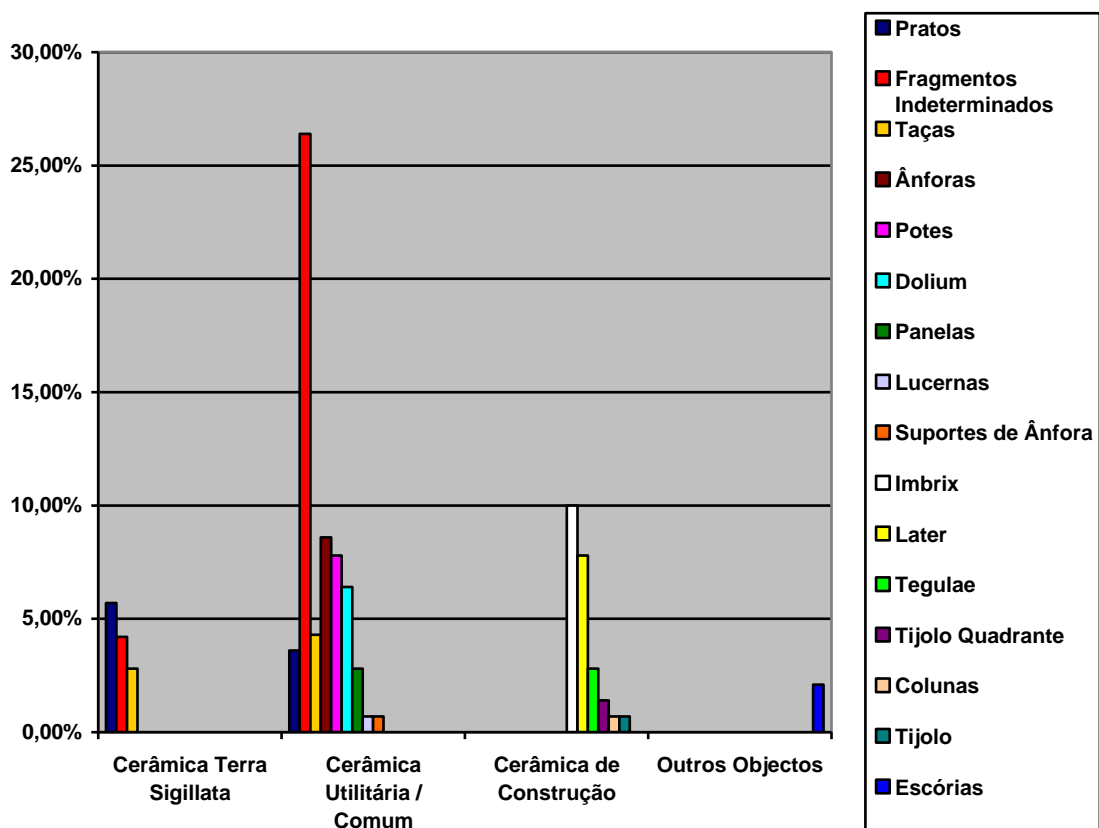


Gráfico 16 – Artefactos arqueológicos recolhidos na Estação Arqueológica do Escatelar 2, os mesmos encontram-se depositados no Museu Municipal de Montijo.

Base Aérea n.º6 de Montijo – 3 (N.º 19 P.A.)

Sítio onde se identificaram achados avulsos, pertence à freguesia de Montijo, com as coordenadas X-79295,33; Y-105339,00 da Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º 432. Dos 22 artefactos encontrados salientam-se os pesos de rede (41%), os fragmentos de bicos, as asas e as bocas de ânforas (31,8%), os pesos de tear (22,7%) e um fragmento de um possível molde de lucerna¹⁶³ (4,5%), atribuíveis ao período Romano¹⁶⁴.

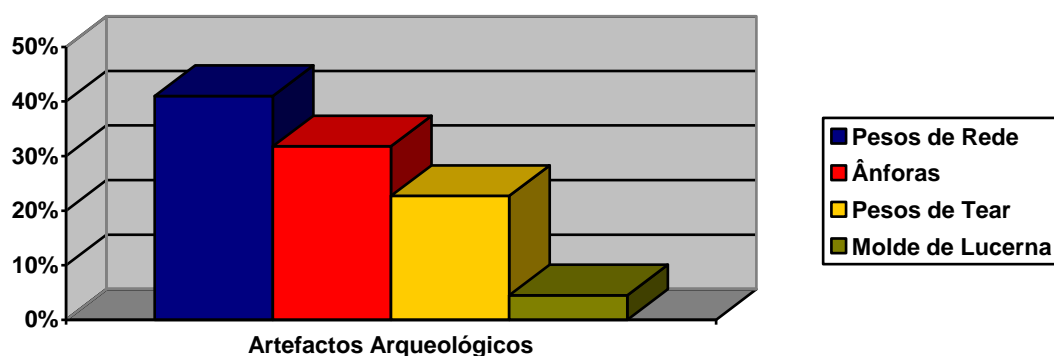


Gráfico 17 – Achados avulsos provenientes da Base Aérea n.º 6 de Montijo – 3.

¹⁶³ Apresenta paralelos com um molde de lucerna encontrado na Quinta do Rouxinol, em Corroios, Seixal (RAPOSO, DUARTE, 1992, 43).

¹⁶⁴ Os pesos de rede encontrados neste local podem, no entanto, se estender cronologicamente até ao período Moderno, uma vez que a forma perdura até à modernidade.

3.4. Período Medieval Cristão.

Necrópole do Largo da Igreja de Sarilhos Grandes (N.º 20 P.A.)

Necrópole com vários níveis de enterramento da época Medieval, localizada no largo da Igreja de São Jorge, pertencente à freguesia de Sarilhos Grandes, possui as coordenadas geográficas X-72704,72, Y-109448,91, da Carta Militar de 1:25000, folha n.º 432. Do espólio arqueológico inventariado constituído por 18 peças, salientam-se a faiança (38,8%), a cerâmica comum (33,3%), três moedas (16,7%), duas das quais de D. João III, cerâmica vidrada (5,6%), porcelana (5,6%) e uma estrutura, possivelmente correspondente à fundação da actual Igreja.

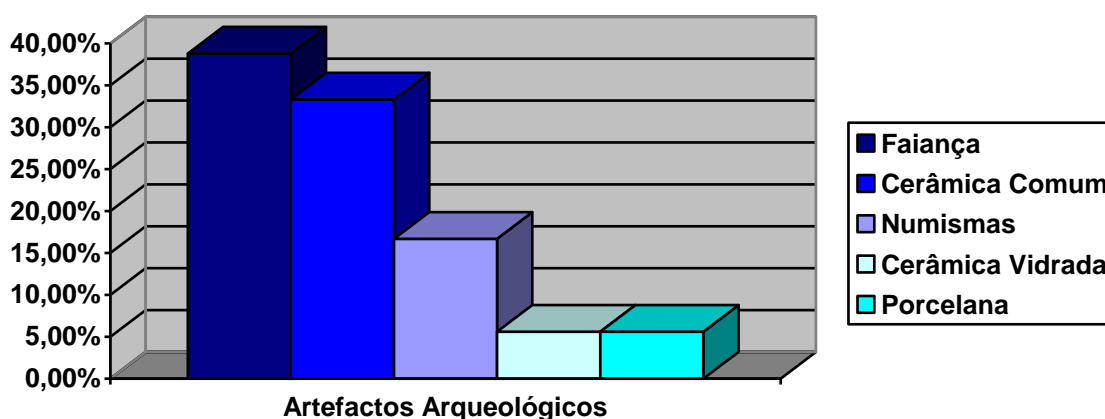


Gráfico 18 – Artefactos arqueológicos provenientes da Necrópole de Sarilhos Grandes.

Necrópole da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira em Canha (N.º 21 P.A.)

Possível necrópole, do período Medieval, pertencente à freguesia de Canha, possui as coordenadas geográficas X-42706,41, Y-99871,01, da Carta Militar de 1:25000, folha 420. Foram recolhidas, neste local, duas cabeceiras de sepultura discoidais, do período Medieval.

3.5. Período Moderno / Contemporâneo

Quinta da Póvoa (N.º 22 P.A.)

Sítio, onde se identificou um achado isolado localizado na Quinta da Póvoa, pertencente à freguesia de Montijo, com as coordenadas geográficas X-78216,06 Y-104676,22, da Carta Militar de 1:25000, folha n.º 432. O Achado é constituído por uma taça em faiança, da segunda metade do século XVII.

Quinta do Saldanha 2 (N.º 23 P.A.)

Sítio onde se identificaram preexistências do século XVII, XVIII e XIX, pertencente à freguesia de Montijo, com as coordenadas geográficas X-74254,49, Y-106495,98, da Carta Militar de 1:25000, folha n.º 432. O espólio conta 24 peças, composto por faianças (66,6%), cerâmica decorativa (16,7%) e comum (8,3%), um numisma (4,2%) e vidro (4,2%).

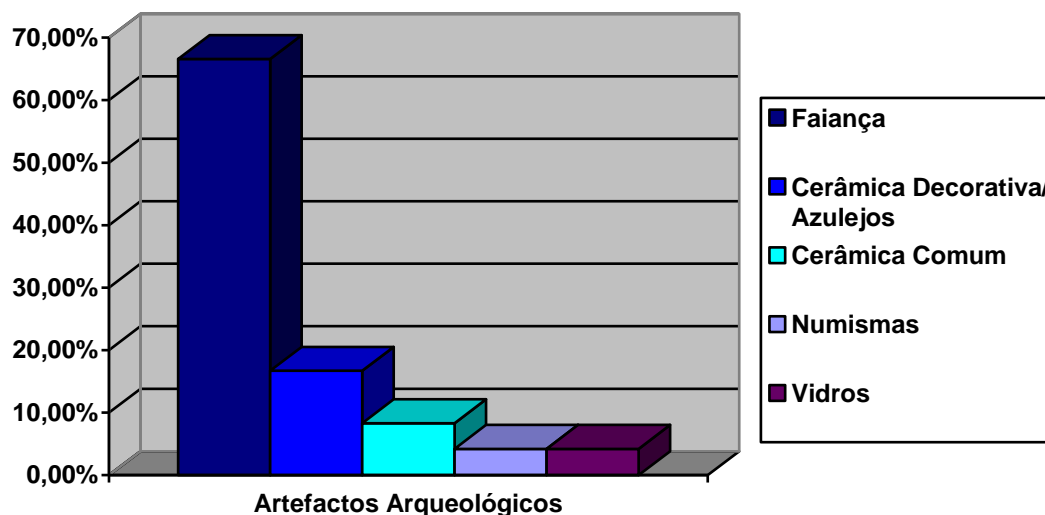


Gráfico 19 – Artefactos arqueológicos identificados na Quinta do Saldanha 2.

Quinta do Pátio de Água (N.º 24 P.A.)

Local onde se identificaram preexistências do século XVIII e XIX, pertencente à freguesia de Montijo, com as coordenadas geográficas X-73456,85, Y-106382,08, da Carta Militar de 1:25000, folha n.º 432. O espólio corresponde a 13 peças, compostas maioritariamente por faianças (53,8%), azulejos (23,3%), estatuetas (15,5%) e um alfinete (7,6%).

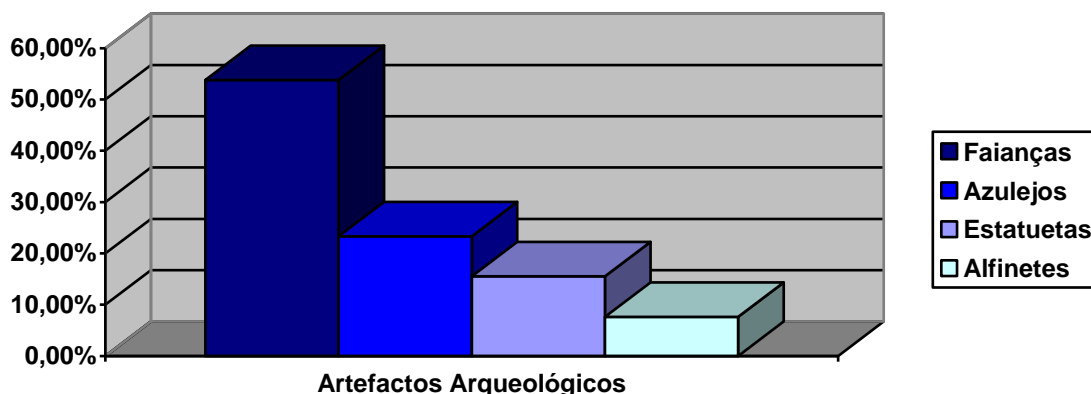


Gráfico 20 – Materiais arqueológicos identificados na Quinta do Pátio de Água.

Galeria Municipal (N.º 25 P.A.)

Sítio onde se identificaram preexistências do século XVII, XVIII e XIX, pertencente à freguesia de Montijo, com as coordenadas geográficas X-73150,16, Y-106537,20, da Carta Militar de 1:25000, folha n.º 432. Este local apresentou grande quantidade de materiais, dos quais foram inventariados 139, compostos maioritariamente por cerâmica comum, incluído a vidrada (62,6%) e a faiança (37,4%).

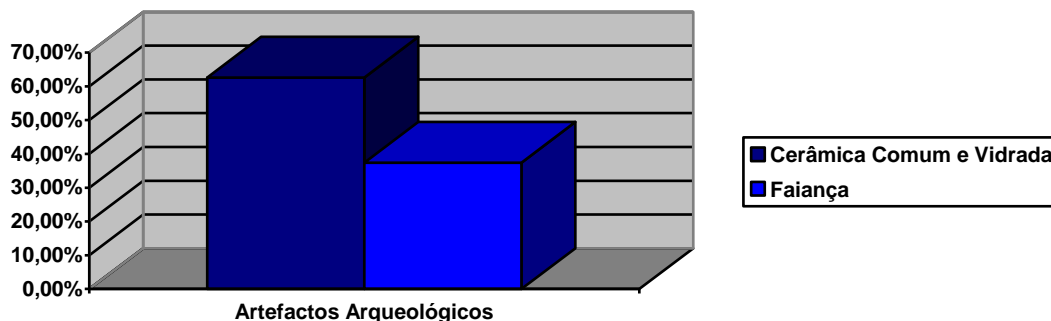


Gráfico 21 – Materiais arqueológicos identificados na Galeria Municipal.

Moinho do Cais (N.º 26 P.A.)

Moinho de Maré, localizado na *Zona Ribeirinha* da cidade de Montijo, na freguesia de Montijo, as suas coordenadas são X-73633,94, Y-106766,84, da Carta Militar de 1:25000, folha n.º 432. Dos 36 objectos inventariados, salientam-se os fragmentos de cerâmica comum e vidrada (47,2%), a faiança (30,5%), os instrumentos e utensílios piscatórios (8,3%), tais como um flutuador artesanal, um chumbo e um dedal, possivelmente utilizado para cozer redes de pesca, dois numismas, um em mau estado de conservação e, outro de D. Maria II (5,6%), uma mó manual (2,8%), engenhos utilizados na moagem de cereais (2,8%), azulejos e arquitectura decorativa (2,8%) e uma pedra de cantaria lavrada, com a cruz de Santiago. Todos os materiais, à excepção da cantaria, que poderá ser do período Medieval / Moderno, são do período Moderno / Contemporâneo.

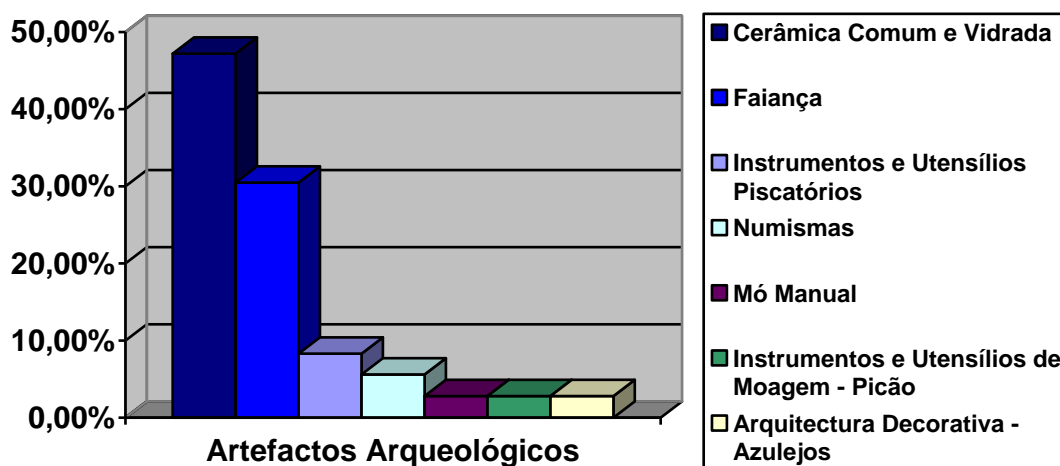


Gráfico 22 – Artefactos arqueológicos identificados no Moinho do Cais.

O Museu Municipal de Montijo, tal como se observou, conta com um acervo pouco expressivo mas significativo, fruto de trabalhos de investigação, prospecção, sondagens e escavação, realizados desde meados do século XX até aos nossos dias. Antes dos anos 80 do século XX parte do espólio encontrado no actual Concelho de Montijo foi conduzido e depositado de forma dispersa nos Museus Centrais, tais como o Museu Geológico, o Museu Distrital de Setúbal e o Museu Nacional de Arqueologia. A partir de 1993, aquando da constituição do Museu Municipal de Montijo, começaram a ser depositados materiais arqueológicos no núcleo sede e a realizarem-se estudos mais sistematizados no Concelho como foi a Carta Arqueológica do Concelho.

A presente investigação tem, também, como objectivo reunir os vários elementos patrimoniais móveis arqueológicos oriundos desta região, quer os depositados no Museu Municipal de Montijo como os depositados nos diferentes Museus Distritais e Nacionais. A actual condição do Museu Municipal de Montijo permite-lhe acolher futuros materiais identificáveis no Concelho.

As recolhas efectuadas nos trabalhos da Carta Arqueológica concelhia enriqueceram, de certa forma, o panorama arqueológico da região, embora se tenha consciência de que as investigações no Concelho poderão mostrar-se mais frutíferas se a investigação continuar de uma forma permanente e sistemática, alargando-se, para o efeito, a realização de uma Carta Arqueológica que inclua estações para além da romanização, ou seja, até ao período Contemporâneo.

Desde 2000 que a Câmara Municipal de Montijo se tem mostrado consciente do que o património arqueológico representa, prova disso é a sua preocupação com a salvaguarda, a conservação e valorização do mesmo.

A política seguida pela Câmara deve ser referenciada através do patrocínio de estudos para a inventariação e levantamento de sítios arqueológicos, bem como numa preocupação com a dinamização e tratamento do espólio arqueológico, recolhido nos locais. Como acção de salvaguarda deste património frágil deveria também implementar o acompanhamento arqueológico de obras, principalmente nos centros históricos do Concelho.

É necessário dar continuidade aos trabalhos de investigação no Concelho de Montijo, pois sem esta vertente, não se obtêm resultados na elucidação da História e no reforço da identidade montijense.

4. Património Edificado – Religioso e Civil

Uma vez apresentado o património arqueológico no ponto anterior pretende-se, na presente alínea, definir, em primeiro lugar, o património edificado, tendo por base as várias definições presentes nas cartas internacionais e nacionais. Após esta breve análise teórica apresentam-se alguns espécimes de património edificado / construído, existentes no Concelho de Montijo.

A pesquisa realizou-se a partir da observação directa do património edificado, confrontando, *a posteriori*, com a informação bibliográfica disponível para cada um dos elementos do património edificado, religioso e civil. Não é intenção do presente trabalho apresentar todas as riquezas artísticas existentes no Concelho, mas somente oferecer algumas referências patrimoniais de tutela municipal e particular (incluindo a Igreja Católica), possíveis de serem incluídas num projecto de gestão integrado do património local.

À semelhança do que ocorreu no ponto anterior, também se optou por colocar as fichas de inventário, elaboradas aquando da pesquisa de campo, num anexo próprio, não só pela natureza dos bens imóveis inventariados, mas também para facilitar a leitura da presente investigação. Assim o Anexo II-B corresponde ao Património Edificado – Religioso e Civil. Esta solução possibilita também, a inclusão de informação gráfica e fotográfica de cada um dos elementos patrimoniais inventariados.

A definição do património construído, religioso e civil, integrando também os “conjuntos”, está bem definida na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, assinada em Paris a 16 de Novembro de 1972, pela UNESCO, referindo que monumentos constituem:

“Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” e os “conjuntos” constituem “grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”.

A Carta Europeia do Património Arquitectónico adoptada pelo Comité dos Ministros do Conselho da Europa, em 26 de Setembro de 1975, e proclamada no Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu que teve lugar em Amesterdão, de 21 a 25 de Outubro de 1975, refere que:

“O património arquitectónico europeu é constituído, não só pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem. (...) que apresentam um interesse histórico ou cultural. ” (CORREIA, LOPES, 2004, 155-161).

O Património edificado, pela sua monumentalidade, sobressai na paisagem e constitui testemunho de civilização. Este caracteriza a região onde está inserido. O seu conhecimento ou reconhecimento promove a criação de laços identitários comuns na comunidade, uma vez que pode revelar, através dos seus elementos estéticos, artísticos e construtivos a evolução histórico-cultural de um determinado local:

“...A presença do passado no património arquitectónico contribui para um ambiente equilibrado e completo, indispensável à vida dos cidadãos. (...) O património arquitectónico é um capital de insubstituível valor espiritual, cultural, social e económico. (...) A estrutura dos conjuntos arquitectónicos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades. (...) O património arquitectónico pode desempenhar um papel importante na educação. (...) A conservação integrada carece de suporte legal, administrativo, financeiro e técnico.” (CORREIA, 2004,156-158).

O Montijo não é um Concelho muito rico em exemplares monumentais, mas revela um conjunto de singularidades coerentes ao nível da arquitectura religiosa e civil que importa referir.

4.1. Património Religioso¹⁶⁵

4.1.1. Ermida de São Sebastião (N.º 27 P.C.)

Construção possivelmente datada do século XIV¹⁶⁶, com reconstruções posteriores. Trata-se provavelmente da primeira Matriz da vila de Aldeia Galega (COSTA, 1706, 324)¹⁶⁷ e encontra-se localizada na freguesia de Montijo, junto à entrada sul do Cemitério.

Esta Ermida foi sempre propriedade do concelho de Aldeia Galega, aparecendo em diversos tombos, como seja o já referido tombo de 1871-1872¹⁶⁸. A sua manutenção estava, assim, dependente da responsabilidade pública. Ao longo da sua existência sofreu bastantes alterações e remodelações arquitectónicas, principalmente nos séculos XVII e XVIII.

Ermida de traçado maneirista, de “*recorte seiscentista*” (GRAÇA, 1989, 76) actualmente possui estrutura sóbria e despojada, própria da arquitectura maneirista chã. A fachada da ermida é de alvenaria e encontra-se “*rematada por empena angular em cornija, encimada por um óculo quadrilobado*”. Possui ao centro “*um portal de verga simples e moldura recta, flanqueado por duas janelas gradeadas*” (BALDRICO, LUCAS, s.d., 1). O telhado de duas águas possui uma pequena cruz ao centro.

¹⁶⁵ Optou-se por colocar neste ponto os Conjuntos edificados, tais como: o Conjunto Edificado da Quinta do Pátio de Água: Casa e Ermida de Santo António; o Conjunto Edificado da Quinta do Saldanha (Casa e Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos); o Conjunto Religioso da Nossa Senhora de Atalaia (Igreja e Cruzeiros); o Conjunto Edificado de Santo Isidro de Pegões (Igreja, escolas, casas dos técnicos, Adegas Cooperativas e Casais Agrícolas); e o Conjunto Religioso Ermida de Nossa Senhora da Piedade e Igreja de São Jorge.

¹⁶⁶ Em 1512, 1525, 1534 e 1609 foram efectuadas visitas dos Freires da Ordem de Santiago a esta capela. www.monumentos.pt, consulta efectuada a 10 de Maio de 2008, às 10h34.

¹⁶⁷ Padre António Carvalho da Costa refere no século XVIII que a Igreja de São Sebastião foi a primeira Igreja a ser construída em Aldeia Galega: “*A Igreja de S. Sebastião, que foy a primeyra Matriz*”.

¹⁶⁸ Tombo efectuado em 1871 e 1872 em Aldeia Galega: “*Ermida de São Sebastião e casas anexas com seu quintal contíguo ao Cemitério publico, com sua sacristia uma pequena casa d’entrada e dois quartos onde outr ora era a roda dos Expostos sendo as paredes d’alvenaria com as portas revestidas de cantaria e as madeiras de casquinha e pinho e em soffrivel estado, confronta do Norte com o Cemitério, do Nascente com courella de Martinho António, Cortador do sul com a estrada real para o Alentejo e do Poente com a mesma estrada e Rua do ditto Santo, avaliada pelos Peritos em cem mil escudos. Sobre a edificação da Ermida e casas ou officinas anexas nada se sabe, mostra-se porem pela sua construção interna e relevos do arco da capela mór ser antiqúissima. O Cemitério que tem contíguo todo murado e onde existio já alguns jasigos foi construído em mil oito centos quarenta e quatro à custa do Município.*”. Descrição dos Bens próprios de Aldeia Galega do Ribatejo de 1871 e 1872, fl. 5-6. Fundo da Administração do Concelho. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

O seu espaço interior é de uma só nave rematada na capela-mor por um arco triunfal formado por *“duas colunas torsas, ornamentadas com florões e cordames”* (BALDRICO, LUCAS s.d., 1), herança possivelmente do século XVI. O chão é actualmente de tacos de madeira. Inicialmente esta capela possuía cobertura em madeira com telha vã e era ladrilhada com tijolo. O altar era de alvenaria suportando uma imagem.

Imóvel em vias de classificação, com despacho do Vice-Presidente do IPPC, de 6 de Junho de 1991, para abertura do processo de instrução relativo à sua classificação. Processo de classificação ainda não concluído, no entanto está de momento classificado como de Interesse Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

4.1.2. Igreja Matriz do Espírito Santo (N.º 28 P.C.)

Construção datada possivelmente do início do século XV, com posteriores reconstruções. É a actual Igreja Matriz concelhia e tem por orago o Espírito Santo. Ao longo da sua história recebeu várias obras de remodelação, tais como as dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Arquitectura religiosa manuelina e maneirista, cuja fachada principal se encontra actualmente enquadrada por duas torres sineiras, rectangulares, ambas com *“cunhais de cantaria rematados por coruchéus de abobada facetados com fogaréus nos acrotérios”* (BALDRICO, LUCAS, s.d., 2). A torre do lado norte apresenta um carrilhão instalado em 1988 e a torre do lado sul, ligeiramente maior, apresenta na sua face sul um relógio com numeração romana (GRAÇA, 1989, 71). A construção da torre resultou da campanha de obras efectuada no século XVII. *“O portal principal apresenta-se com uma estrutura quadrangular ladeado por duas colunas coríntias”* (BALDRICO, LUCAS, s.d., 2), sendo sobrelevado por um *“frontão triangular, de cornija bem marcada e rematado por três pináculos piramidais nos respectivos vértices”* (BALDRICO, LUCAS, s.d., 2). Possui um janelão gradeado que permite a iluminação do coro, tendo por cima uma lápide com a inscrição *“CONCE / LHO / 1604”*.

Apresenta duas portas laterais, ambas edificadas na intervenção do século XVII e protegidas por um espaço gradeado, onde das duas se ressalta o portal lateral Sul pela sua beleza decorativa. Este apresenta decoração jónica nas impostas do arco e nas colunas que o ladeiam. É de salientar ainda as “*caneluras bem espaçadas*” que apresentam as duas colunas e rematadas por uma “*arquitrave com lâmina de denticulados, sobre o qual, num enquadramento barroco, assenta um medalhão circular figurando em relevo a pomba do Espírito Santo*”, ladeada por dois querubins, símbolos da perfeição espiritual (GRAÇA, 1989, 72).

O seu “*interior é de três naves de traçado maneirista divididas por oito colunas de fuste redondo e capitéis toscanos, sob arcos de volta inteira e duas mísulas na parede do arco cruzado*”. Elementos da remodelação sofrida no século XVII. “*As duas colunas que sustentam os arcos dos dois últimos tramos, embebidas junto aos pilares do arco de acesso à capela-mor, não estão completas, terminando em concha, pouco abaixo dos capiteis*” (GRAÇA, 1989, 72).

O conjunto azulejar, do interior da igreja, corresponde à campanha de obras do século XVIII, a maioria de autoria do pintor Manuel dos Santos. Tratam-se de azulejos azuis e brancos que revestem as paredes das naves laterais representando *cenias da vida da Virgem e a intervenção do Espírito Santo e as prefigurações eucarísticas*¹⁶⁹. No vão do coro apresentam-se “*dois quadros de azulejos figurando o Casamento e a Coroação de Nossa Senhora*” (GRAÇA, 1989, 72). À entrada da Igreja, fica a capela baptismal do lado esquerdo, onde se encontra um quadro azulejado com a representação do *Batismo de Cristo*. No lado oposto apresenta um quadro de azulejo que figura a *Morte de Nossa Senhora*.

A capela-mor é de abóbada em alvenaria, traduz as obras efectuadas no século XVI, onde ressaltam as características manuelinas existentes na mesma. É composta por chaves de pedraria que ostentam ao centro um vaso florido e nos bocetes secundários motivos vegetalistas. Na capela-mor os dois “*notabilíssimos painéis apresentam Moisés com o característico par de raios de lua a irradiar da cabeça. O da direita representa o*

¹⁶⁹ Estão representadas a “*Circuncisão, a Anunciação, o Espírito Santo pairando sobre a Arca da Aliança, a Fuga para o Egipto (lado do Evangelho), Descida do Espírito Santo, Nossa Senhora e o Menino Jesus e Santa Ana (lado da Epístola)*” (GRAÇA, 1989, 72).

Castigo dos Blasfemos e o da esquerda, a Apanha do Maná no Deserto; este é uma das composições de realização mais vaga e difusa da azulejaria portuguesa, excepcional pelo tratamento dos brancos predominantes (...). Penso com algumas reservas, que estes painéis sejam de Manuel dos Santos, que não só os teria realizado num espaço de tempo curto, como ensaiaria numa forma nova e mais pictural de expressão artística” (MECO, s.d., 73).

Apresenta, ainda, na capela-mor, decoração parietal em estuque pintado representando o *Cordeiro Pascal* e o *Cálice* e a *Hóstia*. O retábulo seiscentista é possivelmente de autoria do pintor Diogo Teixeira e representa a *Descida do Espírito Santo*, enquadrado entre colunas de talha dourada. No fecho do arco triunfal apresenta em relevo uma pomba representativa do Espírito Santo (GRAÇA, 1989, 74).

A construção do guarda-vento e do seu revestimento deve-se à intervenção efectuada no século XVII, onde se pode observar o tecto em abóbada de berço revestida por azulejos de tapete / enxaquetados, azuis e amarelos, que apresentam, ao centro, um registo azulejar com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, datado de 1648. As paredes laterais do guarda-vento encontram-se revestidas com azulejos azuis e brancos do século XVIII, figurando de um lado o Casamento e do outro o Coração de Nossa Senhora, tendo o painel do lado esquerdo a evocação da santíssima trindade.

A sacristia tem um rodapé de azulejos tipo “albarras”, do século XVIII, e o tecto em madeira está dividido em quatro painéis com pinturas, ostentando ao centro o emblema da Ordem de Santiago.

Imóvel classificado como de Interesse Público desde 30 de Novembro de 1993 (DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Série-B, n.º 280, fl.6701).

4.1.3. Igreja do Senhor Jesus da Misericórdia de Montijo (N.º 29 P.C.)

Igreja do século XVI que apresenta posteriores reconstruções. A sua edificação iniciou-se na segunda metade do século XVI, em 1571, conforme carta régia de autorização de

obras por D. Sebastião¹⁷⁰, e os contratos já celebrados em 1568 entre a Santa Casa da Misericórdia de Montijo e Fernão Fidalgo, mestre-de-obras de pedraria.

Esta Igreja apresenta uma arquitectura de tipologia «chã», onde predominam os traços simples e modestos, “*que se integra no gosto do ciclo maneirista reformado e impõe-se bem, pelo espírito austero e contra-reformado, no tónus construtivo que enquadra o renascimento das vilas ribeirinhas da margem sul do Tejo, na viragem do século XVI-XVII*” (SERRÃO, 2005, 26).

A Igreja apresenta uma fachada com telhado de duas águas onde se destaca o portal principal maneirista, “*de um classicismo abastardado, com frontão interrompido e friso animado pela reutilização de mármore de cor*” (SERRÃO, 2005, 25), encimado por um janelão gradeado que ilumina o coro.

Coroando este conjunto encontramos um registo de azulejos policromos com padrão seiscentista que representa uma cena da Eucaristia, onde observamos uma custódia sustentada por anjos entre nuvens, possuindo a seguinte legenda: *LOUVADO SEIJA O SANTÍSSIMO SACRAMENTO NA ERA DE 1677* (o que confirma a sua execução nesse ano).

O interior da Igreja caracteriza-se por ser de uma só nave, com abóbada de estuque rebaixada com o escudo régio pintado a meio. O actual pavimento é de tijoleira, mas o primitivo chão possivelmente teria sido revestido de lajes, tal como ainda restam vestígios à entrada da igreja e na capela-mor (GRAÇA, 1989, 77).

As paredes laterais da igreja encontram-se revestidas de azulejos de padronagem, azuis e amarelos, datados de 1637, destacando-se o púlpito em pedra da Arrábida de linhas maneiristas, datado, segundo Vítor Serrão, de 1605, por mãos do mestre de pedraria Pedro Domingues (SERRÃO, 2005, 26-25).

Aquando das obras de recuperação, no último quartel do século XX, foi descoberto no interior do nicho do retábulo do altar-mor um dos mais antigos painéis do retábulo

¹⁷⁰ Obras nos termos pertencentes a Nuno Pereira, primeiro provedor.

maneirista figurando a *Visitação* da autoria do pintor Tomás Luís “*O feliz achamento deste painel quinhentista constitui uma novidade de peso, não só para o património artístico do Montijo, onde não abundam peças de pintura do século XVI com esta qualidade, mas também para a História da Arte portuguesa, que em anos recentes tem vindo a revalorizar a produção de períodos históricos menos conhecidos (como é o caso do ciclo maneirista)*” (SERRÃO, 2005, 13). No pavimento da capela-mor encontra-se, ao centro, a sepultura quinhentista do primeiro provedor da Santa Casa, Nuno Alvares Pereira.

Imóvel Classificado como de Interesse Público desde 30 de Novembro de 1993 (DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Série-B, n.º 280, fl.6701).

4.1.4. Conjunto Edificado Quinta do Pátio de Água (Casa e Capela de Santo António) (N.º 30 P.C.)

Conjunto arquitectónico que compreende uma casa de habitação e Capela, esta última denominada de Santo António, por ter o mesmo como orago, enquadradas num pátio com poço. A Capela é de edificação quinhentista (RAMA, 1906, 45) e foi alvo de várias campanhas de reconstrução nos séculos XVIII¹⁷¹ e XX¹⁷².

Apresenta planta longitudinal, de grande simplicidade, empregando uma linguagem de gosto revivalista, graças à intervenção do século XX da autoria do arquitecto Pardal Monteiro.

A fachada foi intervencionada no século XX, pelo o que se verifica um recuo da entrada e a criação de uma pequena galilé. Presentemente, existem na galilé azulejos idênticos aos observados na nave, o que vem confirmar a ideia de que a ermida englobava o espaço que hoje conhecemos como galilé. Fachada principal de empena angular com dois registos que se desenvolvem entre pilastras da ordem toscana, o inferior é formado

¹⁷¹ De acordo com a inscrição patente na galilé em 1744, a ermida foi alvo de uma campanha de obras de ampliação, mandada executar a expensas de Francisco Novais Pimentel de Faria Cerveira, que pretendia aqui sepultar a sua família. Com o terramoto de 1755, a Ermida sofreu grande ruína, executando-se nova intervenção em 1789, desta vez custeada por Simão Neto Pereira Pato de Novais Pimentel.

¹⁷² Intervenção encomendada por António Santos Fernandes ao Arquitecto Pardal Monteiro que desenhou o projecto em 1919.

por três arcadas plenas sustentadas por colunas toscanas que assentam em varandim com portal que dá para a galilé. Ostenta superiormente uma rosácea, o campanário e três vitrais sobre as janelas, de autoria de Ricardo Leone, ambos executados nos anos 40 do século XX:

“O arranjo decorativo dos anos quarenta inclui um programa de iluminação filtrada por um conjunto de vitrais. Estes representam, respectivamente, uma alegoria Eucarística na capela-mór, uma imagem de S. Pedro, uma imagem de Santo António e uma imagem de S. João Baptista, nos três vãos da nave. Na rosácea que ilumina a tribuna da Capela figura uma outra imagem de Santo António de Lisboa. Todo este conjunto de vitrais, e ainda o que se encontra na Sala de Jantar, estão assinados R. Leone e datados de 1943.” (CALADO, PACHECO, 2005, 41-43).

A Capela, possivelmente do século XVI¹⁷³, no seu interior, a nível decorativo, encontra-se revestida por azulejos, que resultaram da campanha de obras efectuada no século XVIII. Trata-se de um conjunto azulejar policromo, ao gosto *rococó*, época pombalina, pós-terramoto, datados possivelmente da segunda metade do século XVIII, que representa cenas da vida de Santo António. Ressaltam-se as *“molduras de concheados policromos onde se observam cenas da vida de Santo António, pintadas a azul e branco, sendo cada painel intercalado por um conjunto rectangular de azulejos em tons verde com moldura rectilínea”* (BALDRICO, LUCAS, s.d., 4). Sobre o arco que separa a capela-mor da nave da ermida, cuja porta principal se encontra na fachada lateral voltada para exterior, ostenta uma pedra de armas de Francisco Novaes Casado Pimentel de Faria Cerveira, de influência setecentista, elemento correspondente à campanha de obras que o edifício recebeu em 1744.

A mesma Capela apresenta, num nicho existente na capela-mor, onde eram depositadas as galhetas, azulejos verde-escuro e branco. Este registo azulejar constitui, possivelmente, o único elemento original do edifício que chegou aos nossos dias, tal como nos refere Rafael Salinas Calado:

¹⁷³ Primeiro registo referente a enterramento efectuado na Ermida datam de 1570, altura em que a Ermida fazia parte do Morgadio de Santo António, pertença de Duarte Rodrigues Pimentel, fidalgo de D. João III. www.monumentos.pt, consulta efectuada a 6 de Fevereiro de 2008 às 19h57m.

“Na capela-mór, do lado da epístola existe um pequeno nicho em forma de concha, para as galhetas do culto, impecavelmente revestido por azulejos que formam um expressivo enxaquetamento, em verde escuro e branco. Embora de execução modesta, recorda muito os revestimentos enxaquetados quinhentistas, que forram a capela-mór da Ermida de S. Brás em Évora. Este delicioso elemento, de expressão remotamente arabizante, parece ser o único vestígio provável da época da fundação do templo, ou seja, do segundo quartel do século XVI (reinado de D. João III, como reza a lápide da entrada).” (CALADO, PACHECO, 2005, 38).

O edifício principal apresenta-se, actualmente, ao estilo de *casa portuguesa*. Possui planta composta irregular, de volutas articuladas, em disposição horizontal, em L, com torreão, com registo figurando Santo António, telhados múltiplos de três e quatro águas, com beirais e mansardas, janelas com rótulas, onde na fachada principal se destaca a escadaria de acesso ao 2.º piso, revestida de azulejos azuis e brancos, que termina num alpendre de reduzidas dimensões. Apresenta uma galeria, rasgada por quatro janelas com rótulas separadas por colunas toscanas, que estabelece a ligação entre a casa e a ermida referida anteriormente. Do recheio artístico existente tanto no exterior como no interior da casa destacam-se os azulejos azuis e brancos integrados no edifício no decorrer do restauro do imóvel em 1919. Estes azulejos não foram encomendados para a obra, tratando-se de reaproveitamentos:

“...Curiosamente na Quinta do Pátio de Água, como ficou dito, também se tirou um grande partido decorativo no reaproveitamento, por vezes excessivo, duma imensa quantidade de azulejos que haviam sido feitos para outros locais. Na fachada principal nasce, a partir do rodapé de cantaria branca, um opulento silhar em tons de azul que acompanha, como fundo, a ampla escadaria e o patim alpendrado da entrada nobre. Consiste numa desenvolvida composição decorativa, em estilo “rocóco”, constituída por três painéis recortados que se encontram mal interrompidos por dois vãos da janela. Este pormenor revela claramente que os painéis não foram nem concebidos, nem encomendados para aquele local. (...) O vestíbulo da entrada do andar principal, assim como o corredor e as escadas (...) também se encontram revestidos por painéis idênticos aos da fachada que (...) foram forçosamente adaptados...” (CALADO, PACHECO, 2005, 43-45).

De uma forma geral e segundo o mesmo autor “...tratam-se de reproduções do antigo, executadas por pintura manual (...) réplicas revivalistas de painéis recortados em estilo

“rocóco”, ao jeito das produções características de meados do século XVIII, que eram feitas por encomenda nas fábricas lisboetas, por volta dos anos 20/30 do século passado...” (CALADO, PACHECO, 2005, 45). Além dos referidos encontramos também, no patamar da escada interior no acesso ao piso térreo, um registo azulejar da autoria de Leopoldo Battistini¹⁷⁴, pintor e ceramista italiano. “São evidentemente azulejos de período posterior a 1921 e anterior a 1963, podendo integrar uma encomenda que, por qualquer razão, não chegou a ser colocada no seu verdadeiro destino.” (CALADO, PACHECO, 2005, 47).

Nos restantes espaços da casa, pode-se observar a adopção de revestimentos cerâmicos que não correspondem à escala dos espaços onde foram colocados.

Este conjunto Arquitectónico misto foi classificado como imóvel de Interesse Público desde 19 de Fevereiro de 2002 (DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Série-B, n.º 42, fl.1371).

4.1.5. Conjunto Edificado Quinta do Saldanha (Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos e Casa) (N.º 31 P.C.)

Trata-se possivelmente de um conjunto edificado do século XVI tendo sofrido posteriores reconstruções. A quinta foi construída por Duarte da Gama, Quinta do Morgado Saldanha da Gama, e possuía tipologia rural, com várias áreas destinadas ao uso agrícola, tais como casa principal com dois pisos, onde existia um oratório, jardins, horta, vinhas, pomar, salinas e um moinho de maré.

A Quinta do Saldanha encontra-se completamente alterada do que era originalmente, actualmente, apresenta-se circunscrita a um espaço que se encontra delimitado por um muro, que ao centro ostenta um portão que dá acesso ao edifício principal da quinta (ALMEIDA, 2001, 51). No frontão do portão de acesso à quinta destaca-se um “*brasão de armas em pedra lioz colocado au balon, envolto numa cartela com motivos vegetalistas ostenta um perfeito, belíssimo e correcto ordenamento dentro das boas regras da heráldica*”, datado possivelmente do século XVI (CÂMARA MUNICIPAL

¹⁷⁴ Verifica-se a seguinte inscrição: “Feito nas oficinas de L. Battistini e Viriato / R. S. Domingos (à Lapa) n.º 8 – Lisboa”.

DE MONTIJO – Itinerário Heráldico, 2007, folheto), rematando o portal encontrava-se uma pinha estilizada, a qual presentemente desapareceu¹⁷⁵.

Foi alvo de uma profunda reconstrução pelo facto de ter sido afectada pelo terramoto de 1755 (ALMEIDA, 2001, 49-53) dando lugar, no século XVIII, à ermida e ao solar com as características que possuem actualmente.

No que diz respeito à Ermida, esta “*apresenta planta longitudinal simples, de espaço único e cobertura homogénea em telhado de duas águas. Fachada em alvenaria rebocadas e pintadas de branco, sendo a fachada principal percorrida por faixa pintada de amarelo, terminando em frontão triangular simples rematado por pináculos e tímpano com rosa-dos-ventos. A fachada principal, encontra-se voltada a Sul, em empena com cruz latina no vértice, rasgada por portal de verga recto e moldura simples, encimado por frontão decorativo com medalhão com registo azulejar azul e branco contendo a representação de Nossa Senhora das Dores, primitiva invocação da Ermida*” (CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO, 2006, 1-2).

A ladear o portal, encontram-se duas pequenas janelas, envolvidas por moldura de alvenaria. As fachadas laterais semelhantes são rasgadas também por janelas de maiores dimensões, em vidro e madeira, integradas em caixilharia metálica, que iluminam a zona da nave. Na fachada virada para o interior da quinta, vê-se uma porta com acesso directo à sacristia da mesma. A fachada posterior é em empena cega.

“*O seu interior é de grande simplicidade destacando-se o arco triunfal que separa a capela-mor do resto da ermida*” (BALDRICO, LUCAS, s.d., 5). O seu interior, rebocado e pintado de branco, encontra-se em mau estado de conservação. Possui pavimento em tijoleira, cobertura de abobada de berço em estuque pintado de azul.

Na capela-mor “*observa-se um retábulo de madeira polícroma com frontão triangular de características neoclássicas decorado no vértice*”, com a cabeça de anjo esculpido a dourado, e no tímpano encontrava-se originalmente “*uma belíssima imagem de Cristo Crucificado em marfim (...) que remonta possivelmente ao século XVII-XVIII,*

¹⁷⁵ Poderá ter sido roubada em 2006.

constituindo um notabilíssimo trabalho indo-português” (BALDRÍCO, LUCAS, s.d, 5). Sobre supedâneo de um degrau em granito polido, encontra-se a mesa de altar em madeira.

O seu recheio artístico móvel original contava, com o já referido anteriormente, Cristo Crucificado, datado possivelmente do século XVII-XVIII, escultura em marfim, cruz em madeira com embutidos de marfim e metal, cruz latina com secção rectangular e apresenta decoração mongol¹⁷⁶, de modelo *agonizante* assente em madeira exótica com incrustações em marfim com motivos fito mórficos. Possui de altura e largura totais 195 cm e 136 cm respectivamente e trata-se de um elemento artístico único existente em Portugal. Para além do Cristo também possuía uma imagem de Nossa Senhora da Piedade em madeira policroma, provavelmente datada de finais do século XVII. Figura da Virgem, vestida de túnica e manto coroada com resplendor de sete estrelas, com o filho morto ao colo sobre uma peanha, esculpida em forma de rochedo. Esta peça artística apresenta 38 cm de altura e 28 cm de largura. Ambas as peças se encontram em poder da Câmara Municipal de Montijo, sendo o Cristo, uma vez por ano, devolvido à sua original ermida, no âmbito das Festas Populares de São Pedro (Banho Santo).

Do recheio artístico fixo, existente actualmente na ermida, salientam-se o retábulo da capela-mor em madeira pintada século XVIII, duas Pias de Água benta em forma de concha (século XVIII) e um Lavabo do Século XVIII/XIX. Além destas duas peças possui também duas caixas de esmolos em madeira com gravuras (Senhor dos Aflitos e Nossa Senhora das Dores) oitocentistas e seis castiçais do século XVIII.

Além da Ermida, a Quinta do Saldanha possui casa de habitação ou edifício principal, outras dependências de um só piso e pátio comum a todas as áreas, onde se localiza um poço com parede em pedra calcária talhada, constituído por quatro elementos inteiriços recortados em quarto de círculo, “(...)Um elemento solto – com certeza parte do conjunto, certamente de um chafariz pertencente a uma zona ajardinada – existente no espaço que envolve a casa, uma pia ou, melhor, um pequeno tanque lavrado em pedra e

¹⁷⁶ Catálogo da Exposição – *Encontro de Culturas, Oito Séculos de MissionaçãO Portuguesa*, Coordenação Dra. Maria Natália Correia Guedes, Edição Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, Julho – Dezembro 1994, p.242.

que actualmente serve para que os devotos façam as suas abluções (...)” (ALMEIDA, 2001, 54), vestígios de uma fonte e outros elementos arquitectónicos dispersos.

O edifício principal é de forma rectangular e de desenho muito linear de sólida e sóbria construção, edificado com recurso a materiais de construção perfeitamente comuns. A técnica utilizada para a construção das paredes é a técnica de gaiola (sistema utilizado na reconstrução pombalina), as cantarias dos vãos, portas e janelas que compõem o edifício são rectas e lisas. Possui fachada voltada a sul e é constituído por um corpo residencial com dois pisos (ALMEIDA, 2001, 51-53).

Além deste edifício, a quinta possui um conjunto de edifícios de um só piso, formando um ângulo recto, com orientação sul-norte, localizado nas traseiras da ermida, sem características artísticas relevantes.

O conjunto iniciou abertura de processo nos anos 90 do século XX, mas devido às grandes alterações arquitectónicas que a Quinta sofreu, nas obras executadas no final do século XX, o Ministério da Cultura a 22 de Outubro de 2007, após visita de um técnico do IGESPAR, I.P., desclassificou o Conjunto. No entanto está de momento classificado como de Interesse Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

4.1.6. Conjunto religioso Nossa Senhora de Atalaia (Igreja e Cruzeiros) (N.º 32 P.C.)

Conjunto arquitectónico constituído por três cruzeiros, pela Fonte Santa¹⁷⁷, pela Igreja Nossa Senhora da Atalaia e pelo casario que ladeia a escadaria, que se estende da Igreja ao terreiro. Tornou-se, desde início de quinhentos, num local de culto, visitado por peregrinos em nome de Nossa Senhora da Atalaia.

¹⁷⁷ Localizada no Concelho de Alcochete.

A Igreja de Nossa Senhora de Atalaia é de construção do século XVI¹⁷⁸, com posteriores remodelações¹⁷⁹. Ostenta fachada sóbria e, actualmente, voltada à escadaria, encontrando-se ladeada por casas de pequeno vulto denominadas de “Casas dos Círios”.

Trata-se de uma obra maneirista reedificada no século XVIII. A igreja é antecedida por uma galilé com três arcos de volta perfeita, em cantaria e por cima, destaca-se ao centro um amplo janelão rectangular gradeado que dá para o coro. Rematando o conjunto, ergue-se um amplo frontão triangular, telhado de duas águas e dois fachos estilizados nos acrotérios laterais. No século XX foi acrescentado à fachada uma torre sineira com relógio que veio finalizar a composição da mesma.

O interior da Igreja é de uma só nave, tecto em abóbada e lajeada com tijoleira vermelha. As paredes laterais da nave da igreja encontram-se revestidas de azulejos azuis e brancos, de composição narrativa da *Vida de Nossa Senhora*, datados do século XVIII. Possui púlpito em mármore da Arrábida onde sob a verga da porta de acesso ao mesmo se pode ler a inscrição *Palmela*. No pavimento existe uma lápide referente aos autores dos azulejos do século XVII existentes na capela (azuis e amarelos) de que restam alguns nas paredes do coro, compostos por medalhões com representações alusivas à Virgem (a lua, uma estrela e uma palmeira) misturados com os azuis e brancos, do século XVIII. A iluminação da Igreja faz-se através de um janelão situado no coro e das janelas existentes do lado da porta principal.

A Igreja tem três altares. Na capela-mor possui um belo retábulo de estilo joanino de madeira do Brasil setecentista, sob o nicho do retábulo do altar-mor, onde se encontra a imagem de Nossa Senhora. Observamos um conjunto escultórico em talha dourada, onde ressaltam à vista dois anjos suportando as armas nacionais do tempo de D. João V,

¹⁷⁸ Segundo Pinho Leal, a Igreja teria sido edificada em 1623 e reedificada no século XVIII. No entanto, há referências das Visitações dos Freires de Santiago em 1525, 1607 e 1609, bem como existe uma lápide de 1602 com a indicação dos autores dos azulejos que reflectem uma nova campanha de obra.

¹⁷⁹ No século XVIII, esta Igreja recebeu obras de beneficiação, tais como o retábulo do altar-mor em talha dourada, os azulejos azuis e brancos em painéis historiados que forram a Igreja e os azulejos de “albarras” existentes na sacristia. A última campanha de obras que sofreu foi já no século XX, onde se construiu junto da frontaria da Igreja uma torre sineira.

cuja coroa se encontra partida, bem como um medalhão onde se pode ver o monograma AM (Ave-Maria), encimado por uma coroa, segundo a iconografia mariana.

A sacristia desenvolve-se à ilharga e é antecedida de um corredor onde antigamente se guardavam as caixas que recolhiam as ofertas dos círios e se penduravam os quadros, com figurações simplificadas, evocativos de milagres, original testemunho de devoção popular. De acordo com a tradição, a actual sacristia corresponde à ermida primitiva, onde esteve abrigada a imagem da Senhora. No interior da sacristia encontra-se um belo silhar de azulejos azuis e brancos tipo “albarras”, datados do século XVIII.

A fachada da Igreja ostenta dois exemplares de azulejos de *figura avulsa*, o primeiro à esquerda, com uma figuração convencional, mostra as “almas” em meio corpo, emergindo das chamas do purgatório, acompanhado da legenda com iniciais P.N.A.M. – *Padre Nosso Ave Maria*, o segundo à direita tem a mesma figuração do anterior, mas com uma cruz ao centro e duas “alminhas”, com inscrição no canto superior esquerdo, de leitura imperceptível, encontra-se em elevado estado de degradação.

Ao nível do recheio artístico móvel, além de vários paramentos e diversas coroas em prata e ouro, de algumas imagens, é de salientar a existência de uma maquete de prata (oferta do Círio de Sesimbra em 1673), destinada a abrigar a imagem pequena de Nossa Senhora de Atalaia. Na sacristia está exposta uma imagem de Santo Amaro, dentro de uma maquete de talha dourada.

O Cruzeiro-Mor de Atalaia

O Cruzeiro Manuelino está implantado num amplo rossio, também denominado de Largo da Feira, que é rematado a norte pela Quinta Nova de Atalaia – Museu Agrícola, a Este pela estrada nacional 502 e pela escadaria de acesso à Igreja de Nossa Senhora de Atalaia, por algumas casas de pequeno vulto e a oeste por um amplo rossio actual Largo da Feira.

A Construção do Cruzeiro remota ao ano de 1551, foi o primeiro dos três existentes em Atalaia mandado erguer pela confraria dos Alfandegueiros de Lisboa, na sequência de uma promessa feita pelos mesmos, por ocasião de uma peste de 1507.

O Cruzeiro Manuelino é em pedra de lioz e assente em degraus do mesmo material, tendo do lado nascente ou reverso esculpida a imagem de Cristo Crucificado no capitel e do lado poente ou anverso a Nossa Senhora da Piedade, actualmente decapitada. Apresenta duas inscrições alusivas à sua construção, uma na base da cruz e outra na base de uma das colunas.

O Cruzeiro é coberto por uma cúpula enquadrada por pináculos e assentes sobre quatro colunas ligadas entre si, por varões de ferro, que deveriam ter sido policromas. A cúpula possivelmente era pintada com motivos sagrados alusivos à Virgem, bem como o capitel.

Em registos fotográficos de meados do século XX, o Cruzeiro aparece ladeado por seis oliveiras, de cada lado do quadrado da base, orientadas à fonte da Nossa Senhora, e marcando o percurso da procissão da devoção, que inclui o ritual dos círios, que, à chegada à Atalaia, em procissão, teriam de dar três voltas ao Cruzeiro.

É possível que o monumento tenha sofrido algumas obras nos Séculos XVII, XVIII e XIX, como aconteceu com a Igreja, sendo, no entanto, impossível fundamentar convenientemente esta hipótese.

Em 1987, o Cruzeiro encontrava-se em mau estado de conservação. Face a esta situação foi sujeito a obras no ano 2000, as quais tiveram como objectivo altear o monumento cerca de um metro, reforçar as respectivas fundações, consolidar a cúpula de alvenaria e restaurar as colunas bem como as peças escultóricas existentes. Além do património mencionado há ainda que referir o magnífico património móvel existente no Museu dos Ex-Votos que se estende à esquerda do museu, destes destacam-se os quadros oitocentistas, os paramentos, as estatuetas e as fotografias.

Cruzeiros Laterais

Existem, também, dois cruzeiros laterais que limitam o primitivo espaço do Santuário de Nossa Senhora da Atalaia, localizando-se, à direita, junto à estrada que liga o Montijo a Pegões e a do outro, à esquerda, próximo da marcação do início da área do concelho de Alcochete, tal como foi referido anteriormente.

O cruzeiro, junto à estrada, é de pedra lioz e encontra-se edificado sobre um plinto de pedra cujo acesso é efectuado por meio de dois degraus, possuindo, na sua face norte, uma inscrição que refere em que ano foi erguido, pertencendo a sua construção à segunda metade do século XVII, tendo como ofertantes um casal de Alcochete:

“Esta cruz mandou fazer Domingos Ferreira Patarata e sua mulher por sua devoção, pede um Padre Nosso e Ave Maria pelas almas; feita no anno de 1669, de Alcochete.” (PEREIRA, RODRIGUES, 1904, 839).

O outro cruzeiro lateral é de cantaria e possui um pedestal de alvenaria com quatro faces, este último não apresenta grande cuidado artístico:

“O terceiro é de cantaria tosca e ordinária, sotoposto e um pedestal de alvenaria com quatro faces e junto ao pé da cruz está um mialheiro de ferro para receber as esmolas dos devotos que transitam pela estrada do Alentejo (...)” (PEREIRA, RODRIGUES, 1904, 839).

Conjunto (Igreja e cruzeiros) com despacho do Presidente do antigo IPPAR (IGESPAR, I.P), de 2 de Outubro de 1995, para abertura de processo de instrução relativo à sua classificação. Processo ainda não concluído. No entanto está de momento classificado como de Interesse Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

4.1.7. Conjunto Religioso Ermida de Nossa Senhora da Piedade e Igreja de São Jorge (N.º 33 P.C.)

Ermida Nossa Senhora da Piedade

Trata-se de um monumento do século XVI. Possui planta rectangular e é antecedida por galilé de planta quadrada, de características manuelinas, visíveis no alpendre de arco duplo com cúpula de recorte octogonal terminada em bico, cujo interior ostenta uma decoração em cordame. A entrada da Ermida ostenta portal manuelino com decoração vegetalista (florões). O interior é coberto por uma abóbada de nervuras *“com bocete no fecho e quatro estribos”*, terminados em base recamada e boleada no suporte dos artesãos (GRAÇA, 1989, 139-140). Foi construído possivelmente pelo Doutor João

Cotrim, para panteão da família Cotrim, pois ostenta o brasão de família na pedra de fecho da abóbada. Possui altar em brecha da Arrábida. No piso que dá acesso ao altar e na parede frontal existem vestígios de revestimento azulejar hispano-árabe. O pavimento encontra-se lajeado com tijoleira contendo duas sepulturas, uma com legenda imperceptível e a outra em escrita gótica de Rui Cotrim de Castanheira, fidalgo da casa do rei D. Manuel I: “*AQUY IAZ RUY CUTRIM DE CASTANHEIDA FIDALGO DA CASA D’L RY Dõ MANUELP*”. A Ermida encontra-se anexada à parede norte da Igreja de São Jorge.

Igreja de São Jorge

Construção do século XVIII¹⁸⁰, com posteriores remodelações, dos séculos XVIII, XIX e XX, possui como orago São Jorge. Segundo Luís Graça (1989, 140) é de reconstrução de D. João V. Manifesta um telhado de duas águas e possui a fachada com frontão interrompido pelo janelão do coro que se encontra encimado por uma cruz de pedra. No seu lado direito, ostenta uma torre sineira. O portal é rematado por um frontão curvo e encontra-se enquadrado por frestas gradeadas, tendo as inferiores, lápides com gravação, em relevo, da cruz da Ordem de Santiago de Espada.

O interior apresenta nave única, com abóbada de berço, onde se observa uma pintura de Pereira Cão, de 1904, correspondente às posteriores campanhas de obras efectuadas neste monumento religioso. A pintura é alusiva à exaltação do seu orago. Do seu património integrado ressaltam-se os azulejos azuis e brancos do século XVIII¹⁸¹, que revestem as paredes laterais da nave da Igreja, cujo tema é alegórico à vida de São Jorge. No local onde se encontra localizado o baptistério, apresenta paredes forradas a azulejos azuis e brancos do século XVIII e tecto manifesta pintura que evoca o *Batismo de Cristo no Rio Jordão*.

¹⁸⁰ No entanto foi recentemente descoberta uma estrutura, possivelmente anterior ao século XVI, junto ao pequeno patamar de cantaria que dá acesso à entrada principal da Igreja de São Jorge. Esta descoberta deveu-se a uma escavação de emergência, no Largo da mesma Igreja, onde se identificou uma necrópole Medieval / Moderna, com espólio arqueológico, entre os quais se destacam dois numismas de D. João III identificados nas sepulturas localizadas em níveis superiores ao da estrutura, pressupondo-se que esta última seja mais antiga.

¹⁸¹ Mais precisamente de 1740, tal como consta a data inscrita em azulejo, por cima da porta interior de acesso à torre sineira.

O retábulo do altar-mor é de talha dourada setecentista e enquadra uma tela com pintura a óleo, a necessitar de restauro¹⁸², do século XVIII, figurando São Jorge matando o Dragão. As suas paredes laterais encontram-se preenchidas com dois painéis de azulejos policromos (azuis e amarelos) com cenas do antigo testamento, nomeadamente a *Apanha do Maná no Deserto e Abraão e Melquisedec* (GRAÇA, 1989, 140). No tecto da capela-mor observa-se uma pintura do *Santíssimo Sacramento* e no pavimento apresenta duas lápides quinhentistas. Na porta lateral esquerda apresenta no pavimento vestígios de azulejo hispano-árabe misturados com azulejos azuis e brancos do século XVIII. À direita apresenta-se a sacristia, cujas paredes se encontram revestidas de azulejos azuis e brancos singulares, do século XVIII e um admirável lavatório executado em pedra, com duas torneiras em latão.

Classificadas como Imóvel de Interesse Público desde 30 de Novembro de 1993 (DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Série-B, n.º 280, fl.6701).

4.1.8. Igreja de Nossa Senhora da Oliveira (N.º 34 P.C.)

Construção do século XIII, com posteriores remodelações desde o século XVI ao século XX. Em 1279, menciona-se a existência de uma Igreja (ALMEIDA, 2007, 56). Sucessora desta, a Igreja de Canha actualmente não apresenta vestígios da estrutura original, restando apenas duas sepulturas medievais, recolhidas da necrópole que possivelmente se estendia no espaço actualmente gradeado antecessor à Igreja.

A Igreja hoje observável é de reconstrução do século XVII, maneirista. Apresenta telhado de duas águas e manifesta fachada despretensiosa. Frontaria de empena triangular, cujo portal encontra-se virado a poente e é de verga simples encimado pelo janelão do coro. No tímpano do frontão podem-se observar dois símbolos em alvenaria pintada, da Ordem de Santiago, compostos pela vieira e a espada. A rematar a fachada, apresenta no vértice uma cruz em metal. Do seu lado esquerdo ergue-se uma torre sineira que ostenta actualmente um relógio.

¹⁸² Uma vez que apresenta um rasgão no canto inferior direito e encontra-se de uma forma geral encardida.

A Igreja de nave única rectangular, possui “*um baptistério e um púlpito além do coro que sobrepõe ao guarda-vento*”. A capela-mor está separada da nave por um arco de volta perfeita, onde podemos “*observar o revestimento azulejar policromo seiscentista do tipo tapete, com motivos geométricos*” (BALDRICO, LUCAS, s.d., 8). O altar-mor é em madeira pintada com linhas modestas, onde se ressalta uma maquineta localizada ao centro.

Na parede lateral estabelece-se um arco que dá acesso a uma capela lateral, a antiga capela de Nossa Senhora do Rosário, edificada no século XVI, hoje conhecida como a capela do Santíssimo Sacramento (GRAÇA, 1989, 53). Esta apresenta tecto em abóbada de estuque, onde se observam pintadas combinações geométricas e ao centro a cruz da Ordem de Santiago. As paredes encontram-se revestidas de “*azulejos enxaquetados, em verde e branco entrecortados por conjuntos policromos com motivos florais*” (BALDRICO, LUCAS, s.d.,8).

O retábulo maneirista é composto por cinco tábuas pintadas com iconografia mariana, atribuídas a Tomás Luís. O frontal do altar encontra-se revestido de azulejos de proveniência espanhola, mais precisamente de *Talavera de la Reina*, perto de Toledo (BENINI, 1989, 78-79). O piso desta capela encontra-se lajeado, onde podemos observar um silharia com a inscrição – PORTA – e uma inscrição sepulcral alusiva à edificação da Capela, pelo prior António Gonçalves, em 1589, com a seguinte informação: “S.^aDANTONIO.GLZ./PRIOR.Q.FOIDESTA/IGREIA.QESTA.CA/PELA.MÃODOV.FAZER/NA.ERA.D.1589”. É de salientar ainda a existência de um lavabo em pedra da Arrábida belíssimo na sacristia e a existência de quadros e paramentos de alguma importância artística e religiosa.

Imóvel de Interesse Municipal desde 6 de Março de 1996 (DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Série-B, n.º 280, fl. 6702) e de 30 de Novembro de 1993 (DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Série-B, n.º 56).

4.1.9. Igreja de São Sebastião ou Igreja da Misericórdia de Canha (N.º 35 P.C.)

Igreja possivelmente do século XVI, com posteriores remodelações, actualmente é antecedida por um espaço gradeado. Possui telhado de duas águas. A fachada é de alvenaria de linhas modestas, onde se destacam três portas. A porta principal é a localizada ao centro, que se apresenta coroada por um frontão triangular, sobre o qual se manifesta um pequeno óculo. O frontão da fachada é interpolado por uma cruz em pedra e ladeado por dois pináculos nas extremidades. O seu interior é de planta longitudinal, composta e regular de uma só nave, com tecto de madeira pintada, onde ao centro ostenta as armas reais nacionais do reinado de D. Sebastião (GRAÇA, 1989, 55).

A capela-mor ostenta um retábulo de talha dourada e colunas salomónicas que enquadram os painéis pintados, do século XVII, alusivos a Santa Margarida de Cortona e São Martinho de Tours. Possui chão de madeira e três lápides sepulcrais do século XVII (1664, 1674 e 1679).

Imóvel com despacho do Ministro da Cultura, de 1998, para abertura do processo de instrução relativo à sua classificação, ainda não concluído.

4.1.10. Conjunto Edificado de Santo Isidro de Pegões (Igreja, Escolas, Casas dos Técnicos, Adega Cooperativa e Casais Agrícolas) (N.º 36 P.C.)

Na sequência da criação da Junta de Colonização Interna, pelo Estado Novo, em 1936, constituíram-se cinco colonatos¹⁸³ em Portugal, entre os quais, o colonato de Santo Isidro de Pegões. Este foi implementado na Herdade de Rovisco Pais. Doadá pelo benemérito, aquando da sua morte, aos Hospitais Civis de Lisboa.

O Colonato Agrícola de Pegões, à semelhança de outros estabelecidos no espaço nacional, integrou população oriunda de vários pontos do país. Segundo requisitos da Junta de Colonização Interna, os candidatos deveriam ter conhecimento de agricultura, e explorar a terra de acordo com as directrizes da Junta de Colonização, que

¹⁸³ Os colonatos eram unidades agrárias que visavam a fixação de população nas diferentes regiões do país, em particular, nas que apresentavam um bom potencial agrícola.

periodicamente fiscalizava os casais¹⁸⁴. O Colonato Agrícola de Santo Isidro de Pegões possuía três núcleos, o núcleo das Faias, o das Figueiras e o de Santo Isidro de Pegões, obedecendo cada núcleo a uma tipologia construtiva diferente.

Às pessoas seleccionadas para viverem no colonato foi distribuída a trincha¹⁸⁵, composta por um cultivador, uma charrua (Charrua nº 2 da fábrica Tramagal), uma carroça, um pulverizador, uma grade de madeira com bicos em ferro e uma grade de molas¹⁸⁶.

Além do conjunto de alfaias entregues aos casais, também se entregava um animal para a lavoura, que posteriormente foi associado à Mútua¹⁸⁷.

As pessoas que para ali vieram viver assinaram um contrato provisório com a duração de cinco anos, período de tempo que dispunham para se adaptar ao local e imposições da Junta de Colonização Interna. Findo esse tempo assinavam um contrato de fruição definitiva, que implicava o pagamento do Casal em trinta anos.

Esta situação viria a ser modificada com o 25 de Abril de 1974, podendo o pagamento integral da propriedade ser liquidado com a autorização do então primeiro-ministro Cavaco Silva, aquando da sua visita à freguesia, ficando a situação definitivamente resolvida com a entrega dos alvarás de 18 de Março de 1989.

A intenção política foi de desbloquear um organismo pesado em termos económicos, uma vez que funcionavam vários técnicos especializados para dar apoio e controle de todo o trabalho desenvolvido pelos Colonos.

No Alvará de Fruição Definitiva do Casal pertencente ao Sr. António Pardal Júnior¹⁸⁸ pode ler-se que o mesmo foi vendido pela quantia de 192.60\$20 – cento e noventa e dois mil cento e sessenta escudos e vinte centavos, amortizável em trinta unidades, como referimos, no valor de 6405\$40 – seis mil quatrocentos e cinco escudos e

¹⁸⁴ Designação dada à casa e à parcela de terra distribuída a cada família.

¹⁸⁵ Conjunto de Alfaias Agrícolas entregue à população.

¹⁸⁶ Desconhece-se se esta alfaia foi entregue inicialmente ou se foi dada posteriormente.

¹⁸⁷ Designada legalmente em 1958 de Associação Mútua de Seguro de Bovinos e Equídeos de Santo Isidro de Pegões.

¹⁸⁸ Antigo Colono do Colonato de Santo Isidro de Pegões.

quarenta centavos, pagas até ao dia 31 de Janeiro de cada ano, na Delegação da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Providência, em Montijo. Não havendo cumprimento do contrato era rescindido nos termos do Decreto Número 36709 de 5 de Janeiro de 1948.

A partir de 1988, assistem-se a modificações graduais nos casais que constituíam os três núcleos existentes, altura em que o estatuto de colónia foi abolido, após a supressão do regime legal da casa agrícola, tornando-se os colonos proprietários definitivos das terras que ocupavam.

Actualmente, além do vasto património imaterial existente nestas duas freguesias, resultante de memórias, de vivências e de práticas culturais realizadas por estes colonos, também o património edificado caracteriza esta região. A paisagem rural modificou-se e deu lugar à permanência de uma arquitectura rural específica e original, de onde se ressaltam o património edificado, nomeadamente os casais agrícolas estabelecidos nas freguesias de Santo Isidro de Pegões e Pegões, de onde se destaca o núcleo central, composto por Igreja, as Casas dos Técnicos e do Padre, as Escolas e a Adega Cooperativa de Pegões.

Igreja de Santo Isidro de Pegões

Edifício religioso inaugurado em 1957, pela Junta de Colonização Interna e projectado por Eugénio Correia, possui uma arquitectura singular que se harmoniza com a paisagem circundante. Ostenta fachada virada a Norte, composta por segmento em elipse, cuja forma se repete ao longo de todo o edifício, bem como nas entradas principal e lateral. A torre sineira que compõe o lado direito da fachada apresenta linhas direitas, influenciando a sua verticalidade, a decoração da fachada apresenta-se em linhas paralelas. À Igreja antecede uma pequena escadaria que conduz à porta principal de arco elíptico sobre o qual se estabelece uma cruz de pedra.

O seu interior é composto por uma só nave, sem decoração, com baptistério e coro. Ostenta na capela-mor uma pintura a fresco de Severo Portela alusiva à figura de Santo Isidro.

Casas dos Técnicos

As Casas dos técnicos¹⁸⁹ são de traço rural, compostas por um só piso, de linhas originais surpreendentes, que à semelhança da Igreja de Santo Isidro de Pegões, referida anteriormente, apresenta um arco elíptico, quebrado por alpendre. A fachada ostenta uma porta e uma janela. Arquitectura que se envolve na paisagem circundante.

Escolas

As Escolas apresentam traço arquitectónico semelhante com o restante conjunto, onde predominam os arcos elípticos, quer no alpendre de acesso à fachada, quer nas várias dependências que constituem os dois edifícios. Característica do Estado Novo, existiam duas escolas, uma para o sexo feminino, outra para o sexo masculino.

Adega Cooperativa de Pegões

Imóvel concebido pelo arquitecto Vasco Lobo e inaugurado em 1958, para laboarar os 800 hectares de vinhas plantadas no Colono Agrícola de Pegões. Este imóvel encontra-se actualmente parcialmente alterado, uma vez que foi ampliado e modernizado. Na modernização a recuperação dos depósitos primitivos de cimento, os quais foram revestidos actualmente em “epoxy” e dotadas de um sistema de vinificação e estabilização de frio, incluindo o complexo de cubas e lagares de inox para fermentação com controlo de temperatura, prensa de vácuo e prensas pneumáticas, nova linha de enchimento e rotulagem, ETAR, obras de beneficiação e conservação geral dos edifícios e acessos fabris. A produção de vinho, oriundo desta Cooperativa, tem merecido prémios de qualidade, reconhecidos a nível nacional e internacional.

¹⁸⁹ Importa também referir todo o organismo de apoio que estava por detrás do Colono de Santo Isidro de Pegões, era dado um grande apoio à família, nomeadamente às mulheres e aos filhos dos colonos. Existiam escolas, características do Estado Novo, uma para cada sexo, cursos de formação onde poderia ingressar, dando a oportunidade a estas mulheres de terem uma actividade complementar com o trabalho rural. Todo este apoio era prestado por técnicos especializados do colono e suas esposas, que residiam nestas casas localizadas no núcleo central, junto das escolas, da igreja e da Adega Cooperativa.

Casais Agrícolas

A arquitectura das casas que compõem os núcleos individuais revela uma arquitectura conservadora / rural que perdurou durante o Estado Novo. Na grande maioria de experiências de casas realizadas pela Junta de Colonização Interna procurou criar-se uma pretensa arquitectura regional portuguesa, onde se defendiam conceitos específicos para as diferentes regiões do país.

Nos núcleos das Faias e Pegões existem “...*tipologias diferentes, uma caracteriza-se pelo volume torreado do palheiro / sequeiro, e a outra pela elevação da cobertura para albergar a mesma função...*” (MESTRE, 1999)¹⁹⁰.

A distribuição do espaço tem presente a actividade agrícola, a casa é composta pelo estábulo, o alpendre de arrumo das alfaias e o palheiro/ sequeiro no piso superior. Estas casas são património construído reflexo de uma cultura rural e de um momento histórico específico. É um património a preservar e que deve ser protegido de intervenções descaracterizadoras, que infelizmente se tem verificado. Conjunto com classificação de Valor Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

¹⁹⁰ Victor Mestre, “Faias e Pegões: De Terra de Acções de Bandoleiros, Guerrilheiros e Assaltantes à colonização dos anos 40 deste século”, s.l., 1999.

4.2. Património Civil

4.2.1. Edifício dos Paços do Concelho (N.º 37 P.C.)

Construção do século XIX com posteriores remodelações. Apresenta arquitectura prisional e judicial, representativa de uma monumentalidade compacta ao gosto da primeira metade do século XIX. Teve diferentes funções ao longo dos tempos, albergando a Cadeia, o Tribunal, as instalações da Administração do Concelho, a Repartição de Finanças, a Escola Industrial e Comercial e actualmente é o Edifício dos Paços do Concelho.

A obra foi concluída em 1 de Julho de 1878, tal como consta a data sobre o gradeamento acima da porta principal. A traça da fachada é simétrica, a principal apresenta-se imponente, com cinco varandas, no primeiro andar, rematado por um frontão triangular com cornija que ostenta uma pedra de armas, pertencente a Miguel Varela de Mascarenhas¹⁹¹ (BALDRICO, LUCAS, s.d., 7).

O interior do imóvel apresenta planta quadrangular, antecedendo um amplo vestibulo que se acede pelo portal principal. Estabelece-se um guarda-vento e vidro, de pequenas dimensões. O edifício comporta dois pisos, cujo acesso principal ao piso superior se faz por meio de uma soberba escadaria, que se estende pela ala direita e esquerda do imóvel. Possui no piso térreo, pátio interior descoberto e um arco com sino no telhado nascente. Ostenta as paredes revestidas a azulejos policromos com motivos florais, da segunda metade do século XX, altura em que foi adaptado para albergar os Paços do Concelho e inaugurado com esta função a 1 de Julho de 1967. O edificio mantém a mesma utilidade até hoje. Imóvel classificado oficialmente com valor municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

¹⁹¹ Armas que pertenceram a Miguel Varela de Mascarenhas por doação do rei D. Filipe II, concedido em Madrid (RAMA, 1906).

4.2.2. Edifício da Assembleia e Galeria Municipal (N.º 38 P.C.)

O edifício encontra-se localizado no centro histórico de Montijo. Construído no século XVIII, para residência particular, foi arrendado em 1780 e adquirido em 1800, pela Câmara Municipal. Desde essa altura foi tendo diferentes funções. Funcionou o açougue, no rés-do-chão do edifício, serviços autárquicos e tribunal no primeiro andar. Neste local estiveram instalados os Paços do Concelho até 1965, altura em este serviço passou para o actual edifício. Hoje alberga no piso inferior a Galeria Municipal e no piso superior a sala de reuniões da Assembleia Municipal.

Segundo Joaquim Baldrico e Isabel Lucas, em 1806 este imóvel sofreu obras de remodelação da fachada do edifício, na altura em que foi adquirido pela Câmara, “*com vista a dotá-lo de um aspecto mais nobre, pelo que lhe foram acrescentados um frontão triangular, as cornijas, as pilastras, os remates piramidais encimados por uma pinha, duas goteiras em forma de gomil e as varandas que lhe vieram dar um ar neo-clássico.*” (s.d., 7). Foi ainda colocado no frontão uma pedra de armas com características joaninas. Em 1999, recebeu nova campanha de obras, com vista a dotar este edifício de condições para albergar a Galeria Arte e a Assembleia Municipal. Imóvel classificado com valor municipal (JORNAL DO MONITJO, 29 de Agosto de 2008).

4.2.3. Casa Mora (N.º 39 P.C.)

Casa residencial urbana com características arquitectónicas românticas do século XIX¹⁹². Imóvel com arquitectura residencial revivalista, em arquitectura tradicional, vertente classizante¹⁹³. Ostenta fachada principal virada a sul e revestida de painéis de cantaria. Enquadrada por um arco de volta perfeita, encimado por pequeno apontamento de cantaria com um rosto em relevo, destaca-se a porta principal de madeira com aplicação de puxadores e fechaduras de ferro. A mesma apresenta-se ladeada por duas janelas, ambas com um belo trabalho de ferragens e duas portas secundárias, localizadas nas extremidades do edifício. Sobre a porta principal, possui um gradeamento, onde se

¹⁹² Datada de 1875, conforme se pode constatar pela data inserida no gradeamento sob a porta principal.

¹⁹³ www.monumentos.pt, consulta efectuada a 3 de Janeiro de 2008 às 19h23m.

destaca, a sua data da construção. Acima do gradeamento, estendem-se três varandas com um elegante trabalho de ferragens, suportadas por volutas em cantaria, onde se observam quatro portas. Ostenta telhado de duas águas, do qual se distingue um lanternim-mirante, decorado com vidros coloridos e uma platibanda alta, extremamente equilibrada, que remata o topo do edifício. Nas fachadas laterais simples e planas observa-se um pequeno janelo de iluminação a Este ao nível do sótão, a Oeste duas janelas ao nível do primeiro piso e três de pequenas dimensões de tipologia diferente, ao nível do sótão.

Na fachada virada a Norte, existe igualmente, no primeiro piso, uma varanda, com quatro portas, cujo acesso se pode realizar através do interior da casa, ou através do jardim. O acesso pelo jardim faz-se por meio de uma escada de pedra, toda ela com um minucioso trabalho de ferragens, que se estende pela varanda. No jardim, actualmente gradeado, sobressai uma fonte. Esta apresenta parede frontal de forma rectangular, com decoração de embrechados (conchas, fragmentos de cerâmica, azulejos hispano-árabes e pedra calcária). O tanque, da mesma, de cantos arredondados, apresenta-se caído no interior e ladeado por dois bancos.

O interior da Casa ostenta grande riqueza artística, tanto na composição dos seus tectos, com magnífico trabalho de estuque relevados e pintados, quer ainda nas pinturas murais e noutros apontamentos primorosos dispersos por todo o palacete. O piso do hall de entrada apresenta-se lajeado com decoração xadrez e no tecto manifesta trabalhos em estuque, pintado a verde e branco, onde se distingue as iniciais da família Domingos Tavares. O acesso ao primeiro andar faz-se por meio de uma ampla escadaria de dois lances opostos, o primeiro de pedra e o segundo de madeira, com guarda-corpo em aprimorado gradeamento, antecedida por um arco de volta perfeita com chave que ostenta na parte frontal uma concha, na parte posterior três linhas verticais, ambas as partes rematadas com motivos vegetalistas.

O primeiro piso distingue-se pela qualidade das soluções artísticas existentes nas diferentes divisões. O soalho é de madeira, em todo o andar, com excepção para a cozinha e a casa de banho, que se apresentam revestidas de lajes de tijoleira castanha-amarelada, solução artística que tentou harmonizar o chão existente na restante casa com o aplicado nestes dois locais referidos.

O palacete presenteia-nos com um salão principal, de planta rectangular, com magnífico tecto, revestido com estuque pintado a branco, azul e dourado. As paredes apresentam pintura azul com motivos florais, com necessidade de restauro urgente¹⁹⁴. Anexo a esta divisão, encontram-se dois quartos, um localizado à direita, o quarto principal da casa, e outro, de menores dimensões, localizado à esquerda. O primeiro apresenta o tecto revestido de estuque branco e cor-de-rosa, com motivos vegetalistas e antropomórficos, o segundo manifesta estuque em relevo com motivos vegetalistas e zoomórficos.

O corredor interior da casa dá acesso ao quarto de vestir (este com acesso directo ao quarto principal da casa), ao oratório, às instalações sanitárias, à sala dos “medalhões” (a sala de jantar). Anexa a esta última estende-se o quarto de costura à esquerda e a cozinha à direita. O quarto de costura estende-se à esquerda da sala de jantar e à direita está cozinha. Esta última localiza-se junto ao quarto de arrumos, situado por baixo da escada de madeira que dá acesso ao sótão da casa.

A parede do corredor apresenta-se revestida de gesso pintado, que imita a pedra. O oratório oferece decoração peculiar, onde se destaca o tecto em estuque, com motivos decorativos de estrelas sobrepostas e, ao centro, expõe uma pequena moldura circular onde está reproduzida, em estuque, uma pirâmide em relevo, com um olho no centro. Poderá colocar-se a possibilidade de se tratarem de símbolos maçónicos. As paredes encontram-se revestidas de frescos com motivos vegetalistas, rostos humanos (querubins?) e estrelas de seis pontas. A casa de banho manifesta, nas paredes, junto à sanca, pinturas com motivos zoomórficos e vegetalistas.

A sala dos medalhões ostenta tecto em estuque relevado a verde e branco. Nas paredes figuram sete painéis com pinturas a óleo de carácter paisagístico, tais como as naturezas mortas, frutas e aves. Estes painéis individualmente centrados por um medalhão principal representam a alegria e o movimento do decorativismo romântico e são alusivas a paisagens e cenas campestres e bucólicas de carácter figurativo.

¹⁹⁴ Acção de restauro já em curso.

A cozinha desfruta de paredes totalmente revestidas de azulejos com composição em padrão geométrico, do século XIX, azuis e brancos.

O sótão exhibe paredes de alvenaria sem decoração, sendo o tecto e o chão revestido a madeira, esta divisão possivelmente correspondia aos quartos das serviçais que habitavam nesta casa apalaçada. O acesso ao lanternim faz-se por meio de uma escada, de cujo sítio se pode avistar a cidade.

Este edifício foi adquirido pela Câmara em 1985 e adaptado a biblioteca. Em 1993, a Biblioteca Pública Municipal de Montijo passou a funcionar na antiga Casa dos Magistrados, tendo sido possível instalar, no mesmo ano, a sede do Museu Municipal de Montijo, função essa, que mantém até à actualidade. Edifício classificado com valor municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

4.2.4. Marco de Léguas (N.º 40 P.C.)

Trata-se de um marco de pedra calcária do século XVIII, com um medalhão recortado, característico da época barroca. Ostenta, no campo epigrafado, a legenda L.N.1, que se traduz légua¹⁹⁵ n.º 1. Corresponde à légua número um da linha da carreira da Mala-Posta¹⁹⁶. Este património construído assinalava o percurso da antiga Estrada Real, estava implantado inicialmente na Rua Dr. Manuel da Cruz Júnior, no sentido Samouco – Montijo, tendo sido na década de 80 removido e colocado no Jardim da Casa Mora. Este imóvel não se encontra classificado.

4.2.5. Marco de Léguas II (N.º 41 P.C.)

Marco de légua, em calcário de secção quadrangular coroadado na parte superior por pequeno pináculo boleado, ostenta a inscrição L.I. Inicialmente estava localizado junto à

¹⁹⁵ Léguas corresponde a uma distância de 5 km.

¹⁹⁶ Serviço público de transporte de pessoas e bens, cujo o trajecto era Lisboa – Aldeia Galega – Vendas Novas – Badajoz. Estrada real que se estendia de Lisboa a Badajoz.

antiga Estrada Real, ao Km 1,2 no sentido Este-Oeste, tendo sido, posteriormente, removido para o Jardim da Casa Mora. Imóvel sem classificação oficial.

4.2.6. Praça de Touros Amadeu Augusto dos Santos (N.º 42 P.C.)

Praça de touros de arquitectura cultural e recreativa Contemporânea, cuja construção remete para a segunda metade do século XX. O projecto de arquitectura foi assinado por Amadeu José Gomes dos Santos, cujo nome advém do seu construtor. Possui planta centralizada, circular formada pelo anfiteatro envolvendo a arena. Inaugurada em 1 de Setembro de 1957, este imóvel tem capacidade para 6500 espectadores. Constitui um elemento patrimonial de grande importância, não só pela emblemática construção, mas também por ser um marco da tauromaquia nacional e internacional. Imóvel sem classificado com valor municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008.).

4.2.7. Mercado Municipal (N.º 43 P.C.)

Arquitectura comercial moderna do Estado Novo, é uma construção da segunda metade do século XX, cuja obra arquitectónica e de engenharia remetem para o arquitecto Paulo Cunha e para o engenheiro Santos Silva. O Edifício foi inaugurado em 1957. Possui planta rectangular, irregular, composta por corpos justapostos que formam uma quadra irregular à volta de um pátio. Salienta-se o traço moderno deste edifício de onde se destaca a Norte do mesmo a torre de base quadrangular com relógio. Imóvel classificado com valor municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

4.2.8. Cinema-Teatro Joaquim de Almeida (N.º 44 P.C.)

Arquitectura cultural e recreativa modernista, cuja construção remonta à segunda metade do século XX. Projecto arquitectónico de Sérgio Gomes, foi inaugurado em 20 de Outubro de 1957. Possui capacidade para 1200 espectadores, onde se destacam as suas linhas sóbrias, com características específicas da altura em que foi construído, onde se evidencia um ponderado equilíbrio das formas e da volumetria. A fachada do edifício

foi enriquecida com um conjunto escultórico, neo-realista da autoria de Martins Correia e José Farinha, retratando as *musas do Teatro*, entre elas a Poesia, a Dança, a Música e o Talento. Este imóvel foi adquirido pela Autarquia em 1999 e sofreu recentemente obras de remodelação profunda, tanto interna como externa. Este património encontra-se aberto ao público desde, 14 de Agosto de 2005, sendo actualmente, um dos marcos da cidade. Imóvel com processo de classificação, aberto desde 8 de Março de 1996 (Despacho do Vice-Presidente do IPPAR). Classificado já como valor municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

4.2.9. Marco da Base Aérea n.º 6 de Montijo (N.º 45 P.C.)

Marco de pedra, identificado na Base Aérea n.º6 de Montijo, nas terras pertencentes à antiga Quinta Rota e Quinta da Póvoa, segundo Luís Graça, data do ano de 1521, e possui de um lado, gravado em relevo, uma esfera armilar e do lado oposto um escudo quatrocentista:

“Servia, possivelmente para demarcar as terras pertencentes à jurisdição do duque de Beja, senhor de Viseu, Covilhã e Vila Viçosa, governador do mestrado de Cristo, condestável do Reino e fronteiro-mor de Entre-Tejo e Guadiana, ou seja, o rei D.Manuel I (1469-1521) – daí a esfera armilar, emblema de que fez uso, mesmo antes de ser jurado rei, em 1485 – e os domínios sob tutela de D.Jorge (1481-1550), filho bastardo de D. João II – daí a marca de bastardia no escudo nacional – que, em 1492, foi nomeado mestre das Ordens de Santiago e Avis” (GRAÇA, 1989, 10).

Apresenta uma legenda por baixo da esfera armilar que refere o seguinte: *“Diogo Ramos fez / AD M L 21”*, ou seja, Diogo Ramos, executou e adornou o marco no ano de 1521. Imóvel exposto actualmente no edifício-sede Base Aérea n.º 6 de Montijo. Património construído sem classificação oficial.

4.2.10. Quinta Nova da Atalaia (N.º 46 P.C.)

A Quinta Nova de Atalaia encontra-se situada no perímetro urbano da Freguesia de Atalaia. Não se conhece a data da sua fundação, mas deve remontar pelo menos ao século XVIII, atendendo a alguns vestígios da construção primitiva. Contudo, a data mais antiga conhecida é de 1874, como consta na descrição predial da mesma. Segundo essa descrição o conjunto era composto por:

“265.931 m² de vinha, pomar, olival e parte urbana composta por habitação de rés-do-chão direito com três assoalhadas, cozinha, despensa e W.C; rés-do-chão esquerdo com quatro assoalhadas, cozinha, -despensa e W.C; 1º andar esquerdo com cinco assoalhadas cozinha e casa de banho; casas de habitação, pátio, arrecadações, telheiros, estábulo de gado, lagar de azeite, cavalaria, abegoaria e palheiro...” (CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE MONTIJO, n.º 83/970115, 1997, fl.2).

No século XX, foi pertença da família Santos Fernandes. Em 1997 foi doada à Câmara Municipal de Montijo, sendo nessa altura transformada em museu agrícola. Quinta agrícola, de arquitectura rural simples, é composta por dois núcleos funcionais distintos que se desenvolvem em torno do pátio interior, espaço de transição entre o conjunto habitacional e os edifícios de apoio agrícola.

O conjunto habitacional é constituído por três edifícios, um dos quais originalmente¹⁹⁷ com dois pisos, onde se situa a adega e os restantes de apenas um piso.

Os edifícios de apoio agrícola são distribuídos por duas construções, uma dos quais com um lagar, uma destilaria, uma adega e um armazém. A outra, é constituído pelo telheiro, um estábulo e um palheiro.

O logradouro estabelece-se a poente das instalações agrícolas e é constituído por um pomar de laranjas, dois tanques, diversos canais de irrigação e um poço com moinho metálico para tirar água dos tanques.

Hoje a Quinta Nova da Atalaia apresenta-se como um elemento patrimonial de grande

¹⁹⁷ Actualmente descaracterizado.

importância, foi o primeiro núcleo museológico com conservação *in situ* do Concelho de Montijo e é constituída por lagares de azeite e vinho, adega, pomar e horta.

O Lagar de Azeite constitui um exemplar bem conservado de arqueologia industrial, apresenta planta rectangular de onde se destacam vários equipamentos utilizados na produção de azeite. Trata-se de um lagar de carácter familiar, cujo processo de produção passava por várias etapas de produção¹⁹⁸.

O Lagar de Vinho estende-se à esquerda do Lagar de Azeite e é composto por grandes tanques rectangulares tradicionais, onde era esmagada a uva. Integrado no mesmo edifício, está também o alambique¹⁹⁹ (destilaria). A adega, tal como se referiu, está separada do lagar e é onde se processa à conservação e armazenamento do vinho e da aguardente.

A horta, constituída por pequenas leiras cultivadas com leguminosas, tem por objectivo a sensibilização da população escolar para o conhecimento e preservação das actividades agrícolas tradicionais. O pomar de citrinos (laranjeiras e limoeiros) permite o acompanhamento do processo de produção dos frutos (floração, crescimento, maturação e apanha). É ainda de salientar a conservação do sistema de rega tradicional.

Actualmente este espaço está a ser melhorado, sob o ponto de vista museológico, prevendo-se futuramente que seja um local de referência turística e visita obrigatória, uma vez que é um núcleo representativo da história rural e secular da produção de vinho e azeite do Concelho. Este imóvel não se encontra classificado.

¹⁹⁸ Depois da apanha da azeitona, a desfolha e a lavagem da mesma, estas eram encaminhadas para um processo de trituração, através da actuação das galgas¹⁹⁸. Desta acção resultava a massa de azeitona, cujo produto era então distribuído sobre discos filtrantes em nylon (capachos). Por uma vez, estes discos eram sobrepostos em carros de prensagem para serem colocados, posteriormente, nas unidades de prensagem (prensas), que através do desenvolvimento de pressão, obtêm uma fase líquida do azeite.

¹⁹⁹ Aqui o vinho passa por um processo químico pelo o qual o liquido passa, primeiro, a vapor e depois, de novo, ao estado liquido.

4.2.11. Fontanário de Pegões²⁰⁰ (N.º 47 P.C.)

Construção do século XVIII, a pedido de D. João V, para uso dos viajantes e apoio à Mala-Posta, que ligava o Montijo (Aldeia Galega) a Badajoz. O Fontanário de Pegões, inicialmente chamado de fonte de El-Rei, apresenta arquitectura setecentista infraestrutural ao estilo Barroco. Ostenta a fachada recortada por volutas de enrolamento e o cimafrente acrotério também de volutas, coroado com uma cruz. De linhas singelas, possui dupla traça destinada a bebedouro para os animais e corte circular central para a aproximação e enchimento de vasilhame na bica.

Imóvel de Interesse Municipal desde 30 de Novembro de 1993 (DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Série-B, n.º 280, fl.6702).

4.2.12. Marco de Légua III (N.º 48 P.C.)

Trata-se de um marco de pedra do século XVIII, possivelmente mandado construir no reinado de D. João V, com um medalhão recortado, característico da época Barroca. Ostenta a legenda L.N. Encontra-se, actualmente, implantado à entrada da Junta de Freguesia de Santo Isidro de Pegões. Este Imóvel não se encontra classificado.

4.2.13. Moradia Familiar Piteira (N.º 49 P.C.)

Mandada construir por João Tomás Piteira é de autoria do arquitecto Hermínio Vaz Barros. O imóvel do século XX apresenta o aspecto pitoresco de “casa portuguesa”, com telhado composto por beirais e varanda com alpendre, característico do estilo tradicional português. Possui ainda um torreão com janelas geminadas e um curioso lanternim. Edifício particular, sem classificação oficial.

²⁰⁰ Junto a este elemento terá existido também uma capela com invocação a Nossa Senhora do Loreto. www.monumentos.pt, consulta efectuada a 6 de Fevereiro de 2008, às 24h20.

4.2.14. Edifício do Quartel-General da G.N.R – Canha (N.º 50 P.C.)

Edifício que albergava anteriormente a Câmara Municipal de Canha, extinta aquando da integração deste território no Concelho de Aldeia Galega, actual Montijo. Encontra-se integrado na malha urbana da vila, cujo edifício se encontra totalmente alterado, devido às obras que sofreu em 1986. Edifício de planta longitudinal, simples de um só corpo, regular e rectangular. Ostenta telhado de quatro águas, cujo o remate das fachadas principal e laterais é em cimalha e platibanda decorada. Destaca-se, neste imóvel, o pormenor que remata o imóvel superiormente constituído “*por um escudo nacional da Monarquia justaposto por coroa real em pedra e arco sineiro*”²⁰¹. Imóvel sem classificação oficial.

Tal como verificámos a arquitectura religiosa denuncia, nas suas soluções artísticas, tendências e modas relacionadas directamente com o tempo histórico que a caracteriza. No Concelho este tipo de edifícios revela alguma expressividade, sendo a cidade de Montijo, pela sua centralidade e pelo seu desenvolvimento histórico, onde se identificam mais espécimes deste tipo de património. A Igreja Matriz do Espírito Santo possui, tal como poderemos observar nas páginas seguintes, maior riqueza patrimonial, não só pela sua construção, mas também, pelo património integrado e móvel que compõe este imóvel classificado como de interesse público. Já a Igreja da Misericórdia, de construção mais modesta manifesta, ao nível do património integrado, importância artística que convém referir, tal como são os painéis de azulejo que revestem o seu interior e o retábulo da autoria de Tomás Luís, referido anteriormente.

A Capela de São Sebastião, a Capela de Santo António e a Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos, apesar de possuírem apontamentos artísticos de alguma importância, verificam-se, em todas elas, grandes alterações nas suas características originais.

A localidade de Sarilhos Grandes revela, ao nível do património edificado, apontamentos únicos, como os revelados pela Ermida de Nossa Senhora da Piedade, que manifesta a antiguidade deste local.

²⁰¹ www.monumentos.pt, consulta efectuada a 15 de Dezembro de 2008, às 12h34m.

Em Canha, a Igreja de Nossa Senhora de Oliveira, apesar de ter sido classificada com valor municipal, apresenta, na Capela do Santíssimo Sacramento, soluções artísticas únicas no Concelho, que revelam a sua importância em tempos precedentes.

A arquitectura civil montijense mostra-se particularizada de tal forma que diversos elementos soltos ou decorativos, que compõem alguns dos edifícios, se evidenciam, tais como seja o caso das platibandas com que se enfeita a parte superior das edificações; os rendilhados em ferro forjado que guarnecem as varandas; os variados azulejos que revestem algumas das fachadas dos edifícios e a grande diversidade de objectos decorativos feitos em louça que dão, pela sua singularidade, uma riqueza ao conjunto existente no Concelho de Montijo. O edifício Casa Mora apresenta soluções artísticas únicas que fazem deste imóvel um elemento patrimonial singular no Concelho. O restante património construído civil, apresentado, nesta investigação possui uma amplitude tipológica, particularizada em cada um dos elementos descritos.

Em relação à conservação do património construído, observamos, actualmente, uma tensão entre a conservação e a modernidade dos edifícios (SILVA, 2007, 160), o que faz com que neste panorama os centros históricos, conduzidos e protegidos pelos vários municípios, incluindo os do Concelho de Montijo, e os conjuntos edificados, como por exemplo, a Igreja-Santuário de Atalaia e o Colono Agrícola de Santo Isidro de Pegões, ambos com vários actores representados, que vão desde o Estado, particulares e a Igreja, sejam difíceis de gerir, salvaguardar e proteger. Grande parte destes, e porque não existe uma legislação específica para os conjuntos edificados, estão a alterar-se, assistindo-se, tal como se verificou, a uma modernização dos edifícios e conseqüente descaracterização, principalmente ao nível da arquitectura civil.

Para além desta problemática, verifica-se que, ao longo dos tempos parte do património civil e religioso, de tutela municipal foi tendo diferentes funções, consoante as necessidades do poder local. Se este facto fez com que esses monumentos continuassem “vivos”, por outro, também fez com alguns deles perdessem as suas características originais, descaracterizando-os. Tal como verificámos constatamos essa realidade em diferentes edifícios municipais, actualmente, também com diversas funções.

O património construído religioso do Concelho de Montijo está sob tutela da Igreja Católica, pelo o que a sua gestão integrada e sustentável terá que ter em conta a *Concordata entre a Santa Sé e a Republica Portuguesa*, a qual chega a um acordo genérico para a fruição deste tipo de património pelos cidadãos.

No seu art. 22 refere que “*os imóveis que nos termos do artigo VI da Concordata de 7 de Maio de 1940, estavam ou tenham sido classificados como «monumentos nacionais» ou como de «interesse público» continuam com afectação permanente ao Serviço da Igreja*” cabendo ao Estado a “*sua conservação, reparação e restauro em harmonia com o plano estabelecido de acordo com a autoridade eclesiástica (...).*” (NABAIS, SILVA, 2006, 18). À Igreja está incumbida a guarda e o regime interno do funcionamento destes imóveis, incluindo para o efeito o horário disponível de visitas, no qual o Estado, para estas iniciativas deverá nomear um funcionário. Está ainda incluído neste documento a criação de comissões bilaterais para o “*desenvolvimento a cooperação quanto a bens da Igreja que integram o Património Cultural Português*”, que deverá promover a salvaguarda desses bens, a sua valorização, e a sua fruição através do apoio do Estado.

Tendo em conta esta realidade o poder local e central deverá promover dentro dos seus serviços responsáveis pela protecção do património construído recursos humanos e financeiros para a dinamização de comissões bilaterais responsáveis pela execução de propostas tendo em vista a fruição do património pela população. O património construído (religioso e civil) deve ser objecto de estudo e de divulgação, tendo como objectivo fazer com que a população local, através da informação e educação recebida, crie laços identitários comuns em relação a este tipo de património, com o fim de o proteger e o salvaguardar. Só através do conhecimento do nosso passado é que percebemos o nosso presente e construímos o nosso futuro, transmitindo às gerações vindouras a nossa cultura e a nossa identidade.

5. Património Industrial.

“É com profunda saudade que vejo desaparecer pouco a pouco os vestígios da nossa antiga actividade, da nossa industria caseira. A machina vae triturando tudo no seu movimento vertiginoso, sem que mão piedosa se lembre de apanhar esse restos, humildes mas gloriosos, depositando-os depois em sitio, onde possam ser cuidadosamente estudados e onde a curiosidade lhes preste o merecido culto. Existe a archeologia da arte, porque não há de existir a archeologia da industria?”

Sousa Viterbo (1896)

Uma vez identificadas, no ponto anterior, algumas realidades do património construído existentes no Concelho, pretende-se, no presente ponto, salientar alguns dos elementos patrimoniais industriais presentes nesta região. Para a realização deste item seguiu-se a mesma linha metodológica referida anteriormente, adaptada à realidade patrimonial agora em investigação. Esta passou pela observação física dos elementos patrimoniais, pelo recurso à documentação escrita e cartográfica e na realização de fichas de inventário para cada um dos elementos inventariados.

Para iniciarmos o levantamento das realidades industriais existentes no Concelho, efectuamos primeiro um enquadramento histórico relativo a este património, levantando os factores de localização e as potencialidades existentes no Concelho, que determinaram a fixação destas indústrias na região. Posteriormente analisam-se as diferentes causas da decadência destas unidades industriais, apurando o património industrial possível de ser potencializado num projecto cultural sustentável.

À semelhança do que ocorreu com as restantes regiões da “outra banda”, formada pelo território dos actuais concelhos de Alcochete, Moita, Barreiro, Seixal e Almada, também Aldeia Galega, actual Montijo, assumiu-se, desde a época Medieval, como uma das zonas de influência económica em relação a Lisboa.

Essa influência económica não se manifestou ao acaso. Segundo António Nabais (1983-1984, 49) os factores da exploração de recursos económicos nesta região, em relação a

Lisboa, prendem-se com a proximidade desta à capital, a facilidade de comunicação por via fluvial, a abundância de lenha, sal e produtos agrícolas essenciais no período dos Descobrimentos.

Frei Nicolau de Oliveira no *Livro das Grandezas de Lisboa* refere a abundância de riquezas que as regiões localizadas no Estuário do Tejo tinham e a sua importância para o abastecimento de produtos à capital.

“Da outra parte do Rio, no mesmo circulo de cinco legoas, há muytos lugares, e villas fertilíssimas de vinhas, de que ha muyto, e muy bom vinho, abundancia de fruitas, e grande multidao de toda a sorte de caça, em tanto que foraõ bastantes (com o de que dellas há muy grande abundancia) a qualquer outra nobre, e populosa Cidade, que não fora Lixboa. Entre as quais a primeira villa da parte do Oriente he a Villa de Alcouchete, na qual há huma freguesia, que tem trezentos e sesenta fogos, e mil noucentas e duas pessoas, com hum Mosteiro de Recolectos da Ordem de São Francisco, que tem quinze Religiosos. Seguese logo a muy conhecida Villa de Aldéagalega com huma freguesia, em que há duzentos e nouenta fogos, e duas mil noucentas e vinte e tres pessoas. (...)” (OLIVEIRA, 1620, 161).

O sal funcionava, nessa época, como o único produto para a conservação de géneros alimentares e a lenha era uma matéria-prima fundamental, uma vez que constituía o único combustível para as necessidades quotidianas de uso público e privado da época.

Tratava-se, portanto, de uma região rica e próxima da capital, com potencialidades económicas e geográficas para o desenvolvimento de várias indústrias que se manifestaram em toda esta região, desde épocas mais recuadas até aos nossos dias.

Tanto a região Ocidental como a Oriental, do actual Concelho de Montijo, possuía potencial para o desenvolvimento agrícola (o cultivo de cereais, da vinha e da oliveira) o que determinou que surgisse na região de Montijo actividades artesanais ligadas à moagem, à produção de azeite, à produção de vinho e cerâmica (intimamente relacionada com a abundância de lenha).

O desenvolvimento económico e social de Montijo foi marcado pelo estabelecimento de indústrias que deixaram marcas na malha rural e urbana do Concelho e deixaram “memórias” nas várias gerações que tiveram a sua vida associada a essas mesmas indústrias.

Reflexo do tempo presente, numerosas pré-indústrias e indústrias desapareceram, deixando apenas vestígios físicos e imateriais da actividade de outrora. Hoje urge preservar e valorizar algum desse património industrial de Montijo, como memória de um tempo e de actividades que marcaram toda a população.

5.1. Património Molinológico.

“O Património Molinológico surge hoje como uma mais valia no quadro do desenvolvimento regional, dando expressão material a uma crescente busca da natureza e da cultura popular. Antes interesse de estudiosos, hoje orgulho de comunidades e fonte de riqueza, os velhos moinhos retomam verdadeiramente o lugar que lhes pertence por direito no quadro da nossa identidade.”

Jorge Miranda, João Viegas (2003)

Os sistemas de moagem identificados com uma tecnologia tradicional, como os moinhos maré, de água e de vento, encontraram no Concelho de Montijo uma expansão significativa, no contexto económico da região.

O levantamento dos moinhos existentes no Concelho de Montijo teve, como objectivo principal, o reconhecimento de estruturas ainda existentes e o seu estado de conservação, procurando-se assim obter uma classificação tipológica representativa da realidade local. Optou-se, à semelhança da metodologia seguida para as outras realidades patrimoniais, por colocar as fichas de inventário, em anexo próprio, constituído por Património Industrial (ANEXO II – C), possibilitando, deste modo, relacionar os elementos com a sua localização na malha urbana e rural do Concelho.

5.1.1. Moinhos de Maré

Os moinhos de maré estão relacionados com as primeiras indústrias a se manifestarem na região de Aldeia Galega (actual Montijo). Os seus factores de localização estão relacionados com as condições geográficas e naturais do estuário do Tejo, onde se inclui a região de Montijo. Esta região, na parte Ocidental, possui costa recortada, onde existem grande número de esteiros que se estabelecem em terrenos planos e propícios para a construção de caldeiras (represas), essenciais para o funcionamento destes moinhos, criando as circunstâncias necessárias para o estabelecimento deste tipo de indústria, que funciona com base na energia das marés.

Os moinhos de maré são moinhos de água de roda horizontal e que aproveitam o movimento das marés para puderem funcionar, como referimos no parágrafo anterior. A captação das águas das marés e a sua manutenção durante a vazante, só é possível, por este tipo de moinhos estarem implantados em zonas com esteiros, onde a construção de caldeiras é exequível. A *caldeira*²⁰² constituiu um enorme reservatório que permite o aproveitamento da energia potencial criada pela variação do nível das águas entre marés.

Na maré-alta abre-se a porta que permite o acesso da água à *caldeira*. Quando o nível da maré começa a baixar, a água existente na mesma é represada, através do fecho da porta referida anteriormente. Quando a maré atinge o ponto de vazante, abrem-se os *pejadouros*, fazendo com que a água represada percorra o edifício através das *seteiras* e atinja as *penas dos rodízios*, accionando-lhes movimento, que é provocado pelo desnível de água existente entre a *caldeira* e a frente do moinho virada ao estuário.

Estes tipos de moinhos são compostos por várias partes: um “aparelho motor externo”, protagonizado pelo *rodízio* horizontal, existente nos *infernos*, um “aparelho motor interno”, com ligação directa a este último, designado por *moenga*, que é composta por duas mós, uma fixa e outra móvel, por *aliviadouro*, que possui a função de aliviar as mós e que permite que o moinho funcione, o *tegão* em madeira, de forma cónica, que tem como função receber o cereal e conduzir o mesmo para a *quelha*, fazendo com que este desça para o olho da mó. Por sua vez o *cadêlo* que está em contacto com a superfície da mó móvel vai provocando o trepidar da *quelha*, conduzindo com maior intensidade o cereal ao olho da mó. A farinha produz-se pela fricção que a mó superior faz com mó inferior triturando o cereal e transformando-o em farinha.

O primeiro moinho de maré existente no Concelho data de 1386 e corresponde ao Moinho da Lançada, localizado na quinta com o mesmo nome (OLIVEIRA, 1967, 8).

No início do século XV, foram construídos, no estreito da Lançada, outros moinhos com a mesma tipologia, atestados por carta régia de D. João I, de 9 de Fevereiro de 1405, onde o mesmo concede licença a Álvaro Gonçalves para os construir:

²⁰² Caldeira é a zona onde se presa a água.

“Consentimento delrey para fazer moendas no esteiro daldea de Ribatejo (...) considrava de fazer huas moendas de pam no esteiro da alancada que he a par daldea galega de Ribatejo que moesem com agoa de maree que entrar em o dito steiro (...) e possa fazer e edificar no sobredito steiro aquellas moendas que lhe prouuer e ode el per bem tener com tanto que as faça em tal maneira que as barcas do dicto lugar que pera el forem e vierem ajam e possam aver servidom e passagem e queremos e outorgamos e mandamos que lhe aja e possa aver as dictas moendas pera todo sempre pera el e pera todos seus herdeiros e sucesores que depos el vierem E que as possa vender e scambar” (CHANCELARIA D.JOAO I, 1405, 53).

O mesmo monarca, cerca de quatro anos mais tarde, concede a Gonçalo Lourenço, escrivão da puridade, autorização para construir no estreito da Lançada ou em outros locais costeiros da região *“onde a maree crece e mingoa acelhas de moer pam”* (CHANCELARIA D.JOÃO I, 1409, 87). Possivelmente terá sido nesta altura que se construiu o Moinho da Quinta Velha ou Assentas.

No século XVII, Gaspar Frutuoso descreve a região da “outra banda” e afirma a existência de cerca de 60 moendas que moem com a energia das marés, desde a vila de Almada até Aldeia Galega do Ribatejo. (BALDRICO, 1999, 6).

Em 1706, padre António Carvalho da Costa (1706, 325-326) inventaria cinco moinhos em Aldeia Galega e um localizado já na fronteira com o antigo Concelho de Alhos Vedros, tal como refere *“cinco moinhos, que a Villa tem em seu termo desde a quinta da Lançada, em o qual rio estaõ dous, & à vista do Porto tres. Fóra estes moinhos ha outro, que divide o termo da Villa de Alhos Vedros do desta Villa”*.

Apesar do autor inventariar cinco moinhos, o mesmo só integra três destes edifícios às quintas a que pertenciam (COSTA, 1706, 325). Na Quinta da Lançada, pertencente a Jorge Gomes Alemo, é referida a existência de um moinho (Moinho da Lançada), na Quinta do Morgado de Luís Saldanha da Gama, actual Quinta do Saldanha, existia um moinho de quatro pedras (Moinho Velho ou do Cabo) e, finalmente, na Quinta de Francisco de Novais Casado, um moinho que era constituído por seis engenhos (Moinho do Cais).

Temos conhecimento, para além dos anteriormente referidos, do Moinho do Meio, do Moinho da Quinta Velha ou das Assentas e finalmente do Moinho dos Dois Termos, todos eles com quatro casais de mós²⁰³.

No entanto verificamos, a partir do século XVIII, alguns factores de destruição deste tipo de indústria. Entre o século XVIII e XIX assistimos à construção de centenas de moinhos de vento que formaram a “Cintura Moageira Pré-Industrial de Lisboa”, em consequência do crescimento repentino da população da capital. Esta situação motivou uma implementação na produção obtida nos moinhos de vento, devido à tecnologia aplicada e devido também à fraca rentabilidade dos moinhos de maré existentes na Margem Sul do Tejo, possivelmente pelo facto das caldeiras destes moinhos já se encontrarem, nesta altura, saturadas, levando a uma gradual generalização do domínio da tecnologia de construção do moinho de vento (MIRANDA, 2006, 35).

Apesar de já verificarmos alguns indícios da menor produtividade deste tipo de moinhos, os factores de destruição desta pré-indústria estão relacionados, fundamentalmente, com a industrialização da moagem portuguesa, que ocorreu no início do século XX (MIRANDA, VIEGAS, 2003, 9). Destaca-se o surgimento de moagens mecanizadas, com uma tecnologia superior, aplicada às novas formas energéticas, que produzia em maior escala e, por essa razão, monopolizou o mercado dos cereais importados e de menor custo, como é o caso dos “trigos exóticos”.

Aliado a este facto, deve-se analisar também os custos que estes tipos de moinhos tinham e que motivavam investimentos vultuosos da parte dos proprietários. Os moinhos de maré estão sujeitos à permanente corrosão da estrutura e dos mecanismos externos, uma vez que se encontram em permanente contacto com a água, com o vento e com a força das marés. O período de funcionamento de apenas oito horas por dia, quatro em cada ciclo de marés, era também factor condicionante na produção de farinha e, por consequência, na rentabilidade dos mesmos.

²⁰³ O Moinho dos Dois Ternos pertencia a Aldeia Galega e a Alhos Vedros, por isso duas das mós eram utilizadas a favor de Aldeia Galega e as outras duas por Alhos Vedros.

Dos vários moinhos de maré que existiram no passado, apenas subsistem, hoje, visíveis, três, o **Moinho de Maré da Lançada** (N.º 51 P.I.) e o **Moinho das Assentas** (N.º 52 P.I.) (em ruínas), e o **Moinho do Cais** (N.º 53 P.I.). Restam ainda vestígios de dois, o **Moinho do Cabo** (N.º 54 P.I.) e o **Moinho do Meio** (N.º 55 P.I.).

Todos os moinhos de maré existentes no Concelho de Montijo apresentam uma tipologia construtiva uniforme, simples e sem ornamentação. Caracterizados por possuírem planta rectangular, paredes, acima do nível da água, de pedra e cal, rebocadas e caiadas, verificando-se, por vezes, em alguns dos aparelhos construtivos, a utilização de outros materiais, tais como tijolo burro, seixos e fósseis (estes últimos provavelmente oriundos de Lisboa). Estes moinhos apresentam telhados de quatro águas e em alguns deles encontramos a presença, nas extremidades, de uma chaminé. Nos “topos” destes edifícios existiam duas portas, uma de acesso ao moinho e outra, mais reservada, de acesso directo à caldeira e às comportas, com excepção para o Moinho da Lançada, que possuía duas portas, ambas localizadas nas paredes laterais do mesmo, uma na frente virada para o estuário e outra na frente virada para a ribeira. Este último moinho apresenta a particularidade de possuir uma lareira no interior, junto à parede virada a Norte do mesmo.

Os edifícios apresentam algumas janelas de construção simples, de reduzida dimensão e reduzido número, visto que o arejamento, em excesso, no interior da sala de moagem, tornava difícil a manipulação da farinha. Os arcos dos infernos dos diferentes moinhos inventariados são de pedra, o que confere uma maior segurança aos mesmos.

O interior destes moinhos desfrutava de tecto revestido a madeira e chão coberto com lajes de tijoleira ou de pedra. No espaço útil existia a “sala de moagem”, onde se localizavam os casais de mós. No Concelho de Montijo, todos os moinhos apresentavam quatro casais de mós, apenas o Moinho do Cais, de dimensões superiores, possui seis.

Dos moinhos de maré referidos, apenas o Moinho do Cais se encontra musealizado²⁰⁴. Hoje, assume-se como um elemento patrimonial de grande importância porque se trata de uma memória física da indústria moageira e apresenta-se como um espaço vivo, destinado à comunidade local, sendo classificado como um dos núcleos do Museu Municipal de Montijo. Nenhum dos moinhos referidos anteriormente apresentam classificação oficial.

5.1.2. Moinhos de Água de Rodízio

Os factores que determinaram a existência de moinhos de água de rodízio na parte Oriental do Concelho prendem-se com as características geográficas da região de Canha: *“banhada, pela parte do norte, de uma grande ribeira, que fertiliza de muito pão, fruta, gado, caça”* (COSTA, 1712, 327) e a actividade agrícola que aí se foi desenvolvendo, nomeadamente no cultivo de cereais *“Os frutos que os moradores recolhem em maior abundância é o trigo, centeio, milho, cevada pouca”* (ALMEIDA, 2007, 111).

A presença de cursos de água, a fertilidade das terras e a rentabilização do cultivo de cereais, directamente relacionado com os dois elementos referidos anteriormente, constituíram agentes basilares no aparecimento e continuidade nesta região, desde o século XVI, de actividades artesanais / profissionais ligadas à moagem.

Estes moinhos de água de rodízio são caracterizados por se implantarem junto aos rios e ribeiras e aproveitarem a energia da água para funcionarem. São moinhos de rodízio horizontal, cuja água é represada, aproveitando, para o efeito, o caudal do rio. Estes possuíam um canal que tinha como função conduzir a água ao *poço* e a mesma, uma vez para aí conduzida, era, por sua vez, regulada ou fechada, por meio de comportas que podiam ser manobradas do interior ou do exterior dos moinhos.

²⁰⁴ Musealizado pela Câmara Municipal de Montijo em 2005. No seu interior contempla peças etnográficas ligadas à moagem de cereais e objectos arqueológicos, recolhidos nas escavações e prospecções realizadas no âmbito da sua reconstrução.

Estes moinhos possuíam o aparelho de moagem composto por: *rodízio* horizontal, instalado no inferno do moinho; *moenga*, localizada no interior, esta última composta por *teigão*, *quelha*, *cadêlo*, mó superior e inferior, *aliviadouro* e *pejadouro*.

Desde o século XVI que se encontra documentada a existência de moinhos de água na parte Oriental do Concelho. O foral Manuelino de Canha, datado de 1516, refere as actividades artesanais existentes outrora nesta região, ao relatar os vários impostos que pesavam sobre a população aí residente, “*Das moendas, assim das dos Ribeiros como (das dos) Regatos, se não fará mudança na paga delas, segundo o costume e posse em que estão, sem contradição. (...) de todo (o) trigo, centeio, cevada, milho, painço, aveia e de farinha de cada um deles*”.

A existência deste tipo de moinhos na Ribeira de Canha encontra-se também registada na documentação do século XVIII, “*Faz moer com suas águas alguns moinhos e trabalhar alguns pisões, com dezassete léguas de curso*”, (CARDOSO, 1751, 420) reforçada pelas memórias paroquiais de 1758, “*conserva o nome de ribeira de Canha, e ainda no Verão mais ardente conserva sempre três calhas de água, com que moem vários moinhos e azenhas*”. (ALMEIDA, 2007, 112).

Os factores de destruição deste tipo de mecanismo artesanal, à semelhança do que ocorreu com os moinhos de maré, estão relacionados com a concorrência que as moagens de cariz industrial tiveram no Concelho. Além deste factor, também se observou, ao longo dos tempos, uma diminuição gradual do caudal da Ribeira de Canha, condição determinante no funcionamento de pequenos canais de água que “alimentavam” este tipo de moinhos.

Apesar de nunca terem sido alvo de estudo e inventário a nível local, foi-nos possível, através de alguns elementos físicos, documentais, cartográficos, toponímicos e da memória de alguns populares, identificar alguns dos moinhos de água de rodízio existentes nesta região.

O Moinho de água de rodízio Novo (N.º 56 P.I.) encontra-se situado na Herdade do Moinho Novo, na região de Canha. Apresenta arquitectura simples, telhado de quatro águas, em muito semelhante à arquitectura apresentada pelos moinhos de maré,

referidos anteriormente. Tal como os moinhos de maré, este desfrutava de janelas pequenas e de reduzida dimensão, possuindo, neste caso, apenas uma porta.

O mesmo possuía dois casais de mós, comprovadas por ainda se encontrarem visíveis, tanto no exterior, como no interior, os dois arcos dos infernos onde se situavam anteriormente os rodízios horizontais. O edifício ainda possui a caldeira, onde era detida a água da ribeira, bem como algumas mós. Encontra-se, de uma maneira geral, em mau estado de conservação, sendo necessária a intervenção imediata neste edifício. Imóvel sem classificação oficial.

O Moinho de água de rodízio do Paço (N.º 57 P.I.) encontra-se situado nas imediações do centro de Canha. Tal como o anteriormente referido, apresenta arquitectura simples e telhado de duas águas. Este exhibe três janelas e uma porta localizada na fachada posterior do edifício, fachada lateral virada para a estrada em empena cega. A represa está totalmente assoreada, verificando-se ainda vestígios do muro e da comporta que o alimentava. Não foi possível visitar o seu interior. De uma forma geral, este edifício está em mau estado de conservação. Imóvel sem classificação oficial.

O Moinho de Água do Escatelar (N.º 58 P.I.) encontra-se localizado perto da Herdade do Escatelar, na margem direita da Ribeira de Canha. É actualmente um edifício de grandes dimensões, onde se observam várias campanhas de obras com vista à sua ampliação. Apresenta arquitectura simples e telhado de duas águas. Não foi possível estudar o interior deste elemento patrimonial devido ao difícil acesso ao mesmo. Elemento patrimonial em elevado estado de degradação. Imóvel sem classificação oficial.

A Herdade da Abegoaria era uma propriedade rural auto-sustentável, constituída anteriormente por casa senhorial, casas dos trabalhadores rurais, escola, fornos, lagar de vinho e moinho de água. Em 1973 o **Moinho de Água da Abegoaria** (N.º 59 P.I.), situado a Norte da mesma herdade, encontra-se ainda assinalado em cartografia (Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha n.º 434, 1973), tendo sido destruído nos anos 80, para dar lugar a campos de cultivo. Em visita ao local ainda são visíveis vestígios de estruturas, das mós e do canal que conduzia a água da ribeira para o mesmo.

5.1.3. Moinhos de Vento

Os factores da localização dos moinhos de vento no Concelho de Montijo estão relacionados com os recursos naturais disponíveis e com a morfologia existente na região. Apesar do Concelho apresentar uma morfologia caracterizada por terrenos baixos, existem alguns locais bem expostos, de excepção, que correspondem, precisamente, aos locais onde se implementaram este tipo de edifícios. Os moinhos de vento existentes no Concelho foram estrategicamente construídos em zonas com orientação aos ventos predominantes.

Também o regime eólico se mostra determinante para a implantação destes moinhos. De ventos certos, esta região mostra-se favorável à implementação destas estruturas. Dos vários sistemas de moagem referidos anteriormente, o moinho de vento é, no seu funcionamento, o mais complexo devido às suas soluções mecânicas. O seu engenho é composto por três partes fundamentais: o mecanismo de moagem, o aparelho de motor externo e o mecanismo de orientação do motor externo (MIRANDA, VIEGAS, 2003, 27).

O “aparelho de motor externo” é composto por um *mastro*, sendo este atravessado por oito *varas* que suportam as quatro *velas* e as quatro *escotas*, onde se localizam os *búzios*.

Todo este mecanismo roda em torno do eixo do moinho, permitindo, assim, a procura do vento incidente. O movimento do mastro é, por sua vez, transmitido ao mecanismo de moagem, de eixo vertical, através da *entrosga* e do *carreto* com sete *fuselos*, que por sua vez transmitem movimento à mó através da *segurelha*. O eixo do mecanismo de moagem coincide, necessariamente, com o eixo da torre de alvenaria de pedra, permitindo assim, através da ajuda do *sarilho*, existente dentro do moinho, a rotação do *capelo*.

O mecanismo de moagem é composto por *urreiro* (normalmente localizado no piso intermédio do moinho), com ligação directa com a *mesa* do *carreto* que encaixa na *entrosga* (inserida no mastro), através da atracagem dos dentes da mesma nos *fuselos* do *carreto*. A *moenga* é constituída por *corvo*, que suporta o *tegão*, o *cadêlo* e a *quelha*, e

pelos mós inferior e superior, esta última, ligada ao *urreiro* que, por meio do *aliviadouro*, permite aliviar as mós.

Os moinhos de vento existentes no Concelho de Montijo caracterizam-se por serem moinhos de torre fixa em alvenaria de pedra e capelo rotativo por meio de sarilho interior, denominados do *Sul de Portugal*.

Foi na região de Lisboa que estes moinhos tiveram uma grande difusão no século XVIII e no início do século XIX, formando uma cintura moageira que abraçava os actuais municípios de Lisboa, Loures, Amadora e Oeiras, os quais abasteciam farinha à capital:

“Esta cintura moageira teve um excelente desempenho durante a segunda metade do Séc. XVIII, declinando rapidamente na segunda metade do Séc. XIX. (...) 1862/65, o número de moinhos activos nesta industria manteve-se praticamente inalterado, existindo apenas 202 moinhos em condições de laborar” (MIRANDA, VIEGAS, 2003, 4).

Segundo fontes escritas e cartográficas foi precisamente no século XIX que no Concelho de Montijo começaram a surgir os primeiros moinhos de vento. Na cartografia de 1815²⁰⁵, 1836²⁰⁶ e de 1862²⁰⁷ aparecem referências à existência de moinhos de vento.

São também frequentes as escrituras de venda e arrendamento deste tipo de imóveis. No Concelho foram identificados vários registos deste tipo de documentação. Por exemplo,

²⁰⁵ Costa, José Maria das Neves, 1774-1841. Carta topographica militar do terreno da península de Setúbal [Material cartográfico] / Joze Maria das Neves Costa; Copiada no Real Archivo Militar por Joze Joaquim Freire, Manoel Tavares da Fonseca. Escala [ca. 1:30 000], 3000 braças = [22 cm]. – [s.l.] : [s:n.], 1816. – 1 carta em 4 folhas : ms., color. ; 71 x 93 cm cada folha. Carta constituída por ordem do Marquês de Campo Maior. Data de inicio dos trabalhos, 1813; conclusão do trabalho de campo, 1815; conclusão do desenho 1816. Setúbal / Lisboa / Almada / Seixal / Barreiro / Moita / Montijo / Alcochete / Sesimbra.

²⁰⁶ Pires, M. J., Carta Topográfica do terreno em que se medio a pequena base de verificações MB de 4787, 941208 braças reduzida à temperatura do gelo fundente e ao nível das aguas do Oceano... [Material cartográfico] / Levantada e desenhada segundo as instruções do S. or Brig.ro do R.C. d’ Eng. Rós Pedro Folque ; pelo 1.º tente. do mesmo corpo M. J. Pires. – Escala [ca. 1:17 000], 1000 braças = [13,1 cm]. Idêntica às cartas com as cotas CA154 e CA156. Alcochete / Montijo.

²⁰⁷ Portugal. Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Corographicos, Hydrograficos e geológicos do Reino. [FOLHA N.º] 28: [Folha de] Lisboa, Setúbal / Redigida e gravada no Depósito dos Trabalhos Geodésicos do Reino, sob a direcção do Conselh.o F. Folque Brigadeiro Graduado e publicada em 1862; Barreto, Dinne, Palha, Fontes, Rebello e Santos, grav. – Escala 1: 100 000; Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Corographicos; Hydrograficos e Geológicos do Reino, 1862. – 1 carta : impr, papel, p&b ; 60 x 90 cm. - (Carta de Filipe Folque ; 37 folhas. Folha nº 28). Gaveta 43E P4IPCCFolha nº 28| [Nº 107].

relativamente a um moinho localizado na zona das barreiras, que foi vendido por Francisco Jozé do Espirito Santo e sua mulher em 30 de Março de 1827. Este moleiro viu-se obrigado a vender o seu moinho a Miguel Marques, negociante, uma vez que este estava hipotecado a Joaquina Jozé Leite. No mesmo dia, deverá ter realizado uma escritura de arrendamento por dois anos a Miguel Marques, confirmada pela nova escritura de arrendamento realizada, em 29 de Março de 1829, novamente renovado após dois anos 13 de Abril de 1830:

“Escriptura de venda que fazem Francisco Jozé do Espirito Santo e sua mulher Maria Elena, a Miguel Marques de hum moinho de vento e huma Courella em que se acha construhido o dito Moinho sito no termo desta villa (...) Miguel Marques que vive do seu negócio (...) Francisco Jozé do Espirito Santo, Moleiro, e sua mulher Maria Elena”²⁰⁸.

“Escriptura d’arrendamento do Moinho de vento sito nas Barreiras Termo desta villa, que dá d’arrendamento Miguel Marques a Francisco José Expirito Santo (...)mil oitocentos e vinte e nove aos vinte e nove dias do mês de março, de um moinho de vento sito nas Barreiras termo desta villa a qual havia dado d’arrendamento a Francisco José do Espirito Santo pelo tempo de dois annos que findão no fim do corrente mês, que o mesmo rendeiro (...) por mais um anno pela renda de vinte e um mil e seis centos reys em dinheiro metal...”²⁰⁹.

“Escriptura d’arrendamento do Moinho de vento sito nas barreiras Termo desta villa, que dá d’arrendamento Miguel Marques a Francisco José Expirito Santo (...) Instrumento d’Escriptura de Continuação d’Arrendamento e obrigação (...) de mil oito centos e trinta annos aos treze dias do Mez d’Abril...”²¹⁰.

O mesmo moleiro referido anteriormente, a 2 de Outubro de 1832 volta a celebrar um contrato de arrendamento de um Moinho situado no Corte da Aldeia Velha, pertencente a D. Euzébia Antónia Carneira, viúva do Capitão-Mor Manuel Rodrigues Carneira,

²⁰⁸ Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 19/Jul/1826 a 07/Jan/1828, Livro. 15/49, fl.73.

²⁰⁹ Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 15/Jan/1828 a 21/Fev/1830, Livro. 15/60, fl.93.

²¹⁰ Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 22/Fev/1830 a 23/Out/1831, Livro. 15/61, fl.16.

pelo valor de renda mensal de sete mil reis, tendo, para o efeito, como fiador da operação Emygdio dos Santos Callado.

“Escriptura de arrendamento de um moinho de vento que faz D. Euzebia Antónia Cardeira a Francisco do Espirito Santo (...) mil oitocentos e trinta e dois aos dois dias do mês de Outubro (...) por hum anno (...)E por elle Emygdio dos Santos Callado foi dito que de sua livre vontade fica por fiador e prencipal pagador do dito Rendeiro Francisco Jozé do Espirito Santo (...)”²¹¹.

Muitos destes documentos possuem elementos precisos de como se estabeleciam os arrendamentos, quais os deveres e obrigações do arrendatário e dos mecanismos e objectos etnográficos associados a estes moinhos. É disso exemplo a escritura de arrendamento de Maria Ritta dos Santos Calado e seu marido, Pedro Fernandes da Cunha ao moleiro António Guilherme de um moinho de vento localizado no Corte das Vinhas em 8 de Setembro de 1874:

“Escriptura de Arrendamento que fazem D. Maria Ritta dos Santos Calado da Cunha e o seu marido Pedro Fernandes da Cunha, do seu Moinho de vento a António Guilherme (...) que no anno (...) mil oitocentos sessenta e quatro, aos oito dias do mez de Setembro (...) renda annual noventa e tres mil e seiscentos reis (...) Que tendo sido inventariados, e avaliados no principio deste arrendamento os objectos do estilo pertencentes ao Moinho (...)Quatro Vellas novas (...) Quatro Varas novas nove mil e Seis centos reis. Quatro Varas em meio Uzo seis mil e quatrocentos reis. Quatro escotas de linho em meio Uzo mil e oito centos reis. Quatro escotas de coiro em meio uzo (...). Quatro espias em bom uzo seis mil reis. Hum Cabresto de linho (...) Settenta e oito centímetros de mós moentes e cento e oitenta reis o centímetro no valor de quatorze mil e quarenta reis. Fuzellas em bom Uzo (...). Huma picareta nova trez mil e quatrocentos reis. (...) Hum picão em meio uzo seis centos. Huma pedra de amolar oitocentos reis. Duas bandejas novas ambas juntas no valor de oitocentos reis. Hum crivo novo oito centos reis. (...) Huma joeira (...)Duas aliofas pequenas ambas cem reis. Hum arco de ferro da mó (...)Huma corda do sarilho (...). ”²¹².

²¹¹ Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 22/Fev/1830 a 23/Out/1831, Livro. 15/62, fl.58.

²¹² Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 26/Mai/1864 a 30/Abr/1865, Livro. 89, fl.18.

Também no *Livro das Posturas do Concelho de Aldeia Galega do Ribatejo*, de 1837, pode-se confirmar a existência destes moinhos e a preocupação que a Câmara Municipal de Aldeia Galega (Montijo) tinha com a higiene dos moinhos e com a qualidade da farinha oriunda dos mesmos. Proibindo, através da postura de 12 de Junho do mesmo ano, os moleiros “*de crear ou conservar no moinho, aves de pena ou porcos*” obrigando os mesmos a possuir “*vassouras de palma limpar para varrer a farinha (...)* pela falta de aceio nellas ou no moinho, incorrerá na multa de 500 rs.”²¹³.

Alberto Pimentel regista a laboração deste tipo de engenho no início do século XX, referindo dois moinhos anteriormente existentes na Rua da Bela Vista. Destes dois, actualmente apenas resta um. “*Ao oriente de Aldea Gallega, sobre o prologamento do golfo para dentro da Lançada, dois moinhos trabalham activamente rodopiando as vélas.*” (PIMENTEL, 1908,106).

Ao contrário do que ocorreu nas regiões pertencentes à cintura moageira de Lisboa, em que a produção de farinha se destinava, fundamentalmente para o abastecimento à capital, no Concelho de Montijo a produção de farinha destinava-se para o abastecimento local.

Os factores de destruição destes mecanismos prendem-se com a explosão das moagens mecanizadas trazidas pela industrialização no início do século XX em Portugal. A existência de moagens deste tipo encontra-se desde 1916, altura em que existia uma moagem industrial da qual era proprietário António Gouveia Dimas. Estas últimas possuíam maior capacidade de rentabilização e produtividade, fazendo com que a tecnologia tradicional dos moinhos de vento fosse desaparecendo.

No Concelho de Montijo existem actualmente sete moinhos de vento, são eles: o **Moinho do Esteval** (N.º 60 P.I.) (recuperado em 2000 pela Câmara Municipal de Montijo), o **Moinho do Alto das Barreiras** (N.º 61 P.I.), o **Moinho 2 do Alto das Barreiras** (N.º 62 P.I.), o **Moinho da Rua da Bela Vista** (N.º 63 P.I.) (ruína), o **Moinho do Afonsoeiro** (N.º 64 P.I.), o **Moinho do Arce** (N.º 65 P.I.) (Lançada) e finalmente o **Moinho da Madeira** (N.º 66 P.I.) (único deste tipo existente na área

²¹³ *Livro das Posturas do Concelho de Aldeia Galega do Ribatejo, 1837*. Postura de 12 de Junho. Fundo da Administração do Concelho. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Oriental do Concelho). Sabe-se, no entanto, através da cartografia antiga que existiram onze moinhos de vento no Concelho de Montijo (MIRANDA, VIEGAS, 2000)²¹⁴.

O moinho existente na Rua da Bela Vista, um dos mencionados por Alberto Pimentel (1908, 106), do qual apenas subsiste metade do aparelho construtivo, vem a ser, provavelmente, o moinho de vento mais antigo. Apesar de não termos, até ao momento, indicações escritas que nos permitam afirmar com segurança a sua antiguidade, podemos referir, tendo em conta a análise do seu aparelho construtivo, que se trata possivelmente de um exemplar do final do século XVIII.

O Moinho do Esteval data de 1826, conforme se lê na placa de madeira esgrafitada com inscrição na base do *urreiro*, junto ao piso intermédio do moinho. O Moinho do Alto das Barreiras data de 1833, cuja inscrição estava no painel actualmente desaparecido com a representação da Nossa Senhora da Atalaia. O Moinho do Afonsoeiro data de 1855, cuja inscrição relativa à sua construção se encontra no lintel da porta principal do edifício. Pressupõe-se, pelas características semelhantes de todos os outros, em relação a estes dois, que os restantes possam datar também do século XIX.

Arquitectónicamente tratam-se de exemplares de moinhos de vento do *Sul de Portugal*, tal como já foi mencionado anteriormente, caracterizados por possuírem torre de alvenaria fixa e capelo rotativo. Verificamos a adopção de registo azulejar ou vestígios deste, em todos os moinhos inventariados, localizado acima do lintel da porta principal de entrada. No Moinho do Esteval constatamos a representação de Nossa Senhora da Atalaia, no Moinho do Alto das Barreiras, a figuração também de Nossa Senhora da Atalaia (actualmente desaparecido), no Moinho 2 do Alto das Barreiras, a figuração da Sagrada Família (em risco de desaparecer apenas possui metade do painel), nos restantes, verificamos, unicamente, a presença de uma moldura que sustinha o painel de azulejos anteriormente existentes nestes locais.

O interior destes moinhos era constituído por três pisos, o piso térreo, o piso intermédio (onde se encontrava localizado o *urreiro*) e o piso superior (moenga). O suporte dos pisos era feito por meio de vigas de madeira paralelas. Em todos os moinhos verifica-se a existência de uma janela sobre a porta principal.

²¹⁴ Estudo efectuado por Jorge Miranda no âmbito da recuperação do Moinho Vento do Esteval em 2000.

As portas em todos os moinhos estão sempre orientadas na direcção contrária aos ventos predominantes. A escada interior de acesso ao piso de moagem está, em todos eles, posicionada do lado esquerdo da porta.

Constatamos, em todos os moinhos, uma adaptação da estrutura original, onde se verifica o desaparecimento dos mecanismos de moagem, para dar lugar a soluções de habitação. No caso do Moinho da Madeira, verificamos, mesmo, uma integração da estrutura do moinho à planta actual da casa de habitação.

O Moinho do Esteval constitui o único moinho de vento, dos existentes, que se encontra musealizado. Foi reconstruído em 2000, sob a responsabilidade da Secção Portuguesa da Sociedade Internacional de Molinologia, para a Câmara Municipal de Montijo, ao abrigo do Programa de Renovação Urbana.

Este moinho aparece assinalado com velas na cartografia de 1836, 1862, 1903 e 1936. Em 1962 é referenciado como ruína. Antes de se realizar o projecto de recuperação, foram efectuados estudos arquitectónicos e arqueológicos que revelaram, que o mesmo não sofreu alterações significativas desde a sua construção, estando, no entanto, em falta parte significativa dos mecanismos, nomeadamente todo o aparelho motor externo e da moagem.

A estrutura de suporte do piso moageiro e o *fechal* de pedra, ainda que degradados, encontravam-se no interior do moinho, permitindo o seu estudo e reconstrução. Optou-se por uma reconstrução funcional, tendo em conta o reaproveitamento e restauro das peças originais e ainda existentes no mesmo. Devido à ausência dos mecanismos de moagem, procedeu-se à reconstrução integral dos mecanismos e da traça original.

Hoje assume-se como um elemento patrimonial *in situ* e desempenha como estrutura musealizada uma forte componente pedagógica, correspondendo a uma memória viva das tecnologias tradicionais associadas à moagem e de forte tradição popular. Constitui um dos núcleos do Museu Municipal de Montijo com exposição de objectos etnográficos.

Como podemos observar o Concelho de Montijo detém um património molinológico diversificado, pois apresenta soluções técnicas diversas e adaptadas às potencialidades existentes nas diferentes regiões do Concelho. As causas para a desactivação destas indústrias prendem-se, de uma forma geral, com o surgimento de moagens mecanizadas.

5.2. Salinicultura

Associado a esta actividade, encontramos um enorme património cultural (material e imaterial) que inclui as salinas, os métodos de extracção de sal, os instrumentos etnográficos utilizados, os armazéns localizados junto das marinhas de sal. Além deste património há que referir o papel das salinas na conservação da Natureza. Ao longo do ano, inúmeras aves utilizam-nas como local de refúgio, de alimentação e mesmo de nidificação.

É variada a fauna e flora que povoa e partilha este *habitat*. Da flora destaca-se a *artémia*, alimento para várias aves que é a responsável pela coloração rosada dos flamingos e de alguns tanques de sal, os pilritos, os flamingos, os maçaricos, os borrelhos, as andorinhas-do-mar, os perna-longas e os alfaiates. Estas são algumas das espécies²¹⁵ que povoam o espaço natural das salinas.

A salinicultura apresenta-se como uma das actividades mais antigas da nossa economia, uma vez que o sal constituía um produto indispensável para a conservação de géneros alimentares, tais como a carne e o peixe. Os factores que implementaram a presença desta actividade estão directamente relacionados com as características geográficas do Estuário do Tejo. A presença de esteiros, de uma costa recortada e a presença de água salobra, foram factores determinantes para a existência, em Montijo, da técnica da exploração do sal, que se mostrou, ao longo dos tempos, uma actividade económica de grande importância regional.

A exploração desta actividade, no Estuário do Tejo, está comprovada desde tempos pré-históricos por um programa de trabalhos arqueológicos dirigidos por Joaquina Soares no povoado da “Ponta da Passadeira” (SOARES, 2000), localizado no Concelho do Barreiro e correspondente ao Neolítico Final.

Parte da cultura material existente neste povoado é dominada por grande quantidade de recipientes cerâmicos, em geral lisos, produzidos, segundo aquela investigadora, pela técnica do rolo, onde predominam as formas derivadas da esfera, as taças carenadas e

²¹⁵ Espécies de que abordaremos no ponto 6. Património Natural.

tronco-cónicas de fundo plano. A grande quantidade de produção cerâmica, muito fragmentada, pressupõe a possibilidade do uso dos recipientes cerâmicos na produção de sal:

«Qual terá sido a finalidade de tão massiva produção cerâmica? Esta questão levou-nos ao habitat coevo de La Marismilla (...) Este sítio possui uma implantação semelhante à da Ponta da Passadeira e também aí a cerâmica é muito numerosa (...) confrontados com uma extraordinária abundância de cerâmica em Marismilla, optaram por defender um modelo explicativo centrado na exploração de sal» (SOARES, 2001, 124).

A exploração de sal consistia no aquecimento das águas estuarinas em recipientes cerâmicos, que após a evaporação da água salgada seriam fragmentados para a obtenção dos sais acumulados no fundo dos recipientes. No entanto, as formas cerâmicas são, em geral, tronco-cónicas, bastante maciças, que poderão significar terem tido, também, uma função específica – ir ao fogo.

Na região de Benavente, mais precisamente no “Monte da Quinta 2”, distrito de Santarém, António Carlos Valera, João Pedro Tereso e João Rebuje identificaram, aquando da construção da A13, um sítio datável do Neolítico Final, onde também se verifica a produção de sal através da técnica de *Briquetage*. Tal como referem:

“O método consiste na evaporação da água em recipientes de cerâmica comum aquecidos ao fogo até à formação de salmoura. Esta é depois vertida em pequenos recipientes de cerâmica crua (apenas seca e não cozida, isto é sem alteração mineralógica das argilas), os quais funcionam como moldes. Estes recipientes são depois colocados num braseiro, ou sobre estruturas de madeira ou sobre suportes de cerâmica, até a salmoura solidificar em blocos de sal. Os recipientes/moldes são depois sistematicamente partidos para extracção do bloco de sal, dando origem a grandes lixeiras de fragmentos cerâmicos.” (VALERA et alii, 2005, 127).

Também no “Povoado da Ponta da Passadeira” encontram-se presentes as condições necessárias para o desenvolvimento desta actividade, água salobra, estruturas de combustão, suportes coniformes e grande quantidade de recipientes cerâmicos.

As técnicas para a extracção do sal sofreram alterações ao longo de largos períodos diacrónicos até que, no período Medieval, a técnica implementada está associada à exploração das marinhas de sal.

Na região hoje denominada de Montijo, desde os finais do século XIII que existem referências documentais relativas à exploração de salinas, tal como refere Isabel Lucas:

“Existia o concelho de Riba Tejo formado por um conjunto de povoações ribeirinhas da orla transtagana, em poder da Ordem de Santiago, formadas pela exploração de salinas tais como: Montigio (1249), Samouco e Lançada (1241), Sarilhos (1309), Alcochete (1313), Aldeia Galega e Outras” (LUCAS, 1992, 21).

Pelos dados referidos nas visitas efectuadas pela Ordem de Santiago, em 1512, na ribeira da vila, existiam cerca de 21 salinas (marinhas), num total de 2.420 “talhos”. Estas salinas localizavam-se entre a ponta de Montijo e Sarilhos Grandes (AZEVEDO, 2001, 14-16).

Segundo o padre António Carvalho da Costa, no século XVIII, a exploração destas marinhas de sal estavam associadas a grandes propriedades rurais (1706, 325 -326):

“A quinta da Graça dos Frades Agostinhos, que tem bastantes casas, cerca murada, boas vinhas, pinhaes, & boas marinhas. A quinta de Francisco de Novaes Casado, que tem boas casas, laranjal da China, & outras frutas, com muyta fazenda livre, marinhas, bons pinhaes, & hum bom moinho de seis engenhos. A quinta das Postas, assim chamada, por seus fundadores terem o officio de Mestre das postas, & junto a esta quinta, que he do Morgado de Luís Saldanha da Gama, a qual tem boas casas, laranjal da China, & mais frutas, vinhas, que dão vinte até trinta pipas de vinho, tem hum moinho de quatro pedras, marinhas de grande lote, pinhaes, & mais de cincoenta mil reis de foros.” (COSTA, 1706, 325).

A produção de sal manteve-se até ao início do século XX, altura em que a actividade começou a escassear. A actividade foi perdendo o seu peso ao longo do século XX, Mário Balseiro Dias refere que, em 1932, a produção de sal atingia cerca de 9.900 toneladas, em 1968 verificou-se um decréscimo para cerca de 6.044 toneladas e

finalmente em 1989 só se produzia cerca de 500 toneladas de sal, registando-se apenas três marinhas produtivas: *Rilhaboís, Passalva e Porta* (DIAS, 2001).

A decadência desta actividade está relacionada com a substituição do sal na conservação dos alimentos pelas câmaras de frio, principalmente na congelação do peixe. A dificuldade de rentabilização deste tipo de indústria, face a esta nova tecnologia, fez com que a pouco e pouco também escasseasse a mão-de-obra, para o desenvolvimento da mesma. Ao existirem alternativas mais eficazes na conservação do peixe, a actividade artesanal perdeu terreno.

Actualmente em Montijo existem vestígios destas actividades, protagonizadas pela vasta área de sapal existente à beira-rio. O “Projecto de Reconversão da Zona Ribeirinha” poderá dar nova dinâmica a este património, pois contempla a manutenção de uma marinha de sal *in situ*, à semelhança do que já ocorre no nosso Concelho vizinho, Alcochete.

A preservação de uma das actividades económicas mais antigas do Concelho faz com que se mantenham vivas “memórias” do nosso património cultural e natural, que não só beneficia o Concelho culturalmente, como também, beneficia o ecossistema em que está inserido.

5.3. Fornos de Cal e a Indústria Cerâmica

A localização de fornos de cal, assim como a localização de fornos de pão, de louça e de vidro, com registos no Concelho de Montijo desde o século XVI (LUCAS, 1992, 23), relacionam-se com a produção local de lenha, a qual constituía uma fonte de energia indispensável para manter uma produção significativa, abastecendo também o mercado da cidade de Lisboa.

Nicolau de Oliveira, no *Livro das Grandezas de Lisboa*, refere a importância da lenha fornecida pela charneca²¹⁶ a Lisboa “*e assi mesmo se tira desta charneca abundantissima lenha pera os fornos, assi de pão, como de louça, e cal*” que não só funcionava como combustível em termos “industriais” como são os fornos de pão, de cal e de loiça, mas também, constituía um combustível doméstico essencial para o dia-a-dia, tal como relata: “*se tira desta charneca muytissima lenha de pinho pera as cozinhas dos fidalgos, e Religiosos, e de que a mais da gente se val, pera com fogo della resisitir ao frio do inuerno. Desta mesma charneca se tiraõ páos de souereiros (...).*” (OLIVEIRA, 1620, 172).

Em 1608 está também documentada a importância que a lenha guarnecida da outra banda tinha para Lisboa:

“ que se tem quotidiana necessidade, pelo que não podem vir de fóra, pois nem dellas se póde fazer mercancia, nem sem ellas se póde viver, porque estas são lenha para fornos, e para as chuminés, carvão para o particular uso das casas, e para commum dos artifices dos metaes, palha para as cavalgadas do uso privado, e publico, cal, e pedra para edificar, agoa para beber, e para o serviço das casas.” (VASCONCELOS, 1786, p.150).

Certifica-se a existência de lenha no Concelho em 1498, quando o rei D. Manuel I solicitou o tombo das propriedades existentes no Concelho:

“(...) em Sarilhos; em Malpica, que pegava com o «Val da Caçada»; na ribeira de Aldeia Galega; no Rego da Amoreira; no Samouco, na parte da

²¹⁶ O autor designa de charneca todas as terras que ficam na “outra banda”.

ribeira que ia para a Póvoa; junto com o rio Barrosa, que pegava com a charneca do Concelho e com as marinhas de Rui de Castanheira; em Caparica, termo da freguesia, que partia do poente com a «Vala dos Vlehos»; no «Val da Peixeira»; e um soveral e um pinhal da Senhora da Atalaia. (...) Os pinhais arrendavam-se, por vezes, a pessoas que os cortavam e davam o terço da lenha, ora em metade, ora em dinheiro; e dos pinhais tirava-se, em cada ano, uma «barca de água» cheia de lenha, que se dava ao sacerdote que no Concelho pregava pela Quaresma. (...) cada saca de carvão feito no Concelho e cada barca de lenha pagavam um real.” (ESTEVÃO, 1956, 38-39).

A produção de cal e cerâmica teve um lugar significativo na economia da Margem Sul do Tejo como de Lisboa. Em Lisboa, Frei Nicolau de Oliveira refere a existência de cerca de 20 fornos de cal, de oito fornos de louça vidrada, de 28 fornos de louça de Veneza, 49 fornos de louça e finalmente 16 fornos de tijolo e telha (OLIVEIRA, 1620, 92).

À semelhança do que acontecia na capital, também a nível local começaram-se a observar o mesmo tipo de actividades referidas no parágrafo anterior.

Diferentes fontes documentais registam a existência de fornos de cal no Concelho. No século XVIII existem referências à existência de um forno de cal no sítio da Lançada, “*escriptura de arrendamento do forno da cal da lançada e suas pertenças e metade do armazém deste forno*”²¹⁷ e outro sem localização específica “*forno de cal – arrendamento em mil setecentos e noventa e dois aos trinta dias do mês de Novembro*”²¹⁸.

Entre 1871 e 1872, aparece novamente referência à existência deste tipo de fornos, onde num tomo efectuado pela Câmara Municipal de Aldeia Galega, se pode ler: “*confronta do Norte com a Rua da Graça, do Nascente com a Azinhaga que vae ao Forno da Cal – do Sul*”²¹⁹.

²¹⁷ Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 22/Jun/1784 a 11/Ago/1789, Livro. 11/43, fl.37.

²¹⁸ Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 18/Abr/1792 a 27/Ago/1795, Livro. 38/233, fl.81.

²¹⁹ *Descrição Geral dos Bens Próprios do Município de Aldeia Galega do Ribatejo, 1871-1872, Livro. 4, fl.5.* Arquivo Histórico do Montijo, Administração do Concelho.

Existem alusões à laboração desta indústria e de outras indústrias no século XX “*Ha em Aldea Gallega varias fabricas, a saber: de telha e tijolo, de guano, de óleos e de serração de madeira, bem como alguns fornos de cal.*” (PIMENTEL, 1908, 777), apesar de se assistir a uma degradação desta actividade. Esta conjuntura está relacionada com as novas formas industrializadas de produzir cal e as várias alternativas construtivas que surgiram, principalmente, no início do século XX.

Apesar desta indústria tradicional ter tido um peso significativo, sob o ponto de vista sócio-económico, a mesma não tem merecido um olhar atento por parte dos investigadores. As publicações que se conhecem sobre este tipo de elementos patrimoniais são escassas.

Tratava-se, no entanto, de uma indústria vital, quer para a construção das casas, quer por questões anticépticas e de regulação dos efeitos do calor e da humidade. As casas outrora eram construídas com pedra e cal, sendo rebocadas e caiadas com este material.

Actualmente, podem observar-se vestígios de quatro fornos no Concelho e a sua localização está em plena articulação com os meios de comunicação e os meios de transporte utilizados, tanto para o combustível, a lenha, como para a matéria-prima, a pedra calcária.

Através da pesquisa de campo identificou-se um complexo de três fornos de cal (N.º 67 P.I.), localizados na Rua da Bela Vista, de onde subsiste, em elevado estado de ruína, um forno, sendo ainda observáveis as paredes laterais de outros dois. Tratam-se, possivelmente, de exemplares construídos entre os séculos XVII – XVIII, apesar de existirem apenas referências escritas e cartográficas a partir do século XVIII.

O forno em ruínas, referido no parágrafo anterior, possui planta rectangular, com paredes espessas laterais, cujo aparelho construtivo manifesta a utilização de matéria-prima diversificada (a pedra, o cal, o tijolo burro e os seixos rolados de quartzito).

Na parte dianteira, está localizado a *boca* do forno. A construção é aberta em cima, sem chaminé, supondo-se que a pedra fosse carregada por cima. O processo de laboração era

realizado na seguinte forma, o forno era alimentado a lenha, que era introduzida, pela boca, a pedra era carregada, através de uma rampa de acesso ao topo do forno, a qual era transformada em cal através da combustão. O período de cozedura poderia variar entre 24 ou mais horas, dependendo a quantidade de matéria-prima e a capacidade do forno.

Através da análise do aparelho construtivo do forno verificam-se, tal como já foi mencionado, reparos e adaptações nas paredes laterais. Essa situação constata-se porque a estrutura, durante a laboração, ficava sujeita a altíssimas temperaturas, o que dava lugar a fendas sucessivas. Por essa razão, encontramos de cada lado da boca do forno, a construção de grandes paredões que terão tido como fim o escorar das referidas paredes.

Em frente à boca do forno, possuía, em tempos, um pequeno ancoradouro. A pedra calcária, oriunda da região de Lisboa, era transportada por via fluvial. A lenha, por sua vez, viria das imediações vizinhas.

A musealização *in situ* deste complexo de fornos seria fundamental para que as gerações vindouras possam compreender o funcionamento destas indústrias tradicionais. Para além disso, a sua posição geográfica, junto à *Zona Ribeirinha*, reabilitada recentemente, poderá fazer com que este monumento seja um sítio com potencialidades turísticas e culturais.

Além deste complexo de fornos, existe ainda vestígios de outro, já referido através de fontes escritas, o Forno de Cal da Lançada (N.º 68 P.I.). Nenhum dos imóveis apresentados possui classificação oficial.

A indústria cerâmica também teve algum peso no Concelho de Montijo. Caracterizada por olarias tradicionais, localizadas nos núcleos habitacionais. A mais antiga referência corresponde a uma olaria da qual ainda restam vestígios, que funcionava na Travessa Rosendo Avelino Rodrigues 39-41, da Rua das Forças Armadas, pertencente em 1890, a Francisco Ferreira Oleiro e, em 1987, a José Maria Marques e Francisco Dias Sacoto (AGENDA – ROTEIRO CIDADE DE MONTIJO, 1987, 33 e 58).

A evolução deste tipo de produção cerâmica conduziu à constituição de fábricas de materiais de construção (telha e tijolo) no Concelho de Montijo, nomeadamente nos locais do Alto das Barreiras, na Estrada de Atalaia, no Corte Pereiras, em Sarilhos Grandes, na localidade dos Foros em Pegões, no Alto Estanqueiro, entre outras localizações, cujas indústrias se encontram actualmente desaparecidas ou transformadas.

O processo de industrialização e urbanização está relacionado directamente com o desenvolvimento deste sector industrial. Este desenvolvimento permitiu que um conjunto de unidades fabris, dedicadas à produção de cerâmica, se expandissem, como podemos verificar por referências que existem desde o século XIX²²⁰, XX, subsistindo algumas destas fábricas ainda no século XXI.

Também na região de Canha, no ano de 1943, aparece a referência a uma olaria localizada na Rua da aliança, implantada no centro da vila (VILLAS-BOAS, 1944). A olaria possuía oficina composta por *casa*, onde no seu interior existia uma *bancada* com duas rodas. O *barreiro* era constituído por uma cavidade aberta no próprio chão, de paredes rectas e fundo esférico. Existia ainda o *amassadouro* ou *meio da casa* e os *andaimés* sobre *espeques* onde a louça era posta à secagem, antes da cozedura.

A cocção era feita através de um forno “*de tipo clássico romano – formado por caldeira e boca que dá entrada para a aboboda (?), separadas a primeira da segunda por ladrilho com buracos*”. (VILLAS-BOAS, 1944, 8).

O processo de fabrico era feito da seguinte forma: o barro era extraído do lugar de Sesmaria do Gil, e, posteriormente, conduzido para a oficina. Para se retirarem as impurezas do barro em bruto era necessário proceder ao seu tratamento. Era, seguidamente, colocado no *barreiro*, localizado na oficina, ao qual se juntava a água de forma a retirar a maior parte das impurezas e o tornar moldável.

Posteriormente e ainda na oficina, na *casa*, era pisado a pés, polvilhado com cinza e finalmente embrulhado num pano. A cinza servia para que o barro não aderisse directamente ao pano. A utilização do pano fazia com que o barro não endurecesse em

²²⁰ Nas actas de sessão de câmara do Século XIX e XX verificam-se referências sucessivas à construção e ampliação de fábricas de cerâmica no Concelho de Montijo.

contacto com o vento. O processo de limpeza estava assim terminado e apto para o processo de moldagem.

Depois de preparado barro, moldava-se o mesmo na bancada, por meio de duas rodas atribuindo-lhe formas variadas. Fabricavam-se, nessa altura, várias formas de barro, tais como, alguidares, bilhas, tachos, tigelas de tender, pão, bilhas de água, assadores com grelhas, fogareiros, cantis, vasos, terrinas, garrafas, panelas, chocolateiras e bacios.

O oleiro utilizava como ferramentas o *bordador*, que era construído em cana, utilizado na decoração incisa²²¹, a *cana* que auxiliava no fabrico da peça, a *enfretadeira metálica* que servia para realizar o fundo das tigelas de tender o pão, o *fuso*, a *raspadeira*, a *alpanata* que era de chapéu, que servia para fazer furos nos assadores, raspar a bancada e a cabeça da roda e alisar as peças. Algumas das peças recebiam decoração, embora não se verifique a utilização desta de uma forma generalizada. Finalmente iria a cozer. Actualmente não restam vestígios da mesma.

A modo de conclusão do presente sub-capítulo Património Industrial, achamos pertinente adiantar o seguinte:

Apesar de não terem sido estudadas, na presente investigação, as indústrias corticeira e de chacina, estas detêm um vastíssimo património (imaterial e material) que importa recordar, pois constituem indústrias de capital importância para o Concelho de Montijo. Estudos futuros de salvaguarda poderão incluir a investigação de algumas unidades industriais mais representativas que marcaram a malha urbana, as vivências e as memórias locais.

Esta necessidade de estudos de salvaguarda e protecção são necessários porque assiste-se a uma “desindustrialização” que se tem acentuado nas últimas décadas e a urgência da redefinição do uso do solo urbano em consequência da emergência de novas acessibilidades, protagonizado essencialmente, pela Ponte Vasco da Gama, que levou ao desaparecimento de inúmeras unidades industriais, à deslocalização de outras e ao risco de encerramento de algumas das que restam (TINOCO, s.d).

²²¹ A parte denteada servia para a produção de traços paralelos e a extremidade servia para a produção de traços contíguos ou para a realização de ligações.

Tal situação está a provocar, no Concelho de Montijo, fortes alterações no tecido social e económico: assistimos a uma terciarização progressiva e a um aumento incontornável do uso do solo para habitação, a par da conseqüente pressão demográfica, o que implica transformações profundas no tecido urbano e no uso social que dele fazemos. Em simultâneo, verifica-se a emergência de novas vivências sociais e de novas identidades, ou falta delas, e do esvaziamento, ou enfraquecimento de identidades pessoais e sociais antes consolidadas.

Uma vez feito o levantamento das unidades industriais protagonizadas pela presença de moinhos, de salinas, de fornos de cal e cerâmica, torna-se importante tomar decisões sobre a permanência destes elementos, ou não, no tecido urbano e rural e reconhecer o que é, ou não, importante salvaguardar, o que pressupõe uma avaliação que deverá ser tomada, tendo sempre presente o conceito alargado de património cultural, expresso, actualmente, nas cartas internacionais e hoje incorporado na legislação portuguesa, art.2. da lei n.º 107/ 2001 de 8 de Setembro (Lei de bases da política e do regime da protecção e valorização do património cultural).

6. Património Natural

O presente capítulo pretende realizar um levantamento das zonas naturais e geológicas que constituem, pelas suas características, zonas especiais de protecção. Esses locais são povoados por fauna e por flora que importa estudar. Na maioria dos casos assistimos à inexistência de conservação destes elementos patrimoniais naturais devido aos diferentes impactos ambientais que afectam o meio ambiente onde vivemos, pondo em risco a sobrevivência destes habitats e sítios naturais.

A Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, UNESCO, assinada em Paris, a 16 de Novembro de 1972, define o que se entende por património natural, referindo que são:

“...considerados como património natural: Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência e da conservação; Os locais de interesse natural ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.”

O Concelho de Montijo, tanto na região Ocidental como na região Oriental, apresenta zonas de importância natural, cuja fauna e flora que povoa estes sítios devem ser preservadas estudadas e conservadas.

“O concelho de Montijo é particularmente abrangido pela Zona de Protecção Especial (ZPE) do estuário do Tejo e simultaneamente pelo sítio Rede Natura “Estuário do Tejo” (ICN, 1996) e por uma Área importante para as Aves/IBA (Heath & Evans, 2000). Todas incluem a zona húmida que margina a Base Aérea nº6, a Oeste e Noroeste. A jurisdição para tal facto prende-se (...) designadamente a importância nacional e internacional para a avifauna aquática migradora.” (PENA, 2001, 71).

A região Ocidental, tal como se afirmou ao longo da investigação, encontra-se situada numa zona especial de protecção cuja riqueza natural está reconhecida, devido ao ecossistema que possui, protagonizado pelo estuário do Tejo. Tal como nos refere António Pena “*Este ecossistema é extenso, de estrutura e funcionamento complexos, apesar de aparentar uma certa monotonia fisionómica. Aqui se une a água doce com a água do mar.*”. A partir desta fusão surgem floras diversificadas tais como morraça²²² (*Spartina marítima*) dando lugar a prados halófitos. Junto à terra aparecem espécies arbustivas na zona do sapal, tais como a “...*gramata-branca (Halimione portulacoides), Arthrocnemum perenne e Arthrocnemum fruticosum. Nas orlas desenvolvem-se formações palustres como o caniçal...*” (PENA, 2001, 60).

Da avifauna distinguem-se rouxinóis-dos-caniços (*Acrocephalus arundinaceus*), tartaranhão-dos-pauis (*Circus aeruginosus*), a tarambola-cinzenta (*Pluvialis squatarola*), o alfaiate (*Recurvirostra avosetta*), o pilrito-comum (*Calidris alpina*), o maçarico-real (*Numenius arquata*) e o perna-vermelha-comum (*Tringa totanus*).

Existe um equilíbrio natural entre a flora e a fauna existente onde se observam áreas de alimentação e repouso plenamente articuladas. As salinas, tal como se afirmou anteriormente, constituem um local frequentemente povoado pelo flamingo, pelo borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*), pela perna-longa e pela andorinha-do-mar-anã.

“*A Zona Estuarina, pela omnipresença do estuário e devido ao facto deste ser um ambiente fundamentalmente fornecedor de alimento e abrigo, suporta uma maioria de espécies migradoras não nidificantes (invernantes e migradoras de passagem)*” (PENA, 2001, 53).

Também se observam nesta região a presença do corvo-marinho-de-faces-brancas (*Phalacrocorax carbo*), do mergulhão-pequeno (*Tachybaptus ruficollis*) e do merganso-de-poupa (*Mergus serrator*) e das garças (dos géneros: *Bubulcus, Egretta e Ardea*). Além das espécies referidas anteriormente também a *Sterna albifrons*, o grajau-comum e a andorinha-do-mar-comum frequentam este *habitat* natural (PENA, 2001, 60-63).

²²² Segundo António Pena trata-se de uma planta adaptada a prolongados períodos de imersão e a altos teores de salinidade (PENA, 2001, 60).

Dos peixes existentes neste meio natural é de salientar o robalo, a faneca, o ruivo, a patruça e o linguado. Do grupo dos anfíbios salientam-se a rã-verde, o sapo, entre outras menos significativas. Dos répteis observamos a presença dos sardanisca-angelina e a lagartixa-de-dedos-dentados. Relativamente aos mamíferos observamos a presença do coelho.

Devido à elevada densidade de povoamento observado no meio terrestre desta zona a existência de aves e animais é pobre, regista-se nas aves o pardal comum (*Passer domesticus*), as andorinhas dos beirais (*Delichon urbica*), o andorinhão-preto (*Apus apus*), o andorinhão-pálido (*Apus pallidos*), a cotovia-de-poupa (*Galerida cristata*), fuinha-dos-juncos (*Cisticola juncidis*), a andorinha-das-chaminés (*Hirundo rústica*), a abibe (*Vanellus vanellus*), a tarambola-dourada (*Pluvialis apricaria*), a petinha-dos-prados (*Anthus pratensis*) e alvéola –branca (*Motacilla alba*), a garça-boeira (*Bubulcus íbis*) e o guincho (*Larus ridibundus*). Nos núcleos arborescentes verifica-se a presença do melro-preto (*Turdus merula*), verdilhão (*Carduelis chloris*), chamariz (*Serimus serimus*), trepadeira-comum (*Certhia brachydactyla*), entre outras espécies.

A Zona Estuarina mais bem protegida desta região Ocidental é a região ocupada actualmente pela Base Aérea n.º 6 de Montijo que tem estado protegida de perturbações causadas pela emergência do uso do solo pelo homem. Verifica-se nesta região “*uma comunidade biológica mais rica, porventura a mais relevante de todo o meio terrestre desta porção concelhia.*” (PENA, 2001,66).

A Zona da Charneca constitui outra zona do Concelho cuja fauna e flora se evidenciam. De características mais rurais esta região não sofreu mudanças bruscas como as verificadas na Zona Estuarina, permanecendo algumas das espécies animais e vegetais mais importantes. Nesta região verifica-se a presença de árvores como o sobreiro, que se encontra mais representado, o pinheiro-manso, a sargaça-das-areias, entre outras plantas, embora se verifique uma menor biodiversidade no domínio da flora.

Esta região Oriental possui duas árvores consideradas oficialmente como de interesse público, um pinheiro-manso centenário do pinhal das Sesmarias (N.º69 P.N.), localizado em Pegões-Gare e um sobreiro multissecular (N.º 70 P.N.) junto à estrada que liga Canha a Vendas Novas, na Herdade do Vale da Balça.

Ao contrário da flora esta região apresenta alguma diversidade no domínio da fauna, onde predominam a avifauna florestal, os anfíbios, os répteis e sobretudo os mamíferos, dos quais se destacam mustelídeos, pelo facto desta região ser atravessada por duas principais linhas de água, a ribeira de Canha e a de Lavre faz com que seja uma região rica em recursos naturais em que a presença de solo arenoso proporciona a existência de mustelídeos, uma vez que facilitam a execução de tocas.

“Na Zona da Charneca existe um equilíbrio entre as diversas categorias fenológicas embora a avifauna reprodutora (residente e migradora nidificante) seja comparativamente mais representativa” (PENA, 2001, 53).

No Concelho distinguem-se, pelas suas características naturais e únicas, a Base Aérea n.º 6 de Montijo, já referida anteriormente, o pinhal da Sesmarias e meio envolvente, a mancha extensa de montado da zona de Canha e o núcleo de montado entre Taipadas e Colar de Perdizes (PENA, 2001, 71).

Importa mencionar também o património geológico, como foi referido no I Capítulo, o património geológico de Montijo é constituído por formações recentes (do Mio-Pliocénico, Pliocénico, Plistocénico e Holocénico) constituídas por grés e argilas e algumas cascalheiras.

III. O Património Cultural Montijense e as suas potencialidades no quadro do desenvolvimento regional.

“Mas a politica do património não se reduz a hábeis efeitos do discurso e de ideologia, que exploram as angústias e as culpabilidades da época, permitindo um desenvolvimento real do aparelho de Estado sob a forma de um acréscimo de normas, instituições e novos dispositivos de segregação e controlo do espaço. Ela tem capacidade de mobilizar múltiplos grupos sociais cada vez mais ameaçados de anomia. Pois não é só a memória que está em perigo de se perder, é também a identidade.”

Marc Guillaume (2003)

O alargamento e a evolução do conceito de património cultural transformaram a tarefa de gestão do património complexa e pluriforme, pois referimo-nos, actualmente, a vários tipos de património, o património material (móvel e imóvel), imaterial e natural. Esta pluralidade, que é o objecto de estudo, não se encontra circunscrito e delimitado tornando a sua gestão delicada (PEREIRA, 2004, 41).

O objectivo da gestão sustentável do património cultural e natural não deve ser o lucro, mas sim a qualidade. A gestão deve alicerçar-se de uma dinamização cultural tendo como objectivo o desenvolvimento harmonioso e sustentável de uma determinada região.

Esta operação visa também a promoção de intervenções globais, ou seja, a produção de grandes projectos, que implicam, desta forma, uma gestão integrada do património cultural. Estes objectivos não devem ser aplicados de forma restrita, ao restauro do monumento, mas obriga-nos a ter uma preocupação com a forma como esse elemento patrimonial comunica e interage com o território e com a população local *“A gestão integrada visa, precisamente, «integrar» na rescrita intervenção física no monumento, aspectos que têm a ver com a extensão territorial e até com a extensão social desse mesmo bem.”* (PEREIRA, 2004, 42).

Uma vez que somos todos detentores de património e o património encontra-se repartido por várias entidades, entre elas o Estado, a Igreja e os privados, os modelos de gestão integrada do património cultural deverão prever um entendimento entre estas

entidades, no sentido de todas elas poderem contribuir para o mesmo fim, a preservação, a conservação e a fruição do património pela comunidade.

Cada vez que se pretende recuperar um bem, deveremos ter em conta a sua sustentabilidade, ou seja, os meios financeiros disponíveis, os recursos humanos e os gastos envolvidos na gestão do quotidiano desse bem cultural e as infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento de acções nesse espaço.

Existem, actualmente, diferentes problemas na preservação do património. Luís Aires de Barros (2004, 10-11) refere quatro paradigmas que surgiram para dar respostas ao problema da preservação do património: o *tradicionalista*, o *mercantilista*, o *monumentalista* e o *participacionista*.

Em relação ao paradigma *tradicionalista*, defende que os bens patrimoniais deverão ter em conta, principalmente, a preservação da sua “*essência material, os modelos estéticos e símbolos que se querem manter inalterados através dos tempos*” (BARROS, 2004, 10).

A versão *mercantilista*, por sua vez, encara “*o património como uma possibilidade para valorizar economicamente*” um determinado espaço, podendo ser encarado como “*um obstáculo ao progresso económico pelos constrangimentos que a sua presença impõe*”. Nesta visão é o destino mercantil que conduzirá a preservação do património, em que os critérios de conservação histórica, arqueológica, artística se submetem à sua utilidade turística (BARROS, 2004, 10).

O enfoque *monumentalista* do património cultural consiste na preocupação do Estado em utilizar os elementos patrimoniais, “*como marcos históricos capazes de promover a exaltação da nacionalidade.*” (BARROS, 2004, 10).

Por último o paradigma *participacionista* que “*concebe o património cultural e a sua preservação em relação às necessidades globais da sociedade*” em que se insere, desta forma, “*ficam subordinados às necessidades actuais dos seus utentes*”, em que “*a selecção do que se deve ou não preservar*” deverá ir de encontro aos hábitos e opiniões da população local (BARROS, 2004, 11).

Para uma visão assertiva do património torna-se necessário ter-se o conhecimento global destes quatro enfoques, sabendo os benefícios e os malefícios que cada um deles poderá implicar na realidade patrimonial de uma determinada região.

Para o desenvolvimento de uma política sustentável é necessário “trilhar caminhos” de raiz, ou seja, é fundamental que a comunidade onde estes elementos patrimoniais estão inseridos os conheçam, para que, posteriormente, os possam valorizar. As entidades responsáveis pelo património deverão ser capazes de implementar, em parceria, projectos patrimoniais e educativos, com o objectivo de envolver a população no património.

Como verificámos, nos capítulos anteriores, o alargamento da noção de património e o surgimento, após o 25 de Abril de 1974, de novas realidades museológicas, tais como os museus locais, fizeram com que os museus locais e de território revelassem uma adequação funcional e espacial em relação ao território em que estão inseridos, em analogia às suas envolventes culturais, sociais e comunitárias, tendo como princípio o envolvimento da população.

O serviço museu é fundamental para a correcta gestão dos bens culturais existentes a nível local, por essa razão é necessário desenvolver estudos preliminares com vista à obtenção de linhas estratégicas e encontrar componentes locais referentes às suas potencialidades, como é o património cultural e natural, para definir uma linha de acção eficaz ao desenvolvimento regional.

O museu local deixou de ser encarado como um edifício onde se observam objectos antigos confinado a um espaço, mas antes passou a ser considerado como um serviço com interferência noutras realidades, ou seja com o seu território. Assim, o museu local assume-se como um serviço fundamental no desenvolvimento de uma região. A sua acção e intervenção não se resume ao trabalho com as diferentes colecções que detém, mas interrelaciona-se com outras realidades como a valorização dos recursos locais, patrimoniais e culturais, o apoio ao ensino, o fomento de emprego e a formação profissional (PRIMO, 2000, 37).

Um museu local não pretende substituir a função de um museu nacional, mas antes, deve estar voltado para as necessidades da comunidade local onde se encontra inserido. O mesmo deve ser capaz de funcionar como instrumento de desenvolvimento pessoal e como instrumento de desenvolvimento local. A sua intervenção deve ter em conta a procura de soluções para os problemas que atingem a comunidade local, deve, por essa razão, ser uma instituição bem definida, questionadora, interveniente, que poderá, desta forma, ser importantíssima para o desenvolvimento local, justificando a sua utilidade pública e a importância que tem para a comunidade.

Tal como nos refere Judite Primo, o museu local não poderá ter uma acção fugaz, desprogramada e descontextualizada, ele deve antes reflectir linhas estratégicas para obter potencialidades locais com vista ao incremento da sua acção:

“O Museu Local, enquanto promotor de desenvolvimento, não pode actuar de forma descontextualizada dos problemas locais da sua área de influência e das pessoas que formam a comunidade local, ou seja, o museu não pode desvincular-se dos problemas da contemporaneidade como consequência de poder vir a actuar em isolamento. Assim sendo, é necessário que a instituição realize um conjunto de estudos preliminares que poderão instrumentalizar o museu acerca do panorama envolvente como também capacita-lo a desenvolver linhas estratégicas para a sua intervenção.” (PRIMO, 2000, 40).

A gestão de um museu local pressupõe equipá-lo de forma a conseguir lidar com um acervo difícil e em constante mudança, como o património cultural e natural, para conseguir desenvolver um conjunto de iniciativas que visam estimular o desenvolvimento regional.

O património montijense não pode ser encarado apenas sob o ponto de vista científico, mas sim, como o trampolim para a promoção do desenvolvimento cultural e social. Uma vez verificado que o museu é um serviço fundamental para a comunidade, é necessário, no Concelho de Montijo, dinamizar, dentro dos órgãos municipais os serviços responsáveis pelo património cultural e natural, como são, o Museu Municipal de Montijo, sob coordenação do Departamento Sócio-Cultural e a Divisão de Economia e Turismo.

Propomo-nos a apresentar estratégias para o aproveitamento e a valorização do património apresentado nos capítulos anteriores. Para o efeito, antes de apurarmos as linhas de acção, torna-se necessário realizar um diagnóstico da situação museológica actual. Apuraremos, por isso, os problemas existentes, as causas para os problemas, as potencialidades e recursos existentes a nível local e as debilidades e limitações reais para conseguirmos estabelecer prioridades, finalidades e objectivos gerais. Por fim pretende-se desenvolver os objectivos específicos, as metas a atingir e as acções prioritárias para uma gestão sustentável do património cultural existente no Concelho.

O Museu Municipal de Montijo iniciou a sua actividade no início dos anos 90 do século XX, começou por ser constituído apenas pelo núcleo sede mas, ao longo dos tempos, foi obtendo uma estrutura polinucleada²²³.

É um Museu de tutela municipal e possui uma unidade orgânica, inserida no Departamento Sócio-Cultural da Autarquia, coordenado pelo Executivo Municipal. A sua chefia, actualmente, está a cargo do Departamento Sócio-Cultural. A este departamento cabe o desenvolvimento de linhas de acção, para uma programação definida em relação ao património cultural e natural existente no Concelho. Nos últimos anos, devido a mudanças estruturais e funcionais, o Museu tem procurado definir-se enquanto instituição museológica, situação que se mantém até à actualidade.

De momento o mesmo não possui linhas de acção precisas, tal como exige, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto)²²⁴. Apesar disso e de acordo com a actividade que tem vindo a ter, o Museu Municipal de Montijo assume-se como um museu de território.

Um museu de território deve ser o reflexo da sociedade onde se encontra inserido, com obrigação de ter um papel fundamental na transmissão de conhecimentos culturais de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável do Concelho de Montijo.

²²³ Constituído por vários núcleos museológicos.

²²⁴ É de notar que o Museu Municipal nem sequer faz parte da Rede Portuguesa de Museus.

O Museu Municipal de Montijo tem realizado algumas acções museológicas, ao serviço da comunidade, através das quais pretende cumprir a sua função social, no entanto, esta intenção não se mostra suficiente para uma gestão dos bens culturais que estão dependentes da sua actuação.

Têm sido, para o efeito, desenvolvidas acções patrimoniais e educativas que se apresentam fugazes, sem uma programação de base definida. Para que o Museu se assumira como uma instituição museal, deverá possuir, em primeiro lugar, um projecto museológico e estatutos que o definam como tal, para que possa, assim, ser um espaço privilegiado de divulgação e valorização cultural aceite a nível local, mostrando-se elemento fundamental para o desenvolvimento desta região.

Actualmente fazem parte do Museu Municipal de Montijo, o núcleo sede, estabelecido no Edifício Casa Mora, o núcleo da Quinta Nova de Atalaia, o núcleo do Moinho de Vento do Esteval, o núcleo do Moinho de Maré do Cais e o núcleo da Quinta do Saldanha. Além destas existem espaço museológicos que não funcionam sob a coordenação da Câmara Municipal, tais como o Museu do Pescador, pertencente à SCUPA e o Museu Etnográfico de Canha, pertencente à Junta de Freguesia de Canha.

Alguns dos problemas estruturais colocam-se na conservação dos elementos patrimoniais sob tutela do Museu e no espaço destinado à prática museológica, devendo-se apelar para a realização de esforços para a contemplação de futuras instalações que prevejam condições dignas de conservação e espaço para o depósito dos bens patrimoniais, para o desenvolvimento do trabalho de investigação e inventário e para a divulgação dos trabalhos através de espaços de exposição.

Pelas características arquitectónicas existentes na Casa Mora torna-se necessário repensar noutro sítio para a localização do núcleo sede. A Casa Mora é onde actualmente se encontra instalado o Departamento Sócio-Cultural e os serviços técnicos do Museu Municipal de Montijo, é um edifício de grande beleza arquitectónica e artística, onde se poderia conceber um projecto de uma *Casa-Museu*.

No piso inferior – e uma vez que o Museu Municipal de Montijo detém uma colecção representativa, sob o ponto de vista etnográfico e musical, de Jorge Peixinho, músico e

compositor genial nascido em Montijo – poderia funcionar um espaço dedicado à exposição de peças da colecção de Jorge Peixinho, um espaço loja com publicações e objectos dos diferentes núcleos existentes no Concelho e um bar com abertura para o jardim, onde se poderiam realizar concertos de música clássica contemporânea.

Para o correcto funcionamento do Museu Municipal de Montijo, este deverá possuir vários espaços e diferentes gabinetes funcionais, fundamentais para a prática museológica, tais como, o gabinete de conservação e restauro, o gabinete de arqueologia, o gabinete de estudos e investigação, o espaço de reservas, espaço privilegiado para a execução do serviço educativo, espaço para exposições (exteriores e interiores), o espaço destinado para o centro de documentação, espaços de lazer (café e loja) e instalações sanitárias, situação impossível de se conseguir com a realidade arquitectónica existente na Casa Mora.

O Núcleo da Quinta Nova da Atalaia, actualmente a ser recuperado, poderá mostrar-se também, no futuro, um núcleo com dinâmica própria e privilegiada, prevê-se que o mesmo contemple um espaço de reservas, um espaço de exposições, um auditório, um espaço para conservação e restauro e a beneficiação de espaços musealizados *in situ*, como são o Lagar de Azeite, o Lagar de Vinho e a Adega.

No caso do Moinho do Esteval que é uma conservação *in situ*, este foi recuperado em 2000, de acordo com as regras de conservação e restauro, onde houve um cuidado em se manter a sua estrutura e os mecanismos originais. No entanto, quando o museu actua na exploração desse espaço museológico, principalmente na prática do serviço educativo, esta estrutura mostra-se difícil de ser “trabalhada”.

Quando se realiza uma visita a este elemento patrimonial, a mesma não vale por si própria, é necessário desenvolverem-se acções pedagógicas que visem a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante a visita.

Por isso, aquando da recuperação *in situ* deste elemento patrimonial, dever-se-ia também ter previsto as necessidades museológicas com vista à fruição da população em relação ao monumento. Para funcionar de forma adequada deveria prever a aquisição de um espaço-loja, existente nos prédios que lhe são adjacentes, onde houvesse uma área

para o desenvolvimento do serviço educativo—oficinas pedagógicas de educação patrimonial – e infra-estruturas de apoio, tais como, instalações sanitárias, café e uma pequena loja (com produtos de venda sobre este elemento patrimonial). O visitante não só reconheceria o monumento, como também, o contemplaria pelo facto de se identificar com o mesmo e com o espaço que lhe é envolvente.

A equipa do museu “activava” este elemento culturalmente, promovendo o serviço educativo. A sua guarda e manutenção estaria dependente do Serviço de Vigilância e Guardaria do Museu Municipal de Montijo, entregue a um técnico, responsável pela abertura do moinho.

Este modelo de gestão do património cultural tem, como objectivo, a previsão de uma gestão de recursos humanos e a contemplação de espaços de lazer, tendo em vista as necessidades da população local, propondo, desta forma, uma leitura sustentável.

No caso do Moinho do Cais, que se trata igualmente de uma musealização *in situ*, não se verifica falta de espaço na execução de actividades educativas, em parte, pelas dimensões e disposição do edifício (o maior moinho de maré do Concelho com seis moengas), mas, verifica-se, no entanto, ausência de infra-estruturas sanitárias, indispensáveis para o seu correcto funcionamento.

A Quinta do Saldanha é onde se encontra, de momento, o centro de documentação. Apesar de possuir espaços múltiplos, tanto no edifício principal, como nos edifícios que lhe são anexos, os mesmos estão a ser utilizados por outros serviços da Câmara.

Para a organização dos espaços funcionais, é necessário que o Museu Municipal defina e execute um Programa Museológico que esclareça legalmente o seu conceito de museu, à luz do que vem referido na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Lei n.º 47/2004, fazendo com que o mesmo possa actuar na defesa, na protecção, no estudo e na divulgação do património cultural:

“a iniciativa da criação e fusão de museus deve ser efectuada através de documento em que a entidade proponente manifesta formalmente a intenção de criar ou fundir o museu, define o respectivo estatuto jurídico e

compromete-se a executar o programa museológico, bem como a disponibilizar os recursos humanos e financeiros que assegurem a respectiva sustentabilidade” (NABAIS, SILVA, 2006, 434).

O Museu, definindo os objectivos, a identificação e a caracterização dos bens culturais existentes, a formulação de estratégias funcionais nos domínios do estudo, da investigação, da incorporação, da documentação, da conservação, de exposição, de educação, a identificação dos públicos, a indicação das instalações e a afectação das áreas funcionais, as condições de conservação e segurança, os recursos financeiros, a previsão de recursos humanos e perfis profissionais correspondentes, possuía as condições necessárias, tendo em vista a gestão integrada do património do Concelho.

O museu local deve ser uma instituição activa, com o objectivo de reconstituir a memória histórica e cultural, devendo representar igualmente um pólo de desenvolvimento regional, respondendo à necessidade de afirmação de identidades locais. Estes devem ser integrados numa política de implementação e desenvolvimento do turismo cultural, devem revelar uma adequação funcional e espacial, em articulação com o território onde estão inseridos e o seu programa museológico deve contemplar objectivos específicos de utilização e articulação com o património envolvente.

As funções e competências actuais do Museu Municipal de Montijo, segundo o Regulamento dos Serviços Municipais, publicado na II série do Diário da Republica, de 8 de Novembro de 1994 são:

“(...) inventariar e propor acções de recuperação, conservação e promoção do património cultural e histórico do concelho; organizar e manter actualizado o cadastro dos monumentos do concelho para fins de conservação e informação; estabelecer ligações com os organismos do Estado com competências nas áreas de defesa e conservação do património histórico-cultural; promover e realizar acções que permitam aprofundar e divulgar, sob diversas normas, aspectos sócio-culturais e históricos do município, nomeadamente através da animação do museu e incentivo à sua utilização; identificar, registar, catalogar e classificar obras de arte, manuscritos e outros documentos de interesse histórico-cultural, facultando o acesso público aos bens culturais do município, nas condições definidas pela câmara, mediante a sua proposta; conservar as peças existentes no museu;

propor normas de organização e funcionamento do museu”. (DIÁRIO DA REPUBLICA, de 8 de Novembro de 1994).

As suas competências e funções deverão ser reformuladas face à nova realidade museológica existente no Concelho. A política de incorporação de bens culturais no património municipal deve igualmente ser bem definida.

O Museu tem vindo a acolher, desde os anos noventa do século XX, vários objectos decorrentes do processo de doação, compra, legado, transferência e recolha científica integradas nas investigações histórico-culturais realizadas pelo mesmo no Concelho. Contudo, a falta de infra-estruturas que respondam a essas incorporações, provocam grandes dificuldades na operação de protecção e conservação desses bens culturais.

Apesar disso, ao longo dos últimos anos, assistimos a acções que se têm mostrado favoráveis para a ideia de museu local e de território, tais como, a criação de vários núcleos museológicos, preservadas *in situ*. Estas acções não foram programadas através de um projecto patrimonial e museológico, mas poderão mostrar-se, no futuro, acções importantes na organização de um programa integrado do património montijense.

Outro passo para uma melhor gestão dos bens culturais consiste na execução de um programa turístico sustentável. Esta acção deverá prever uma cooperação entre o Serviço de Museu e o Serviço de Turismo, para que ambos estejam na mesma linha de acção na divulgação e na “promoção” do património cultural.

A Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, ICOMOS, Cidade do México, realizada de 17 a 23 de Outubro de 1999, refere que a gestão de bens culturais deve ser uma *“gestão objectiva e equilibrada que proporcione o acesso intelectual e emocional ao património, bem como ao desenvolvimento cultural, constitui ao mesmo tempo um direito e um privilégio.”* (CORREIA, LOPES, 2004, 31). A mesma possui seis princípios basilares:

“PRINCÍPIO 1 – O turismo nacional e internacional é um dos principais veículos do intercâmbio cultural. A protecção do património cultural deve oferecer oportunidades responsáveis e bem geridas aos membros das comunidades de acolhimento e aos visitantes, para fruição e compreensão

do património e da cultura das diversas comunidades.(...) PRINCÍPIO 2 – A relação entre os conjuntos patrimoniais e o turismo é dinâmica e deve ultrapassar os conflitos de valores que atravessam os dois conceitos. Esta relação deve ser gerida, numa óptica duradoura, em benefício das gerações actuais e futuras. (...) PRINCÍPIO 3 – As acções de valorização dos conjuntos devem assegurar aos visitantes uma experiência enriquecedora e agradável. (...) PRINCÍPIO 4 – As comunidades de acolhimento e as populações locais devem participar em programas de valorização turística dos sítios patrimoniais. (...) PRINCÍPIO 5 – As actividades de turismo e a protecção do património cultural devem beneficiar as comunidades de acolhimento. (...) PRINCÍPIO 6 – Os programas de promoção turística devem proteger e valorizar as características do património cultural e natural.” (CORREIA, LOPES, 2004, 279-284).

Trata-se de uma das possibilidades de financiamento dos bens culturais e constitui um veículo importante na divulgação do património cultural, pois é o responsável pela divulgação dos elementos patrimoniais às comunidades de acolhimento e aos visitantes.

Os dois serviços referidos anteriormente deverão funcionar, como tal, em plena articulação, para que a gestão do património cultural seja realizada de forma organizada e coerente, no sentido de não se repetirem acções idênticas, dentro da mesma instituição, que não só transmite uma imagem desfavorável do poder local, à população em geral, como também, não favorece a protecção e salvaguarda do património e o desenvolvimento local.

Ao realizarmos o diagnóstico da situação actual, verificamos vários problemas, a falta de infra-estruturas dignas para a prática museológica, principalmente nas áreas específicas de exposição, conservação e restauro, reservas, prática do serviço educativo e a ausência de técnicos profissionais nas modalidades de conservação e restauro, arqueologia, vigilantes e animadores sócio-culturais.

A prática museológica tem sido realizada de forma desorganizada e pouco uniformizada, onde se verifica uma ausência de um projecto museológico que contemple as competências e os objectivos dos diferentes serviços que deveriam compor o Museu, como são o Serviço de Museografia, o Serviço de Conservação e

Restauro, o Serviço Educativo, o Serviço de Inventário, o Serviço de Estudo e Investigação o Serviço de Arqueologia e o Serviço de Vigilância e Guardaria.

As causas para esses problemas diagnosticados estão na fraca assertividade de investimento institucional, a fraca capacidade de programação e de organização e distribuição de funções e a ausência de infra-estruturas propícias para a correcta prática museológica.

Para uma eficaz gestão sustentável do património arqueológico, construído, industrial e natural é necessário, antes de mais, desenvolver acções que visem o estudo, salvaguarda, protecção e divulgação desses bens culturais.

Verificámos também, nos capítulos anteriores, que a maior potencialidade que o Concelho de Montijo possui é precisamente o seu património cultural e natural. Será pois, nesta linha, que se irão apresentar contributos para o Projecto Patrimonial, denominado *Projecto Integrado Montijo Património em Rede* que tem como objectivos:

- a. Recuperar o complexo de fornos existente na Rua da Bela Vista, localizado na cidade de Montijo, dotando o Concelho de uma sede com infra-estruturas museológicas sustentáveis para a realização do projecto.
- b. Realizar a Carta do Património Cultural e Natural, desenvolvendo parcerias em rede, com várias instituições, divididas por áreas de investigação. Digitalização dos resultados através da aquisição de uma base de dados que contemple a inserção de elementos do património móvel, imóvel, imaterial e natural.
- c. Actualizar a Carta Arqueológica do Concelho de Montijo.
- d. Desenvolver processos de classificação dos imóveis e sítios identificados, no sentido de os salvaguardar e proteger, incluindo-os no Plano Director Municipal.
- e. Desenvolver um programa de segurança para os núcleos museológicos do Concelho e para o património construído.
- f. Munir o Concelho com três centros de interpretação, um para o património construído religioso, outro para o Colonato Agrícola de Pegões e, finalmente, um para o Património Natural e Geológico.
- g. Realizar em todas as fases do projecto programas educativos que tenham como objectivo o envolvimento da população do Concelho no projecto.

- h. Divulgação e Disponibilização do Projecto à Comunidade Local.
- i. Execução de Sinalética para todo o Património existentes no Concelho
- j. Execução de Programas de Turismo Cultural Sustentável, em parceria com a Divisão de Turismo.

Para a apresentação de estratégias e contributos para a realização do projecto denominado anteriormente, deveremos prever recursos financeiros e humanos. A gestão dos bens culturais implica a obtenção de recursos financeiros, o que nem sempre é fácil de alcançar a partir dos mesmos. Muitos dos bens patrimoniais são difíceis de conceberem soluções rentáveis, como também, não é muito aconselhável ter-se esta visão *mercantilista*. Mas não será, por essa razão, que os bens culturais devam ficar desprovidos de protecção (SILVA, 2007, 160). A tarefa do Estado é, assim, a sua rentabilização e protecção, criando soluções possíveis para o usufruto do bem pela comunidade. O papel da Câmara Municipal de Montijo é assim fundamental no apoio financeiro para o restauro, estudo e conservação dos bens patrimoniais, independentemente, destes gerarem soluções rentáveis ou não.

Além do apoio local, os museus locais têm sido reconhecidos pela União Europeia. Existem, actualmente, os Programas de Política Comunitária Europeia aos quais os museus locais podem concorrer, para obtenção de fundos económicos europeus com vista ao desenvolvimento sustentado.

Os Programas de Iniciativa Comunitária (PIC) entre os quais se destacam, os Programas Operacionais Regionais e o Programa Operacional da Cultura (POC), contemplam a valorização do património histórico e cultural, incluindo a recuperação e animação de sítios históricos e culturais, a modernização de espaços museológicos, incluindo também o acesso aos bens culturais, através da criação de uma rede fundamental de recintos culturais e a utilização das novas tecnologias de informação para o acesso à cultura.

Apesar do Programa Operacional da Cultura (POC) estar mais vocacionado para os museus nacionais, tutelados, na sua maioria, pelos Ministérios da Cultura, apesar de já se verificarem museus locais a concorrer para este tipo de programa.

Além de recursos financeiros e implicitamente ligado com estes, os recursos humanos deverão estar previstos para a salvaguarda, protecção e divulgação do património cultural a nível local. A Câmara Municipal deverá possuir quadros técnicos com habilitações capazes de responderem às acções a que se propõe e deverá socorrer-se de recursos humanos, através de protocolos de colaboração com outros organismos públicos e privados.

O poder local poderá, tanto para os programas financeiros, como para a gestão de recursos humanos, socorrer-se, para além dos recursos públicos, que devem sempre existir, de parcerias privadas, na gestão dos bens culturais. Estas parcerias não devem limitar-se apenas à respectiva exploração do bem, através de prestação de serviços, mas antes, devem ter a obrigação de valorização dos bens culturais (SILVA, 2007, 160).

Referidos alguns dos recursos financeiros e humanos aos quais a Câmara Municipal de Montijo poderá recorrer, apresentamos as diferentes acções estratégicas para o aproveitamento e valorização do património de Montijo:

a) Recuperação do Complexo de Fornos existente na Rua da Bela Vista

Esta acção pretende munir o Concelho de Montijo de uma sede museológica capaz de resolver os problemas infraestruturais detectados, bem como fazer com que os serviços museológicos sejam capazes de promover uma gestão e planeamento em relação ao património cultural e natural do Concelho.

Pretende-se a recuperação *in situ* do complexo de fornos, localizado na *Zona Ribeirinha* da Cidade de Montijo, contemplando a consolidação das estruturas originais, visíveis do exterior e criando no espaço que lhe é envolvente o futuro núcleo sede do Museu Municipal de Montijo. A recuperação deste complexo deverá assentar num estudo prévio do elemento patrimonial existente, do qual resultarão o levantamento histórico, cartográfico, fotográfico e o desenho do imóvel no seu estado actual.

No que diz respeito aos elementos construtivos omissos e dado o estado de degradação do imóvel, a reconstrução deverá ser baseada em documentação iconográfica antiga,

tendo em vista o estabelecimento de paralelos tecnológicos com outras realidades da mesma natureza locais e nacionais. O trabalho de reabilitação deste sítio será repartido por três fases de execução.

A primeira fase será destinada ao estudo e programa, onde se executarão o levantamento de documentação cartográfica antiga, o levantamento iconográfico, o levantamento e estudo dos fornos de cal existentes no Concelho de Montijo. A segunda fase será a da reconstrução dos fornos, seguida da última fase, a musealização tanto dos fornos como da zona que lhe é envolvente.

Este último espaço privilegiaria também a criação de gabinetes técnicos, com capacidade tecnológica e funcional para o trabalho museológico, nas áreas de conservação e restauro, arqueologia, investigação, inventário e serviço educativo.

Apostaria na constituição de uma biblioteca especializada em Património Industrial, fazendo com que houvesse uma leitura sustentável para os vários núcleos industriais distribuídos pelo Concelho, tais como o Moinho de Vento do Esteval, o Moinho de Maré do Cais, a Quinta Nova da Atalaia e o Complexo de Fornos da Bela. Esta biblioteca seria um investimento público, para permitir a visita de técnicos da área de estudo de Arqueologia Industrial ao Concelho, passando esta a ter uma importância local e nacional.

Para além disso, o projecto preveria também, a contemplação de salas de exposições, uma para interpretação do elemento patrimonial preservado *in situ* e, outra, para o desenvolvimento e dinamização de exposições temporárias, cuja temática estaria subordinada à programação anual do Museu Municipal de Montijo.

O serviço de estudos e investigação seria o responsável pelo estudo e dinamização do património cultural e natural, o qual teria, neste caso, as condições estruturais necessárias para o desenvolvimento do *Projecto Integrado Montijo Património em Rede*, que contaria com a participação de diferentes estabelecimentos de investigação, repartidos por áreas de investigação para o estudo do património.

b) Carta do Património Cultural e Natural: Execução e Digitalização

Pela multiplicidade de elementos patrimoniais existentes no Concelho de Montijo, torna-se necessário, como acção de salvaguarda, protecção e dinamização cultural, a execução de uma Carta do Património. Para a execução da mesma é necessário uma equipa multidisciplinar. Face a esta realidade o modelo mais assertivo para o desenvolvimento desta acção passará pela realização de Protocolos de colaboração com outras entidades científicas, tais como, institutos e universidades, públicos e privados. A ideia é a criação de uma rede de investigadores responsáveis por várias áreas de estudo, abrangendo o património histórico, arqueológico, antropológico e natural, por forma a se desenvolverem levantamentos patrimoniais, para a constituição de um corpo de saber e de informação organizada, escrita, visual e gráfica dos diferentes elementos patrimoniais.

Após o trabalho de campo, é necessário proceder ao tratamento dos dados recolhidos através da digitalização da *Carta do Património Cultural e Natural* do Concelho. Para o efeito deverá ser adquirida uma base de dados específica, que inclua o sistema georeferenciado do património, multiplicado pelas várias áreas de estudo referidas anteriormente.

Esta situação permitiria a unificação do património cultural e natural existente no Concelho, que estaria disponível para os diferentes serviços municipais, podendo também contemplar uma versão *Web*, disponível na Internet para a população em geral.

O facto de possuir sistema de georeferenciado, permitiria a interpretação do património em relação à sua localização territorial e não desfasada da sua realidade, contendo todos os elementos relacionados com cada unidade patrimonial.

Para a execução desta carta é necessário uma colaboração entre os diferentes Serviços Municipais, tais como Museu Municipal de Montijo, o GOI (Gabinete de Organização Informática Municipal) e o SIGM (Sistema Informação Geográfica Municipal), DIRP (Direcção de Informação e Relações Públicas) Gráfica Municipal e a população em geral, que deverá também ter conhecimento e participar nesta iniciativa de investigação que visa a sustentabilidade e protecção dos bens culturais e naturais do Concelho.

c) Actualização a Carta Arqueológica do Concelho de Montijo

No Concelho de Montijo, dever-se-ia continuar as investigações arqueológicas, tendo em vista a actualização da Carta Arqueológica do Concelho de Montijo, alargando a sua área de estudos e investigação até ao período Contemporâneo, *“Os inventários gerais do potencial arqueológico são, portanto, instrumentos de trabalho essenciais para conceber estratégias de protecção do património arqueológico.”* (CORREIA, LOPES, 2004, 225).

Para a realização da actualização da Carta Arqueológica, o museu deverá contar com a colaboração das juntas de freguesia, com a população local, incluindo a comunidade estudantil, que queira voluntariamente participar nos trabalhos de investigação desta natureza e através da realização de protocolos de colaboração com outras entidades científicas: *“A participação activa da população deve ser integrada nas políticas de conservação do património arqueológico. Esta participação é essencial, sempre que o património de uma população autóctone esteja em causa. A participação deve basear-se no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão”.* (CORREIA, LOPES, 2004, 224).

No que diz respeito aos bens patrimoniais provenientes da realização de trabalhos arqueológicos, que constituem património local, compete ao Museu *“proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação”* (NABAIS, SILVA, 2006, 258).

A região de Montijo apresenta uma realidade arqueológica industrial que se encontra ao abandono, pelo que a presente acção preveria o inventário do património arqueológico, a fim de, num futuro próximo, se estabelecerem prioridades de estudo e investigação em relação a este património.

O Museu Municipal de Montijo deverá assumir o compromisso de patrocinar o desenvolvimento de actividades de investigação, com vista à realização de trabalhos de prospecção, escavação e sondagens arqueológicas. Além destas actividades de investigação, o Museu, como acção de salvaguarda do património arqueológico, deveria também promover o acompanhamento de obras municipais e trabalhos de emergência

nas áreas urbanas das cidades do Concelho, principalmente nos centros históricos “*Para além do disposto no artigo 40.º, deverá ser tida em conta, na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, o salvamento da informação arqueológica contida no solo e no subsolo dos aglomerados urbanos (...)*” (Lei n.º 107/2001). (NABAIS, SILVA, 2006, 261).

d) Desenvolver Processos de Classificação dos Imóveis e Sítios Identificados no Concelho de Montijo

No caso do património cultural, nomeadamente no que diz respeito ao património arqueológico, industrial e construído, deveremos promover a classificação de sítios e monumentos por classificar, de forma a salvaguardar este património desprovido de protecção. Para o efeito, dever-se-á estabelecer contacto com os organismos da administração central responsável como é o IGESPAR, I.P., para uma eficaz protecção destes elementos patrimoniais.

A implementação de um regime legal de protecção do património arqueológico, arquitectónico (civil e religioso) e industrial é imprescindível para a salvaguarda destes elementos patrimoniais e das suas zonas especiais de protecção. Parte do património arqueológico, industrial e construído (principalmente o civil) está ainda por classificar. O serviço responsável pelo desencadeamento destes processos deverá ser o Serviço de Estudos e Investigação do Museu Municipal de Montijo que poderia prever a constituição de uma comissão, na qual poderiam colaborar vários intervenientes do património como são o Estado, a Igreja e os particulares.

Também é necessário delegar a este serviço a manutenção e conservação de património já classificado, para que a sua protecção seja realizada de forma contínua e eficaz. Para o efeito, as visitas de técnicos especializados a estes elementos patrimoniais deverão ser regulares e munidas de um impresso próprio, de forma a registar os possíveis riscos que os imóveis possam estar a correr aquando da visita.

Caso seja detectada alguma inconformidade na conservação, no restauro ou nalguma acção que infrinja a protecção que os imóveis têm, os mesmos técnicos deverão

desencadear acções com vista à resolução desses problemas, socorrendo-se, caso seja necessário, das parcerias “em rede” estabelecidas para o desenvolvimento da Carta do Património do Concelho.

e) Desenvolver um programa de segurança para os núcleos museológicos do Concelho e para o património construído

O serviço responsável pela segurança dos núcleos museológicos e do património deverá ser o Serviço de Vigilância e Guardaria do Museu Municipal de Montijo, em colaboração com as entidades responsáveis, tais como a Protecção Civil, os Bombeiros e a Polícia de Segurança Pública, conforme previsto na Lei Quadro dos Museus, N.º 47/2004 de 19 de Agosto.

A segurança deverá abranger não só os núcleos musealizados, mas também, o restante património cultural, como é o património religioso²²⁵. Assim prever-se-ia, também, o regresso de alguns dos elementos patrimoniais de Igrejas, retirados dos seus contextos, por falta de segurança – como é por exemplo, o Cristo Indo-Europeu da Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos – possibilitando assim o usufruto destes bens pela comunidade do Concelho.

f) Munir o Concelho com três centros de interpretação

Para interpretação do património existente no Concelho de Montijo dever-se-ia prever três centros de interpretação, que pensamos ser importantes para a realidade patrimonial existente, que são: a Capela de Santo António (Quinta do Pátio de Água); a Casa de Técnico do Colonato Agrícola de Pegões; e, finalmente, a Quinta Pedagógica do Moinho Novo.

²²⁵ Poder-se-ia prever o actual Programa de Igreja Segura.

Centro de Interpretação Capela de Santo António

Na Capela de Santo António, prever-se-ia a constituição de um centro de interpretação para a divulgação digital de alguns dos elementos patrimoniais de natureza religiosa mais importantes, através da dinamização desse espaço, tendo em vista a divulgação do património religioso. Seria composto por uma área expositiva interactiva, intercalada com objectos de arte sacra, que fazem parte, actualmente, da colecção do Museu Municipal. A exposição apresenta as diferentes unidades patrimoniais desta natureza no Concelho, dando também a possibilidade ao visitante, por meio áudio, ouvir informações sobre o elemento patrimonial.

Este espaço contaria, também, com uma zona de leitura, dedicada ao património construído religioso do Concelho, um espaço loja, destinado à venda de produtos relacionados com o Património religioso. Constituía, não só o espaço visitável, mas também, um espaço de encaminhamento e divulgação do património construído religioso, suportado por um programa de visitas culturais e percursos turísticos, desenvolvidos pelo Serviço de Turismo da Câmara Municipal de Montijo.

Centro de Interpretação Colonato Agrícola de Santo Isidro de Pegões

Outro Centro de Interpretação que julgamos ser importante é a casa de um técnico, pertencente ao núcleo central do Colonato Agrícola de Santo Isidro de Pegões. Este espaço contemplaria uma exposição com enquadramento histórico e patrimonial do mesmo, desenvolvendo, em parceria com o Serviço de Turismo, visitas guiadas a esta freguesia, quer ao núcleo central, composto por escolas (masculino e feminino), casas dos técnicos e Igreja, como também aos casais agrícolas, à Associação Mútua e à Cooperativa Agrícola de Pegões.

O Museu Municipal de Montijo ficaria beneficiado com este núcleo interpretativo, contribuindo para a valorização deste património histórico e rural específico, construído na época do Estado Novo.

Centro de Interpretação Herdade do Moinho Novo

A transformação da Herdade do Moinho Novo num centro de interpretação do património natural e cultural constitui uma opção viável para a realidade patrimonial existente em Canha. A Herdade é composta por um moinho de água de rodízio, que poderia ser o local de acolhimento do Centro Interpretativo.

A zona é privilegiada pela sua envolvente natural, quer pela flora, quer ainda pela fauna existente nesta parte do Concelho, funcionando como local de encontro da comunidade, na exploração do património cultural e natural existente na freguesia de Canha.

g) Programas Educativos Patrimoniais

O envolvimento da população montijense nas acções de investigação são imprescindíveis, por essa razão, a par deste projecto, deveriam ser desenvolvidas em parceria acções educativas que possibilitassem a participação directa da população no inventário do património construído, arqueológico, industrial e natural, articulando sempre a viabilidade económica e social. Para o efeito, deverá ser desenvolvida uma política de divulgação, de gestão e uma oferta turística comuns. O desenvolvimento de acções educativas constitui vector essencial para a divulgação, protecção e conservação dos bens culturais. Estas acções deverão ser promovidas através do Serviço Educativo do Museu, com o apoio das Juntas de Freguesias e dos Agrupamentos Escolares do Concelho, bem como, através de programas nacionais educativos que queiram participar neste projecto.

h) Divulgação e Disponibilização do Projecto

As publicações de resultados referentes a trabalhos relacionados com o presente projecto deverão ser implementados pelos meios de divulgação locais, Revista Municipal e Jornais, bem como a nível nacional através de publicações em revistas culturais. “*A informação do público é, portanto, um elemento importante da «conservação integrada».*” (CORREIA, LOPES, 2004, 224), devendo, também,

implementar a participação da Autarquia em colóquios nacionais e internacionais, para a divulgação das iniciativas culturais e troca de conhecimentos e experiências.

A realização de exposições (temporárias e itinerantes) sobre o património local também constitui uma linha importante para a divulgação dos bens culturais, incluindo as exposições que promovam o conhecimento do património arqueológico e industrial, com recurso ao património móvel das colecções existentes no Museu Municipal de Montijo.

Para a protecção e gestão sustentável do património construído é necessário despertar ou desenvolver a sensibilidade do público, principalmente através da educação patrimonial, patrocinando visitas a este património e o seu conhecimento.

Em relação à divulgação das investigações, estas teriam de ser tornadas públicas. Para tal, deveriam ser desenvolvidas, durante e após o projecto, através dos novos sistemas de informação.

As divulgações das actividades estariam disponíveis no site da Câmara Municipal de Montijo, onde se incluiria, também, toda a informação do projecto. A população poderia, desta forma, participar nas diferentes acções propostas, inscrevendo-se, nas iniciativas em execução.

O Museu Municipal de Montijo tem como obrigação a dinamização e divulgação do seu acervo e do seu património. As acções propostas anteriormente poderão ser impulsionadas através da digitalização do seu espólio / património e a disponibilização dos dados na Internet, para que a população local conheça as colecções existentes no Museu e o património existente no Concelho de Montijo.

As novas tecnologias de informação devem ser utilizadas na divulgação do património, como também na divulgação e disponibilização de exposições interactivas na Internet, esta situação possibilitará ao visitante o acesso ao Museu através de casa e a sua interacção com o mesmo.

Dever-se-ia também apostar na constituição de um fórum interactivo do Museu, que possibilitasse à comunidade local comunicar e avaliar o Museu, através da Internet. Este intento permite perceber quais as expectativas da população em relação ao Museu Municipal de Montijo.

i) Execução de Sinalética para todo o Património existentes no Concelho

A apresentação do património ao grande público é um meio essencial para o conhecimento do património cultural e natural. Esta acção tem como objectivo munir o Concelho de capacidade informativa sobre o seu património, para que a comunidade local e as comunidades de acolhimento conheçam e identifiquem o património montijense facilmente. Assim é necessário realizar e promover uma informação detalhada sobre cada elemento patrimonial, munindo as estradas de sinalética sobre os edifícios culturais, museológicos, sítios e imóveis de interesse patrimonial a fim de encaminhar o visitante de forma assertiva a cada elemento patrimonial, ou serviço cultural. Cada imóvel ou sítio de interesse deveria possuir, assim, uma placa informativa exterior, informação generalizada e objectiva sobre a história de cada monumento existente no Concelho.

j) Execução de Programas de Turismo Cultural

Património Cultural

Neste campo a Câmara Municipal de Montijo, em especial, o Serviço de Turismo, tem desenvolvido rotas temáticas que se mostram afirmativas para a correcta abordagem do património do Concelho, tais como a **Rota do Montijo**, a **Rota da Mala Posta do Alentejo**, a **Rota dos Trilhos de Canha**, a **Rota Entre Vinhas e Pipas**, a **Rota da Atalaia** (CÂMARA MUNICIPAL DE MONITJO, 2007, 3-4), que incluem a visita ao património construído existente no Concelho, abrangendo as suas duas áreas geográficas.

Propõe-se, assim, o desenvolvimento de rotas turísticas que englobem o património museológico concelhio, como por exemplo a criação da **Rota do Património Industrial** do Concelho, incluindo a visita ao Complexos de Fornos da Bela Vista, ao

Moinho de Maré do Cais, ao Moinho de Vento do Esteval, à Quinta Nova da Atalaia e, finalmente, visita ao Moinho Novo, integrado na Herdade do Moinho Novo.

Também se propõe a contemplação de rotas temáticas específicas para o património integrado religioso e civil, fazendo um percurso cronológico pelos diferentes elementos desta natureza pelo Concelho em diferentes imóveis patrimoniais, como são as Igrejas, Capelas, Ermidas, Edifícios civis. Poder-se-ia desenvolver a Rota dos Azulejo, a Rota da Talha Dourada, a Rota dos Retábulos e a Rota da Pedra, a Rota dos Moinhos, a Rota do Cal entre outros, propostos em conjunto com o Museu Municipal.

Património Natural

Em relação ao património natural, os 3 circuitos propostos por António Pena (PENA, 2001, 72-78) mostram-se interessantes dentro da realidade do Concelho, pois estes contemplam:

“Circuito 1 – A Orla ribeirinha: Marinha do Outeiro (Cais) – Seixalinho – Montijo – Ribeira de Malpique – Lançada – Arce – Espinhosa (Sarilhos Grandes)” (...) Circuito 2 – *O pinhal das Sesmarias: Pegões Velhos – Pegões-Gare – Pegões (cruzamento) (...)* Circuito 3 – *No reino do montado: Pegões (cruzamento) – Bombel – Vendas Novas (desvio para Canha) – Abegoaria – Escatelar – Canha – Foros do Carrapatal – Taipadas – Colar de Perdizes (...)*” (PENA, 2001, 72-76).

A par da contemplação do património natural (incluindo a fauna e flora) nestes circuitos, dever-se-ia prever, também, a visita a alguns elementos culturais existentes nas imediações destes locais. A conjugação entre o património cultural e natural deverá ser uma constante nos programas de divulgação, quer se trate da zona Ocidental do Concelho, como também na parte Oriental.

Conclusão

“...O futuro coloca-nos desafios em termos da qualificação excelente de recursos humanos. O ordenamento do território, a revisão do PDM é essencial para a requalificação urbana, a contenção e valorização das áreas cultural quer por via da recuperação e preservação do património, quer promovendo centros de actividades, conjugando os valores tradicionais com as novas formas de arte. Saber preservar e qualificar o património edificado, bem como os equipamentos e infraestruturas criadas. Saber valorizar as tradições e a identidade local. Conduzir uma política de investimento público e de captação do investimento privado, de forma a tornar o Montijo uma cidade competitiva ao nível da Área Metropolitana de Lisboa e da Península Ibérica...”

Maria Amélia Antunes (2008)

Na presente investigação verificámos que a noção de património se amplificou no Concelho, a partir do 25 de Abril devido, por um lado, ao aparecimento do movimento associativo, que ganhou dinamismo, para fazer face à ditadura do Antigo Regime e por outro lado, devido ao surgimento de cartas e leis internacionais e nacionais.

No território português surgiram diferentes associações culturais, entre as quais as Associações de Defesa do Património, situação verificável, também, no Concelho de Montijo com o surgimento de uma associação de defesa do património, o Círculo Histórico-Cultural. Esta, enquanto esteve em actividade, transmitiu valores culturais e noções diversificadas de património, à luz das leis internacionais e nacionais do património cultural. Apesar da sua actuação ter sido breve, a mesma marcou pelas iniciativas que desenvolveu, pois, foi após este movimento associativo cultural que no seio do poder local começaram a surgir acções de protecção do património cultural, acções essas que se multiplicam até a actualidade.

O Concelho tem vindo a proceder, de uma forma mais sistemática, ao estudo e à salvaguarda do património, constantes nas diferentes acções efectuadas pelo poder local e mencionadas na presente investigação. No entanto, estas acções deveriam ter uma linha de acção sustentada, assertiva e objectiva tendo em conta os recursos patrimoniais existentes e os recursos financeiros e humanos possíveis, para que as intenções levantadas se concretizem.

A esta situação, se acrescentam as dificuldades de gestão do Concelho de Montijo, pois este apresenta duas realidades díspares que se têm acentuado durante o século XX e o XXI.

A melhoria das acessibilidades e o progresso fez com que houvesse uma regressão do sector primário e secundário no Concelho. Assistimos, assim, a uma região Ocidental ligada essencialmente ao sector terciário, verificando-se nos territórios rurais, o risco de desertificação acentuada, como são o caso das regiões de Santo Isidro de Pegões, de Pegões e de Canha.

Esta situação chega a atingir, também, as regiões limítrofes à cidade de Montijo, tais como Alto-Estanqueiro/Jardia e Sarilhos Grandes. A construção da Ponte Vasco da Gama e o aumento das acessibilidades à capital trouxe o progresso, mas também fez com que se acentuassem as diferenças entre um e outro território.

Estas mudanças transformaram também o tecido social, os hábitos e costumes dos montijenses, tanto na região Ocidental como na Oriental. A região localizada a ocidente recebe comunidade de diferentes locais e culturas. A zona Oriental, por sua vez, vê a sua população a se desvincular da comunidade de origem, devido ao envelhecimento da população causado pela falta de emprego, pela diminuição do nível de vida, que fazem com que esta população procure locais com maiores acessibilidades.

Tanto numa, como noutra realidade verificamos uma situação comum, a perda de identidade, é precisamente neste campo que o poder local deve actuar e ter a capacidade de montar uma estrutura cultural capaz de envolver a comunidade no seu património. O *Projecto Integrado Montijo Património em Rede* pretende munir o Concelho de equipamentos culturais sustentáveis, recursos humanos e recursos financeiros, para o desenvolvimento sustentado da região.

Pretende-se realizar com este projecto, em conjunto com a comunidade, um trabalho de salvaguarda, de defesa, de conservação e de fruição do património apresentado, estimulando, tanto na parte Oriental, como na Ocidental, o conhecimento do património. Este ajudará na formação de cada indivíduo da comunidade montijense, fomentando valores culturais em risco e reforçando as identidades culturais.

Como observámos, na presente investigação, o património do Concelho apresenta potencialidades, estas devem ser aproveitadas de forma sustentada. O desenvolvimento dos núcleos museológicos devem-se realizar de forma afirmativa e coerente, tendo em conta os recursos humanos, financeiros e as potencialidades culturais. A perspectiva de um núcleo museal capaz de sustentar correctamente os restantes núcleos e o património existente no Concelho poderá trazer nova dinâmica museológica e cultural para a comunidade, que deve fruir de todos os bens que lhe pertencem.

O Museu Municipal e o Turismo apresentam-se como serviços indispensáveis para o reforço de identidade, estes devem ser portadores de uma mensagem espiritual do passado, em que os monumentos históricos, as tradições, as memórias, constituem valores comuns que devem ser transmitidos a toda a comunidade, fazendo com que esta perceba que é, também, responsável pelo seu património e pelos seus valores culturais.

A Carta do Património apresentada tem como objectivo a sistematização do património existente no Concelho. Este levantamento ajudará a divulgar o património existente na região, mas também fará com que o poder local ao sistematizar a informação, seleccione, de forma assertiva, o património a preservar.

Este projecto pretende, de forma modesta, desenvolver estratégias sustentáveis e envolver a comunidade na evolução da região, para que esta a se identifique com seu património, defendendo, também, a sua identidade, as suas origens e os seus valores culturais, só através do conhecimento do nosso passado, é que sabemos compreender o presente e projectar um futuro de uma forma sustentável.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE REFERÊNCIA

AA.VV (2003) – *Diccionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Volume III. Lisboa: Círculo dos Leitores.

FIGUEIREDO, P. (2003) – *Dicionário de Termos Arqueológicos*. Lisboa: Prefácio.

JANSON, H.W. (1992) – *História de Arte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5.^a edição.

MATTOSO, J. (1993) – *História de Portugal: Antes de Portugal*. Vol.1. Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, J (1993) – *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Vol.2. Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, J (1997) – *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Vol.3. Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, J (1998) – *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Vol.4. Lisboa: Editorial Estampa.

SPROCCATI, S. (1997) – *Guia de História da Arte* – Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Lisboa: Editorial Presença, 3.^a edição.

PEREIRA, P. (1995) – *História da Arte Portuguesa: Da Pré-história ao “Modo” Gótico*. Vol.1. Temas e Debates. Lisboa: Círculo dos Leitores.

PEREIRA, P. (1995) – *História da Arte Portuguesa: Do Gótico ao Maneirismo*. Vol.2. Temas e Debates. Lisboa: Círculo dos Leitores.

PEREIRA, P. (1995) – *História da Arte Portuguesa: Do Barroco à Contemporaneidade*. Vol.3. Temas e Debates. Lisboa: Círculo dos Leitores.

LIVROS

ALMEIDA, F. A. (2004) – *Roteiro do Concelho de Montijo: História, Património, Percursos*. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

ALMEIDA, F. A. (2007) – *Canha: Um Esboço Histórico*. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

ALEIXO, R. (2000) – *As Praças de Touros do Montijo*. Montijo.

AUDRERIE, D. (2003) – *Questions sur le patrimoine*. Bordeaux : Éditiones Confluences.

BALLART H. J.; TRESSERRAS, J. J. (2004) – *Gestión del patrimonio cultural*, Barcelona: Ariel.

BREUIL, H., ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*. Vol.1 - Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage. Com. Serv. Geol. Portugal, T.XXIII.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO (1999) – *Foral de Canha*. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

CALADO, R. S. & PACHECO, A. A. (2005) – *Quinta do Pátio D'Água: Entre um Laranjal da China e o Cais das Faluas*. Coleção de Estudos Locais. Montijo: Edições Colibri. Câmara Municipal de Montijo.

CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

- CHOAY, F. (1992) – *L'Allégorie du Patrimoine*. Tradução de Teresa Castro. Lisboa: Edições 70.
- CORREIA, M. B. & LOPES, F. (2004) – *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- COSTA, A. C. (1706) – *Corografia Portuguesa e descrição Topográfica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa: Oficina Valentim da Costa Deslandes.
- CRUZ, M. A. (1973) – *A Margem Sul do Estuário do Tejo: Factores e Formas de Organização de Espaço*. Montijo: Edição de autor.
- DIAS, J.; OLIVEIRA, E. V. & GALHANO, F. (1959) – *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal: Moinhos Azenhas e Atafonas. II Moinhos de Vento*. Instituto de Alta Cultura. Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- DIAS, M. B. (2001) – *Economia Marítima de Aldeia Galega do Ribatejo*. Montijo: Edição do autor.
- ENCARNAÇÃO, J. (1997) – *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, 3.^a edição.
- ESTEVÃO, J. (1956) – *Anais de Alcochete: Dados históricos desde o século XIII*. Lisboa: Edição de Couto Martins.
- FIGUEIREDO, S.; COSTA, J.; NOBRE, L.; SOUSA, F. & RAPOSO, L. (2005) – *Carta Arqueológica do Concelho do Montijo: do Paleolítico ao Romano*. Coleção Estudos Locais. Lisboa: Edições Colibri. Câmara Municipal de Montijo.
- GRAÇA, L. (1989) – *Edifícios e Monumentos Notáveis do Concelho de Montijo*. Montijo: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Montijo.

GOMES, J. A. (D.L. 1978) – *Inventário do Património Cultural Construído*. Lisboa: Secretaria do Estado do Ambiente.

GUERREIRO, C. (1999) – *Os Mais Belos Cruzeiros do Baixo Minho: Alto Minho e Galiza*. Vila Nova de Cerveira: Cervocultural.

GUILLAUME, M. (2003) – *A Política do Património*. Lisboa: Campo de Letras.

HERNÁNDEZ, F. (1998) – *Manual de Museologia*. Madrid: Editorial Síntesis.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO (1994) – *Património Arquitectónico e Arqueológico: Informar para Proteger*. Lisboa: IPPAR.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO (1994b) – *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve: Programa de Valorização Cultural e Divulgação Turística*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação Turística.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO (1995) – *Boletim IPPAR*. Lisboa: IPPAR, n.º1.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO (1996) – *Património Arquitectónico e Arqueológico: Informar para Proteger: Legislação Nacional*, Lisboa: IPPAR.

LOPES, M. J.(1988) – *Património Cultural Construído: Aglomerados*. Loures: Câmara Municipal de Loures.

LOPES, F. (1996) – *Património Arquitectónico e Arqueológico – Informar para Proteger: Cartas e Convenções Internacionais*. Lisboa: IPPAR.

LUCAS, I. (1992) – *Subsídios para a História do Concelho do Montijo: Cronologia Geral*. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

MAIA, M. A. (1995) – *Critérios: Classificação de Bens Imóveis: Informar para Proteger*. Lisboa: IPPAR.

MARQUES, L. (1996) – *Tradições Religiosas entre o Tejo e o Sado: Os Círios do Santuário da Atalaia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

MENDES, C. (2005) – *Macedo de Cavaleiros: Cultura, Património e Turismo (Contributos para um Programa Integrado)*. Vila Real: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

MENDONÇA, R. (1956) – *Vila de Montijo: Estudo Histórico-Monográfico e Social*. Montijo.

MIRANDA, J. & VIEGAS, J. (2003) – *Moinhos de vento no concelho de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

MIRANDA, J. (2000) – *Moinho de Vento do Esteval: Levantamento e Estudo*. Texto Policopiado. Montijo: TIMS / Tradição.

MOREIRA, I. M. (1989) – *Museus e Monumentos de Portugal: 1772-1972*. Temas de Cultura Portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta, n.º14.

MOUTINHO, M. (1989) – *Museus e Sociedade: Reflexões sobre a função social do Museu*. Cadernos de Património. Monte Redondo: Museu Etnológico Monte Redondo.

NABAIS, A. (1986) – *Moinhos de Maré: Património Industrial*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal.

NABAIS, A. (1995) – *Foral de Alcochete e Aldeia Galega (Montijo) – 1515*. Montijo: Câmara Municipal de Alcochete e Câmara Municipal de Montijo.

NABAIS, J. C. & SILVA S. T. (2006) – *Direito do Património Cultural: Legislação*.

Coimbra: Edições Almedina, 2.^a edição.

NETO, M. J. B. (2001) – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Série I, Ensaios, n.º10. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

OLIVEIRA, A. (1967) – *Um moinho de maré em Aldeia Galega do Ribatejo no século XVI*, Coimbra.

OLIVEIRA, N. (1620) – *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa.

ORTIGÃO, R. (1896) – *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: António Maria Pereira.

PENA, A. (2001) – *Roteiro Natural do Concelho de Montijo*. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

PEREIRA, E. & RODRIGUES, G. (1904) – *Portugal, Dicionário histórico, chorográfico, heráldico, biographico, bibliographico, numismático e artístico*. Lisboa, Vol.1.

PEREIRA, P (1997) – *Intervenções no Património 1995-2000: Nova Política*, Lisboa: IPPAR.

PIMENTEL, A. (1908) – *Extremadura Portuguesa*. Lisboa: Empresa da Historia de Portugal.

POULOT, D. (2001) – *Patrimoine et musées: l'Institution de la culture*. Paris : Hachette.

RAMA, J. S. (1906) – *Cousas da Nossa Terra: Breves Notícias de Aldeia Galega do Ribatejo*. Lisboa.

RAU, V. (1951) – *A Exploração e o Comércio de Sal de Setúbal*. Estudos de História Económica I. Lisboa: [s.n.].

SAA, M. (1956) – *As grandes vias da Lusitânia: O Itinerário de António Pio*. Lisboa: Topografia da Sociedade Astoria, Vol.6.

SANTOS, M. F. (1985) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Edições Verbo, p.44.

SERRÃO, V., CORDEIRO, F. R. (2005) – *Tomás Luís e o Retábulo da Igreja da Misericórdia do Montijo*. Colecção de Estudos Locais. Lisboa: Edições Colibri. Câmara Municipal de Montijo.

SOUSA, P. (1928) – *O Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal*. [S.l.]: [s.n.], Vol.3.

TORRES, A.; AZEVEDO, R. B. & LEAL, A. (2003) – *Montijo (Aldeia Galega) Cem Anos de História Municipal*. Caminhos da História. Lisboa: Âncora Editora.

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR & CENTRO DE ESTUDO E PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO (1990) – *Cadernos de Arqueologia, Arqueologia Industrial e Património Arquitectónico*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

VASCONCELOS, L. M. (1608) – *Do Sítio de Lisboa*. Lisboa: Patrício de Francisco Luiz Ameno.

VILAS-BOAS, J. S. P. (1944) – *Uma Olaria em Canha*. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Porto: Imprensa Portuguesa.

ARTIGOS E REVISTAS

ALÇADA, Margarida (1994) – *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro, n.º1.

- BALDRICO, J. (1999) – Os Moinhos de Maré em Aldeia Galega nas Margens do Tempo. In *O Cidadino*. Montijo. Abril/Setembro, n.º 6/7.
- BARBOSA, P. G. (s.d.) – Preservação e Memória. In *O Património Local e Regional: Subsídios para um trabalho transdisciplinar*. Lisboa: Ministério da Educação, p.18-37.
- BARROS, Luís Aires (2004) – Património Cultural Novos Enfoques e Paradigmas. In *Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais (30 DE Junho a 5 de Julho de 2003)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, Vol.2, p.7-25.
- CARDOSO, Florindo (2008) – *Salvaguarda do Património: Câmara aprova classificação de 13 bens imóveis*. In *Jornal do Montijo*. 29 de Agosto. Montijo: *Jornal do Montijo*.
- CARDOSO, J. L. & MONJARDINO, J. (1976) – Novas jazidas paleolíticas dos arredores de Alcochete. *Setúbal Arqueológica*. Volume II – III, 7-47.
- FERNANDES, I. C. (1997) – “Ocupação Romana do Escatelar: Algumas referências”. In *Al-madam*, II.ª série. Outubro, p.162-163.
- FERREIRA, C. A. (1993) – Prefácio. In *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*. Secretaria de Estado da Cultura. Lisboa: IPPAR.
- HERCULANO, A. (1838) – Monumentos Patrios. In *O Panorama*. Lisboa: Viúva Bertrand, Volume II., n.º 70, p.275-276.
- LUNA, I. & CARDOSO, G. (2006) – Nota Preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. In *Actas do 3º Seminário do Património da Região Oeste*. Associação do Património Histórico. Cadaval: Câmara Municipal do Cadaval, pp.99-112.

- MECO, J. (s/d) – O pintor de azulejos Manuel dos Santos: Definição e análise da Obra. In Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa, 3.^a Série, n.º 86.
- MIRANDA, J. (2006) – Etnologia e Reconstrução dos Engenhos. In *Moinhos do Cais das Faluas: O Renascer de uma Memória*. Coleção de Estudos Locais. Lisboa: Edições Colibri. Câmara Municipal de Montijo.
- MOREIRA, J. B. (1982-1983) – *Subsídios para o Estudo das Cabeceiras de Sepultura no Concelho de Sintra*. Sintra. I e II, p.477-500.
- VITERBO, S. (1896) – Archeologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos. In *O Archeologo Português*. 1^a Série, II Volume, 1296, n.ºs. 8 e 9, Agosto e Setembro. Lisboa: Museu Etnográfico Português, p.193-204.
- NABAIS, A. (1983-1984) – A Margem sul do Tejo durante a expansão Portuguesa, aspectos económicos. In *Almadan*, n.º2. Almada.
- NETO, M. J. B (2004) – Perspectivas Actuais do Património Arquitectónico: Conceitos, Critérios e Intervenções. In *Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (30 de Junho a 5 de Julho de 2003). Cascais: Câmara municipal de Cascais, Vol.2, p.29 a 40.
- PEREIRA, P. (2004) – Gestão do Património Edificado. In *Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (30 DE Junho a 5 de Julho de 2003). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, Vol.2, p.41-47.
- RAMOS, P. O. (1993) – Breve História do Museu em Portugal. In *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, p.21-62.
- RAPOSO, J. & DUARTE, A. (1992) – Ânforas Lusitanas: los alfares del Tajo. In *Revista de Arqueologia*. XII, 134, Junho. Madrid: Zugardo Ediciones, p.36-45.

- RIBEIRO, C. (1871) – *Descrição de algum sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado*. Memória Apresentada à Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: [s.n].
- RIBEIRO, M. (1964) – Vestígios Lusitano-Romanos da Herdade do Escatelar. In *Revista de Guimarães*, [S.l.], Vol. LXXIV, p.4-9.
- SANTOS, L. C. (2006) – “Cerâmica Neolítica na Base Aérea n.º 6 de Montijo”. In *Revista Municipal de Montijo*. Montijo: Câmara Municipal de Montijo, n.º14, Dezembro, p.20.
- SANTOS, M. F. (1974) – “cistes et dolmens”. In *Les Dossiers de l’Archéologie – Merveilleux Tresors du Portugal*, [S.l.: s.n.].
- SILVA, J. (1984) – *Pretérito presente: para uma teoria da preservação do património histórico-artístico*. Cadernos do animador. Covilhã: Centro Cultural da Beira Interior, p.24-40.
- SILVA, S. T. (2007) – Para uma nova dinâmica do património cultural: o património sustentável. In *Musa: museus, arqueologia & outros patrimónios*, n.º 2. Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- SOARES, J. (2000) – A Ponta da Passadeira e a Diversidade do Registo Arqueológico dos IV/III Milénios a.C. In *I^{as} Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul: Actas*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, p.88-109.
- SOARES, J. (2001) – O Povoado Pré-Histórico da Ponta da Passadeira: Economia Ribeirinha dos IV/III Milénios a.C. In *Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal*. Centro de Estudos Históricos e Interdisciplinares. Lisboa: Universidade Aberta.
- VALERA, A.; TERESO, J. P. & REBUJE, J. (2005) – O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a Produção de Sal no Neolítico Final na Ria Flandriana do Tejo:

Notícia Preliminar”. In *Actas do I Seminário de Paleontologia e Arqueologia do Estuário do Tejo*. Colecção de Estudos Locais. Lisboa: Edições Colibri. Câmara Municipal de Montijo, p.125-139.

VASCONCELOS, J. L. (1896) – “Notícia”, *O Archeólogo Português*, I.^a Série, Vol.2, Lisboa: Museu Etnográfico Português, p.237-238.

ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1978) – “As indústrias paleolíticas de Samouco e sua posição dentro do conjunto quaternário do Baixo Tejo”. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Tomo. LXIII, p.575-609.

TESES

FERREIRA, A. M. (1996) – *Da Teoria à Prática da Conservação nos Museus Municipais: Património Arqueológico e Etnográfico*. Texto Policopiado. Tese mestrado. Museologia e Património. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.].

MATOS, O. (2002) – *Subsídios para a História da Valorização do Património Arqueológico em Portugal*. Texto Policopiado. Dissertação de Doutoramento em Letras, especialidade de Arqueologia. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

NEVES, G. J. (1994) – *Metodologias de Diagnóstico na Reabilitação do Património Edificado*. Texto Policopiado. Trabalho síntese Universidade de Coimbra. Coimbra : [s.n.].

NETO, M. J. B. (1995) – *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Interpretação no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*. Texto Policopiado. Tese de Doutoramento em História da Arte. Volume I. Lisboa: Universidade de Letras de Lisboa. Faculdade de Letras [s.n].

RODRIGUES, P. A. (1998) – *Património, Identidade e História: O Valor e o Significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de Oitocentos*. Texto Policopiado. Tese de Mestrado em História da Arte Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.].

OUTROS

AZEVEDO, R. B.(2001) – *Montijo e o Rio – 100 anos de uma relação*. Catálogo de Exposição. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

BALDRICO, J. & LUCAS. I (s.d.) – *Património Arquitectónico Religioso e Civil do Concelho de Montijo*. Texto Policopiado. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO (1996) – *Plano de Actividades*. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO (1985) – *Moinhos de Maré do Concelho de Montijo: Síntese informativa sobre o património existente*. Texto policopiado. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO (2006) – *Proposta de Renovação Interior e Exterior da Quinta do Saldanha*. Texto Policopiado. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO (2007) – *Itinerário Heráldico: Montijo Um Património a Descobrir*. Folheto. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO (2008) – *Roteiro: Turismo*. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

CÍRCULO HISTÓRICO – CULTURAL DE MONTIJO (1980) – *Estatutos*. Montijo: Tipografia Grafex.

CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL n.º 83/970115 (1997), Quinta Nova da Atalaia. Montijo: Conservatória do Registo Predial de Montijo, fl.2.

FIGUEIREDO, S. & SANTOS, L. C. (2006) – *Caminhos Arqueológicos de Montijo: Perspectivas da Carta Arqueológica do Paleolítico ao Romano*. Catálogo de Exposição. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

GUEDES, M. C. (1994) – *Encontro de Culturas, Oito Séculos de Missionaçã Portuguesa*. Catálogo da Exposição. Lisboa: Edição Conferência Episcopal Portuguesa, Julho – Dezembro, p.242.

MARTINS, A. S.; FREIRE, J. L. & FERREIRA, M. (2004) – *Restauro e Musealização do Moinho de Maré do Cais das Faluas*. Relatório de Acompanhamento Arqueológico. Texto policopiado. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

FIGUEIREDO, S. (2003) – *Relatório de Trabalhos Arqueológicos realizados no Poço da Quinta do Saldanha (Montijo)*. Texto Policopiado. Centro Português de Geo-História e Pré-História. Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

MONTIJO AGENDA (2007). Montijo: Câmara Municipal de Montijo.

MONTIJO AGENDA (1987). *Roteiro da Cidade de Montijo*. Montijo: Câmara Municipal de Montijo, p.33-58.

MONTIJO PATRIMÓNIO (1981) – *Jornal de Defesa do Património do Concelho*. Ano I, n.º 1, 2 e 3. Montijo: Círculo Histórico-Cultural de Montijo.

PAIS, J.; MONIZ, C.; CABRAL, J.; CARDOSO, J. L.; LEGOINHA, P.; MACHADO, S.; MORAIS, M. A.; LOURENÇO, C.; RIBEIRO, M. L.; HENRIQUES, P. & FALÉ, P. (2006) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000: Notícia Explicativa da folha 34-D Lisboa*. Lisboa: Departamento de Geologia, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação.

COMISSÃO PRÓ-SINISTRADOS DO CICLONE DE 15 DE FEVEREIRO DE 1941
(1942) – Relatório. Montijo.

TINOCO, A. (s.d) – *Inventário do Património Industrial*. Texto policopiado. Montijo:
Câmara Municipal de Montijo.

ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1968) – *Carta Geológica de Portugal na
escala de 1:50.000: Noticias explicativas das folhas 35 C Santo Isidro de
Pegões*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1969) – *Carta Geológica de Portugal na
escala de 1:50.000. Noticias explicativas da folha 35 A Santo Estêvão*. Lisboa:
Serviços Geológicos de Portugal.

GAZETA DO SUL, 1942, 5.

CARTOGRAFIA

Serviços Cartográficos do Exército (1992) – Carta Militar de Portugal. Folha (432-
Montijo), escala 1:25 000. Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército.

Serviços Cartográficos do Exército (1992) – Carta Militar de Portugal. Folha (420-
Montijo), escala 1:25 000. Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército.

Serviços Cartográficos do Exército (1992) – Carta Militar de Portugal. Folha (434-
Montijo), escala 1:25 000. Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército.

Serviços Geológicos de Portugal (2006) – Carta Geológica de Portugal. Folha 34-D
(Lisboa), escala de 1:50 000. Lisboa: Serviços Geológicos.

Mappa Militar que por Ordem de S. Alteza o Senhor Conde Reinante Shaumbourg
Lippe Mar. Gen. I Se tirou de huma parte do Alentejo com a relação das Villas e
Lugares que compreende o ditto Mappa [Material cartográfico] / por Guilherme Qua. I

Mês.tr Gen.I do Exer.o & C.o 16 M.co 1771, por Elsdén, William, fl. ca 1763-1773; Lippe, Conde de, 1724-1777. Representação de Aldeia Galega, Sarilhos, Setúbal, Moita, Alhos Vedros, Azeitão, Coína, Barreiro, Palmela, Alcochete, Samora, Belmonte e casais vizinhos, Marateca e Águas de Moura, Canha. Área de Reservados. Biblioteca Nacional de Portugal

Costa, José Maria das Neves, 1774-1841. Carta topographica militar do terreno da península de Setúbal [Material cartográfico] / Joze Maria das Neves Costa; Copiada no Real Archivo Militar por Joze Joaquim Freire, Manoel Tavares da Fonseca. Escala [ca. 1:30 000], 3000 braças = [22 cm]. – [s.l.] : [s:n.], 1816. – 1 carta em 4 folhas : ms., color. ; 71 x 93 cm cada folha. Carta constituída por ordem do Marquês de Campo Maior. Data de inicio dos trabalhos, 1813; conclusão do trabalho de campo, 1815; conclusão do desenho 1816. Setúbal / Lisboa / Almada / Seixal / Barreiro / Moita / Montijo / Alcochete / Sesimbra.

Pires, M. J., Carta Topográfica do terreno em que se mediu a pequena base de verificações MB de 4787, 941208 braças reduzida à temperatura do gelo fundente e ao nível das aguas do Oceano... [Material cartográfico] / Levantada e desenhada segundo as instruções do S. or Brig.ro do R.C. d' Eng. Rós Pedro Folque ; pelo 1.º tente. do mesmo corpo M. J. Pires. – Escala [ca. 1:17 000], 1000 braças = [13,1 cm]. Idêntica às cartas com as cotas CA154 e CA156. Alcochete / Montijo.

Portugal. Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Corographicos, Hydrograficos e geológicos do Reino. [FOLHA N.º] 28: [Folha de] Lisboa, Setúbal / Redigida e gravada no Depósito dos Trabalhos Geodésicos do Reino, sob a direcção do Conselh.o F. Folque Brigadeiro Graduado e publicada em 1862; Barreto, Dinne, Palha, Fontes, Rebello e Santos, grav. – Escala 1: 100 000; Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Corographicos; Hydrographicos e Geológicos do Reino, 1862. – 1 carta : impr, papel, p&b ; 60 x 90 cm. - (Carta de Filipe Folque; 37 folhas. Folha nº 28).

DIÁRIOS DE GOVERNO

GAZETA DE LISBOA, 9 de Fevereiro de 1808, n.º 6.

DIÁRIO DO GOVERNO, 15 de Junho de 1837, I Série, 712.

DIÁRIO DO GOVERNO, 19 de Março de 1881, n.º 62.

DIÁRIO DO GOVERNO, 26 de Maio de 1911, II Série, n.º122, fl.2130.

DIÁRIO DO GOVERNO, 28 de Maio de 1915, II Série, n.º 122, fl.1572, 1573, 2130.

DIÁRIO DO GOVERNO, 31 de Dezembro de 1936, I Série, n.º 306, 1777-1873.

DIÁRIO DO GOVERNO, 31 de Dezembro de 1940, I Série, n.º 303, 1653-1654.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 7 de Novembro de 1980, III Série, n.º 276.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 30 de Novembro de 1993, I Série-B, n.º 280, fl.6702 e 6701.

DIÁRIO DA REPUBLICA, 8 de Novembro de 1994.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 6 de Março de 1996, I Série-B, n.º 280, fl. 6702.

DECRETOS -LEI

Decreto-Lei n.º 40 502 de 23 de Janeiro de 1956.

Decreto-Lei n.º 41 320 de 14 de Outubro de 1957.

Decreto-Lei 16.791 de 30 de Abril de 1929.

Decreto-Lei n.º 18 434 de 6 de Junho de 1930.

Lei n.º 32/85 de 14 de Agosto de 1985.

Lei n.º 82/85 de 4 de Outubro de 1985.

Lei n.º 94/85 de 4 de Outubro de 1985.

Lei n.º 134/85 de 4 de Outubro de 1985.

Lei n.º 39/89 de 24 de Agosto de 1989.

CARTAS / RECOMENDAÇÕES / CONVENCÕES:

Lei de Bases do Património n.º 13/1985 de 6 de Junho.

Lei de Bases do Património n.º 107/2001 de 8 de Setembro.

Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos, Atenas, 21 a 30 de Outubro, 1931.

Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno, CIAM, Atenas, 2 a 9 de Agosto, 1933.

Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, ICOMOS, Veneza, 25 a 31 de Maio, 1964.

Carta Europeia do Património Arquitectónico, Conselho da Europa, Estrasburgo, 26 de Setembro, 1975.

Carta sobre o Turismo Cultural, ICOMOS, Bruxelas, 8 e 9 de Novembro, 1979.

Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos, ICOMOS, Florença, 21 de Maio, 1981.

Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, ICOMOS, Lausanne (Suíça), 6 a 11 de Outubro, 1990.

Recomendação sobre a Salvaguardados Conjuntos Históricos e da sua função na vida Contemporânea, UNESCO, Nairobi (Quénia), 26 de Novembro, 1974.

Recomendação sobre os Princípios Internacionais Aplicáveis a Escavações Arqueológicas, UNESCO, Nova Deli (Índia), 5 de Dezembro, 1956.

Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, Haia em 14 de Maio, 1954.

Convenção Relativa às medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da propriedade de Bens Culturais, Paris, 14 de Novembro, 1970.

Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, Paris, 16 de Novembro, 1972.

Convenção para a Protecção do Património Cultural Subaquático, Paris, 2001.

Convenção para a Protecção do Património Cultural Imaterial, Paris, desenvolvida entre 29 de Setembro e 17 de Outubro, 2003.

Convenção do UNIDROIT sobre os Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, Roma, 1995.

Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, Londres, 6 de Maio, 1969 (revista mais tarde em La Valetta, Malta, 16 de Janeiro, 1992).

Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa, Granada, 3 de Outubro, 1985.

Convenção Europeia sobre Infracções relativas a Bens Culturais, Delfos, 23 de Junho, 1985.

Convenção Europeia da Paisagem, Florença, 20 de Outubro, 2000.

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Montego Bay, 10 de Dezembro, 1982.

ACTAS E DOCUMENTOS

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA – RESERVADOS DA BIBLIOTECA

Carta de Joaquim Correia Baptista (n.º 248), Correspondência de Leite de Vasconcelos, capa 2/3 n.º 1337. In Epistolário de Leite de Vasconcelos (1999) – *O Arqueólogo Português*, n.º 1, Lisboa.

ARQUIVO MUNICIPAL DE MONTIJO

Descrição Geral do Bens Próprios do Município de Aldeagallega do Ribatejo 1871 – 1872, Livro 4. Fundo da Administração do Concelho. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta de Reunião Ordinária de 26 de Junho de 1954, fl.105, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária de 15 de Março de 1955, fl. 164, Livro 51. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária de 23 de Fevereiro de 1955, fl. 159, Livro 51. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária de 19 de Julho de 1955, fl. 189, Livro 51. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária de 14 de Fevereiro de 1979, fl. 40, Livro.44. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária de 28 de Fevereiro de 1979, fl. 61- 62, Livro.44. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada a 25 de Julho de 1979, fl.123, Livro.44. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 17 de Outubro de 1979, fl.282, Livro.44. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta de Sessão de Câmara datada de 5 de Setembro de 1979, fl. 243. Livro.44. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta de Reunião Ordinária realizada em 18 de Junho de 1980, fl. 151, Livro.45. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 11 de Junho de 1980, fl. 145, Livro. 45. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 23 de Julho de 1980, fl. 174 – 175, Livro.45. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 10 de Dezembro de 1980, fl. 316, Livro.45. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 27 de Maio de 1981, fl.164, Livro.46. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 1 de Julho de 1981, fl.190, Livro.46. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 1 de Julho de 1981, fl. 190 – 191, Livro.46. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 9 de Dezembro de 1981, fl. 325, Livro.46. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 13 de Janeiro de 1982, fl. 15, Livro.47. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 20 de Janeiro de 1982, fl.18, Livro.47. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta de Reunião Ordinária realizada em 30 de Março de 1983, fl. 94, Livro 48. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico de Montijo. Câmara Municipal de Montijo.

Acta de Reunião Ordinária realizada em 30 de Março de 1983, fl. 99, Livro 48. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico de Montijo. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 6 de Abril de 1983, fl. 105, Livro 49. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 12 de Outubro de 1983, fl. 280, Livro 49. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 28 de Novembro de 1983, fl. 337 – 339, Livro 49. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 15 de Fevereiro de 1984, fl. 34, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 16 de Maio de 1984, fl. 96, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 4 de Julho de 1984, fl.139, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 19 de Setembro de 1984, fl. 189, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião de Ordinária realizada em 17 de Outubro de 1984, fl. 204, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 21 de Novembro de 1984, fl. 230, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 27 de Dezembro de 1984, fl. 266 – 267, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 30 de Janeiro de 1985, fl. 22, Livro 51. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 19 de Junho de 1985, fl.199, Livro 51. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 28 de Agosto de 1985, fl.270, Livro 51. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 23 de Outubro de 1985, fl.316 – 318, Livro 51. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 20 de Novembro de 1985, fl.334 – 335, Livro 51. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 18 de Dezembro de 1985, fl.369 – 370, Livro 50. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 8 de Janeiro de 1986, fl.3 – 4, Livro 52. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 29 de Janeiro de 1986, fl. 28, Livro 52. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 12 de Março de 1986, fl. 71, Livro 52. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 18 de Julho de 1986, fl.207 e 208, Livro 52. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 14 de Maio de 1987, fl. 149, Livro 53. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 27 de Novembro de 1987, fl. 331, Livro 53. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 22 de Janeiro de 1988, fl. 16, Livro 54. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 15 de Abril de 1988, fl. 104 – 105, Livro 54. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 22 de Julho de 1988, fl. 206, Livro 54. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 28 de Outubro de 1988, fl. 285 – 286, Livro 54. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 20 de Janeiro de 1989, fl.14, Livro 55. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 28 de Abril de 1989, fl. 120, Livro 55. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 6 de Julho de 1989, fl. 163, Livro 55. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 12 de Junho de 1990, fl.201 – 203, Livro 56. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 28 de Novembro de 1990, fl.419, Livro 56. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 5 de Setembro de 1990, fl. 293, Livro 56. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 6 de Março de 1991, fl. 121, Livro 57. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta de Reunião Ordinária Realizada em 20 de Março de 1991, fl.134, Livro 57. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 15 de Maio de 1991, fl.216, Livro 57. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 29 de Maio de 1991, fl. 232 – 233, Livro 57. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária Realizada em 24 de Julho de 1991, fl. 332-333, Livro 57. Fundo da Câmara Municipal de Montijo. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 12 de Março de 1993, fl.177, Livro 1. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 24 de Março de 1993, fl.188, Livro 1. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 10 de Abril de 1993, fl.94, Livro 1. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 23 de Fevereiro de 1994, fl.26, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 1 de Fevereiro de 1995, fl.66-67, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 2 de Março de 1995, fl.121, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 7 de Maio de 1997, fl.118, Livro 5. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 25 de Maio de 1997, fl.147, Livro 5. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 29 de Junho de 1993, fl.377, Livro 58. Fundo da Câmara Municipal Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 15 Janeiro de 1993, fl.54, Livro 1. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 5 Janeiro de 1993, fl.8, Livro 1. Fundo da Câmara Municipal Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 3 de Maio 1993, fl.94, Livro 1. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 1 de Fevereiro de 1995, fl.66-67, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 2 de Março de 1995, fl.121, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 7 de Maio de 1997, fl.118, Livro 5. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 25 de Maio de 1997, fl.147, Livro 5. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 29 de Março de 1993, fl.177, Livro 1. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 29 de Março de 1993, fl.188, Livro 1. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 23 de Fevereiro de 1994, fl.26, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 23 de Fevereiro de 1994, fl.30, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 25 de Maio de 1994, fl.87, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 31 de Agosto de 1994, fl.144, Livro 2. Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 24 de Outubro de 1994, fl.195, Livro 2. Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 13 de Dezembro de 1995, fl.679, Livro 2. Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 28 de Outubro de 1998, fl.208, Livro 6. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 17 de Março de 2004, fl.44, Livro 13. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 1 de Fevereiro de 1995, fl.67, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 6 de Setembro de 1995, fl.528, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 7 de Junho de 1995, fl.354, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 30 de Agosto de 1995, fl.513, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 4 de Outubro de 1995, fl.26, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 2 de Maio de 1996, fl.240, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 6 de Setembro de 1995, fl.533, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 4 de Outubro de 1995, fl.573-574, Livro 2. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 2 de Julho de 1996, fl.379, Livro 4. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 4 de Dezembro de 1996, fl.549, Livro 4. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 5 de Fevereiro de 1997, fl.20, Livro 5. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 5 de Março de 1997, fl.48, Livro 5. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 7 de Maio de 1997, fl.120, Livro 5. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 9 de Janeiro de 1998, fl.3, Livro 6. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 18 de Março de 1998, fl.37, Livro 6. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 3 de Fevereiro de 1999, fl.25, Livro 7. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 25 de Outubro de 2000, fl.347-348, Livro 8. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 25 de Outubro de 2000, fl.348, Livro 8. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 4 de Fevereiro de 2004, fl.14, Livro 13. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 3 de Março de 2004, fl.30-31, Livro 13. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Acta da Reunião Ordinária realizada em 7 de Outubro de 2004, fl.171, Livro 13. Fundo da Câmara Municipal. Arquivo Histórico Municipal de Montijo.

Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal. *Acta da Reunião Ordinária realizada em 9 de Dezembro de 2004, fl.195, Livro 13.*

Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal. *Acta da Reunião Ordinária realizada em 21 de Junho de 2006, fl.80, Livro 15.*

Arquivo Histórico Municipal de Montijo. Fundo da Câmara Municipal. *Acta da Reunião Ordinária realizada em 16 de Agosto de 2006, fl.129-130, Livro 15.*

ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL

Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 22/Jun/1784 a 11/Ago/1789, Livro. 11/43, fl.37.

Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 18/Abr/1792 a 27/Ago/1795, Livro. 38/233, fl.81.

Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 22/Fev/1830 a 23/Out/1831, Livro. 15/61, fl.16.

Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 22/Fev/1830 a 23/Out/1831, Livro. 15/62, fl.58.

Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 26/Mai/1864 a 30/Abr/1865, Livro. 89, fl.18.

Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 19/Jul/1826 a 07/Jan/1828, Livro. 15/49, fl.73.

Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório de Aldeia Galega, de 15/Jan/1828 a 21/Fev/1830, Livro. 15/60, fl.93.

ARQUIVO IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA

Livro de Conferências de Entradas e Saídas das Pratas das Igrejas Capelas e Confrarias do Reino do Ano de 1808, “Freguesias do Termo desta Cidade, e de Além do Tejo”, Matriz de Aldeia Galega, entrada nº 191, Arquivo Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Livro de Conferências de Entradas e Saídas das Pratas das Igrejas e Capelas e Confrarias do Reino do Ano de 1808, “Misericórdias desta Cidade e fim Termo, e Além do Tejo”, Dita de Aldeia Galega, entrada nº 193, Arquivo Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Livro de Conferências de Entradas e Saídas das Pratas das Igrejas Capelas e Confrarias do Reino do Ano de 1808, “Algumas Igrejas e Ermidas Avulsas”, de Nossa Senhora e Atalaia pró de Aldeia Galega, entrada n.º 186, Arquivo Imprensa Nacional Cada da Moeda.

Alvará em forma de Lei de 20 de Agosto de 1721. Arquivo Imprensa Nacional Casa da Moeda.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

CHANCELARIA DE D.JOÃO I, 1409, 87.

Foral de Vila Nova de Canha, dado em Lisboa 10 de Fevereiro de 1516, *Livro dos Forais Novos do Alentejo*, fl.86, coluna 2.

FONTES ELECTRÓNICAS:

- Câmara Municipal de Montijo - www.mun-montijo.pt.
- Biblioteca Nacional Digital - www.bn.pt
- Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo – <http://iantt.pt/index.html>
- ONU - <http://www.un.org>
- Centro de Informação da ONU em Portugal – <http://www.unesco.web.pt>
- UNESCO – <http://www.unesco.org>
- Comissão Nacional da Unesco – <http://www.unesco.web.pt>
- Organização das cidades do património mundial – <http://ovpm.org/>
- Centro do Património Mundial – <http://whc.unesco.org>
- Conselho Internacional dos Museus – <http://icom.museum>
- Lista do património mundial classificado, por ordem alfabética de países - <http://whc.unesco.org/heritage.htm>
- Ministério da Cultura – <http://www.min-cultura.pt>
- Instituto Português do Património Arquitectónico, actual IGESPAR, I.P. – <http://www.ippar.pt>
- Instituto Português dos Museus e da Conservação - <http://www.ipmuseus.pt/cgi-bin/ipmuseus/>
- Rede Portuguesa de Museus – <http://rpmuseus-pt.org>
- Museu Nacional de Arqueologia – <http://www.mnarqueo-lo-gia-ipmuseus.pt>
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – www.monumentos.pt

- PRIMO. J (2000) – *Museus Locais e Ecomuseologia: Estudo Projecto para o Museu de Mortosa*. Tese de Mestrado em Museologia, Universidade Lusófona de Lisboa. <http://www.aldraba.org.pt/PDF/Museus%20locais.pdf>
- Costa Azul Turismo - www.costa-azul.rts.pt
- www.marinha.pt/extra/revista/ra_mai2005/pag_13.html
- Casa Sarmento – www.csarmento.uminho.pt
- http://ruaajudiar.com/images/blog/1506:damiaio_de_goes_01.jpg
- www.e-cultura.pt/images/1110/75.jpg
- www.instituto_camoes.pt/revista/revista15g.htm
- Archives Photographiques – www.britannica.com/ebc/art-15083
- <http://www.oliveirasalazar.org/educacao.asp>

LILIANA CAMPEÃO DOS SANTOS

**ESTRATÉGIAS PARA O APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO DO
PATRIMÓNIO DE MONTIJO**

(PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, CONSTRUÍDO, INDUSTRIAL E NATURAL)

Volume II

APÊNDICE GRÁFICO, DOCUMENTAL E FOTOGRÁFICO

DISSERTAÇÃO FINAL

CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

UNIVERSIDADE ABERTA

Departamento de Ciências Humanas e Sociais

APÊNDICE

GRÁFICO, DOCUMENTAL E FOTOGRÁFICO

ÍNDICE DE FIGURAS E FICHAS DE INVENTÁRIO

FIGURAS

ANEXO I – Breve Caracterização do Concelho.....8-14

Fig.1 – Mapa com o enquadramento do Concelho de Montijo na área metropolitana de Lisboa, 2008.

Fig.2 – Mapa com a estrutura hidrográfica municipal, parte Oeste do Concelho de Montijo, 2008.

Fig.3 – Mapa com a estrutura hidrográfica municipal, parte Este do Concelho de Montijo, 2008.

Fig.4 – Gráfico com a evolução da população residente no Concelho de Montijo de 1890 a 2001.

Fig.5 – Quadro com a distribuição populacional no Concelho de Montijo.

Fig.6 – Gráfico referente à população activa por sector no Concelho de Montijo, 2001.

Fig.7 – Mapa com a divisão administrativa do actual Concelho de Montijo, 2005.

Fig.8 – Fotografia do Livro do Foral Manuelino concedido a Aldeia Galega com Alcochete em 17 de Janeiro de 1515.

Fig.9 – Fotografia de pintura a óleo sobre tela de D. João III.

Fig.10 – Mapa Militar da margem sul do estuário do Tejo, 1771.

Fig.11 – Fotografia do Foral Manuelino de Canha, 10 de Fevereiro de 1516.

Fig.12 – Gravura de D. Afonso, 1.º Duque de Bragança.

Fig.13 – Folha de rosto da *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Emanuel* de Damião de Góis.

Fig.14 – Retrato de João de Barros, Charles Legrand, c.1839 a 1847.

Fig.15 – Representação de Damião de Góis, 1837.

Fig.16 – Retrato de Luís Vaz de Camões, Charles Legrand, c.1839 a 1847.

Fig.17 – Folha de rosto da obra *Os Lusíadas*, 1572.

Fig.18 – Fotografia de uma pintura de D. João V.

Fig.19 – Gravura de Vieira Lusitano, Alegoria à Academia Real da História Portuguesa, 1735.

Fig.20 – Fotografia da Pintura de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas.

Fig.21 – Retrato de Alexandre Herculano, Litografia de Ferming, século XIX.

Figs.22 e 23 – Folhas de rosto da obra *Opúsculos*, Tomo II, Monumentos Pátrios, 1838.

Fig.24 – Folha de rosto da obra *O Culto da Arte em Portugal*, Ramalho Ortigão, 1896.

Fig.25 – Fotografia de Eugéne-Emmanuel Viollet-le-Duc.

Fig.26 – Cartaz com uma das lições de António de Oliveira de Salazar: sobre *o Renascimento do património histórico e artístico*.

Fig.27 – Fotografia do antigo edifício dos Paços do Concelho, c.de 1910-1920.

Fig.28 – Fotografia do Ciclone de 1941.

Fig.29 – Fotografia da lápide existente na actual galilé da Capela de Santo António (Quinta do Pátio de Água).

Fig.30 – Fotografia do edifício da P.S.P de Montijo.

Fig.31 – Fotografia de um dos pináculos manuelinos existentes no actual edifício da P.S.P de Montijo.

Fig.32 – Fotografia do antigo Convento de Nossa Senhora da Conceição, c. de finais do século XIX e inícios do século XX.

Fig.33 – Fotografia da Acta da Reunião de Câmara de 15 de Março de 1955. Constituição da “Comissão de Arte e Arqueologia”.

Fig.34 – Fotografia da Casa dos Magistrados, 1970.

Fig.35 – Fotografia do arco anteriormente existente no Cais dos Vapores, 1961.

Fig.36 – Folheto relativo à 1.^a Direcção do *Círculo Histórico-Cultural de Montijo*. Associação de Defesa do Património.

Fig.37 – Folheto da exposição comemorativa do *Cinquentenário da Passagem de Nome de Aldeia Galega a Montijo*, 1980.

Fig.38 – Fotografia da Capela de Santo António. Quinta do Pátio de Água, início do século XX.

Fig.39 – Fotografia do Coreto da Praça da Republica, 1961.

Figs.40 e 41 – Fotografias do Estandarte com brasão de armas da vila de Aldeia Galega, antes e depois do restauro de 1999.

Fig.42 – Fotografia da pintura a óleo sobre tela com o retrato de Luís Calado Nunes, de autoria de Félix da Costa, 1702.

Fig.43 – Festa dos Círios de Nossa Senhora da Atalaia, Cruzeiro-Mor da Atalaia, s.d.

Fig.44 – Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos, início do século XX.

Fig.45 – Ficha de Inventário utilizada no Levantamento Etnográfico de 1983.

Fig.46 – Fotografia do Cristo Indo-Europeu da Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos.

Figs.47 e 48 – Fotografias da *Pietá* da Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos, antes e depois do restauro, finais do século XX.

Fig.49 – Fotografia do Moinho do Cais, anos 70 do século XX.

Fig.50 – Fotografia do Moinho da Lançada, 1907.

Fig.51 – Fotografia do Fontanário de Pegões antes da sua recuperação.

Fig.52 – Fotografia do Lagar de Azeite da Quinta Nova da Atalaia, em 1999.

Fig.53 – Fotografia do Maestro e Compositor Jorge Peixinho a dar aulas de música, s.d.

Fig.54 – Moinho de Maré do Cais, 2005.

Fig.55 – Jornal do Montijo, classificação de imóveis com valor municipal, 29 de Agosto de 2008.

FICHAS DE INVENTÁRIO

ANEXO II – A – Património Arqueológico.....37-96

- N.º 1 P.A.** – Base Aérea n.º 6 de Montijo (2 figuras).
- N.º 2 P.A.** – Batedouro (2 figuras).
- N.º 3 P.A.** – Avenida dos Pescadores (2 figuras).
- N.º 4 P.A.** – Alto da Caneira (2 figuras).
- N.º 5 P.A.** – Lagoa Macedo (2 figuras).
- N.º 6 P.A.** – Campo de Futebol das Águias Negras (2 figuras).
- N.º 7 P.A.** – Espinhosa (2 figuras).
- N.º 8 P.A.** – Monte das Silvas (2 figuras).
- N.º 9 P.A.** – Monte Contador (2 figuras).
- N.º 10 P.A.** – Monte Fernanda (2 figuras).
- N.º 11 P.A.** – Monte Novo (2 figuras).
- N.º 12 P.A.** – Courela da Figueira (2 figuras).
- N.º 13 P.A.** – Monte Jardim (2 figuras).
- N.º 14 P.A.** – Courela do Mendes (2 figuras).
- N.º 15 P.A.** – Monte Vale da Azenha (2 figuras).
- N.º 16 P.A.** – Base Aérea n.º 6 de Montijo – 2 (2 figuras e 1 estampa).
- N.º 17 P.A.** – Anta de Canha (1 figuras).
- N.º 18 P.A.** – Escatelar (1 figura e 2 estampas).
- N.º 19 P.A.** – Base Aérea n.º 6 de Montijo – 3 (1 figura e 1 estampa).
- N.º 20 P.A.** – Necrópole Medieval do Largo da Igreja de Sarilhos Grandes (3 figuras).
- N.º 21 P.A.** – Necrópole Medieval da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira de Canha (4 figuras).
- N.º 22 P.A.** – Quinta da Póvoa (1 figura e 1 estampa).

- N.º 23 P.A. – Quinta do Saldanha – 2 (1 figura e 1 estampa).
N.º 24 P.A. – Quinta do Pátio de Água (1 figura e 1 estampa).
N.º 25 P.A. – Galeria Municipal (1 figura e 4 estampas).
N.º 26 P.A. – Moinho do Cais (5 figuras).

ANEXO II – B – Património Construído (Religioso e Civil).....97-175

- N.º 27 P.C. – Ermida de São Sebastião (4 figuras).
N.º 28 P.C. – Igreja Matriz do Espírito Santo (6 figuras).
N.º 29 P.C. – Igreja do Senhor Jesus da Misericórdia de Montijo (4 figuras).
N.º 30 P.C. – Quinta do Pátio de Água (9 figuras).
N.º 31 P.C. – Conjunto Edificado Quinta do Saldanha (3 figuras).
N.º 32 P.C. – Conjunto Religioso da Igreja Nossa Senhora da Atalaia (7 figuras).
N.º 33 P.C. – Conjunto Religioso Ermida de Nossa Senhora da Piedade e Igreja de São Jorge (6 figuras).
N.º 34 P.C. – Igreja de Nossa Senhora da Oliveira (9 figuras).
N.º 35 P.C. – Igreja de São Sebastião ou Igreja da Misericórdia de Canha (3 figuras).
N.º 36 P.C. – Conjunto Edificado de Santo Isidro de Pegões (7 figuras).
N.º 37 P.C. – Edifício dos Paços do Concelho (2 figuras).
N.º 38 P.C. – Edifício da Assembleia e Galeria Municipal (2 figuras).
N.º 39 P.C. – Casa Mora (10 figuras).
N.º 40 P.C. – Marco de Légua (2 figuras).
N.º 41 P.C. – Marco de Légua II (2 figuras).
N.º 42 P.C. – Praça de Touros Amadeu Augusto dos Santos (2 figuras).
N.º 43 P.C. – Edifício do Mercado Municipal (2 figuras).
N.º 44 P.C. – Cinema-Teatro Joaquim de Almeida (3 figuras).
N.º 45 P.C. – Marco Base Aérea n.º 6 de Montijo (2 figuras).
N.º 46 P.C. – Quinta Nova da Atalaia (5 figuras).

- N.º 47 P.C.** – Fontanário de Pegões (2 figuras).
N.º 48 P.C. – Marco de Légua III (2 figuras).
N.º 49 P.C. – Moradia Familiar Piteira (3 figuras).
N.º 50 P.C. – Edifício do Quartel-General da G.N.R de Canha (3 figuras).

ANEXO II – C – Património Industrial.....176-225

- N.º 51 P.I.** – Moinho da Lançada (4 figuras).
N.º 52 P.I. – Moinho das Assentas (2 figuras).
N.º 53 P.I. – Moinho do Cais (4 figuras).
N.º 54 P.I. – Moinho do Cabo (1 figura).
N.º 55 P.I. – Moinho do Meio (4 figuras).
N.º 56 P.I. – Moinho de Água de Rodízio Novo (5 figuras).
N.º 57 P.I. – Moinho de Água de Rodízio do Paço (4 figuras).
N.º 58 P.I. – Moinho de Água do Escatelar (3 figuras).
N.º 59 P.I. – Moinho de Água da Abegoaria (3 figuras).
N.º 60 P.I. – Moinho de Vento do Esteval (4 figuras).
N.º 61 P.I. – Moinho de Vento do Alto das Barreiras (4 figuras).
N.º 62 P.I. – Moinho de Vento do Alto das Barreiras 2 (3 figuras).
N.º 63 P.I. – Moinho de Vento da Bela Vista (3 figuras).
N.º 64 P.I. – Moinho de Vento do Afonsoeiro (2 figuras).
N.º 65 P.I. – Moinho de Vento do Arce (2 figuras).
N.º 66 P.I. – Moinho de Vento da Madeira (2 figuras).
N.º 67 P.I. – Complexo de Fornos da Bela Vista (4 figuras).
N.º 68 P.I. – Forno de Cal (?) da Lançada (1 figura).

ANEXO II – D – Património Natural.....226-228

- N.º69 P.N.** – Pinheiro Manso Centenário – Pinhal das Sesmarias (1 figura).
N.º70 P.N. – Sobreiro Multissecular da Herdade de Vale da Barca (1 figura).

ANEXO II – A
PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

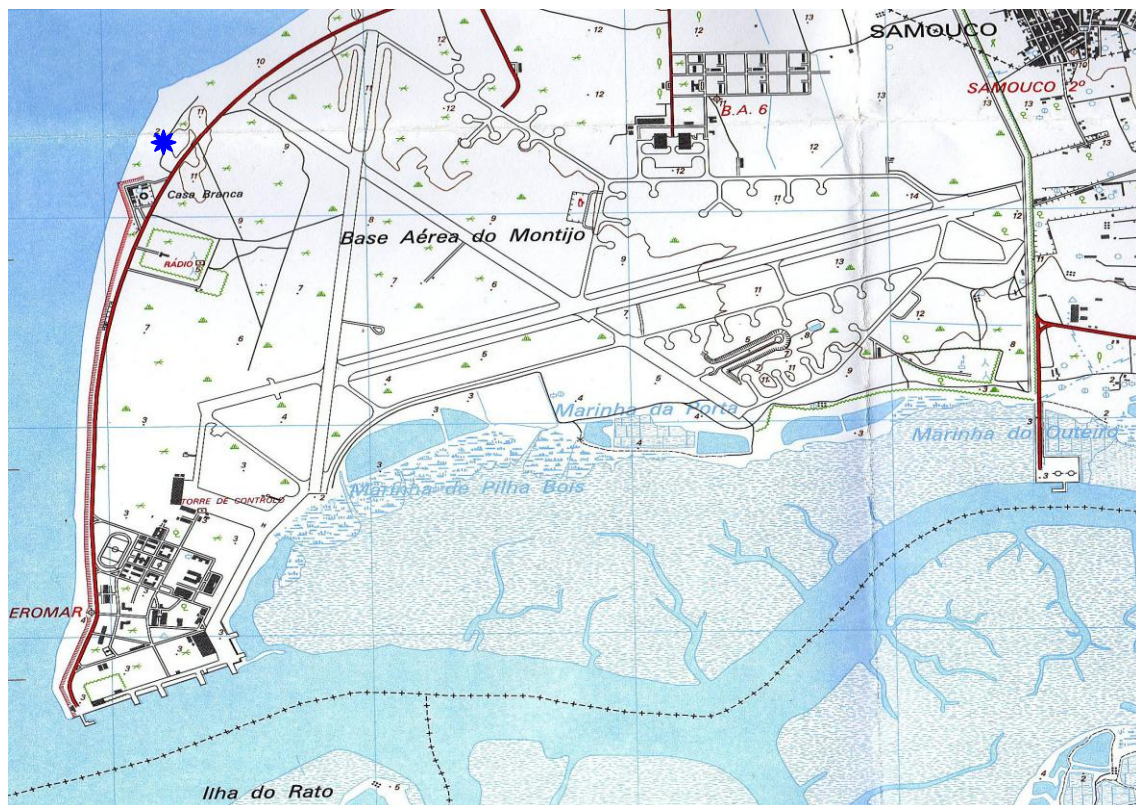
Fichas de Inventário

N.º 1 P.A.

Designação: Base Aérea nº 6 de Montijo.

Freguesia: Montijo.

Localização: C.M.P-1:25000; Folha n.º 432; Coordenadas UTM: X-79253,33; Y-105221,00.



★ Jazida Arqueológica Base Aérea n.º 6 de Montijo – 1.

Fig.1 – Localização da Estação arqueológica da Base Aérea n.º 6 de Montijo – 1. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Terraço do Tejo com estratigrafia.

Cronologia: Paleolítico Inferior e Médio.

Descrição: Jazida arqueológica descoberta por António González em 1967. Apresenta abundante indústria lítica (quartzito, quartzo e sílex) e corresponde ao Paleolítico Inferior e Médio. Do espólio recolhido neste local evidenciam-se bifaces, núcleos de quartzito, lascas, raspadeiras e picos.

Bibliografia: (CARDOSO, MONJARDINO, 1976-1977); (ZBYZEWZKI, CARDOSO, 1978); (FIGUEIREDO *et alii*, 2005); (FIGUEIREDO, SANTOS, 2006).



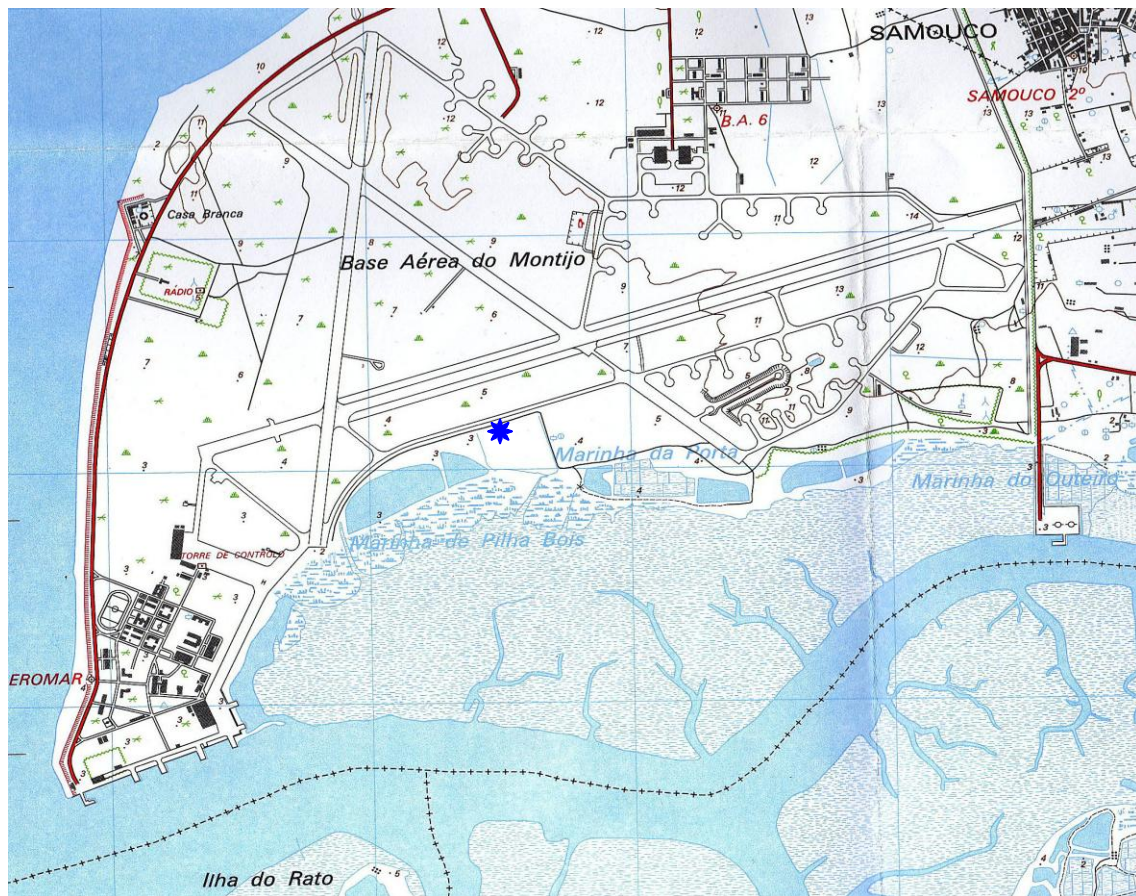
Fig.2 – Fotografia de algumas das peças do Paleolítico Inferior e Médio recolhidas da Base Aérea n.º 6 de Montijo. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 2 P.A.

Designação: Batedouro (Quinta do Batedouro).

Freguesia: Montijo.

Localização: C.M.P-1:25000; Folha n.º 432; Coordenadas UTM: X-77254,33; Y-106396.



* Sítio arqueológico do Batedouro – Quinta do Batedouro.

Fig.1 – Localização do sítio do Batedouro. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal, escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Indústria sobre seixos à superfície de terreno.

Cronologia: Paleolítico Inferior e Médio.

Descrição: Sítio arqueológico descoberto na segunda metade da década de quarenta do Século XX, por Henri Breuil e Georges Zbyszewski (1942, 1945), onde foi encontrada

indústria lítica do período Paleolítico Inferior e Médio¹. Do espólio evidenciam-se núcleos e lascas em quartzito.

Bibliografia: (BREUIL & ZBYZEWSKI, 1942, 1945); (CARDOSO & MONJARDINO, 1976-1977); (ZBYZEWSKI & CARDOSO, 1978); (FIGUEIREDO, SANTOS, 2006).



Fig.2 – Fotografia da indústria lítica proveniente do Batedouro e depositadas no Museu Geológico de Lisboa. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

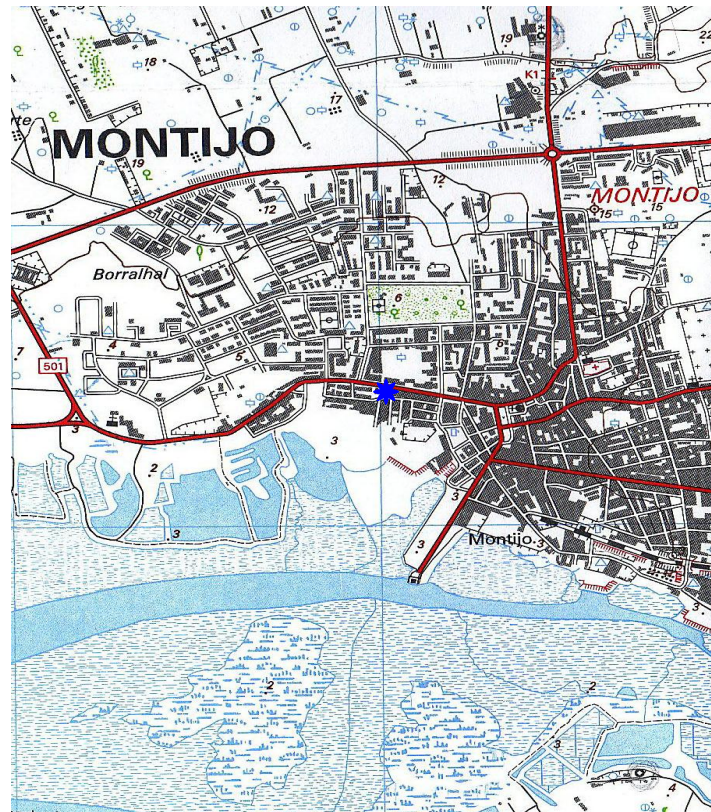
¹ Coleção pertencente aos Serviços Geológicos de Portugal – Museu Geológico de Lisboa.

N.º 3 P.A.

Designação: Avenida dos Pescadores.

Freguesia: Montijo.

Localização: CMP n.º432; Coordenadas UTM: X – 73645,33; Y – 106491,00.



★ Achados avulsos da Avenida dos Pescadores.

Fig.1 – Localização dos achados avulsos identificados na Avenida dos Pescadores, Montijo. Fonte: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Achados avulsos.

Cronologia: Indefinido.

Descrição: Achados avulsos, sem contexto arqueológico, identificados na Avenida dos Pescadores, aquando das investigações da Carta Arqueológica. O espólio é formado, maioritariamente, por lascas, núcleos e seixos de quartzito e sílex.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



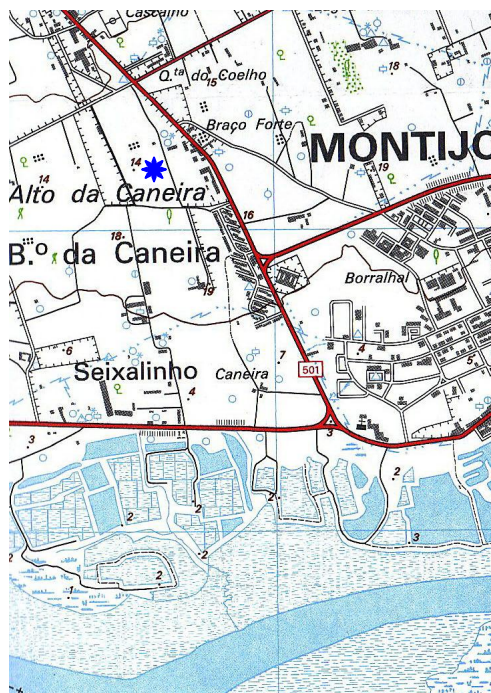
Fig.2 – Fotografia dos achados avulsos incharacterísticos identificados na Avenida dos Pescadores. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 4 P.A.

Designação: Alto da Caneira.

Freguesia: Montijo.

Localização: CMP n.º432; Coordenadas UTM: X-74726,33; Y-105421,00.



★ Estação arqueológica do Alto da Caneira.

Fig.1 – Localização da estação arqueológica de superfície do Alto da Caneira. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Estação arqueológica de superfície.

Cronologia: Paleolítico Médio.

Descrição: Estação arqueológica de superfície do período Paleolítico identificada nas investigações da Carta Arqueológica. É constituída fundamentalmente por material lítico composto por lascas, núcleos, raspadeiras, buris e furadores de quartzito.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



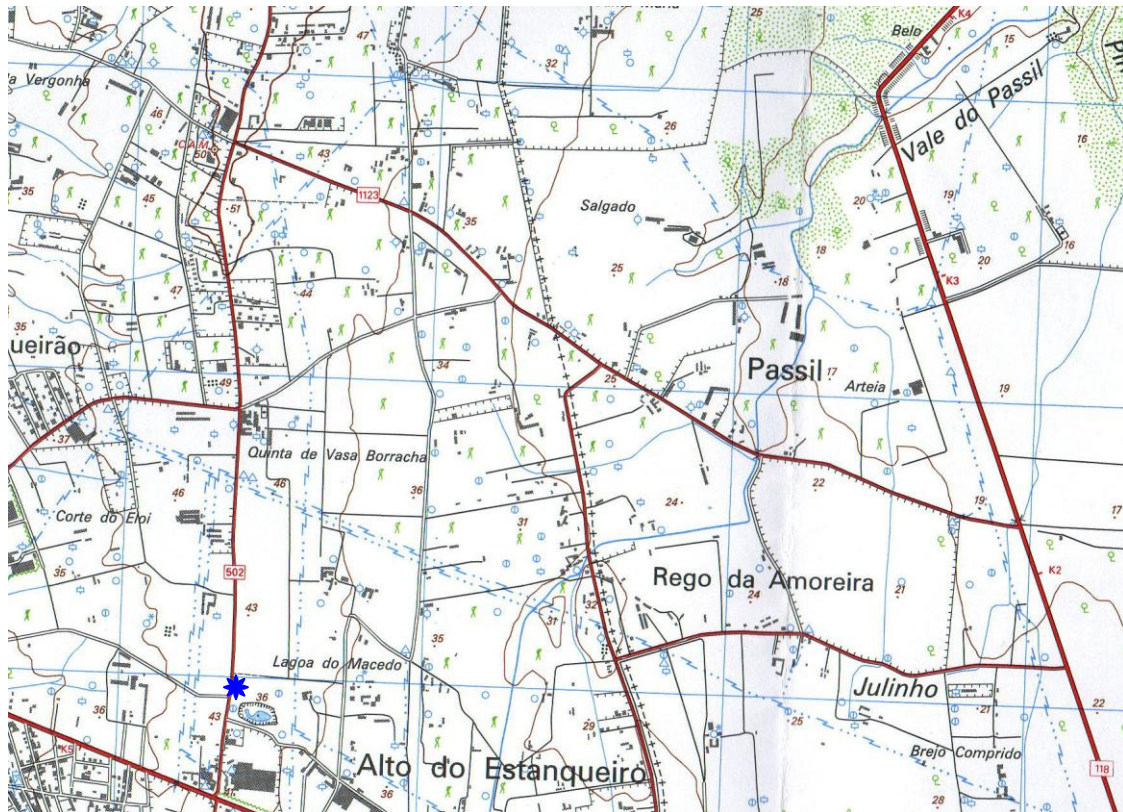
Fig.2 – Fotografia de alguns materiais líticos provenientes da estação do Alto da Caneira. Crédito Fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 5 P.A.

Designação: Lagoa Macedo.

Freguesia: Alto-Estanqueiro – Jardia.

Localização: CMP n.º432; Coordenadas UTM: X-69257,33; Y-109032,00.



★ Achados avulsos identificados na Lagoa Macedo.

Fig.1 – Localização do sítio da Lagoa Macedo. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Achados avulsos.

Cronologia: Paleolítico (?).

Descrição: Sítio identificado nas investigações realizadas para a Carta Arqueológica, com achados avulsos compostos por indústria lítica, onde se distinguem os núcleos, as lascas, as raspadeiras e os restos de talhe de quartzito e sílex.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



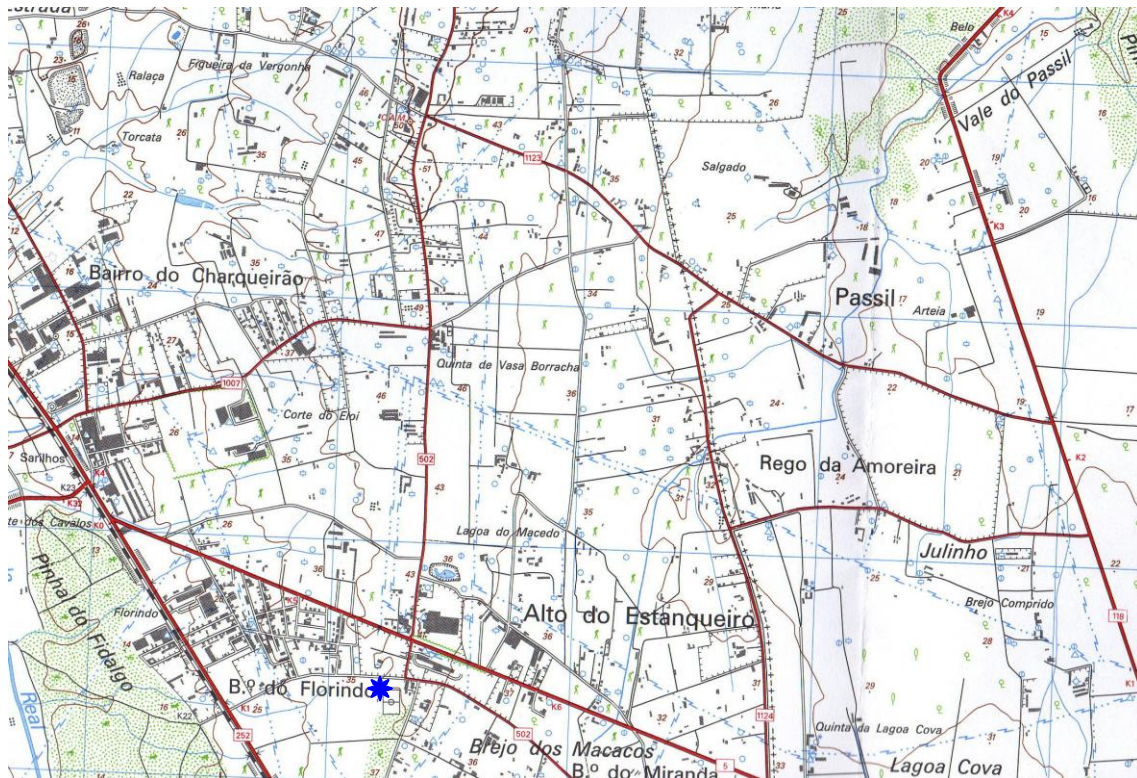
Fig.2 – Fotografia de alguns dos achados avulsos identificados no sítio de Lagoa Macedo. Crédito fotográfico: Lílíana Campeão dos Santos.

N.º 6 P.A.

Designação: Campo de Futebol das Águias Negras.

Freguesia: Alto-Estanqueiro – Jardia.

Localização: C.M.P-1:25000; Folha n.º432; Coordenadas UTM: X-69257,33; Y-109032.



★ Estação arqueológica de superfície Campo Futebol das Águias Negras.

Fig.1 – Localização da Estação arqueológica de superfície Campo Futebol das Águias Negras. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Estação arqueológica de superfície.

Cronologia: Paleolítico.

Descrição: Estação arqueológica de superfície, detectada aquando dos trabalhos de prospeção da Carta Arqueológica, pertencente ao período Paleolítico. Esta estação é constituída fundamentalmente por indústria lítica composta por lascas e núcleos de quartzito e anfibolite.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



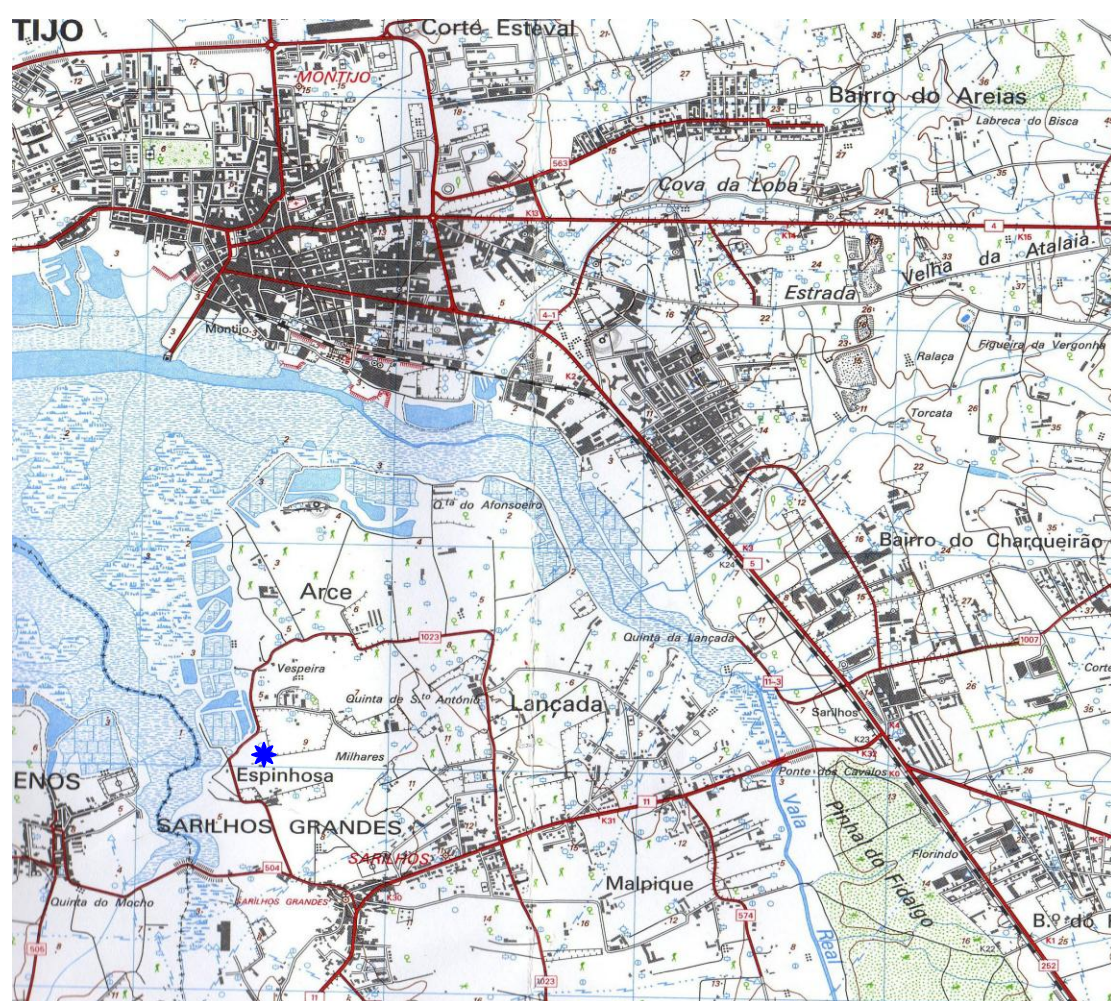
Fig.2 – Fotografia do material lítico proveniente da estação arqueológica de superfície Campo Futebol das Águas Negras. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 7 P.A.

Designação: Espinhosa.

Freguesia: Sarilhos Grandes.

Localização: CMP n.º432; Coordenadas UTM: X-72960,33; Y-108819.



★ Estação arqueológica da Espinhosa.

Fig.1 – Localização da estação arqueológica da Espinhosa. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Estação arqueológica de superfície com material lítico.

Cronologia: Paleolítico Médio.

Descrição: Estação arqueológica de superfície do período Paleolítico Médio com material lítico composto por lascas e núcleos de quartzito, de quartzo e de sílex. Esta estação foi identificada aquando dos trabalhos de investigação da Carta Arqueológica do Concelho de Montijo.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



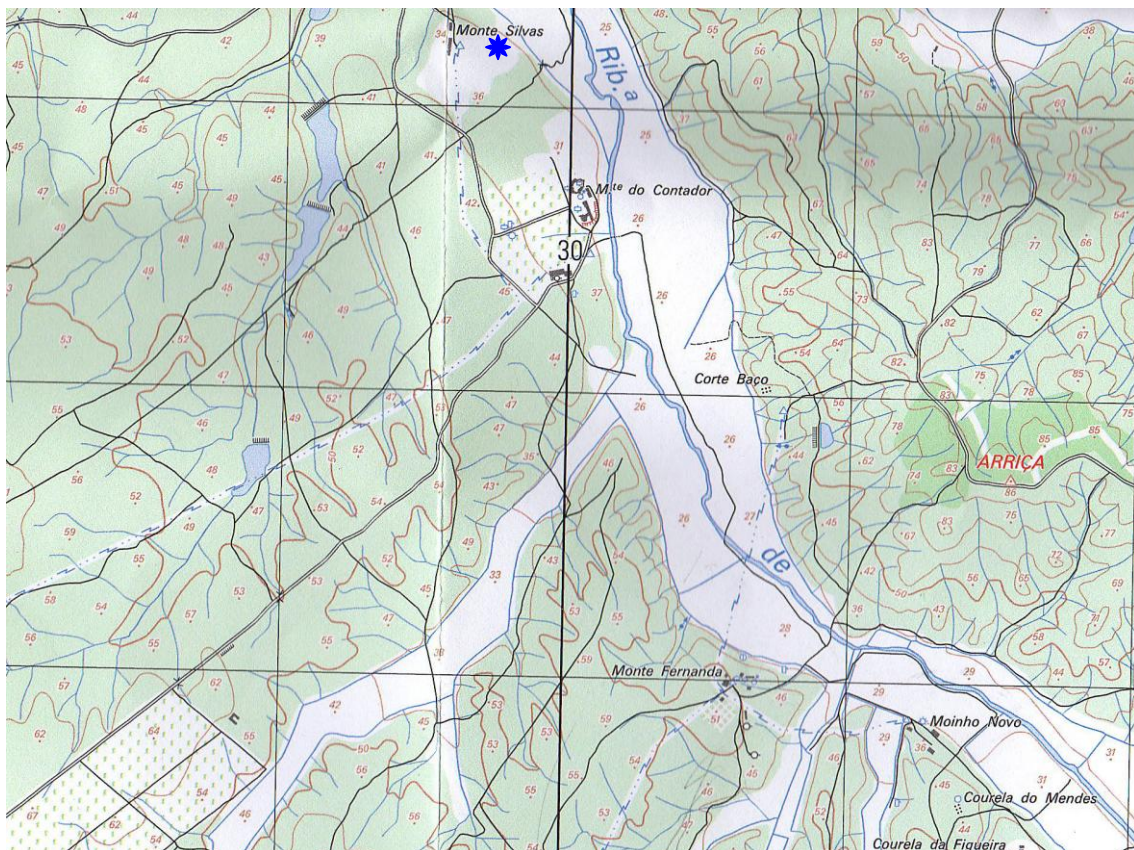
Fig.2 – Fotografia do material lítico proveniente da estação arqueológica de superfície da Espinhosa. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 8 P.A.

Designação: Monte das Silvas.

Freguesia: Canha.

Localização: CMP n.º420; Coordenadas UTM: X-46015,33; Y-95525,00.



★ Achados avulsos do Monte das Silvas.

Fig.1 – Localização do sítio Monte das Silvas. Fonte Cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Tipologia: Achados Avulsos.

Cronologia: Paleolítico.

Descrição: Sítio identificado nas investigações da Carta Arqueológica. O mesmo apresenta achados avulsos constituídos maioritariamente por materiais líticos atribuídos

ao Paleolítico, onde se destacam as lascas e os núcleos de quartzito, de quartzo e de sílex.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



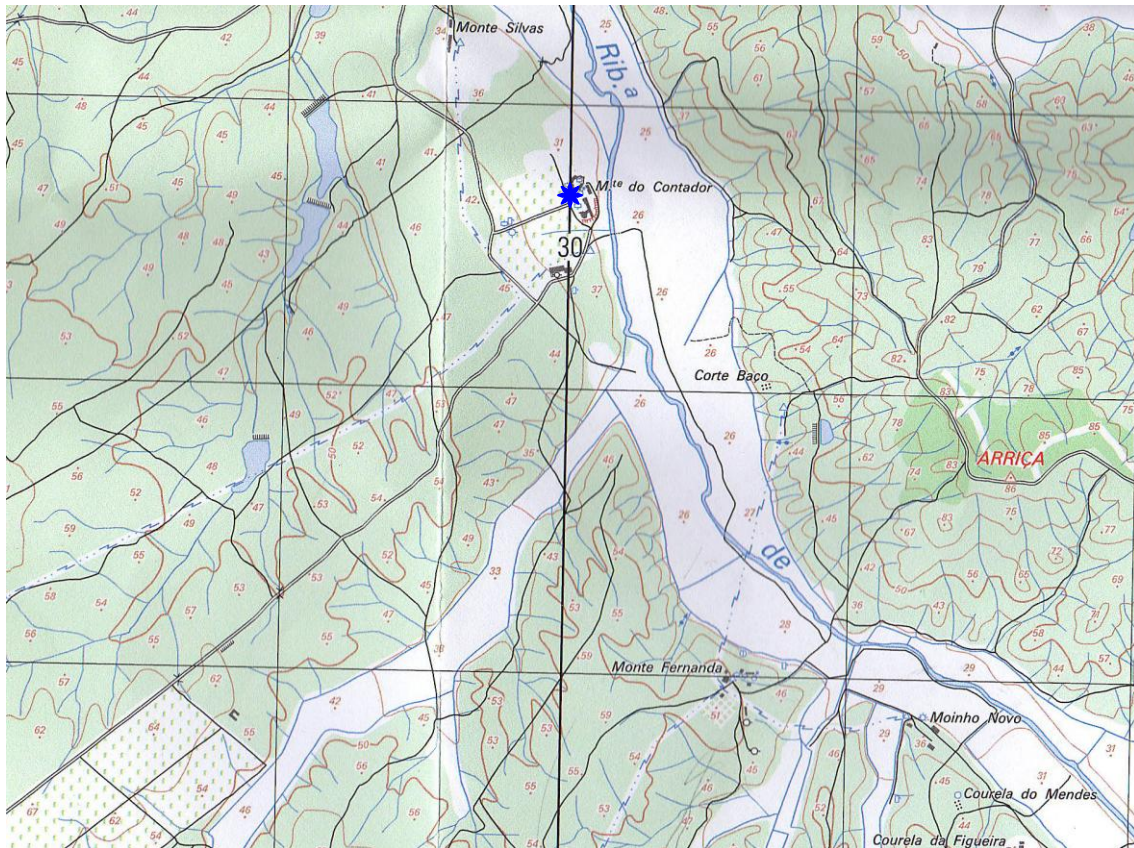
Fig.2 – Fotografia dos achados avulsos identificados no Monte das Silvas. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 9 P.A.

Designação: Monte Contador.

Freguesia: Canha.

Localização: CMP n.º 420; Coordenadas UTM: X-45186,33; Y-96432,00.



★ Estação arqueológica de superfície do Monte do Contador.

Fig.1 – Localização da estação arqueológica de superfície do Monte do Contador. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Tipologia: Estação arqueológica de superfície.

Cronologia: Paleolítico Médio.

Descrição: Estação arqueológica de superfície do período Paleolítico Médio. Realizaram-se no âmbito da Carta Arqueológica concelhia várias prospecções e uma

escavação que revelou material lítico constituído fundamentalmente por lascas, por núcleos e por percutores de quartzito e quartzo.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



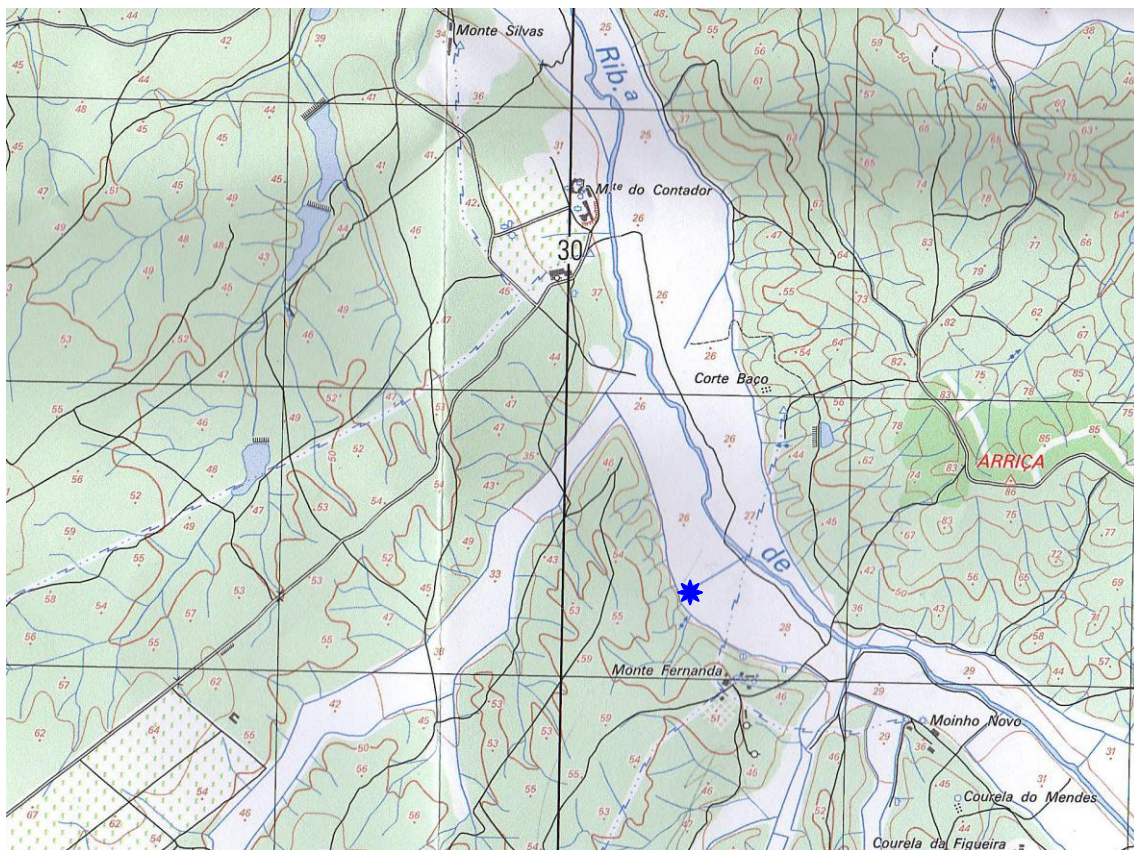
Fig.2 – Fotografia do material lítico identificado na estação arqueológica do Monte do Contador. Crédito fotográfico: Lílana Campeão dos Santos.

N.º 10 P.A.

Designação: Monte Fernanda.

Freguesia: Canha.

Localização: C.M.P-1:25000; Folha n.º 420; Coordenadas UTM: X-44842,33; Y-97879,00.



★ Sítio do Monte Fernanda.

Fig.1 – Localização do sítio do Monte Fernanda onde se identificaram achados avulsos do período Paleolítico. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Tipologia: Achados avulsos.

Cronologia: Paleolítico.

Descrição: Sítio identificado no âmbito da Carta Arqueológica, com achados avulsos, sem contexto arqueológico, onde se recolheu material lítico composto por núcleos e lascas de quartzito e quartzo.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



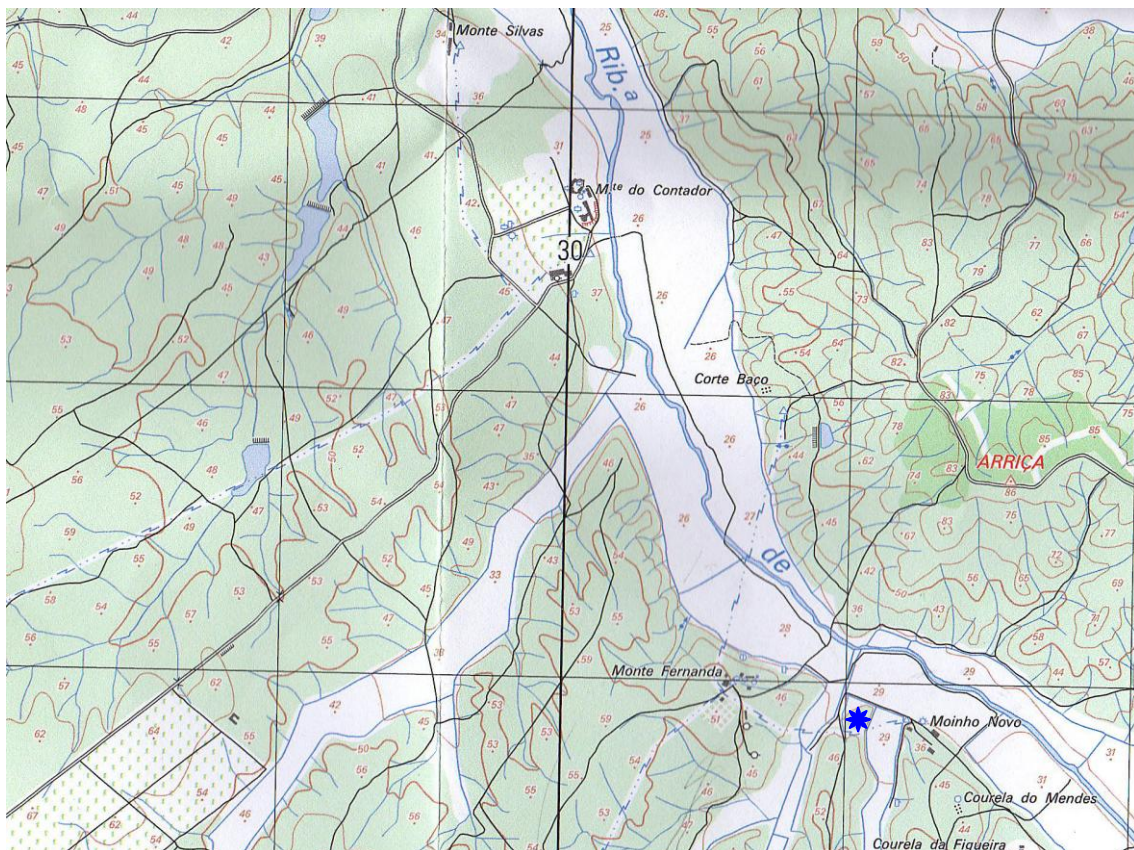
Fig.2 – Fotografia de alguns dos achados avulsos identificados no Monte Fernanda. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 11 P.A.

Designação: Monte Novo.

Freguesia: Montijo.

Localização: C.M.P-1:25000; Folha n.º420; Coordenadas UTM: X-44093,33; Y-98193,00.



★ Sítio do Monte Novo.

Fig.1 – Localização do sítio do Monte Novo onde se identificaram achados avulsos do período Paleolítico. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Tipologia: Achados avulsos.

Cronologia: Paleolítico.

Descrição: Sítio sem contexto arqueológico, descoberto no decorrer da Carta Arqueológica, cuja indústria lítica é constituída por lascas, por núcleos e por restos de talhe de quartzito e quartzo.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



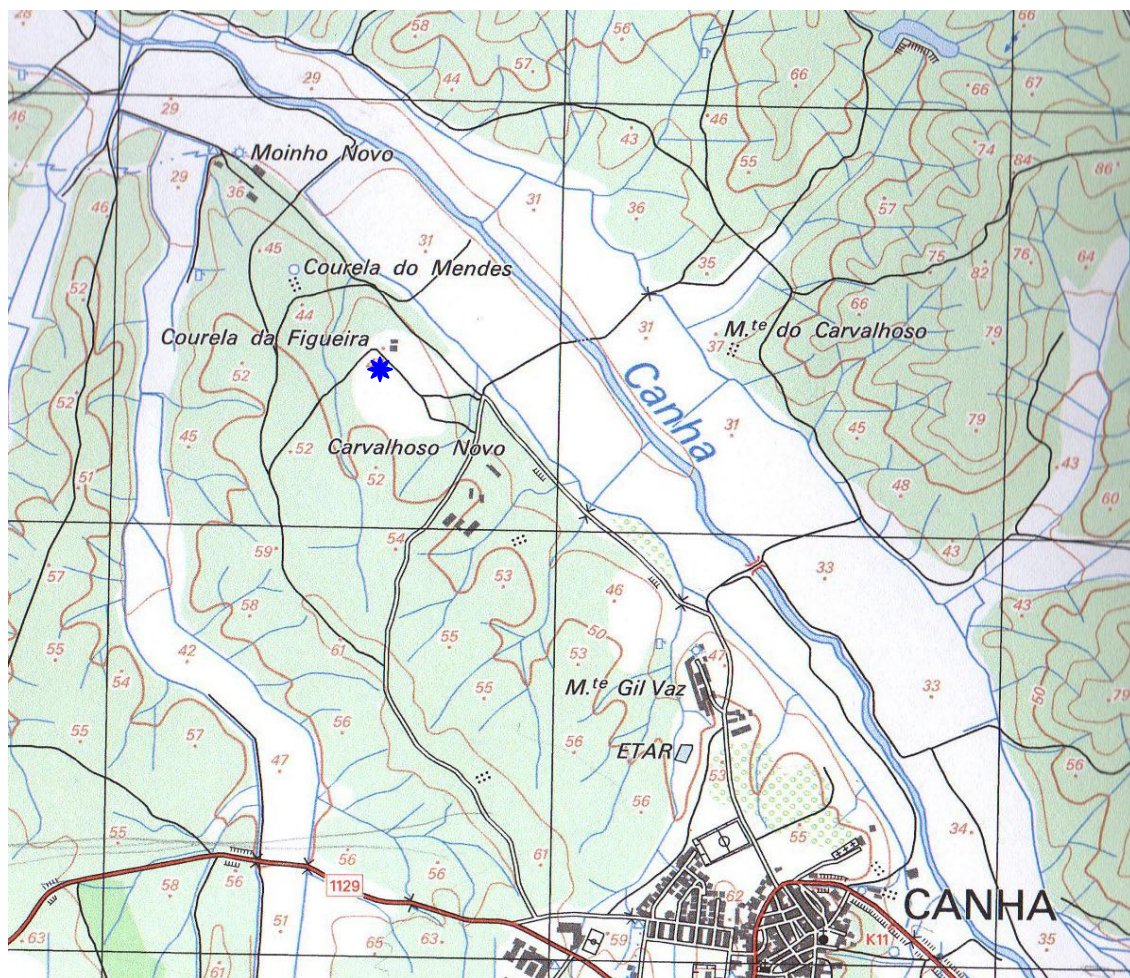
Fig.2 – Fotografia dos achados avulsos incaracterísticos identificados no sítio do Monte Novo. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 12 P.A.

Designação: Courela da Figueira.

Freguesia: Canha.

Localização: CMP n.º420; Coordenadas UTM: X-43806,33; Y-98684,00.



★ Sítio da Courela da Figueira.

Fig.1 – Localização do sítio da Courela da Figueira. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Tipologia: Sítio com achados avulsos compostos por material lítico.

Cronologia: Paleolítico.

Descrição: Achados avulsos período Paleolítico com indústria lítica composta por lascas, núcleos e restos de talhe de quartzito e quartzo. Local identificado no decorrer das investigações da Carta Arqueológica concelhia.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



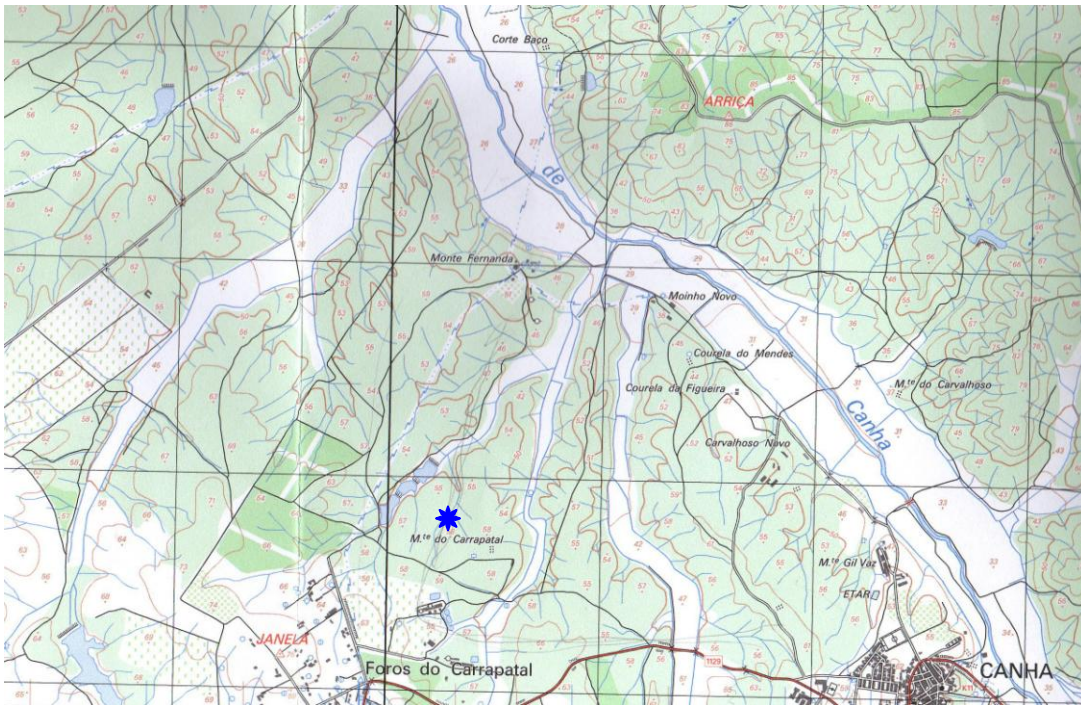
Fig.2 – Fotografia de alguns dos achados avulsos identificados na Courela da Figueira. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 13 P.A.

Designação: Monte Jardim.

Freguesia: Canha.

Localização: C.M.P-1:25000; Folha n.º 420; Coordenadas UTM: X-45501,33; Y-99396,00.



★ Sítio do Monte Jardim.

Fig.1 – Localização do sítio Monte Jardim. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Tipologia: Achados avulsos.

Cronologia: Paleolítico.

Descrição: Sítio identificado no âmbito da Carta Arqueológica, sem contexto arqueológico, cujo espólio é constituído maioritariamente por achados avulsos onde predominam as lascas e os núcleos de quartzo e quartzito.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



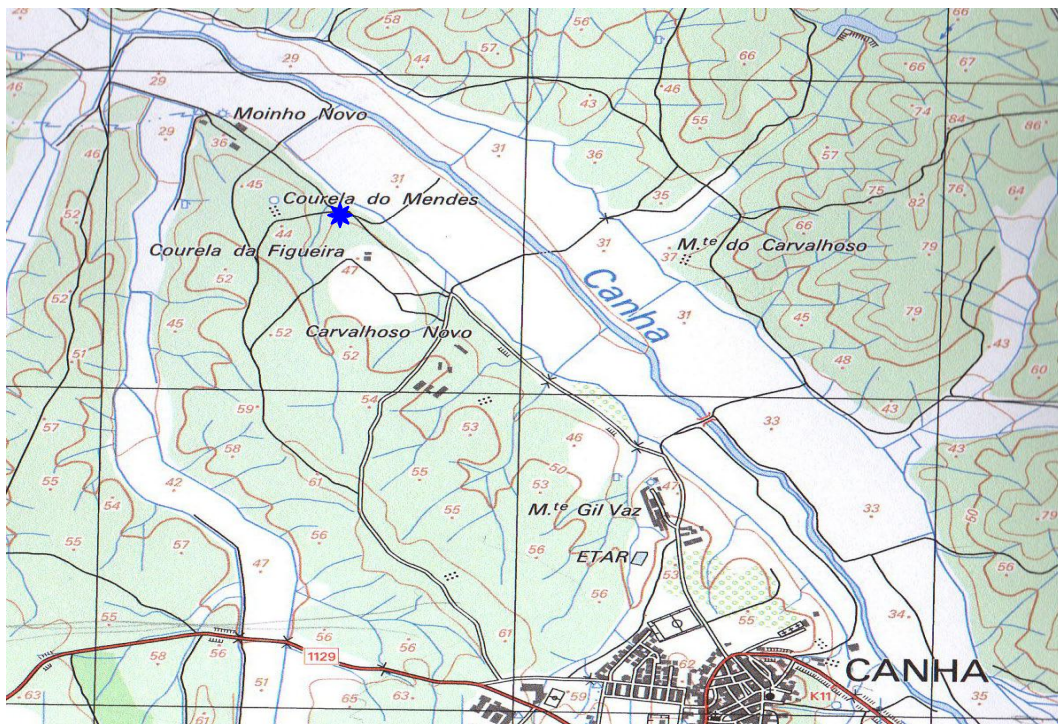
Fig.2 – Fotografia com alguns dos achados avulsos identificados no sítio do Monte Jardim. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 14 P.A.

Designação: Courela do Mendes.

Freguesia: Canha.

Localização: CMP n.º420; Coordenadas UTM: X-74726,33; Y-105421,00.



★ Estação da Courela do Mendes.

Fig.1 – Localização da estação arqueológica da Courela do Mendes. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Tipologia: Estação arqueológica de superfície com material lítico.

Cronologia: Paleolítico Médio.

Descrição: Estação arqueológica de superfície do período Paleolítico constituída fundamentalmente por material lítico composto por lascas, núcleos e furadores de quartzito e de quartzo. Local identificado no âmbito da Carta Arqueológica de Montijo.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



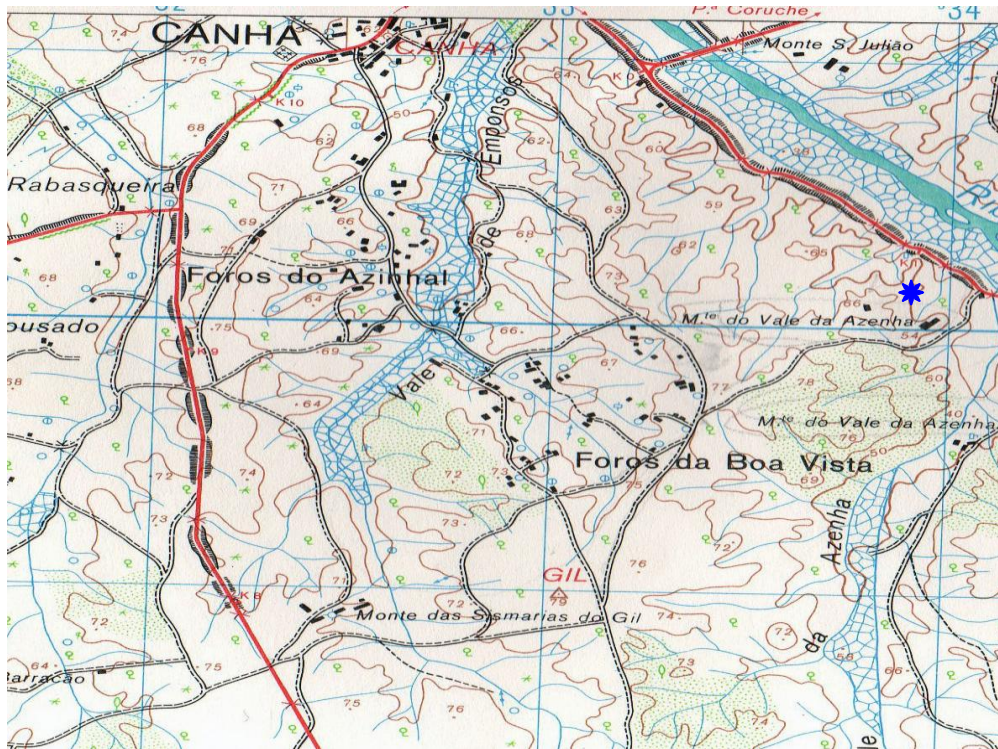
Fig.2 – Fotografia do material lítico proveniente da estação arqueológica de superfície Courela do Mendes. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 15 P.A.

Designação: Monte do Vale da Azenha.

Freguesia: Canha.

Localização: CMP n.º 434; Coordenadas UTM: X-41534,33; Y-101354,00.



★ Monte Vale da Azenha.

Fig.1 – Localização do sítio Monte Vale da Azenha onde foram identificados achados avulsos do Paleolítico Médio. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha 434, 1973.

Tipologia: Achados Avulsos.

Cronologia: Paleolítico Médio.

Descrição: Sítio identificado nas investigações da Carta Arqueológica onde se reconheceram achados avulsos, sem contexto arqueológico, compostos por material lítico, destes destacam-se as lascas, os núcleos e as esquirolas de quartzito e quartzo.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, *et alii*, 2005).



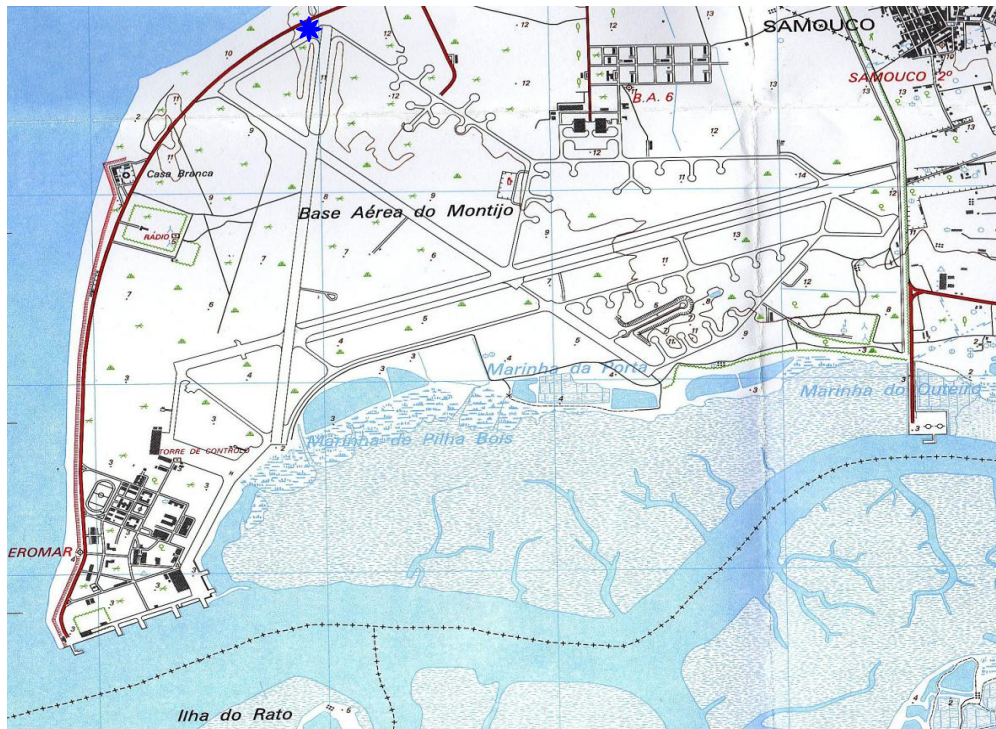
Fig.2 – Fotografia com alguns dos achados avulsos identificados no Monte do Vale da Azenha. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 16 P.A.

Designação: Base Aérea n.º6 de Montijo – 2

Freguesia: Montijo.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-78959,33; Y-105471,00.



★ Sítio arqueológico Base Aérea n.º 6 de Montijo – 2.

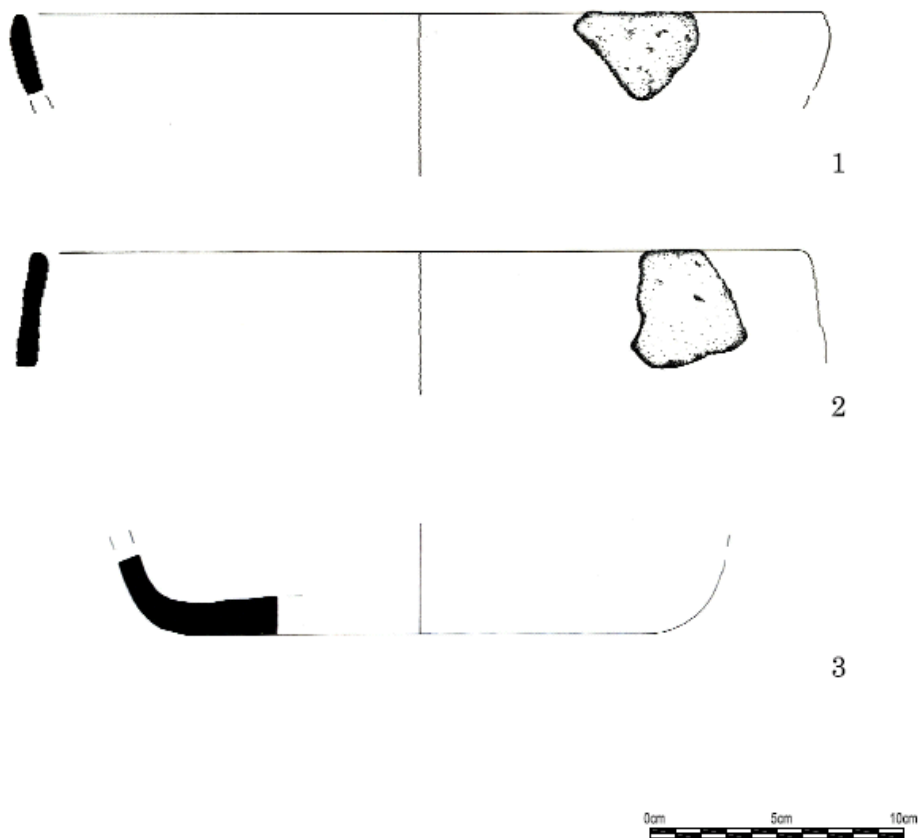
Fig.1 – Localização do sítio Neolítico da Base Aérea n.º 6 de Montijo – 2. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Povoados (?).

Cronologia: Neolítico.

Descrição: Sítio arqueológico identificado por António González em 1967. Do espólio salientam-se os fragmentos de recipientes cerâmicos manuais, sem decoração, os machados de pedra polida, os percutores, um elemento fállico e o peso de rede. Sítio atribuído genericamente ao período Neolítico.

Bibliografia: (SANTOS, 2006, 20); (FIGUEIREDO, SANTOS, 2006, 40-41).



Estampa 1 – Cerâmicas neolíticas lisas provenientes da Base Aérea n.º 6 de Montijo. Desenhos: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.2 – Materiais líticos provenientes do mesmo sítio arqueológico e depositados no Museu Etnográfico e Arqueológico de Setúbal. Fotografia gentilmente cedida por António González e integrada na Coleção de Arqueologia do Museu Municipal de Montijo.

N.º 17 P.A.

Designação: Anta de Canha.

Freguesia: Canha.

Localização: Sem localização precisa.

Tipologia: Anta.

Cronologia: Neolítico / Calcolítico.

Descrição: Sítio arqueológico referido por Manuel Farinha dos Santos, em 1974 e 1985. Do espólio recolhido neste local salientam-se machados de pedra polida atribuídos ao Neolítico e depositados no Museu Geológico. Apesar das referências e do espólio existente não se sabe actualmente o local exacto da referida descoberta.

Bibliografia: (SANTOS, 1974); (SANTOS, 1985, 44).



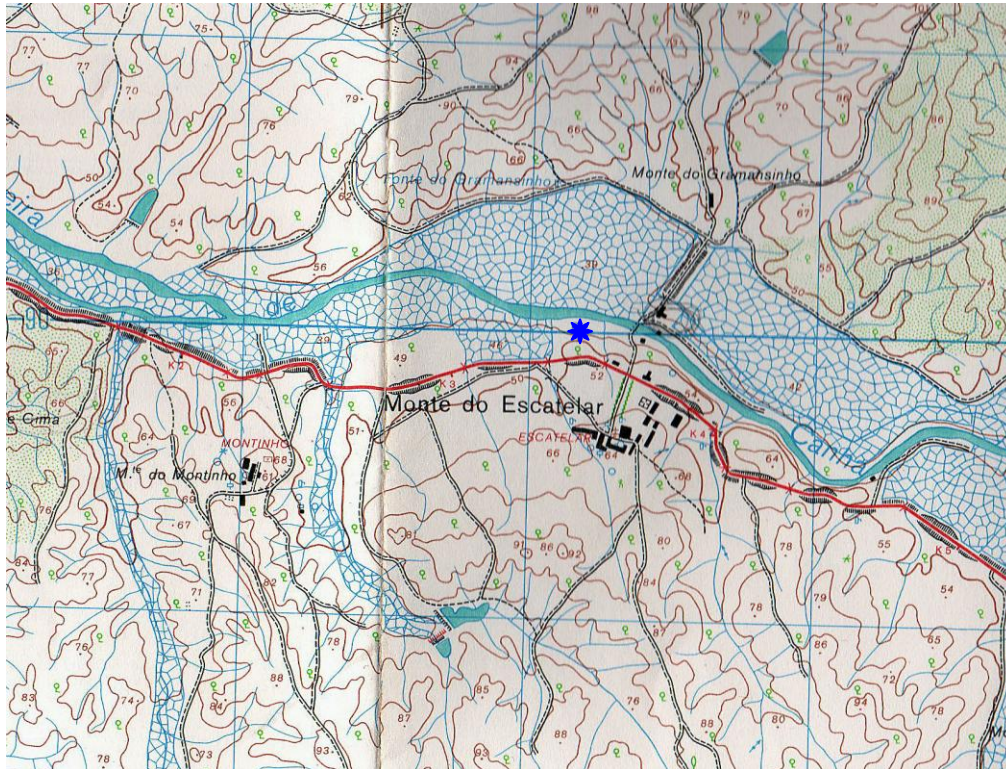
Fig.1 – Seis machados de pedra polida provenientes da Anta de Canha. Colecção do Museu Geológico de Lisboa. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 18 P.A.

Designação: Escatelar.

Freguesia: Canha.

Localização: CMP n.º 434; Coordenadas UTM: X-39266,95; Y-101244,29.



★ Villa romana do Escatelar.

Fig.1 – Localização da villa romana do Escatelar. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 434, 1973.

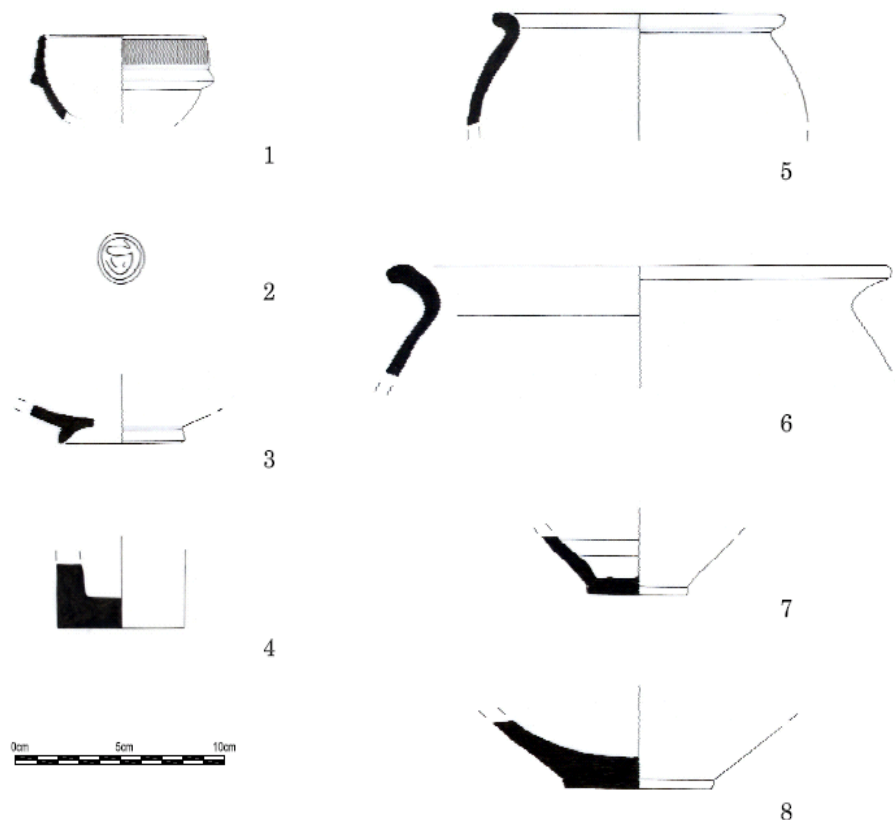
Tipologia: Villa.

Cronologia: Romana (Século I-IV).

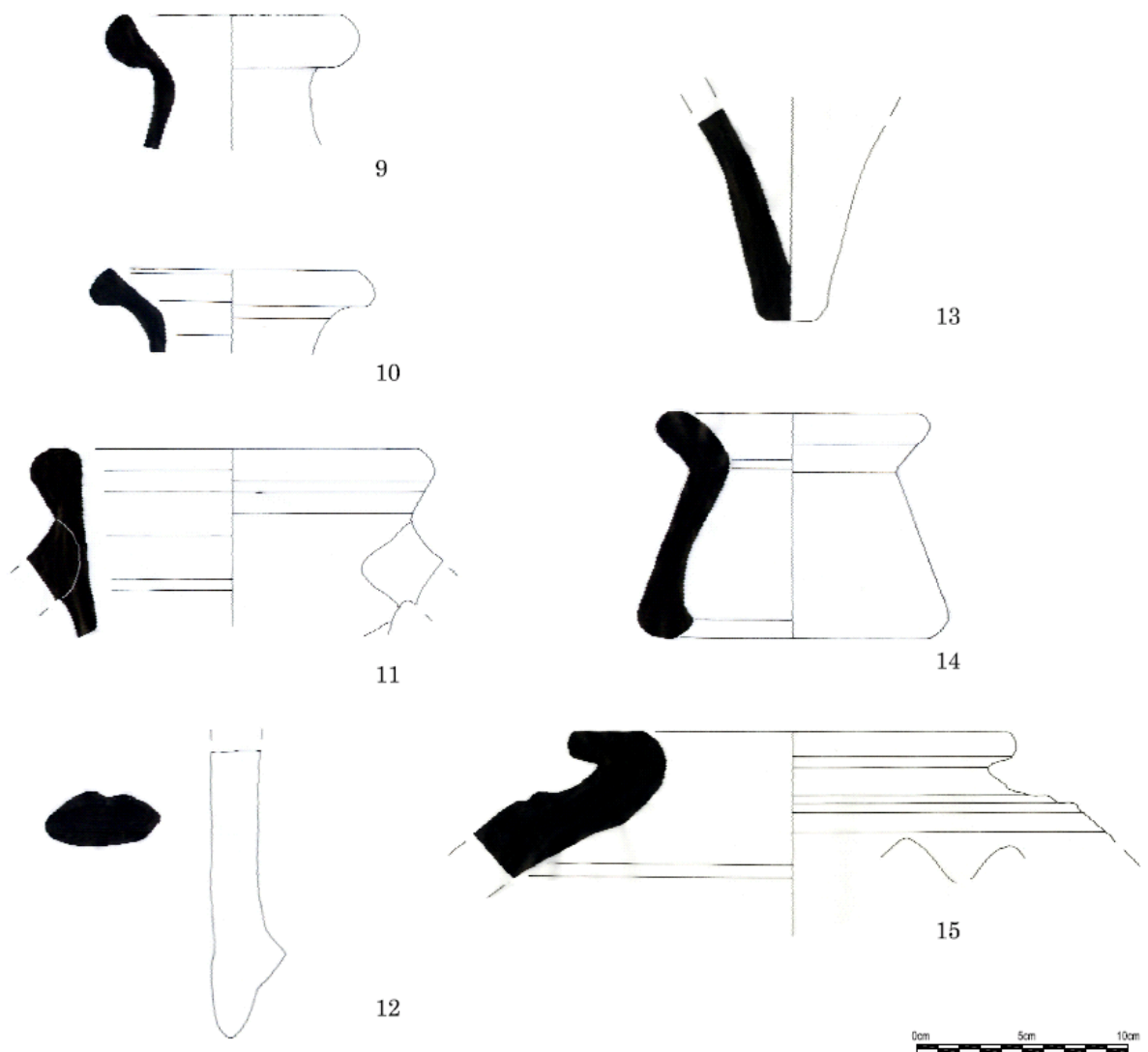
Descrição: Estação arqueológica identificada no início do século XX. Localiza-se junto à estrada municipal que liga Canha a Vendas Novas, pertencente à Herdade do Escatelar e localizada sobre a margem esquerda da Ribeira de Canha. Apresenta grande quantidade de materiais de construção dos quais se distinguem as *lateres* com e sem decoração, *tegulae*, tijolos de quadrante, *imbrices*, um fragmento de coluna de mármore.

É de salientar também a presença de cerâmica comum, cerâmica fina, *terra sigillata* itálica, sud-gálica e africana e um numisma. Aquando da construção da estrada municipal foi detectado, tal como se referiu, em 1902, um troço de mosaico em *opus vermiculatum* que possivelmente terá sido destruído a favor da construção da referida estrada. Actualmente apenas subsiste na soleira da porta do actual proprietário pequeno um fragmento de mosaico policromo. Até ao momento não se identificaram estruturas neste sítio arqueológico.

Bibliografia: (BAPTISTA, 1902, 2/2); (PIMENTEL, 1908, 127); (SAA, 1956, 80-81); (RIBEIRO, 1964, 4-9), (FERNANDES, 1997, 162-163); (FIGUEIREDO et alli, 2005); (FIGUEIREDO, SANTOS, 2006, 40-41).



Estampa 1 – Cerâmica fina e comum proveniente da *villa* romana do Escatelar. **1.** Fragmento de bordo e parede de taça *Terra Sigillata* Sudgálica, forma Dragendorff 24/25 Ludovici Ti; **2.** Marca de oleiro imperceptível presente num fragmento de fundo indeterminado em *Terra Sigillata Itálica*; **3.** Fragmento de fundo e parede de taça (?) de *Terra Sigillata Africana Clara D*; **4.** Fragmento de fundo de forma indeterminada *Terra Sigillata*; **5.** Fragmento de fundo e parede de pote, cerâmica comum; **6.** Fragmento de bordo e parede de pote, cerâmica comum; **7.** Fragmento de bordo e parede de taça, cerâmica comum; **8.** Fragmento de fundo e parede de prato com pé, cerâmica comum. Desenhos: Liliana Campeão dos Santos.



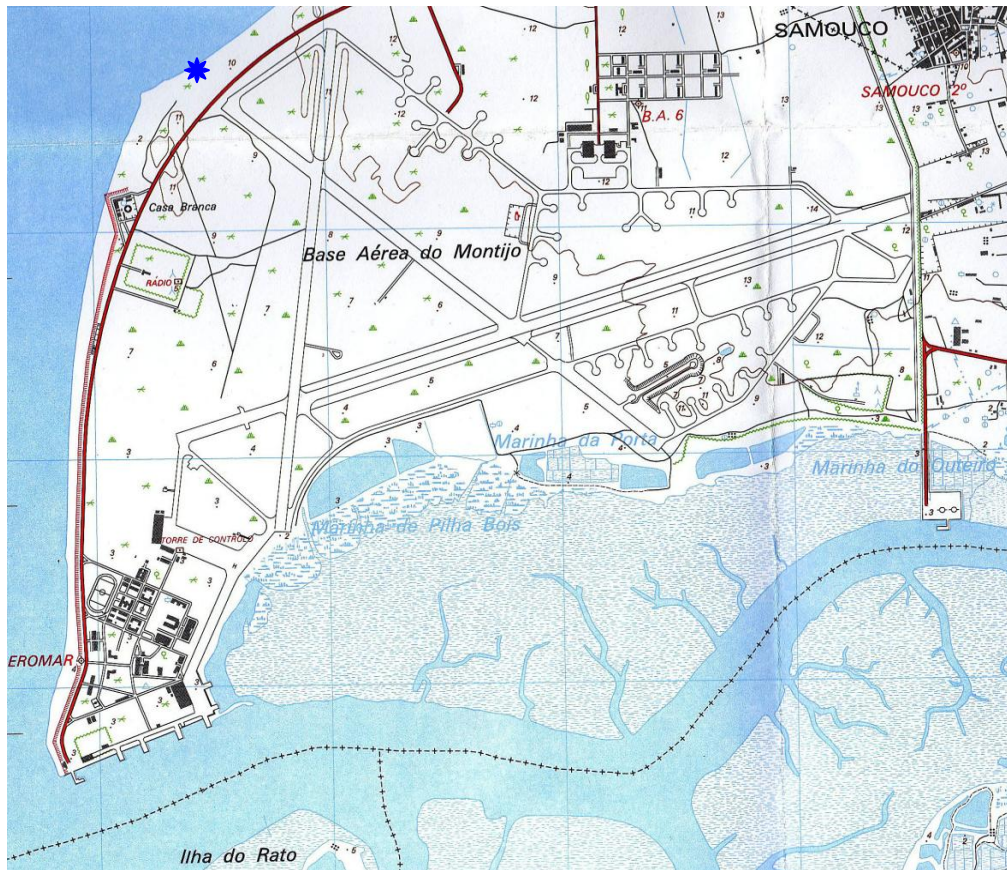
Estampa 2 – Desenhos **9 a 13**, principais tipos de ânforas existentes na *villa* romana do Escatelar, dominando a forma Almagro 51 c; **14**, suporte de ânfora; **15**, Fragmento de bordo e parede de *dolium* (contentor cerâmico) com decoração incisa. Desenhos: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 19 P.A.

Designação: Base Aérea n.º 6 de Montijo - 3.

Freguesia: Montijo.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-79295,33; Y-105339,00.



★ Achados avulsos romanos Base Aérea n.º 6 de Montijo – 3.

Fig.1 – Localização do sítio onde se identificaram achados avulsos do período Romano. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

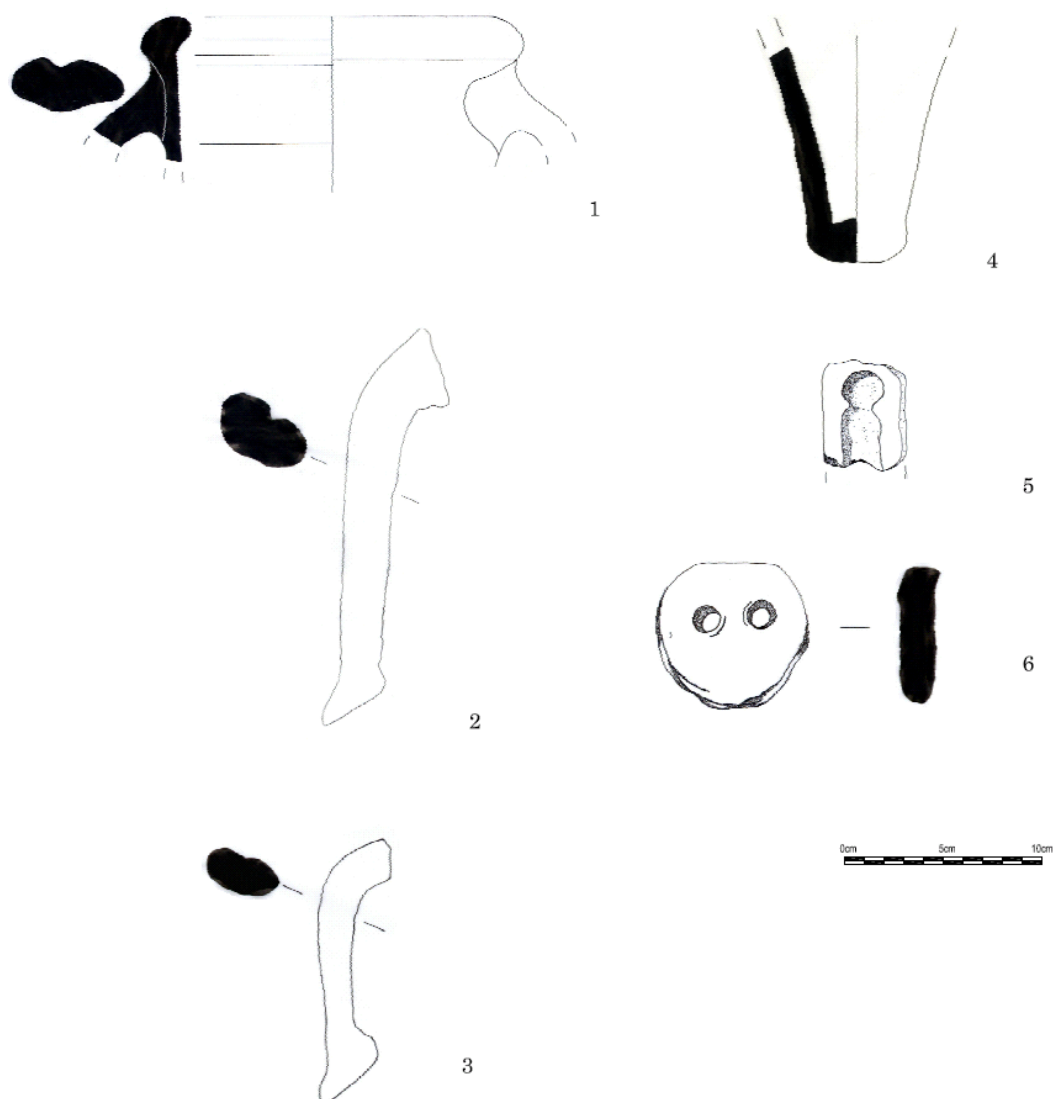
Tipologia: Achados avulsos.

Cronologia: Romano.

Descrição: Sítio onde se identificaram achados avulsos do período Romano. Sem contexto arqueológico, estes materiais foram arrastados pela corrente do Rio Tejo, dando à costa, desta instalação militar, ocasionalmente. Dos materiais identificados

salientam-se os pesos de rede, as asas e as bocas de ânfora, os pesos de tear e um fragmento de um possível molde de lucerna.

Bibliografia: (FIGUEIREDO, SANTOS, 2006, 40-41).



Estampa 1 – Materiais arqueológicos avulsos identificados na Base Aérea n.º 6 de Montijo – 3. Estes são compostos por fragmentos de asas, bocas e fundos de ânfora, um possível molde de lucerna e pesos de rede. Desenhos: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 20 P.A.

Designação: Necrópole Medieval do Largo da Igreja de Sarilhos Grandes.

Freguesia: Sarilhos Grandes.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-72704,72; Y-109448,91.



★ Necrópole do Largo da Igreja de São Jorge –Sarilhos Grandes.

Fig.1 – Localização da necrópole do Largo da Igreja de Sarilhos Grandes. Fonte Cartográfica: Mapa Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Necrópole.

Cronologia: Medieval Cristão.

Descrição: Necrópole identificada na vala 18, correspondente à conduta Elevatória de Sarilhos Grandes, no âmbito do acompanhamento arqueológico da abertura de valas para a implantação de tubagens e estações elevatórias na Empreitada de Execução dos

Sistemas de Drenagem e Elevatórios dos Sistema de Alcochete, Afonsoeiro e Seixalinho. Nesta intervenção de emergência foram detectados vários níveis de enterramentos da época medieval e uma estrutura possivelmente correspondente à fundação da Igreja de São Jorge. Esta necrópole encontra-se localizada no Largo da Igreja de Sarilhos Grandes, onde se identificou material arqueológico composto maioritariamente por faiança, cerâmica comum e numismas de D. João III. Identificou-se também abundante material osteológico.

Bibliografia: (ALVES, 2008).



Fig.2 – Fotografia da escavação de emergência efectuada no Largo da Igreja, onde é visível um ossário. Credito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



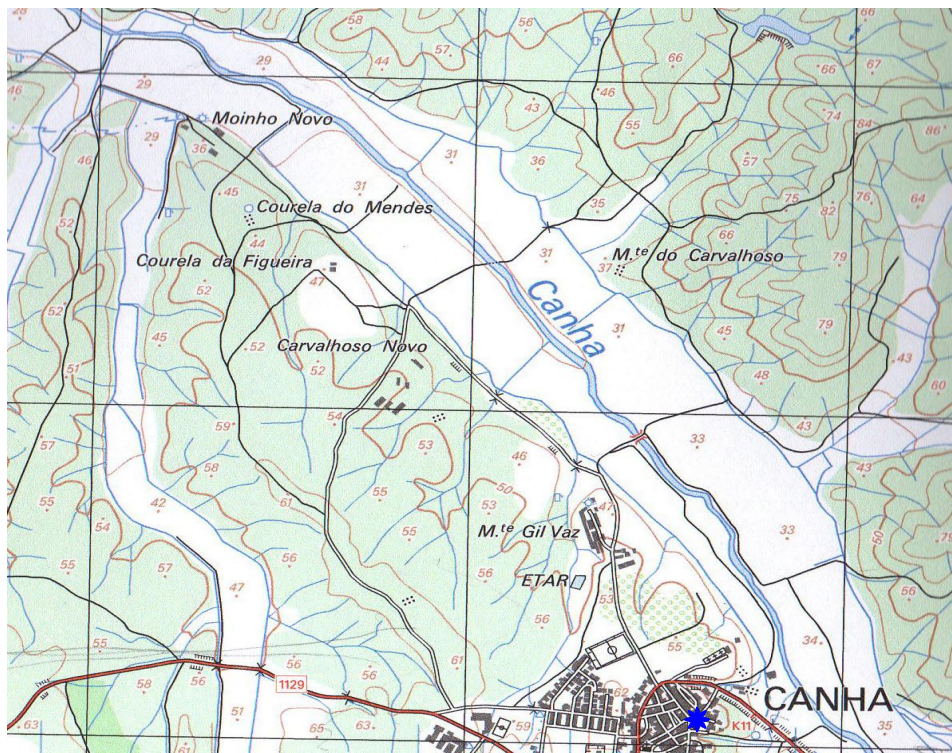
Fig.3 – Fotografia de outro aspecto da escavação, onde se verificam vários níveis de enterramento e a tubagem de saneamento a atravessar a área escavada. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 21 P.A.

Designação: Necrópole Medieval da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira de Canha.

Freguesia: Canha.

Localização: CMP n.º 434; Coordenadas UTM: X-42706,41; Y-99871,01.



★ Necrópole medieval da Igreja Nossa Senhora da Oliveira.

Fig.1 – Localização da Necrópole da Igreja Nossa Senhora da Oliveira. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal 1:25000, folha n.º420, 2006.

Tipologia: Necrópole (?).

Cronologia: Medieval Cristão.

Descrição: Possível necrópole Medieval localizada no adro da actual Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Canha, onde foram recolhidas duas cabeceiras de sepultura discoidais *crucíferas* (MOREIRA, 1982-83, 480-481). Ambas apresentam-se fragmentadas, tendo a primeira numa das faces uma cruz inscrita em estrela de cinco

pontas e, na outra face, uma cruz pátea. A segunda ostenta apenas decoração numa das faces com uma cruz pátea.

Bibliografia: (LUCAS, 1997, 81).



Fig.2 – Fotografia de uma cabeceira de sepultura discoidal fragmentada. Face principal com cruz de Cristo inscrita em estrela de cinco pontas. Coleção de Arqueologia do Museu Municipal de Montijo. Crédito fotográfico. Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Fotografia do verso da anterior cabeceira de sepultura, com uma cruz pátea. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Fotografia da segunda cabeceira de sepultura fragmentada com uma cruz pátea, o seu verso não apresenta decoração. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 22 P.A.

Designação: Quinta da Póvoa.

Freguesia: Montijo.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-78216,06; Y-104676,22.



★ Sítio da Quinta da Póvoa.

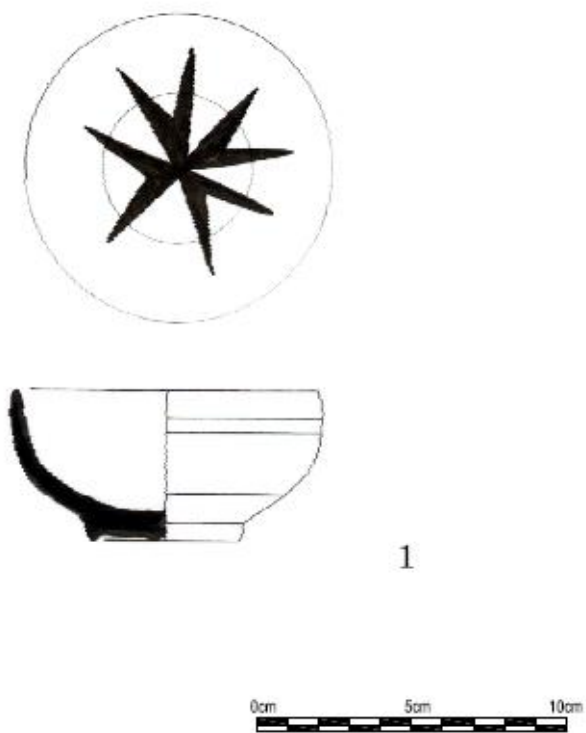
Fig.1 – Localização do sítio da Quinta da Póvoa. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Achado Isolado.

Cronologia: Moderno (Século XVII).

Descrição: Achado avulso identificado na Quinta da Póvoa ou Quinta de Fernão Mascarenhas, localizada na região Oeste de Montijo, nas imediações da Base Aérea n.º 6 de Montijo. A descoberta corresponde a uma taça em faiança com decoração da segunda metade do século XVII.

Bibliografia: Inédita.



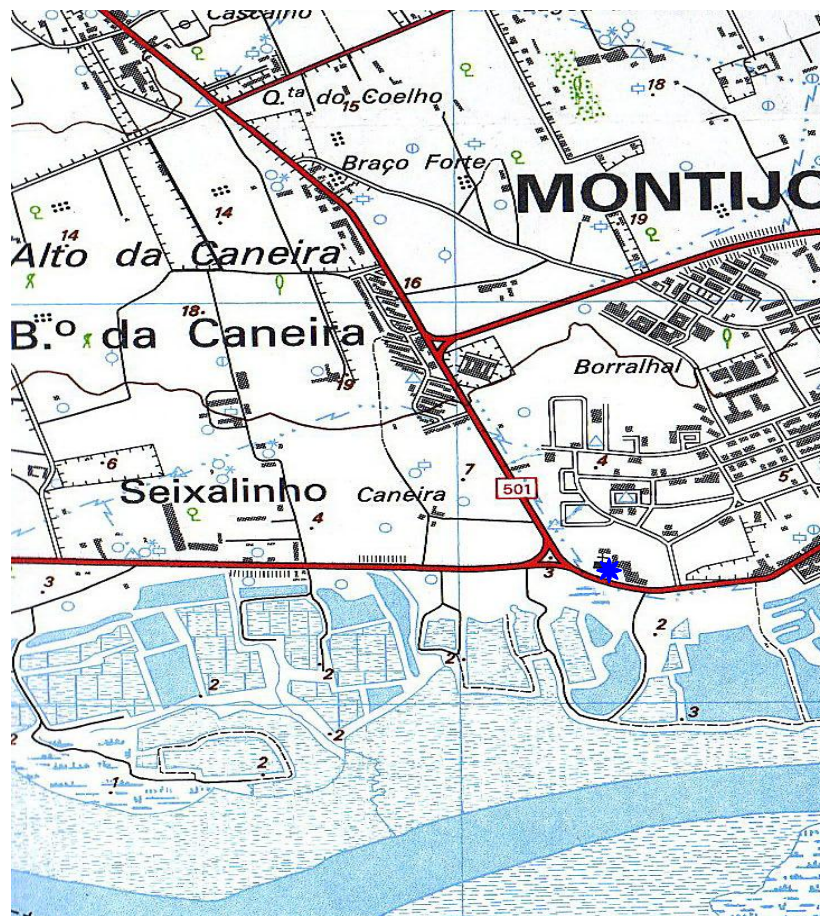
Estampa 1 – Taça esmaltada com decoração em estrela de oito pontas, datada possivelmente da segunda metade do século XVII. Desenho: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 23 P.A.

Designação: Quinta do Saldanha 2.

Freguesia: Montijo.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-74254,49; Y-106495,98.



★ Quinta do Saldanha 2.

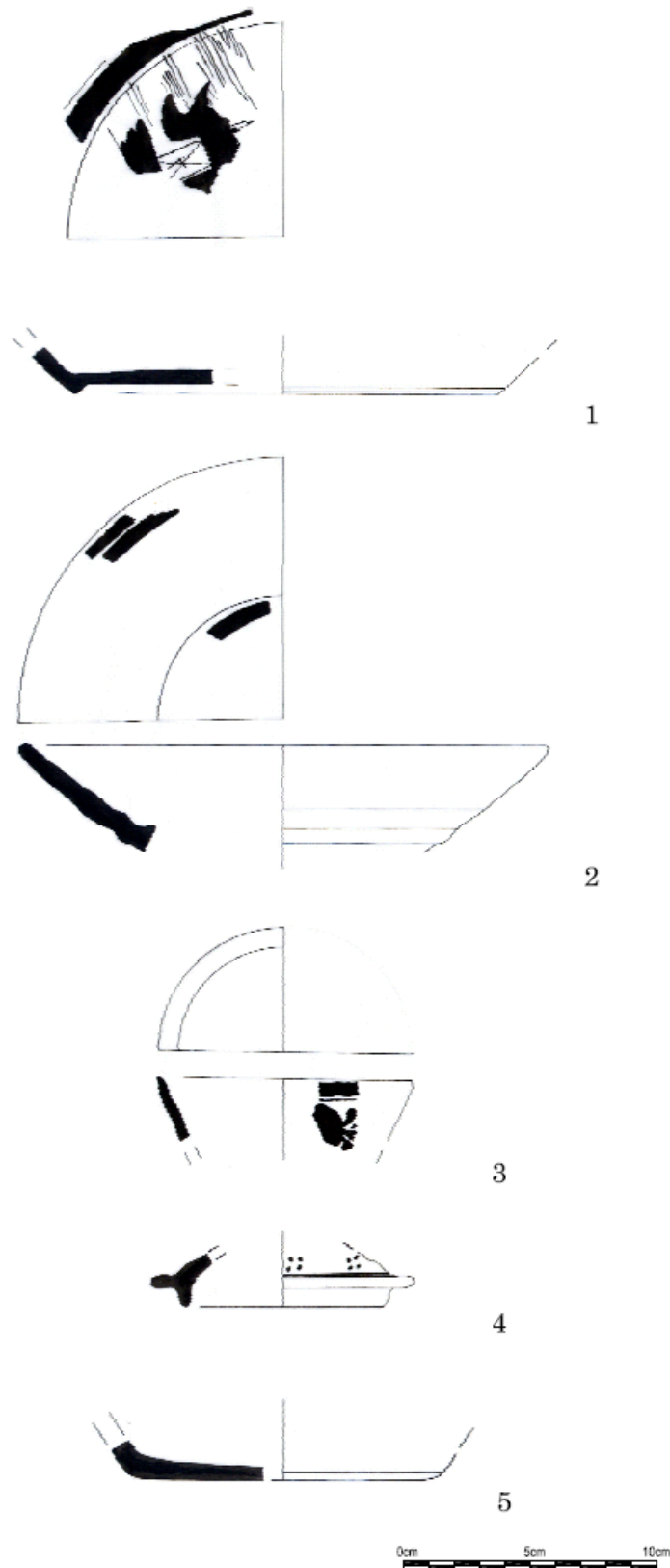
Fig.1 – Localização da Quinta do Saldanha 2 onde cerâmicas e estruturas do período Moderno. Fonte Cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Preexistências.

Cronologia: Moderno.

Descrição: Sítio localizado na Quinta da Lançada, situada à saída do Centro Histórico de Montijo, na estrada que liga esta cidade ao Samouco e próxima do cruzamento para o Seixalinho, na rua Dr. Manuel da Cruz Júnior, composto por artefactos do período Moderno e Contemporâneo, constituídos maioritariamente por faianças, cerâmica decorativa (azulejos) e comum e um numisma. Ostenta ainda um poço escavado no âmbito da Carta Arqueológica, que possui uma forma arredondada com cerca de 1,15 metros de diâmetro, construído por blocos de calcário e uma estrutura anexa abobadada, com cerca de 1,10 metros de profundidade e 1,20 metros de altura, que possivelmente terá sido uma espécie de silo, de forma a aumentar a zona de armazenamento de água (FIGUEIREDO, 2003, 1).

Bibliografia: (FIGUEIREDO, 2003); (ALMEIDA, 2001).



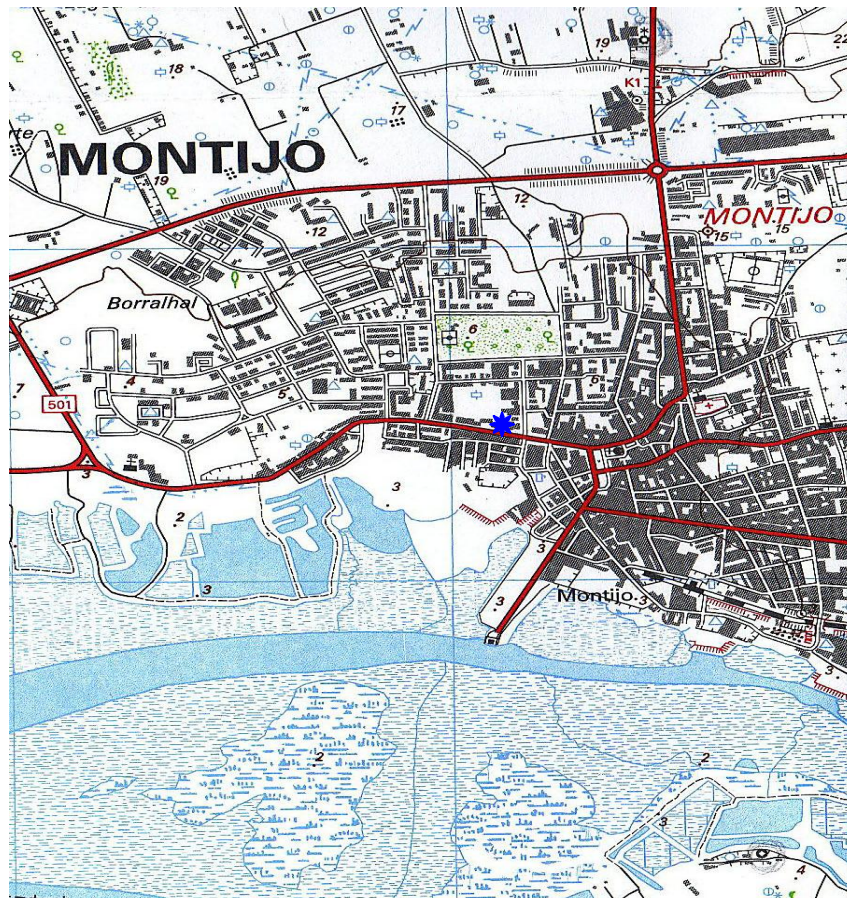
Estampa 1 – Fragmentos de cerâmica identificados na Quinta do Saldanha 2 do período Moderno e Contemporâneo. **1 a 4** Faianças com decoração azul de cobalto; **5**. Fragmento de fundo de prato em cerâmica comum. Desenhos: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 24 P.A.

Designação: Quinta do Pátio de Água.

Freguesia: Montijo.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-73456,85; Y-106382,08.



★ Quinta do Pátio de Água.

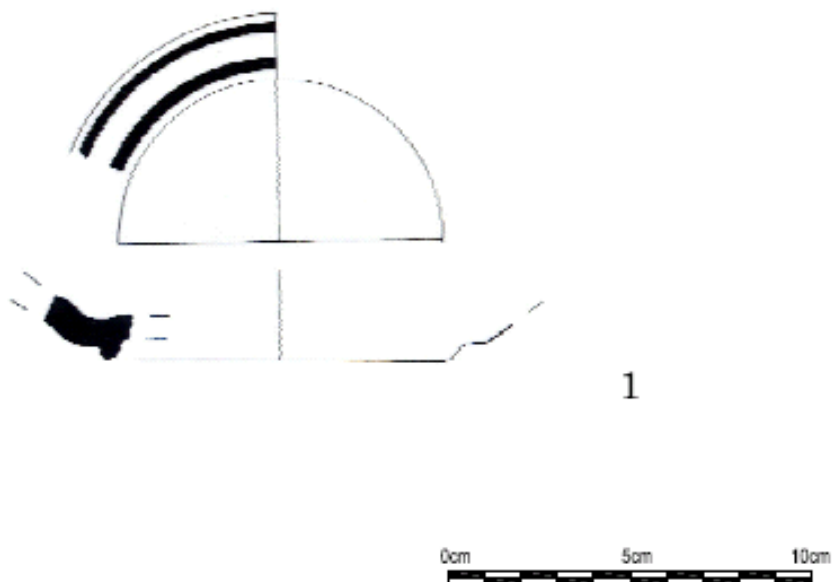
Fig.1 – Localização da Quinta do Pátio de Água, onde foram identificados alguns elementos arquitectónicos e cerâmicas do período Moderno. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Preexistências.

Cronologia: Moderno.

Descrição: Sítio localizado na Quinta do Pátio de Água implantado na Avenida dos Pescadores. Das prospecções realizadas neste local identificaram-se elementos arquitectónicos soltos em cantaria pertencentes à referida quinta, tais como um tanque, uma coluna, uma mó e material arqueológico avulso constituído maioritariamente por faianças, azulejos, estatuetas em terra cota e um alfinete dos séculos XVII – XVIII.

Bibliografia: Inédita.



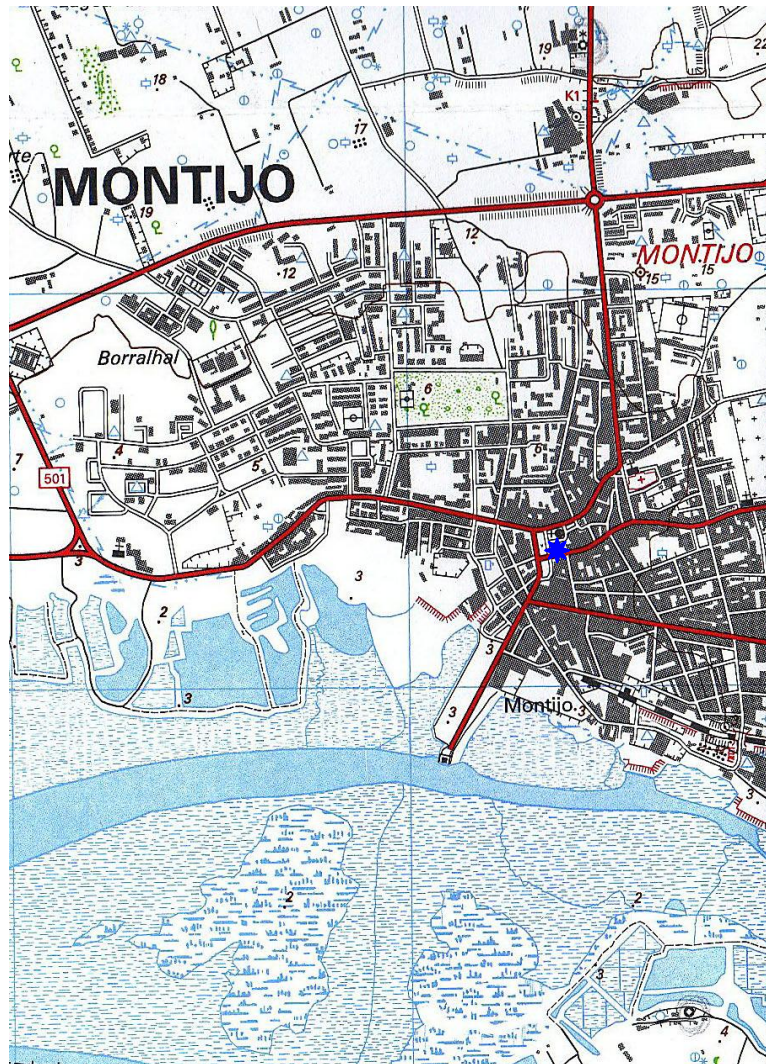
Estampa 1 – Fragmento de um dos pratos de faiança com decoração azul de cobalto proveniente da Quinta do Pátio de Água. Desenho: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 25 P.A.

Designação: Galeria Municipal (antigo edifício dos Paços do Concelho).

Freguesia: Montijo.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-73150,16; Y-106537,20.



★ Galeria Municipal.

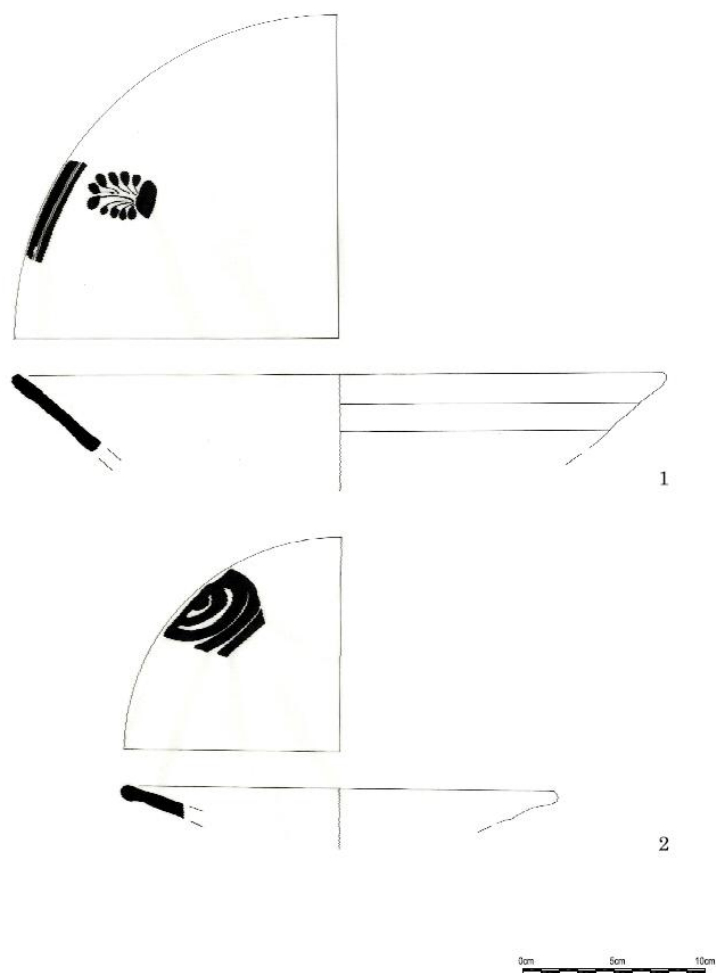
Fig.1 – Localização da Galeria Municipal, sítio onde se identificaram materiais arqueológicos modernos e contemporâneos. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Preexistências.

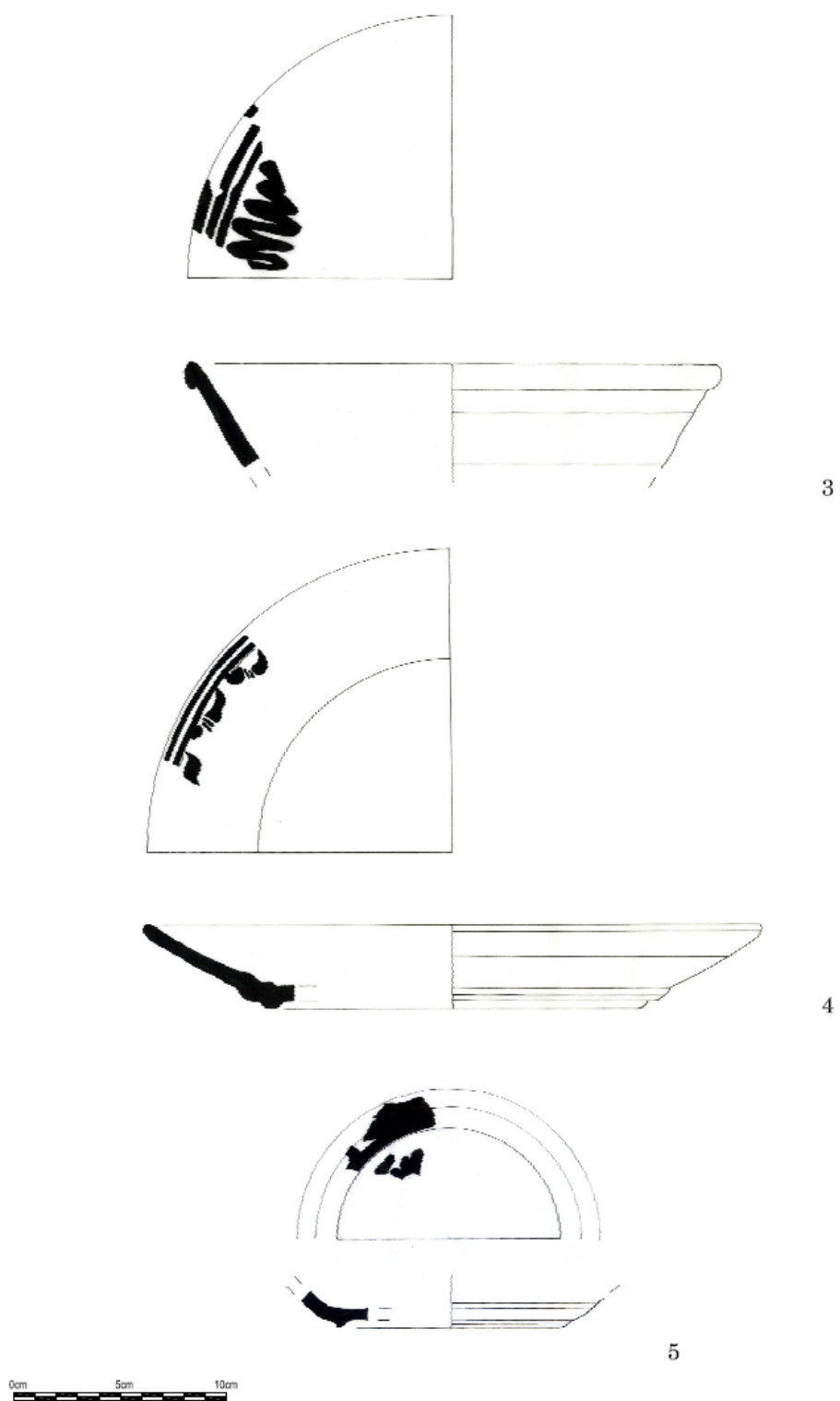
Cronologia: Moderno.

Descrição: Sítio identificado em 1999, aquando das obras de recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho, situado no *Centro Histórico de Montijo*, na Rua Almirante Cândido dos Reis (Rua Direita). Este local apresentou grande quantidade de material cerâmico que corresponde ao espectro cronológico que abrange os séculos XVI ao XIX. Dos artefactos salientam-se a cerâmica comum e a faiança.

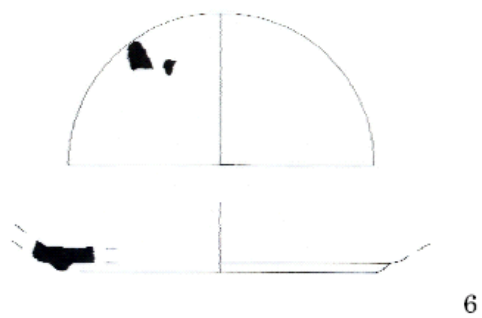
Bibliografia: Inédita.



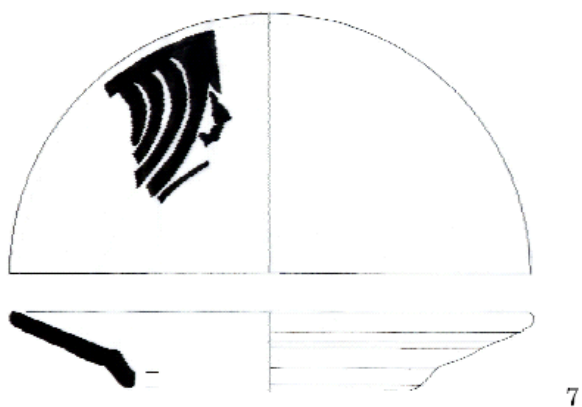
Estampa 1 – Fragmentos de bordos de pratos em faiança com decoração em azul de cobalto. Desenhos: Liliana Campeão dos Santos.



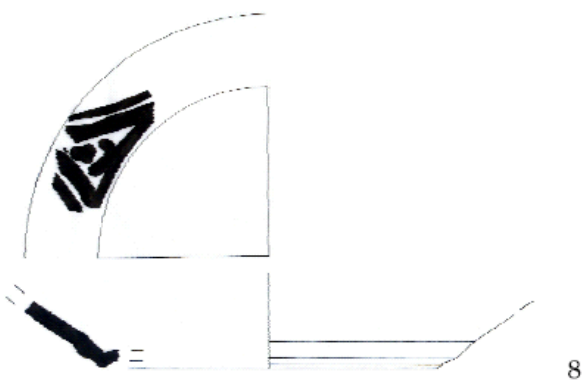
Estampa 2 – 3. Fragmento de bordo de alguidar em faiança com decoração azul de cobalto; **4 e 5.** Fragmentos de pratos com decoração azul de cobalto e vinhático.



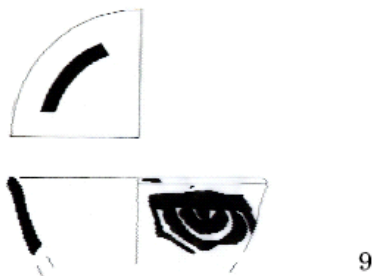
6



7

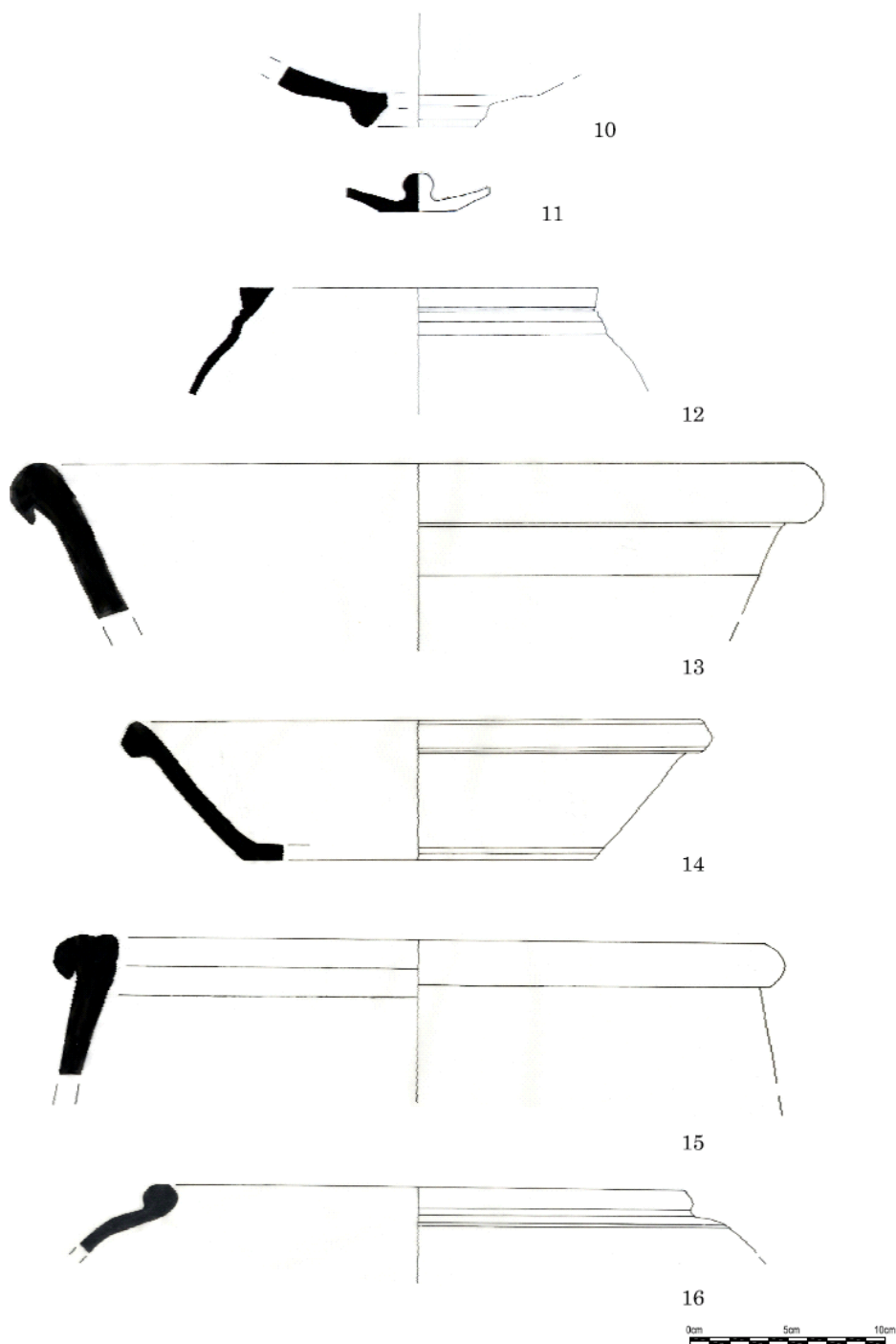


8



9

Estampa 3 – Dos números **6 a 8** fragmentos de pratos em faiança onde prevalece a decoração em semi-círculos, pintados a azul de cobalto; **9**. Taça em faiança com a mesma decoração referida anteriormente. Desenhos: Liliana Campeão dos Santos.



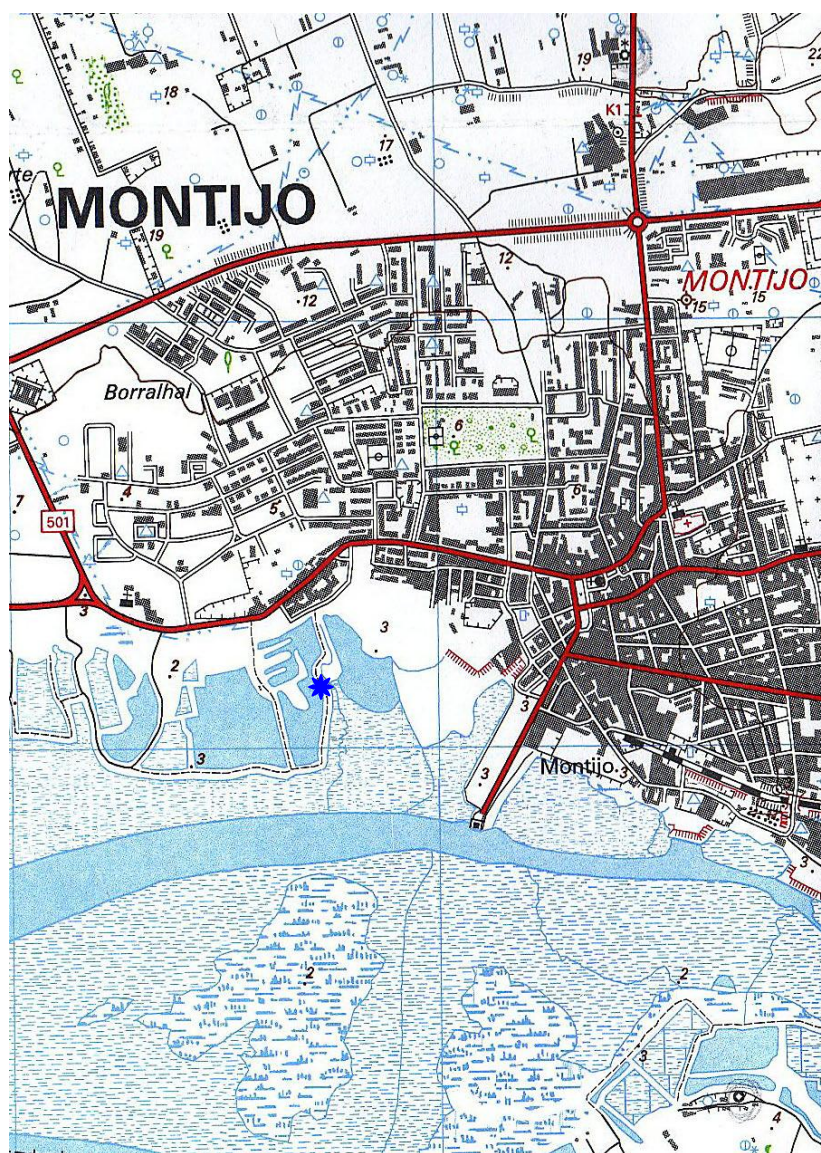
Estampa 4 – 10. Fragmento de taça esmaltada possivelmente do século XVI; **11.** Fragmento tampa em cerâmica comum; **13 ao 16** Fragmentos de cerâmica utilitária onde predominam os alguidares e as panelas. Desenhos: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 26 P.A.

Designação: Moinho do Cais.

Freguesia: Montijo.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-74254,49; Y-106495,98.



★ Moinho de Maré do Cais.

Fig.1 – Localização do Moinho de Maré do Cais. Fonte Cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Moinho de Maré.

Cronologia: Moderno.

Descrição: Sítio arqueológico localizado na *Zona Ribeirinha de Montijo*, onde se identificaram, aquando da sua reconstrução, em 2004, vários artefactos arqueológicos do período Moderno e Contemporâneo, salientam-se os fragmentos de cerâmica comum e vidrada, as faianças, os instrumentos e utensílios piscatórios, dois numismas, um dos quais de D. Maria II, uma mó manual, azulejos e arquitectura decorativa, engenhos pertencentes ao moinho, estruturas de fundação do moinho e uma pedra de cantaria lavrada com a cruz de Santiago.

Bibliografia: (MARTINS, *et alii*, 2004).

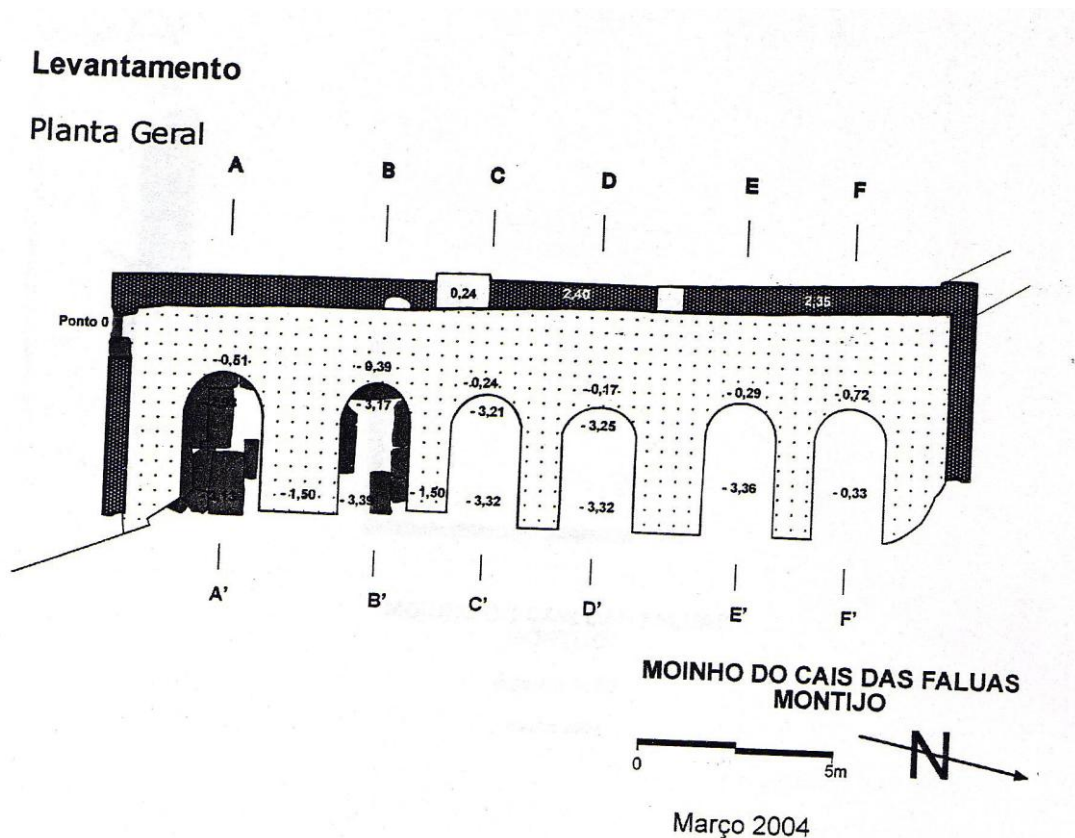


Fig.2 – Planta das estruturas existentes aquando da intervenção arqueológica e da reconstrução do Moinho de Maré do Cais. Fonte documental: *Restauro e Musealização do Moinho de Maré do Cais das Faluas de Montijo - Relatório de Acompanhamento Arqueológico*, 7 de Maio de 2004, 47.



Fig.3 – Fotografia do pormenor da Cantaria com a Cruz de Santiago identificada nos trabalhos arqueológicos. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Fotografia de fragmento de Mó Manual. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.5 – Fotografia de fragmento de alguidar em faiança com decoração azul de cobalto. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

ANEXO I

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

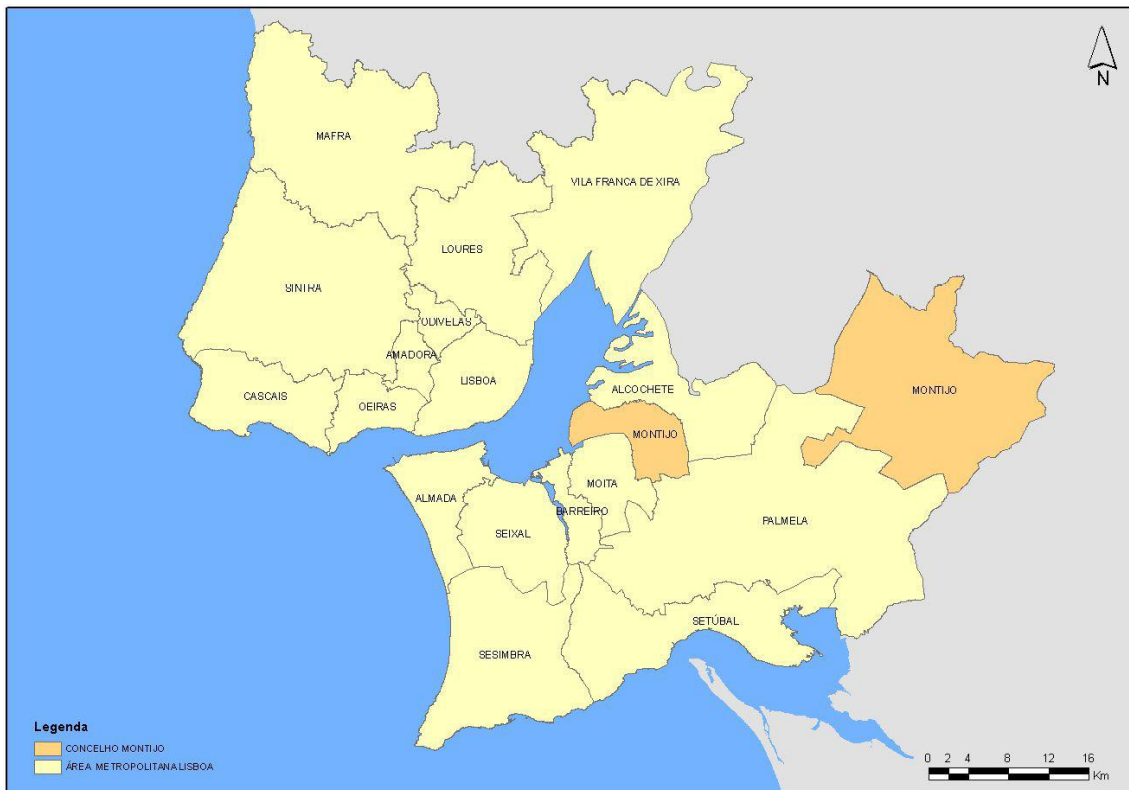


Fig.1 – Mapa com o enquadramento do Concelho de Montijo na Área Metropolitana de Lisboa. Fonte electrónica: Plano Director Municipal, 2008. Câmara Municipal de Montijo. www.mun-montijo.pt/pt/conteúdos/camara+municipal/documentos/Plano+Director+Municipal/¹.

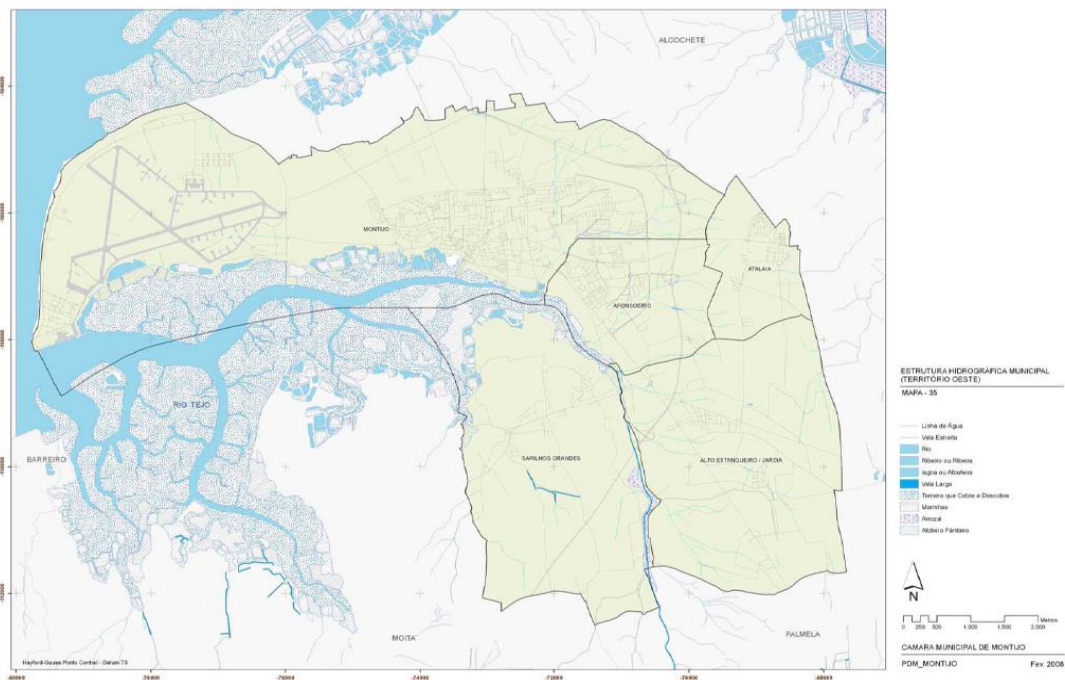


Fig.2 – Mapa com a Estrutura Hidrográfica Municipal, parte Oeste do Concelho de Montijo. Fonte electrónica: Plano Director Municipal, 2008. Câmara Municipal de Montijo. www.mun-montijo.pt/pt/conteúdos/camara+municipal/documentos/Plano+Director+Municipal/².

¹ Consulta efectuada a 8 de Junho de 2008, às 17h00.

² Consulta efectuada a 8 de Junho de 2008, às 17h10.

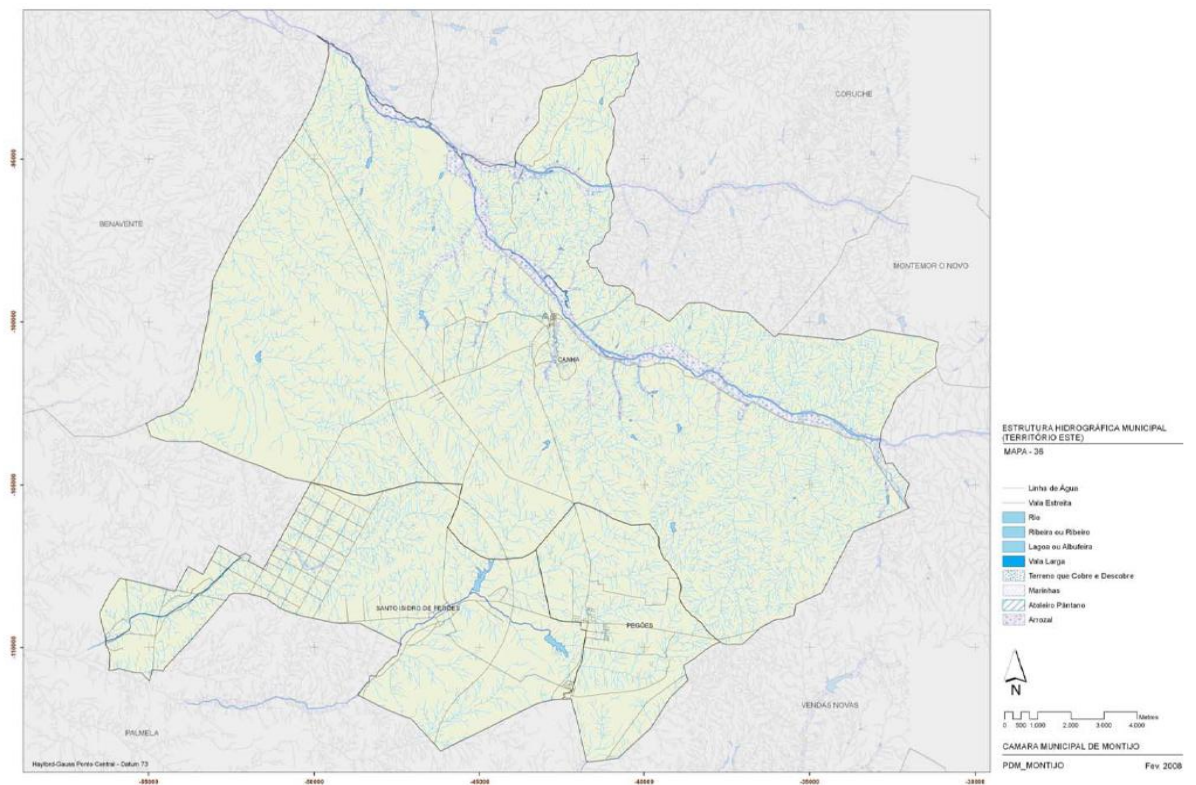


Fig.3 – Mapa com a estrutura Hidrográfica Municipal parte Este do Concelho de Montijo. Fonte electrónica: Plano Director Municipal, 2008. Câmara Municipal de Montijo. www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/camara+municipal/documentos/Plano+Director+Municipal/³.

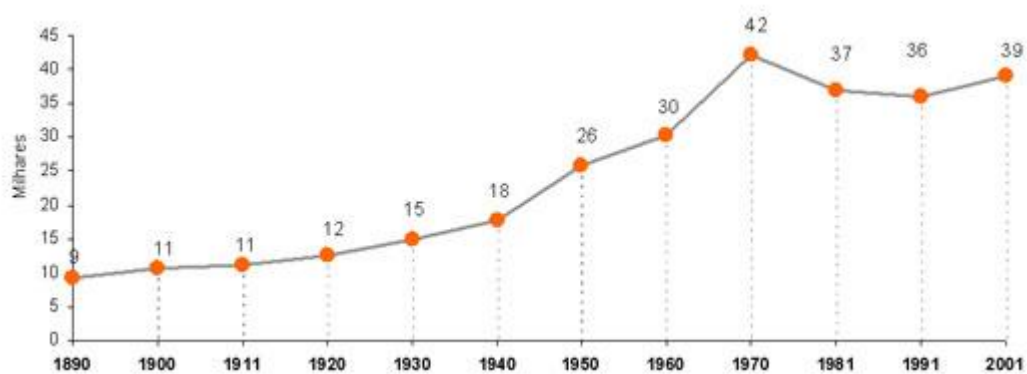


Fig.4 – Gráfico relativo à evolução da população residente no Concelho de Montijo de 1890 a 2001. Fonte electrónica: Câmara Municipal de Montijo. www.mun-montijo.pt/⁴.

³ Consulta efectuada a 8 de Junho de 2008, às 17h15m.

⁴ Consulta efectuada a 12 de Maio de 2007, às 14h00m.

	POP. 1991	%	POP. 2001	%	TX. VAR. %	TX. C.A.M.	ÁREA KM2	DENS. POP. 1991	DENS. POP. 2001
Território Oeste	30312	84.1	33703	86	10.1	1	56.8	533.7	593.4
Afonsoeiro	4142	11,5	3536	9,0	-17,1	-1,7	4,2	986,2	841,9
Alto Est. Jardim	2221	6,2	2722	6,9	18,4	1,8	11,0	201,9	247,5
Atalaia	1090	3,0	1312	3,3	16,9	1,7	2,6	419,2	504,6
Montijo	20003	55,5	22915	58,5	12,7	1,3	27,2	735,4	842,5
Sarilhos Grandes	2856	7,9	3218	8,2	11,2	1,1	11,8	242,0	272,7
Território Este	36038	15.9	5465	14	-4.8	-0.5	291.6	19.6	18.7
Canha	2202	6,1	1907	4,9	-15,5	-1,5	211,6	10,4	9,0
Pegões	2204	6,1	2104	5,4	-4,8	-0,5	24,6	89,6	85,5
Santo Isidro Pegões	1320	3,7	1454	3,7	9,2	0,9	55,4	23,8	26,2
Concelho Montijo	36038	100,0	39168	100,0	8,0	0,8	348,4	103,4	112,4

Fig.5 – Quadro com a distribuição populacional no Concelho de Montijo. No quadro em epígrafe verifica-se um erro na coluna referente à população de 1991, na soma populacional referente ao território Este, em vez de exibir o valor de 36038 deveria apresentar o de 5726. Fonte electrónica: Câmara Municipal de Montijo. www.mon-montijo.pt⁵.

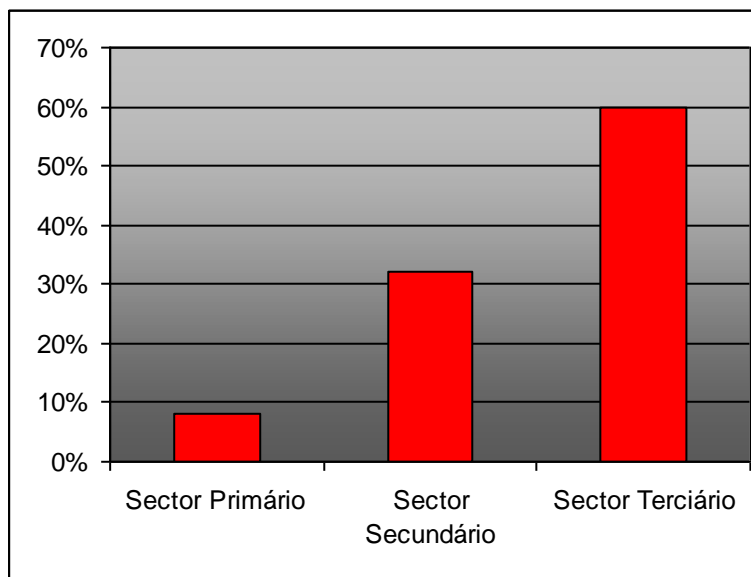


Fig.6 – Gráfico referente à população activa por sector no Concelho de Montijo referente ao ano de 2001. Fonte documental: INE (Instituto Nacional de Estatística), Anuários Estatísticos da Região de Lisboa Vale do Tejo, 2001.

⁵ Consulta efectuada a 12 de Maio de 2007, às 14h30m.

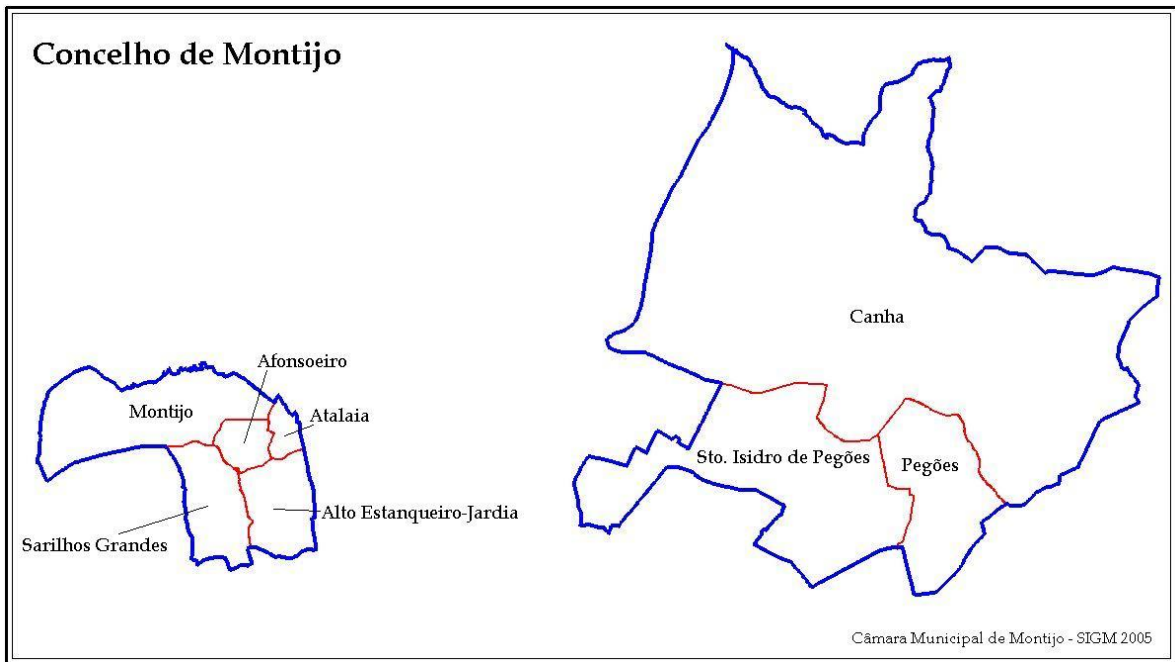


Fig.7 – Mapa com a divisão Administrativa actual do Concelho de Montijo por freguesias. Zonas Oeste e Este. Fonte Gráfica: SIGM (Sistema de Informação Geográfica Municipal), 2005. Câmara Municipal de Montijo.



Fig.8 – Fotografia do Livro de Foral Manuelino concedido a Aldeia Galega em conjunto com Alcochete, de 17 de Janeiro de 1515. Fonte electrónica: www.costa-azul.rts.pt⁶.

⁶ Consulta efectuada a 13 de Junho de 2008, às 13h20m.



Fig.9 – Fotografia de uma Pintura a óleo sobre tela de D. João III.
 Fonte electrónica: www.marinha.pt/extra/revista/ra_mai2005/pag_13.html⁷.



Fig.10 – Mapa Militar da margem sul do estuário do Tejo, ano de 1771. Fonte documental: Biblioteca Nacional de Portugal – Área de Reservados.

⁷ Consulta efectuada a 15 de Julho de 2008, às 14h35m.



Fig.11 – Foral Manuelino de Canha de 10 de Fevereiro de 1516. Fonte documental: Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

ANEXO II

PATRIMÓNIO DE MONTIJO: O ACTUAL QUADRO DE REFERÊNCIA



Fig.12 – Gravura de D. Afonso (1377-1461), 1º Duque de Bragança. Fonte electrónica: Sociedade Martins Sarmento. www.csarmento.uminho.pt¹.

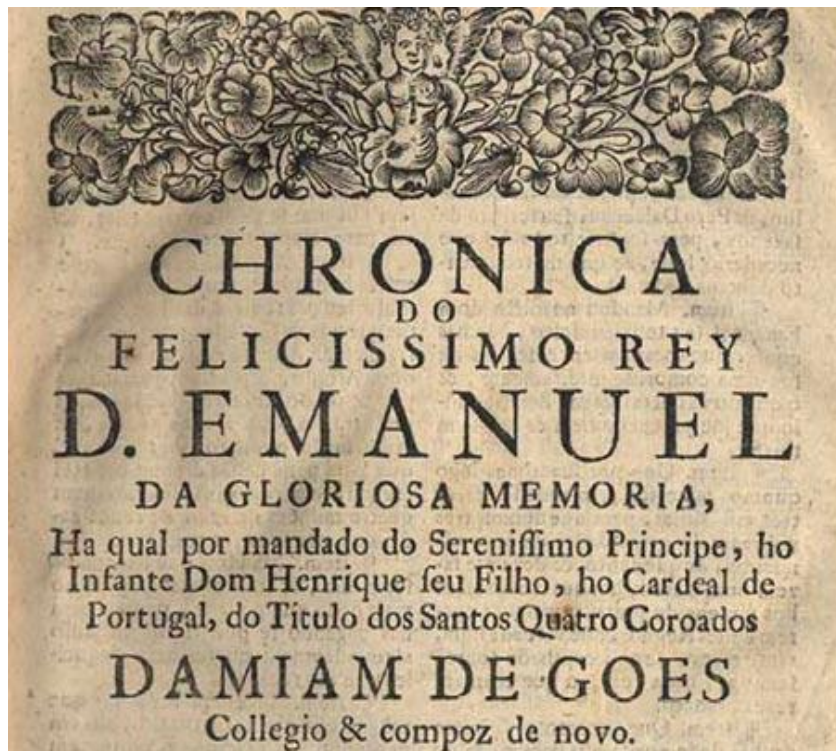


Fig.13 – Folha de rosto da *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Emanuel* de Damião de Góis, Lisboa, de Francisco Correa, 1566-1567. Fonte electrónica: http://ruaajudiararia.com/images/blog/1506_damiaio_de_goes_01.jpg².

¹ Consulta efectuada a 10 de Junho de 2008, às 15h00m.

² Consulta efectuada a 13 de Maio de 2008, às 11h16m.



Fig.14 – Retrato de João de Barros efectuado por Charles Legrand, cerca de 1839 a 1847. Fonte electrónica: Biblioteca Digital. Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl/13729/1>³.



Fig.15 – Representação de Damião de Góis (1502-1574), Jornal *O Panorama* de 1837. Fonte documental: Biblioteca Nacional de Portugal. Fundo Geral Jornais.

³ Consulta efectuada a 5 de Maio de 2008, às 10h45m.



Fig.16 – Retrato de Luís Vaz de Camões realizado por efectuado por Charles Legrand, cerca de 1839 a 1847. Fonte electrónica: Biblioteca Digital. Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl/13738/2⁴>.



Fig.17 – Folha de rosto da Obra, *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, 1572. Fonte electrónica: Biblioteca Digital. Biblioteca Nacional de Portugal. http://purl.pt/1/1/cam-3-p-JPG/cam-3-p_JPG/cam-3-p_JPG_24-C-R0072/cam-3-p_000c_rosto_t24-C-R0072.JPG⁵.

⁴ Consulta efectuada a 5 de Maio de 2008, às 10h38m.

⁵ Consulta efectuada a 6 de Maio de 2007, às 16h54m.



Fig.18 – Fotografia de pintura de D. João V. Fonte electrónica: www.e-cultura.pt/images/1110/75.jpg⁶.

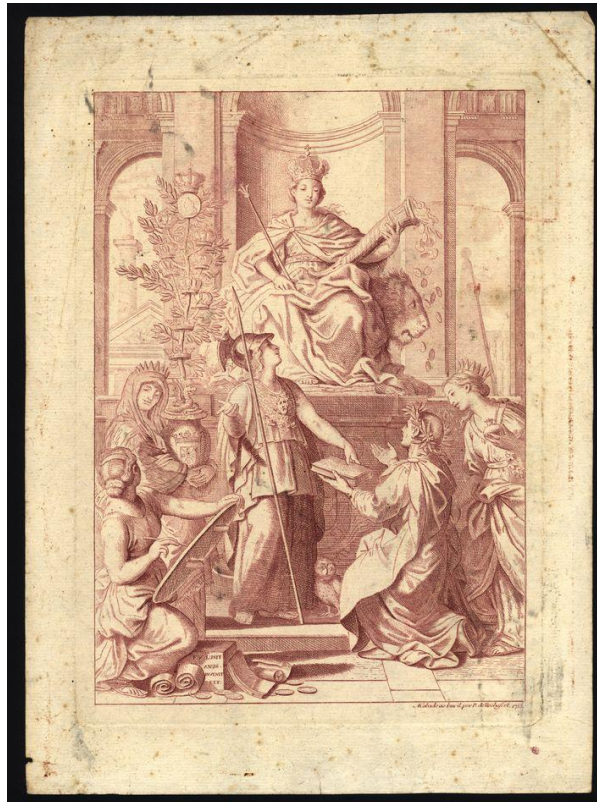


Fig.19 – Gravura de Vieira Lusitano, Alegoria à Academia Real da História, 1735. Fonte digital: Biblioteca Digital. Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl.pt/13219>⁷.

⁶ Consulta efectuada a 5 de Maio de 2008, às 14h19m.

⁷ Consulta efectua a 4 de Maio de 2008, às 14h54m.



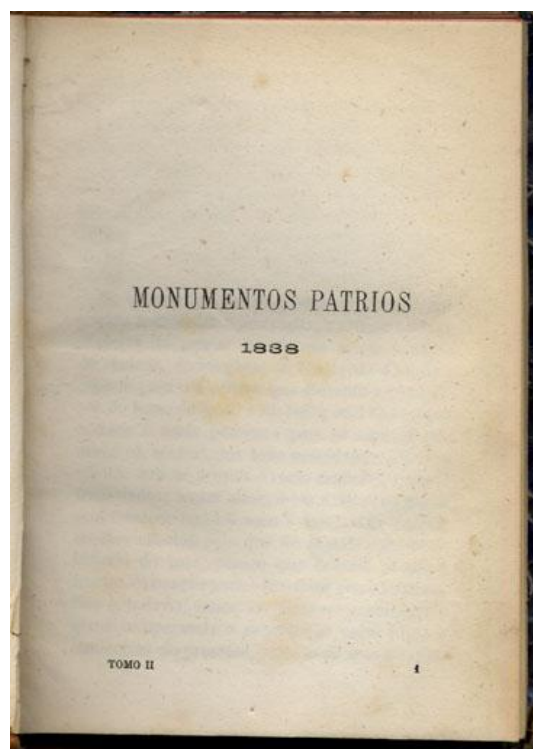
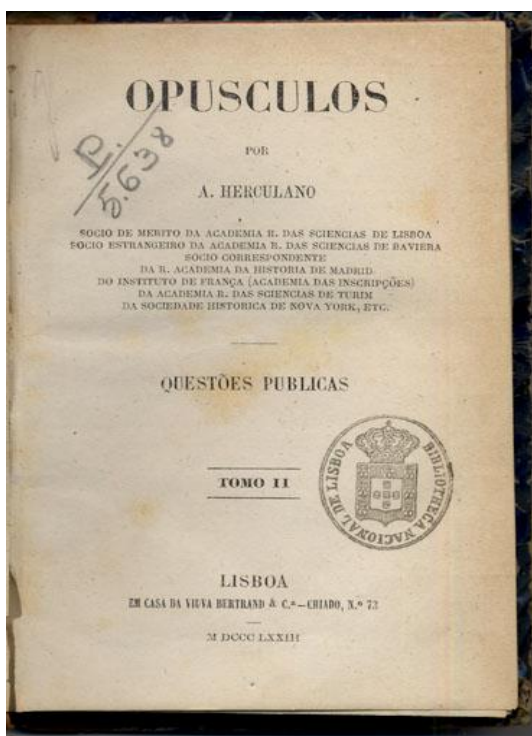
Fig.20 – Fotografia da Pintura de Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, da Congregação do Oratório, Presidente da Real Mesa Censória. Fonte electrónica: www.instituto_camoes.pt/revista/revista15g.htm⁸.
Fonte original: Biblioteca Nacional de Portugal.



Fig. 21 – Retrato de Alexandre Herculano, Litografia de Ferting, Séc. XIX. Fonte electrónica: Sociedade Martins Sarmento. www.csarmento.uminho.pt⁹.

⁸ Consulta efectuada a 4 de Maio de 2008, às 14h35m.

⁹ Consulta efectuada a 4 de Maio de 2008, às 13h45m.



Figs.22 e 23 – Folha de rosto da obra de Alexandre Herculano, *Opúsculos*, Tomo II, Lisboa: Viúva Bertrand, 1873-1908. Fonte digital: Biblioteca Digital. Biblioteca Nacional de Portugal. http://purl.pt/718/1/p-5639-P_item1/P2.html¹⁰.



Fig.24 – Folha de rosto da obra de Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa: A.M. Pereira, 1896. Fonte digital: Biblioteca Digital. Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl.pt/2007>¹¹.

¹⁰ Consulta efectuada no dia 10 de Julho de 2008, às 11h30m.

¹¹ Consulta efectuada a 10 de Julho de 2008, às 12h45m.

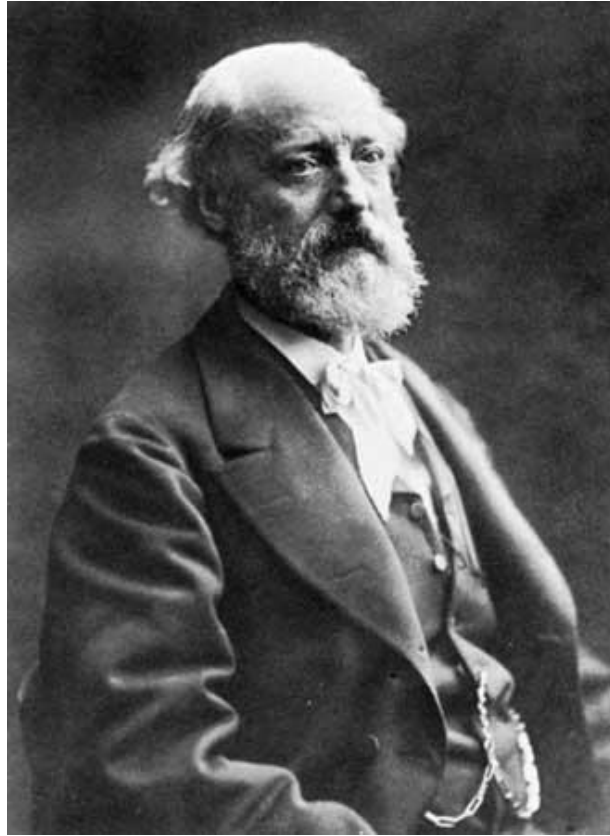


Fig.25 – Fotografia de Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc (1814 – 1879). Crédito fotográfico: Archives Photographiques, Paris. www.britannica.com/ebc/art-15083/¹².

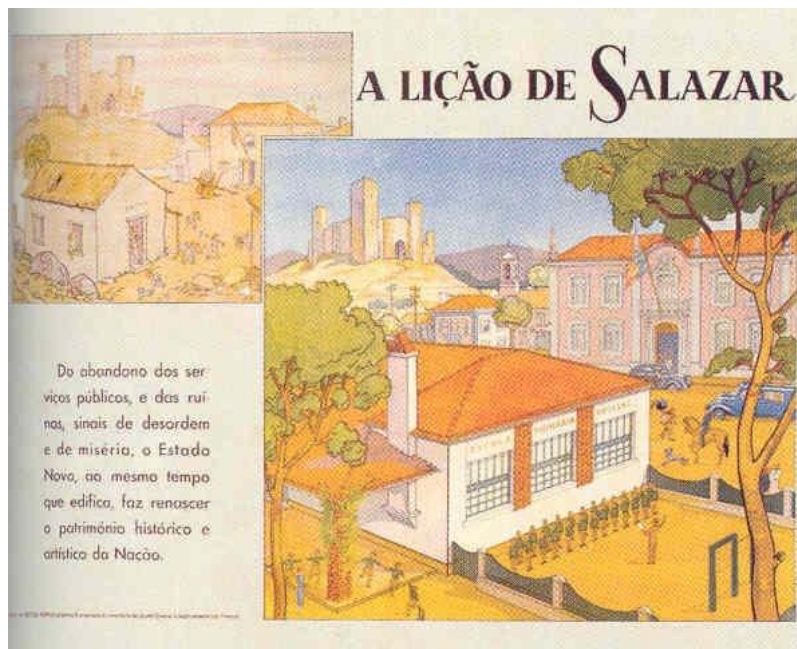


Fig.26 – Cartaz com uma das lições de António Oliveira de Salazar – Lição sobre o Renascimento do património histórico e artístico. Fonte electrónica: <http://www.oliveirasalazar.org/educacao.asp>¹³.

¹² Consulta efectuada a 10 de Julho de 2008, às 13h40m.

¹³ Consulta efectuada no dia 10 de Julho de 2008.



Fig.27 – Fotografia do antigo edifício do Paços do Concelho de Montijo, cerca de 1910-1920. Crédito fotográfico: José S. Fernandes.



Fig.28 – Fotografia do Ciclone de 1941, Afonsoeiro, Montijo. Crédito Fotográfico: Foto Montijense.



Fig.29 – Fotografia da lápide existente na actual galilé da Capela de Santo António (Quinta do Pátio de Água). Crédito Fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.30 – Fotografia do edifício actual da P.S.P de Montijo, anterior Quinta dos Frades Agostinhos e Ermida de Nossa Senhora da Graça. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.31 – Fotografia de um dos dois pináculos manuelinos existentes no actual edifício da P.S.P de Montijo. Crédito Fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.32 – Fotografia do Convento de Nossa Senhora da Conceição (finais do século XIX ?). Crédito fotográfico: Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva. Câmara Municipal de Montijo.

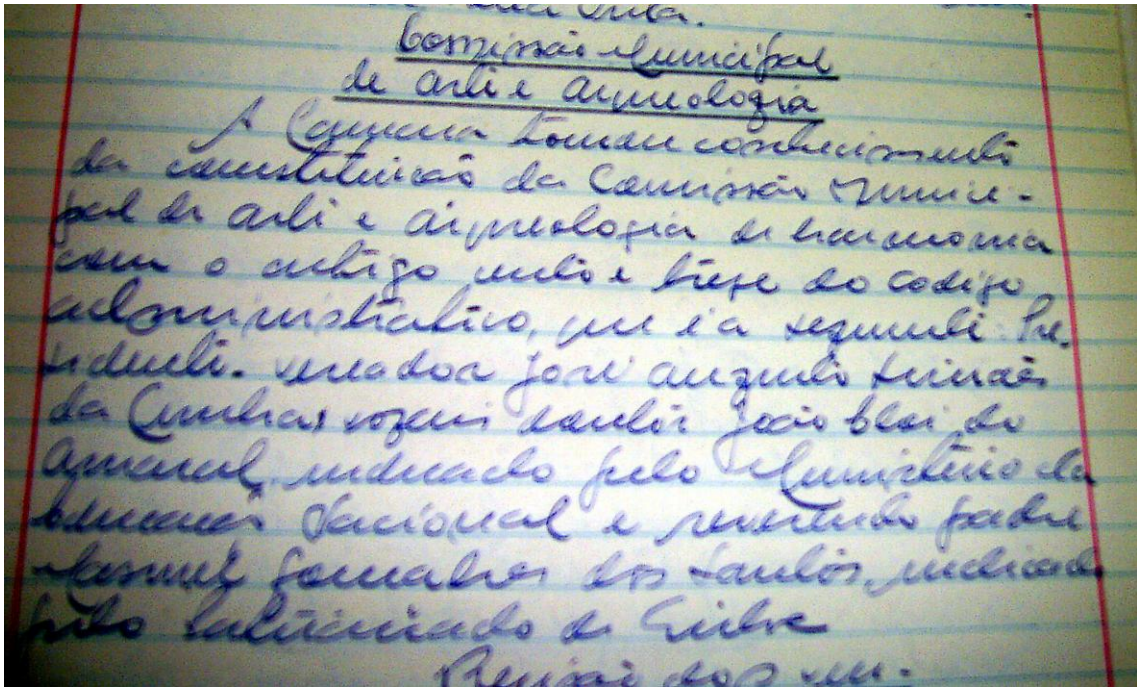


Fig.33 – Fotografia da Acta de Reunião de Câmara de 15 de Março de 1955, fl.164. Constituição da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia em Montijo. Fonte documental: Acta de Reunião Ordinária de 15 de Março de 1955, fl.164, Livro 51. Arquivo Histórico. Câmara Municipal de Montijo. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.34 – Fotografia da Casa dos Magistrados, 1970. Crédito Fotográfico: Arquivo Histórico Municipal. Câmara Municipal.



Fig.35 – Fotografia do antigo Arco do Cais dos Vapores, em 1961, antes da sua demolição. Crédito fotográfico: Arnaldo Madureira. Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa.

CÍRCULO HISTÓRICO-CULTURAL DE MONTIJO

(Círculo de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Montijo)
Rua Almirante Carilho dos Reis, 23 - 1.º
 2870 MONTIJO

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente - Dr. Luis dos Santos Graça
 1.º Secret. - António Tavares
 2.º Secret. - António José Calado Lucas

DIRECÇÃO

Presidente - Dr. Joaquim Carreira Tapadinhas
 Vice-Presid. - Dr. Rui Manuel Sousa Guedes
 " " - Dra. Maria Manuela Ventura
 Sec. Geral - José Joaquim Pialgata Victor
 Sec. Admin. - António Gabriel Baldrico
 Tesoureiro - Armando Marcelino
 Bibliotecário - Dr. Francisco José Correia
 " - António Carlos Janeiro
 Vogal - João Fernando Marques Coelho
 " - António Luis Almeida

COMISSÃO DE CONTAS

Presidente - Eng.º José Francisco dos Santos
 Secretário - Francisco da Silva Lopes
 Relator - Artur José Lucas

Fig.36 – Folheto relativo à primeira Direcção do *Círculo Histórico-Cultural de Montijo*. Fonte documental: *Círculo Histórico-Cultural de Montijo*.

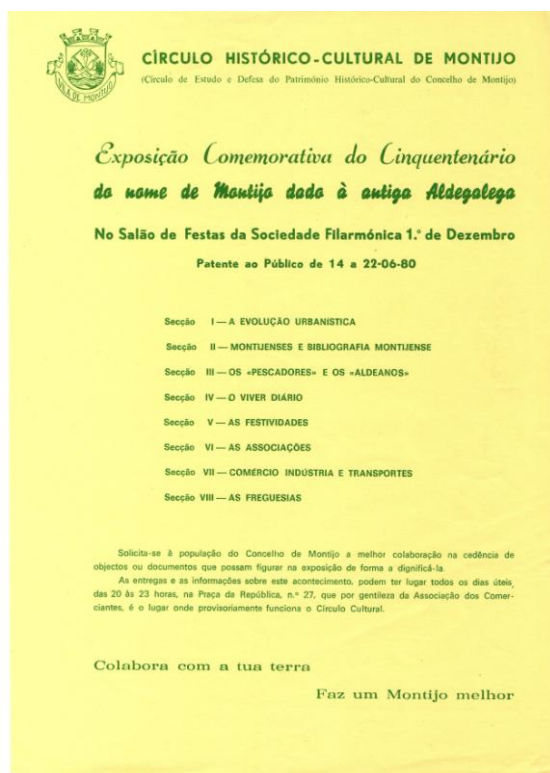


Fig.37 – Folheto da Exposição Comemorativa do Cinquentenário da Passagem de nome de Aldeia Galega a Montijo, 1980. Fonte documental: Circulo Histórico-Cultural de Montijo.



Fig.38 – Fotografia da Capela de Santo António. Quinta do Pátio de Água, início do século XX. Crédito fotográfico: Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva. Câmara Municipal de Montijo.



Fig.39 – Fotografia do Coreto da Praça da Republica, 1961. Crédito fotográfico: Arnaldo Madureira, Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa.



Figs.40 e 41 – Fotografias do estandarte com brasão de armas da vila de Aldeia Galega, antes e depois do restauro de 1999. Crédito fotográfico: Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.



Fig.42 – Fotografia da Pintura a Óleo sobre tela com retrato de Luís Calado Nunes, de autoria de Félix da Costa, de 1702. Crédito fotográfico: Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.



Fig.43 – Festas dos Círios de Nossa Senhora da Atalaia, Cruzeiro Mor da Atalaia, s.d. Crédito fotográfico: Eduardo Portugal. Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa.



Fig.44 – Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos, início do século XX. Crédito fotográfico: Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva. Câmara Municipal de Montijo.

INVENTÁRIO ETNOGRÁFICO


FICHA N.º 3

INFORMAÇÕES MUSEOGRÁFICAS

Estes espaços destinam-se a colar fotografias (provas de contacto).

Foto 1 Foto 2

Designação Local queijos e melão



Local e data da recolha Vila do Pinheiro em 13 de 9 de 1983
concelho de Montijo



Fig.46 – Fotografia do Cristo Indo-Europeu da Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos. Crédito fotográfico: Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.



Figs.47 e 48 – Fotografias da *Pietà* de Madeira da Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos, antes e depois do restauro executado nos finais do século XX. Créditos fotográficos: Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.



Fig.49 – Fotografia do Moinho do Cais, nos anos 70 do século XX. Crédito fotográfico: Arquivo Municipal. Câmara Municipal de Montijo.



Fig.50 – Fotografia do Moinho da Lançada, 1907. Crédito fotográfico: Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva. Câmara Municipal de Montijo.



Fig.51 – Fotografia do Fontanário de Pegões antes da recuperação. Crédito fotográfico: Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.



Fig.52 – Fotografia do Lagar de Azeite da Quinta Nova da Atalaia, em 1999. Crédito fotográfico: Museu Municipal. Núcleo da Quinta Nova da Atalaia. Câmara Municipal de Montijo.

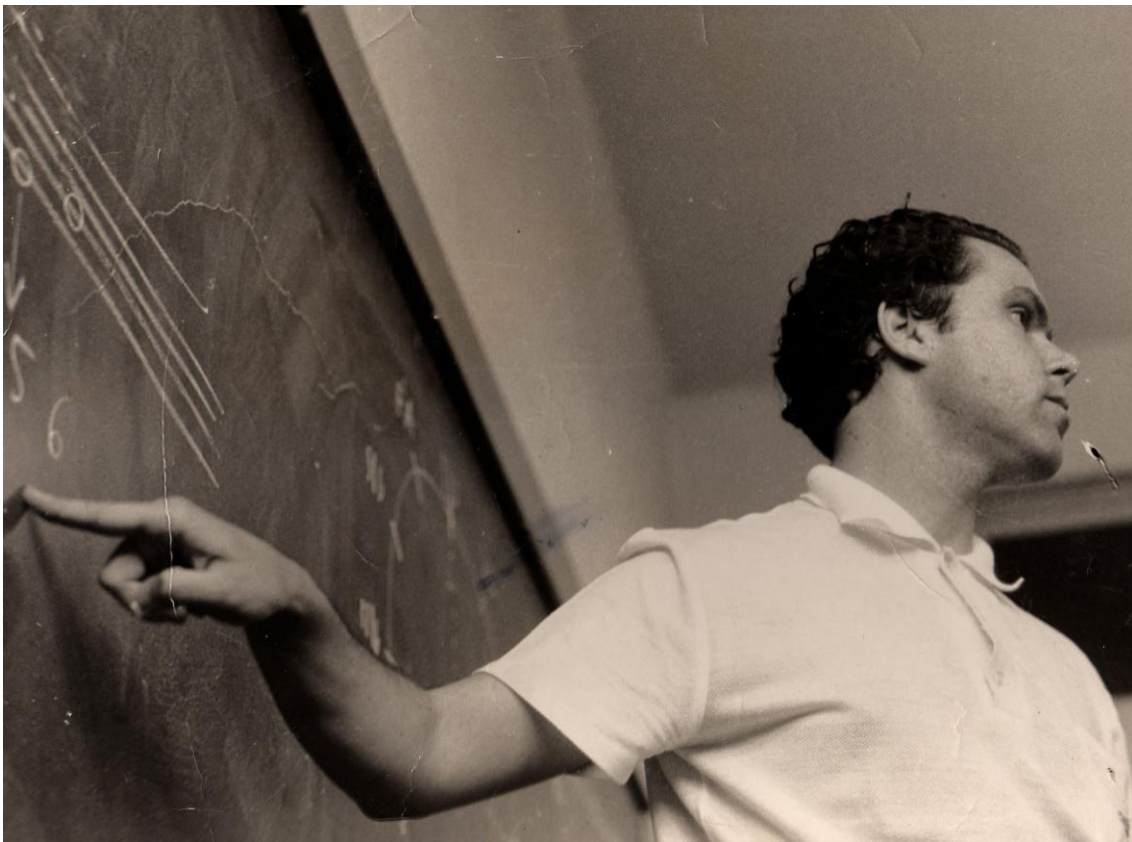


Fig.53 – Fotografia do Maestro Jorge Peixinho a dar aulas de música. Crédito Fotográfico: Espólio da Coleção de Jorge Peixinho. Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.



Fig.54 – Fotografia do Moinho de Maré do Cais, após a reconstrução, Junho de 2005. Crédito fotográfico: Leonor Silva. Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

Jornal do Montijo
29 de Agosto de 2008

Local

Salvaguarda do património

Câmara aprova classificação de 13 bens imóveis

A Igreja de Nossa Senhora da Atalaia, a Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos e o Moinho do Cais vão ser alvo de uma candidatura para classificação como imóveis de interesse nacional. A decisão cabe ao Ministério da Cultura.

FLORINDO CARDOSO

A Câmara Municipal do Montijo aprovou uma proposta que prevê a classificação de treze bens imóveis do concelho como património de interesse municipal, público e nacional.

O Cinema Teatro Joaquim d'Almeida, a Ermida de São Sebastião, a Quinta do Saldanha, o Moinho do Esteval, o Moinho de Maré da Lançada, a Praça de Toiros Amadeu Augusto dos Santos, o edifício dos Paços do Concelho como de interesse público.

A presidente da Câmara Municipal, Maria Amélia Antunes considera que o concelho possui "um vasto e rico património cultural que deve ser preservado, enquanto valor e testemunho simbólico, religioso, como espaço de vivências ou associado a factos históricos relevantes na memória e na identidade colectiva dos montijenses".

Maria Amélia Antunes afirma que "a política cultural do município tem, vindo a privilegiar o levantamento sistemático do património, a sua identificação e a sua recuperação em harmonia com uma política adequada de defesa do território e do ambiente".

A presidente revelou que no futuro deverão ser apresentadas as candidaturas de classificação do Mercado Municipal, do Tribunal e da Casa Piteira, em Canha. Algumas peças como o Cristo em marfim, que se encontra guardado numa instituição bancária devido ao seu elevado valor, também podem ser classificadas.

Para Maria Amélia Antunes "é uma boa medida" e "uma grande decisão" mas alerta que a partir da entrada em vigor da classificação "toda e qualquer intervenção neste património estará sujeita ao parecer do IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico)". No entanto, adianta, "vale a pena salvaguardar aquilo de que melhor existe na nossa história em termos patrimoniais".

Segundo a lei em vigor a classificação de bens culturais como de interesse nacional e público incumbe aos competentes órgãos e serviços do Estado, a classificação de bens culturais como de interesse municipal cabe aos municípios.

A Praça de Toiros Amadeu Augusto dos Santos será um dos imóveis classificados de interesse nacional

Fig.55 – Notícia de classificação de 13 imóveis como valor municipal. Fonte documental: Jornal do Montijo de 29 de Agosto de 2008.

ANEXOS II – B

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

(Religioso e Civil)

Fichas de Inventário

N.º 27 P.C.

Designação: Ermida de São Sebastião.

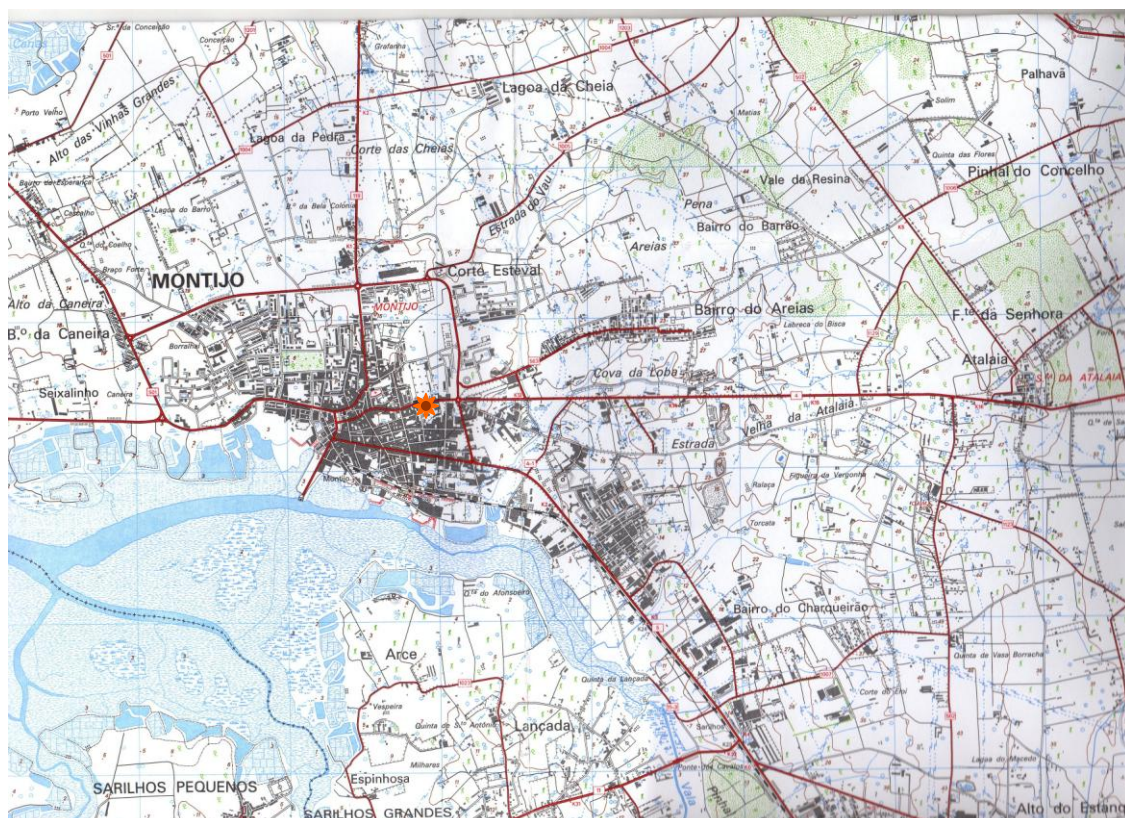
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Rua Joaquim de Almeida (Centro Histórico de Montijo).



Ermida de São Sebastião.

Fig.1 – Localização da Ermida de São Sebastião. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º432, 1992.

Classificação Oficial – Processo de Classificação ainda não concluído. Imóvel em vias de classificação, com despacho do Vice-Presidente do anterior Instituto Português de Património Cultural, actual IGESPAR, I.P., de 6 de Junho de 1991, para abertura do processo de instrução relativo à sua classificação. Proposta de classificação como valor

municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Tipologia – Arquitectura Religiosa, maneirista chã.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – O edifício religioso está implantado no *Centro Histórico de Montijo*, num local plano junto à entrada Sul do Cemitério. Encontra-se adossada a pequena casa de habitação, com flanco direito integrado na correnteza de casas de habitação baixas, sem grande destaque no conjunto circundante.

Período Cronológico – Construção possivelmente datada do século XIV com posteriores reconstruções.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Fotografia da fachada da Ermida de São Sebastião. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.3 – Fotografia do arco com duas colunas torsas, ornamentadas com florões e cordames da Capela de São Sebastião. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.



Fig.4 – Fotografia do pormenor de uma das colunas e do arco da Igreja de São Sebastião. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 28 P.C.

Designação: Igreja Matriz do Espírito Santo.

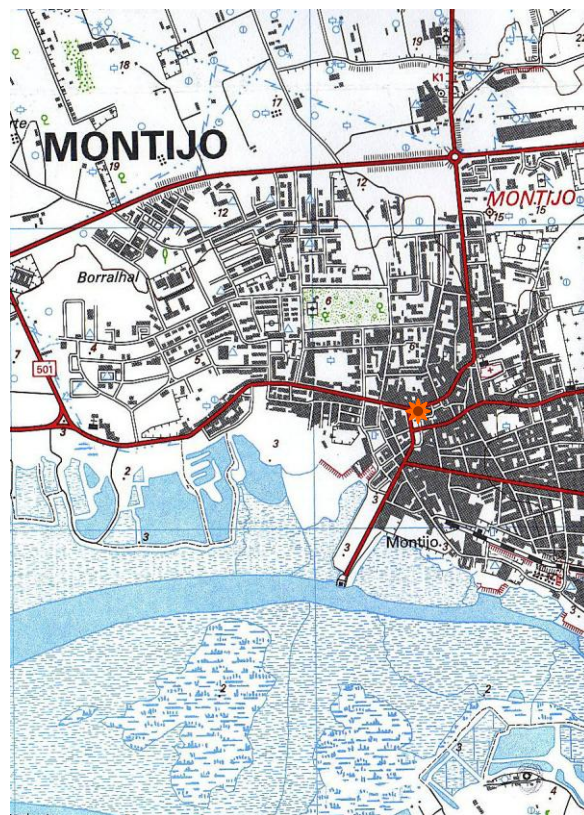
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Praça da República (Centro Histórico de Montijo).



Igreja Matriz do Espírito Santo.

Fig.1 – Localização da Igreja Matriz do Espírito Santo. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha 432, 1992.

Classificação Oficial – Imóvel Classificado como de interesse Público desde 30 de Novembro de 1993 (Decreto n.º 45/93).

Tipologia – Arquitectura Religiosa, manuelina e maneirista.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – O edifício religioso está implantado no Centro Histórico da cidade de Montijo, no centro de um largo formado na confluência de várias ruas, impõe-se volumetricamente sobre as construções envolventes.

Período Cronológico – Construção possivelmente do início do século XV, com posteriores reconstruções.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Igreja Católica.



Fig.2 – Fotografia da Igreja Matriz do Espírito Santo. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.3 – Fotografia do Interior da Igreja Matriz do Espírito Santo. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Fotografia do pormenor da abóbada da capela-mor, de características manuelinas, composta por chaves de pedraria com motivos vegetalistas. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.5 – Fotografia de um painel de azulejos com a representação “A Descida do Espírito Santo”, do século XVIII, de autoria do pintor Manuel dos Santos. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.6 – Fotografia de pormenor azulejar no guarda-vento da Igreja Matriz do Espírito Santo. Este possui abóbada de berço revestida de azulejos de tapete do século XVII, onde se observa ao centro a imagem de Nossa Senhora do Rosário, datada de 1648. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 29 P.C.

Designação: Igreja do Senhor Jesus da Misericórdia de Montijo.

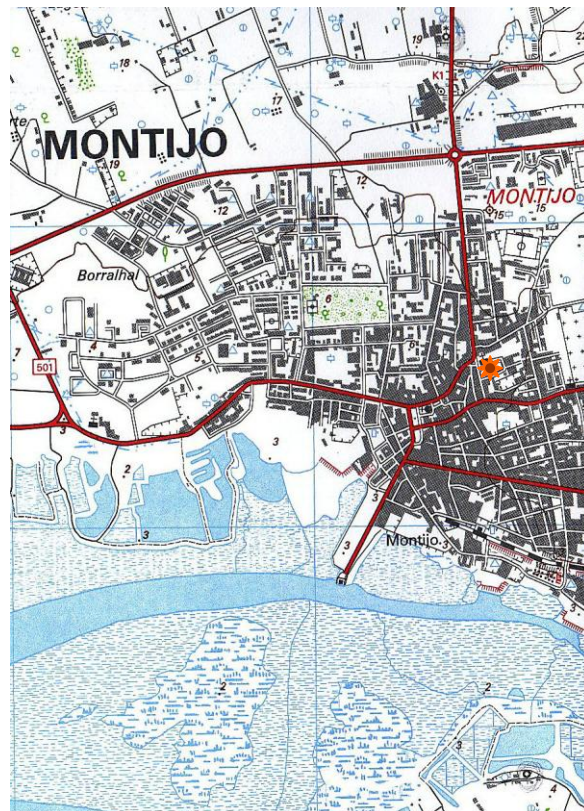
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Praça 1.º de Maio (junto ao Hospital de Montijo).



Igreja do Senhor Jesus da Misericórdia de Montijo.

Fig.1 – Localização da Igreja do Senhor Jesus da Misericórdia de Montijo. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Classificação Oficial – Imóvel Classificado com Interesse Público desde 30 de Novembro de 1993 (Decreto n.º 45/93).

Tipologia – Arquitectura Religiosa maneirista.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – O edifício religioso localizado no antigo núcleo histórico do Concelho de Montijo, na Praça 1.º de Maio na confluência de várias ruas. Está adossada a um edifício de dois andares do lado Norte, separada do Hospital Distrital do Montijo, a Sul pelo terreiro antigo.

Período Cronológico – Igreja do século XVI com posteriores reconstruções.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Santa Casa da Misericórdia de Montijo.



Fig.2 – Fotografia da fachada da Igreja do Senhor Jesus da Misericórdia de Montijo. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.3 – Fotografia do Interior da Igreja do Senhor Jesus da Misericórdia de Montijo. Fonte documental: (GRAÇA, 2001, 48).



Fig.4 – Fotografia do Retábulo figurando a “Visitação” identificado na Igreja do Senhor Jesus da Misericórdia de Montijo, na última campanha de restauro entre 1991 e 1998, trata-se de uma obra atribuída ao pintor quinhentista Tomás Luís. Fonte documental: (GRAÇA, 2001,51).

N.º 30 P.C.

Designação: Quinta do Pátio de Água (Quinta do Casado ou Quinta de Santo António).

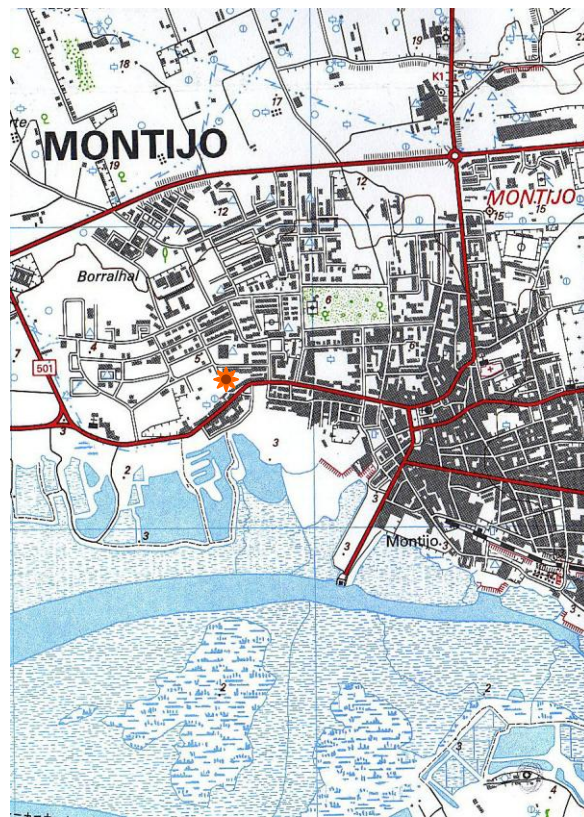
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Avenida dos Pescadores n.º 78.



✶ Quinta do Pátio de Água.

Fig.1 – Localização da Quinta do Pátio de água. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Classificação Oficial – Conjunto Arquitectónico Misto Classificado como de Interesse Público desde 19 de Fevereiro de 2002 (Decreto n.º 5/2002).

Tipologia – Arquitectura Mista / Conjunto.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Conjunto recuado em relação aos prédios que o ladeiam e está separado da via pública por um muro com um gradeamento em ferro. Destaca-se o conjunto (edifício, capela e pátio) das casas circundantes pela riqueza das formas arquitectónicas e elevado nível artístico que fazem dele um belo exemplar de residência solarenga. Nas traseiras do edifício existe ainda um espaço bastante grande que corresponde à área da quinta.

Período Cronológico – Conjunto fez parte do antigo Morgadio de Santo António e deve remontar pelo menos ao século XVI, se atendermos à data do primeiro enterramento em 1570 e da edificação do oratório em 1590.

Estado de Conservação – Mau.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Fotografia da Quinta do Pátio de Água. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.3 – Fotografia da Fachada da Capela de Santo António. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Fotografia da galilé que antecede a entrada da Capela, com azulejos da segunda metade do século XVIII alusivos a cenas da vida de Santo António. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.5 – Fotografia do Retábulo da capela-mor em talha dourada da Capela de Santo António. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.6 – Fotografia do nicho da capela-mor possivelmente do século XVI. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos



Fig.7 – Fotografia do vitral sobre janela, de autoria de Ricardo Leone, representando uma imagem de Santo António, executado nos anos 40 do século XX. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.8 – Fotografia do edifício principal da Quinta do Pátio de Água. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

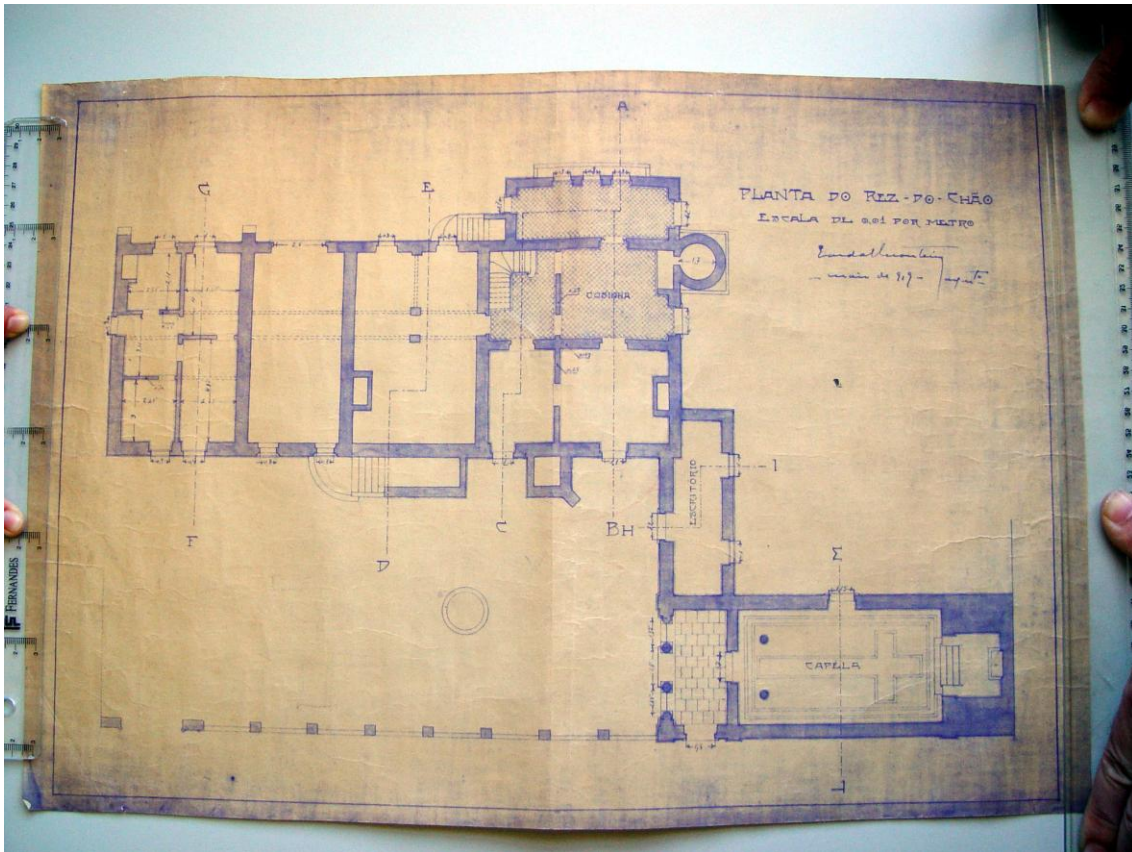


Fig.9 – Planta do rés-do-chão da Quinta do Pátio de Água. Fonte documental: Museu Municipal. Câmara Municipal.

N.º 31 P.C.

Designação: Conjunto Edificado Quinta do Saldanha.

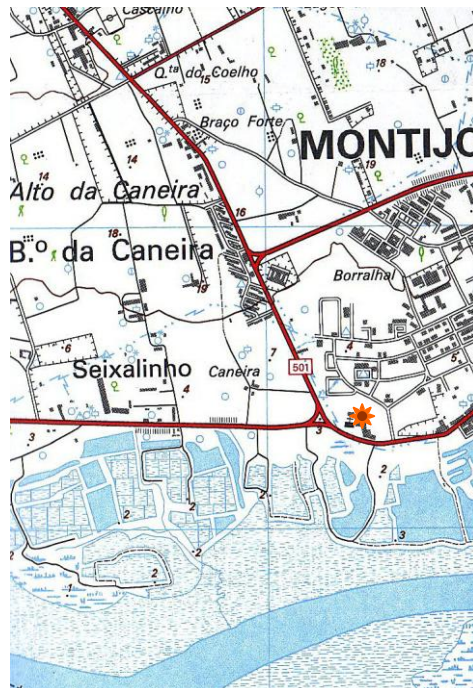
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Rua Dr. Manuel da Cruz Júnior.



Quinta do Saldanha.

Fig.1 – Localização da Quinta do Saldanha. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º432, 1992.

Classificação Oficial – O conjunto iniciou abertura de processo nos anos 90 do século XX, mas devido às grandes alterações arquitectónicas que a Quinta sofreu, nas obras executadas nos anos 90, o Ministério da Cultura a 22 de Outubro de 2007, após visita de um técnico do IGESPAR, I.P., desclassificou o Conjunto. De momento está a decorrer a execução da proposta de classificação apenas da ermida. Proposta de classificação como valor municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Tipologia – Arquitectura Religiosa e Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – A Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos está integrada num conjunto pertencente à antiga Quinta Morgado Saldanha da Gama num local bastante aprazível e rico em belezas naturais. O conjunto situa-se num local plano, sublinhado pela horizontalidade dos edifícios. Encontra-se separada dos esteiros do rio Tejo apenas pela estrada que segue para o Samouco (antiga estrada real) a ermida confronta-se a Este com um muro que se abre o portão de acesso à quinta. A Oeste da referida ermida não há qualquer construção a referir. Em frente ao muro estão três palmeiras que imprimem um tom pitoresco ao local.

Período Cronológico – Conjunto edificado do século XVI tendo sofrido posteriores reconstruções.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Fotografia da Quinta do Saldanha. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.3 – Fotografia do interior da Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.

N.º 32 P.C.

Designação: Conjunto Religioso da Igreja Nossa Senhora da Atalaia.

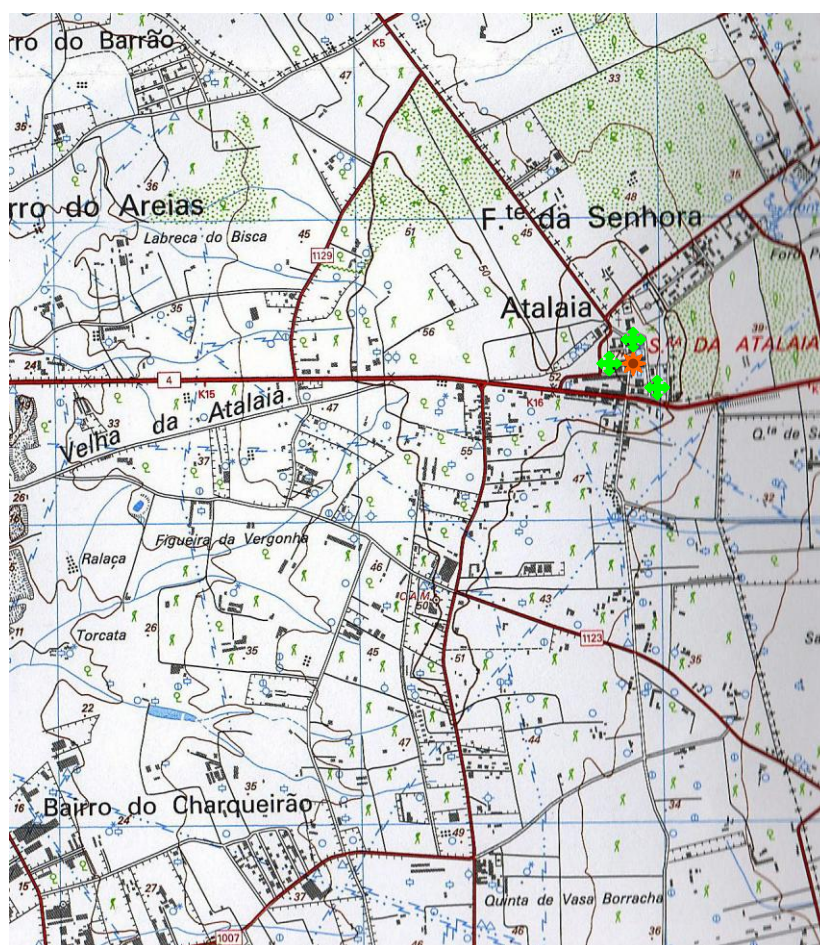
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Atalaia.

Lugar – Largo da Igreja e Largo da Feira – Atalaia.



Igreja de Nossa Senhora da Atalaia.



Cruzeiros

Fig.1 – Localização da Igreja e Cruzeiros da Atalaia. Fonte: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Classificação Oficial – Conjunto (Igreja e cruzeiros) com despacho do antigo IPPAR, actual IGESPAR, I.P., de 2 de Outubro de 1995, para abertura de processo de instrução relativo à sua classificação. Processo ainda não concluído.

Tipologia – Arquitectura Religiosa.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Conjunto localizado no Monte da Atalaia com vista sobre o rio Tejo. A Igreja apresenta-se integrada na malha urbana da freguesia e ladeada por casas de pequeno vulto. O Cruzeiro manuelino está implantado num amplo rossio, que é rematado pela Quinta Nova da Atalaia – Museu Agrícola, a Este pela estrada nacional 502 e pela escadaria de acesso à Igreja de Nossa Senhora da Atalaia.

Período Cronológico – Igreja e Cruzeiro-Mór de construção do século XVI, tendo a primeira sofrido posteriores reconstruções. Cruzeiros laterais do século XVII.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Igreja e Estado.



Fig.2 – Fotografia da Igreja Nossa Senhora da Atalaia. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Interior da Igreja de Nossa Senhora da Atalaia, retábulo setecentista em talha dourada da capela-mor. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

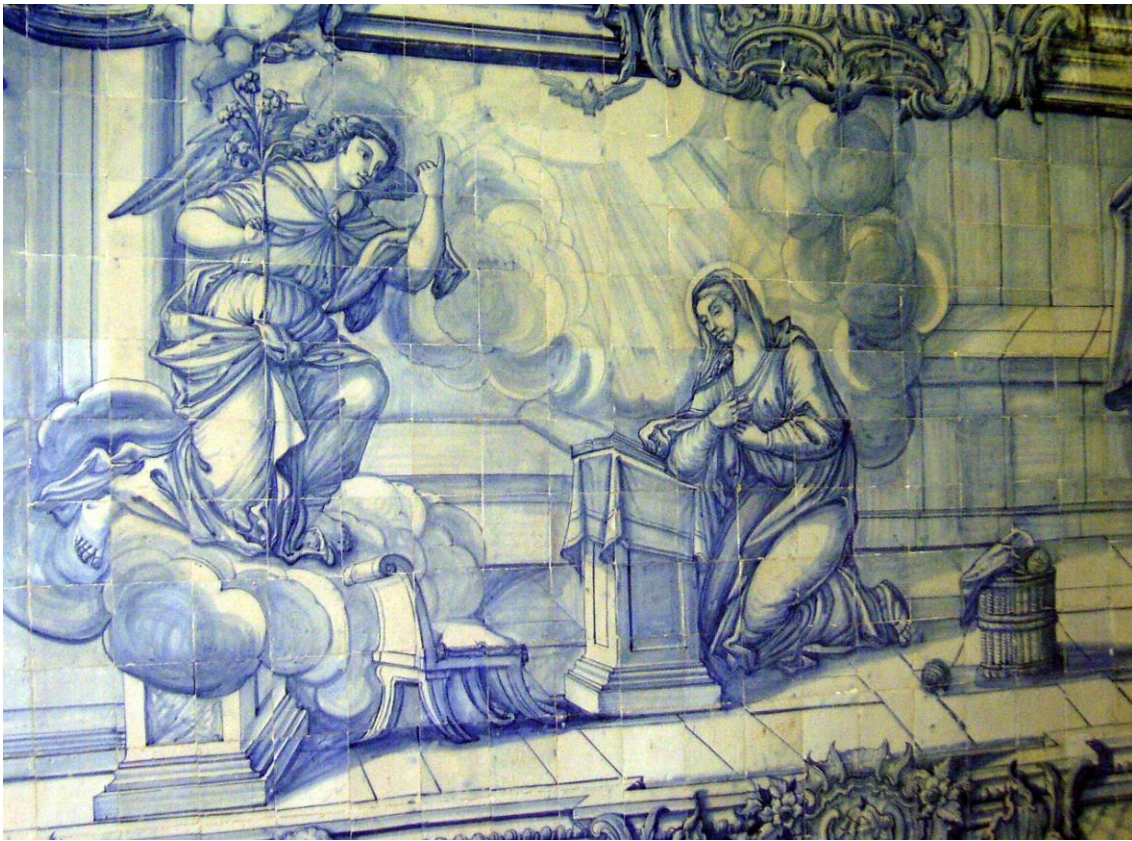


Fig.4 – Um dos Painéis de azulejares alusivos à vida de Nossa Senhora, datados do século XVIII, que compõem as paredes laterais da Igreja. Representação da aparição do Anjo Gabriel a Nossa Senhora. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.5 – Fotografia do Cruzeiro quinhentista da Atalaia. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.6 – Cruzeiro lateral seiscentista. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.



Fig.7 – Cruzeiro lateral localizado junto à Estrada Nacional n.º4. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.

N.º 33 P.C.

Designação: Conjunto Religioso Ermida de Nossa Senhora da Piedade e Igreja de São Jorge.

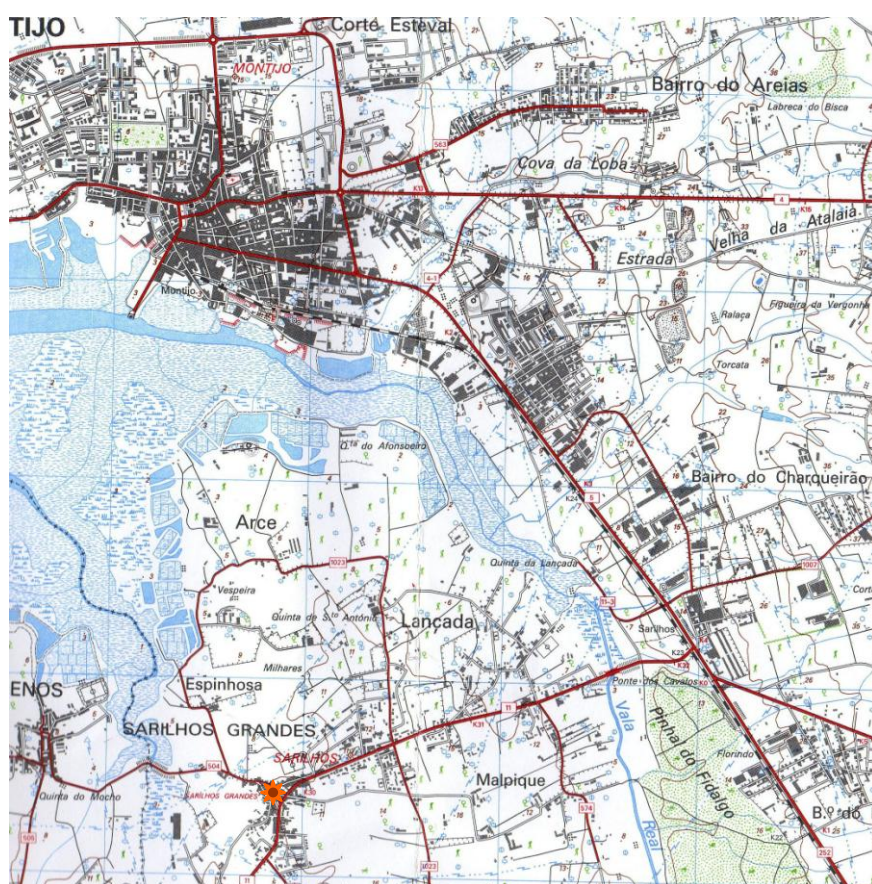
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Atalaia.

Lugar – Largo da Igreja – Sarilhos Grandes.



Ermida de Nossa Senhora da Piedade e Igreja de São Jorge.

Fig.1 – Localização do Conjunto religioso Ermida de Nossa Senhora da Piedade e Igreja de São Jorge. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º432, 1992.

Classificação Oficial – Classificadas como Imóveis de Interesse Público desde 30 de Novembro de 1993 (Decreto n.º 45/93).

Tipologia – Arquitectura Religiosa.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Localizada no interior da povoação e cercada por casas baixas do início do século XX.

Período Cronológico – Ermida com referências desde o século XVI e a Igreja de São Jorge desde o século XVIII, recebeu campanhas de obras nos séculos XIX e XX.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Igreja.



Fig.2 – Fotografia da Ermida de Nossa Senhora da Piedade. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.3 – Fotografia da entrada da Ermida ostentando um portal manuelino com decoração vegetalista. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Fotografia do pormenor dos azulejos hispano-árabes existentes na parede frontal da Ermida e no piso que dá acesso ao altar. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.5 – Fotografia da fachada da Igreja de São Jorge. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.

N.º 34 P.C.

Designação: Igreja Nossa Senhora da Oliveira.

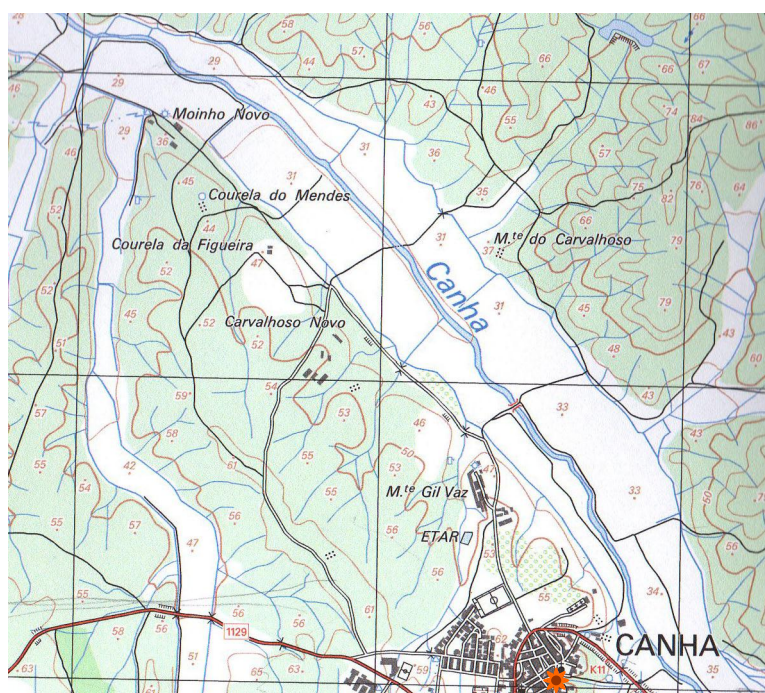
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Canha

Lugar – Largo da Igreja.



Igreja Nossa Senhora da Oliveira.

Fig.1 – Localização da Igreja Nossa Senhora da Oliveira. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Classificação Oficial – Imóvel de Interesse Municipal desde 6 de Março de 1996 (Decreto n. 45/93).

Tipologia – Arquitectura Religiosa.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – A Igreja está situada no centro da povoação, destacando-se do resto das construções circundantes de pequeno vulto. Este edifício

religioso ergue-se num espaço gradeado onde se pode observar, à esquerda, uma oliveira simbólica.

Período Cronológico – Com referências desde o século XIII, teve diferentes campanhas de obras nos séculos XVI, XVIII, XIX e XX.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Igreja.



Fig.2 – Fotografia da fachada da Igreja Nossa Senhora da Oliveira. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.



Fig.3 – Fotografia do Interior da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.



Fig.4 – Fotografia do retábulo maneirista da anterior Capela de Nossa Senhora do Rosário, actual Capela do Santíssimo Sacramento. Atribuído ao Pintor Tomás Luís. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.



Fig.3 – Fotografia do frontal do altar revestido de azulejos da oficina de *Talavera de la Reina*, Espanha. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.



Fig.4 – Fotografia do pormenor do painel dos azulejos enxaquetados, verdes e brancos, entrecortados por conjuntos policromos de motivos florais. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.



Fig.5 – Fotografia da Sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.



Figs.6 e 7 – Fotografias dos Paramentos da Igreja Nossa Senhora da Oliveira. Custódia à esquerda, cálices e prato das hóstias à direita. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.

N.º 35 P.C.

Designação: Igreja de São Sebastião ou Igreja da Misericórdia de Canha.

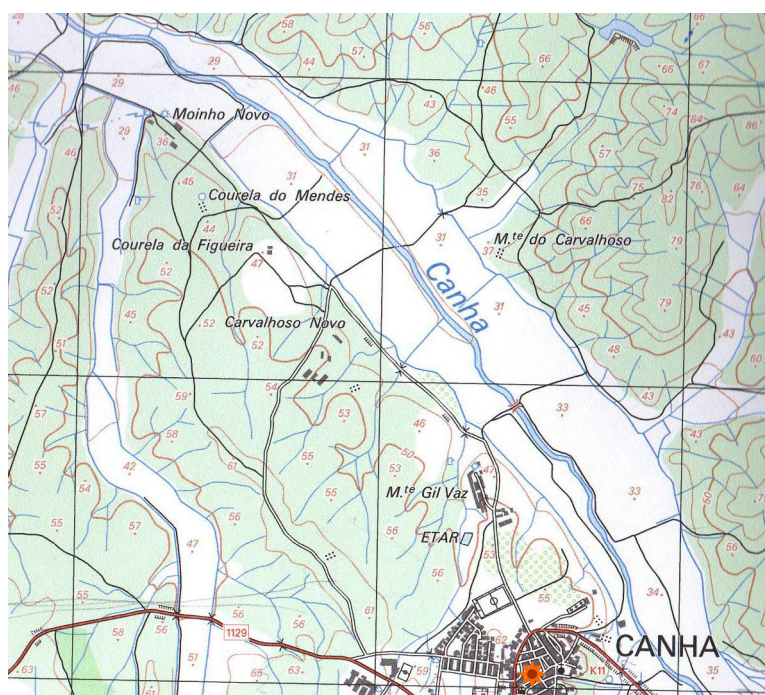
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Canha.

Lugar – Rua do Castelo – Canha.



Igreja de São Sebastião ou da Misericórdia de Canha.

Fig.1 – Localização da Igreja de São Sebastião ou da Misericórdia de Canha. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Classificação Oficial – Imóvel com despacho do Ministro da Cultura, de 1998, para abertura do processo de instrução relativo à sua classificação, ainda não concluído.

Tipologia – Arquitectura Religiosa.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Situada no centro da vila, a Igreja está implantada num amplo adro gradeado, destacando-se das outras construções pela sua acentuada horizontalidade.

Período Cronológico – Igreja possivelmente do século XVI, com posteriores beneficiações nos séculos XVII e XX.

Estado de Conservação – Bom.

Propriedade – Santa Casa da Misericórdia de Canha.



Fig.2 – Fotografia da fachada da Igreja de São Sebastião ou da Misericórdia de Canha. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.



Fig.3 – Fotografia do Interior da Igreja de São Sebastião ou da Misericórdia de Canha. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.

N.º 36 P.C.

Designação: Conjunto Edificado de Santo Isidro de Pegões.

Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Santo Isidro de Pegões.

Lugar – Núcleo Central de Santo Isidro de Pegões.

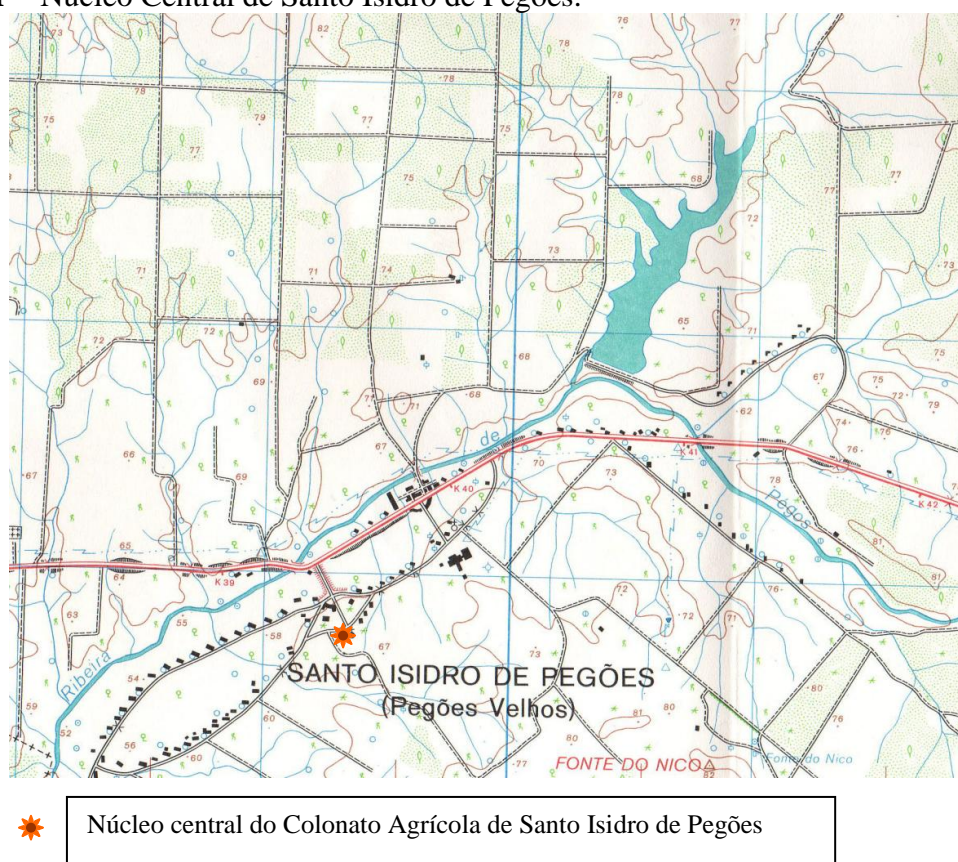


Fig.1 – Localização do núcleo central do Colonato Agrícola de Santo Isidro de Pegões. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 434, 1973.

Classificação Oficial – Proposta de classificação como valor municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Tipologia – Arquitectura Religiosa e Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Localizados no núcleo central de Santo Isidro de Pegões, destacam-se conjuntamente pela forma arquitectónica que todos os

elementos possuem em que se distinguem os arcos ogivais, que se conjugam perfeitamente com a paisagem natural circundante.

Período Cronológico – Século XX – Estado Novo.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Igreja e Autarquia.



Fig.2 – Fotografia da fachada da Igreja de Santo Isidro de Pegões. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.3 – Fotografia da fachada lateral da Igreja. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Fotografia da fachada de uma das casas dos técnicos, localizada no núcleo central da Junta de Colonização Interna de Santo Isidro de Pegões. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.5 – Fotografia da fachada lateral da mesma casa. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.6 – Fotografia de uma das escolas do núcleo central. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.7 – Fotografia de um casal agrícola, já com algumas alterações arquitectónicas. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 37 P.C.

Designação: Edifício actual dos Paços do Concelho.

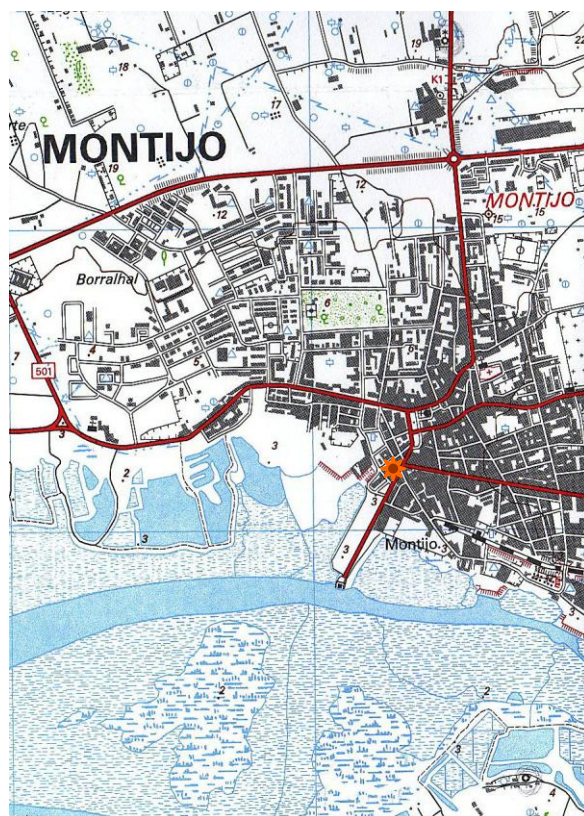
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Fachada principal voltada para a Rua Manuel Neves Nunes de Almeida e semblante posterior virado para a Praça Gomes Freire de Andrade.



Edifício dos Paços do Concelho.

Fig.1 – Localização do Edifício dos Paços do Concelho. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Classificação Oficial – Proposta de classificação como valor municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Edifício localizado entre o núcleo antigo da cidade e perto da *Zona Ribeirinha*, distingue-se das restantes construções circundantes pelas suas linhas sóbrias e austeras.

Período Cronológico – Construção do século XIX com posteriores remodelações.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Edifício dos Paços do Concelho de Montijo. Fonte: Museu Municipal de Montijo.

N.º 38 PC

Designação: Edifício da Assembleia e Galeria Municipal.

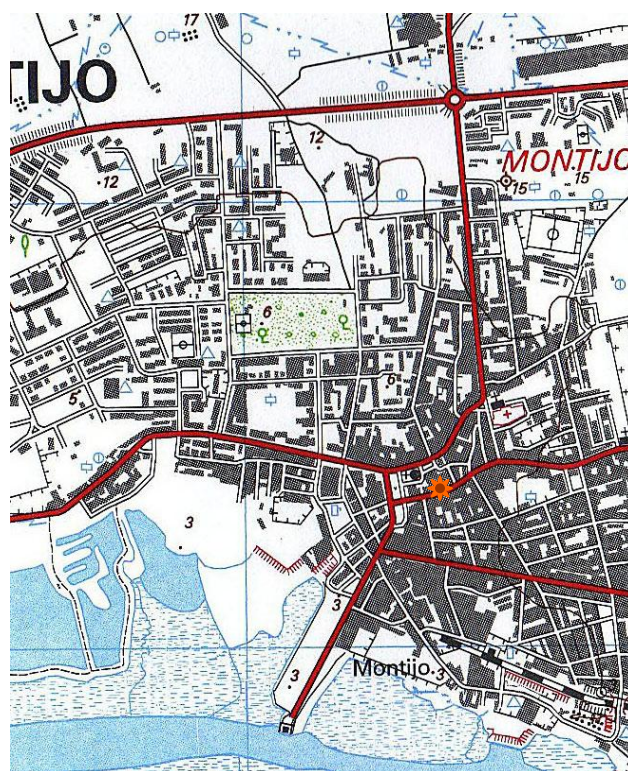
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Rua Almirante Cândido dos Reis.



Edifício da Galeria e Assembleia Municipal

Fig.1 – Localização do Edifício da Galeria e Assembleia Municipal de Montijo. Fonte Cartográfica: Carta Militar de Portugal, escala de 1:25000, folha n.º432, 1992.

Classificação Oficial – Proposta de classificação como valor municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Tipologia – Arquitectura Religiosa e Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Localizado no centro histórico da actual cidade, integrado na malha urbana, este edifício distingue-se pela sua nobre fachada principal.

Período Cronológico – Construção do século XVIII com posteriores reconstruções e remodelações nos séculos XIX e XX.

Estado de Conservação – Bom.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Fotografia da fachada do edifício da Galeria e Assembleia Municipal de Montijo. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.

N.º 39 P.C.

Designação: Casa Mora.

Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Avenida dos Pescadores n.º 52.

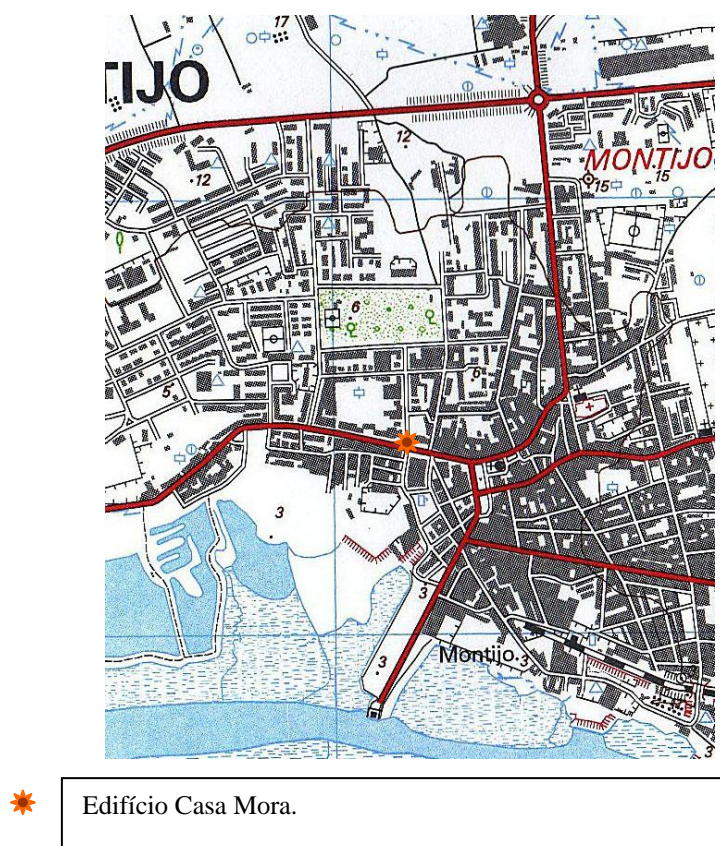


Fig.1 – Localização do Edifício Casa Mora, actual Museu Municipal de Montijo. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Classificação Oficial – Proposta de classificação como valor municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Edifício integrado na malha urbana da cidade de Montijo que se distingue das restantes construções pela sua beleza arquitectónica e artística. Possui fachada principal virada para a Avenida dos Pescadores. A fachada posterior ostenta um jardim que se ergue, num espaço gradeado com entrada virada para a Avenida 25 de Abril.

Período Cronológico – Construção do século XIX.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Fotografia do edifício Casa Mora, actual Museu Municipal de Montijo. Crédito Fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Fotografia do pormenor da fachada com um arco de pedraria de volta perfeita encimado por pequeno apontamento de cantaria com um rosto em relevo. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Fotografia do hall de entrada da Casa Mora, rico em motivos decorativos, onde se destaca uma ampla escadaria de acesso ao piso superior.



Fig.5 – Apontamentos primorosos na composição dos tectos, sendo visível, também o arco de volta perfeita, com chaves de pedraria com motivos vegetalistas, que antecede o acesso ao piso superior. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.6 – Tecto do salão principal, revestido de estuque em relevo com motivos vegetalistas, pintado a branco, azul e dourado. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.7 – Fotografia de uma parte do tecto do quarto principal da Casa, revestido com estuque em relevo pintado a rosa e branco, com motivos vegetalistas e antropomórficos. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.8 – Pormenor da parede do oratório com frescos de motivos vegetalistas, rostos humanos e estrelas de seis pontas. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.9 – Um dos sete painéis que revestem as paredes da “sala dos medalhões”. Painéis individualmente centrados por um medalhão principal, com figurações de carácter paisagístico, onde estão também presentes as naturezas mortas, as frutas e as aves. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.10 – Fotografia dos azulejos com composição em padrão geométrico existentes na Cozinha da Casa Mora. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 40 P.C.

Designação: Marco de Légua.

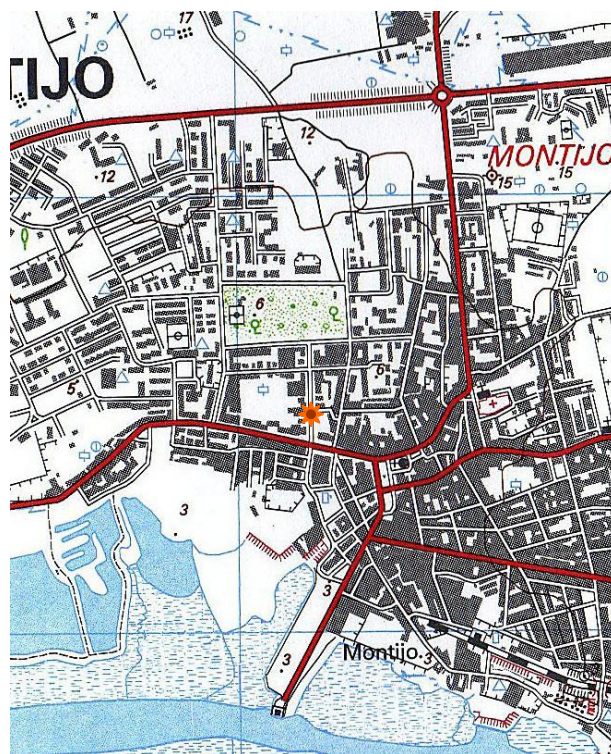
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Jardim da Casa Mora (Avenida 25 de Abril).



Marco de Légua.

Fig.1 – Localização do Marco de Légua. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha 432, 1992.

Classificação Oficial – Não tem.

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Património construído implantado, inicialmente, na Rua Dr. Manuel Cruz Júnior, no sentido Samouco-Montijo. Assinalava a légua n.º 1 do percurso da antiga Estrada Real.

Período Cronológico – Construção do século XVIII.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.1 – Marco de Légua n.º 1 do século XVIII de características barrocas. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 41 P.C.

Designação: Marco de Légua.

Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Avenida dos Pescadores n.º 52.

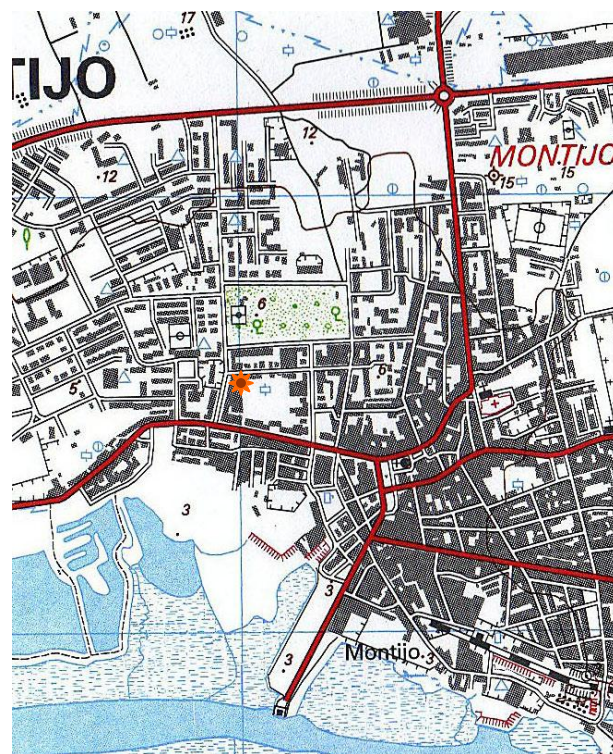


Fig.1 – Localização do Marco de Légua II. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Classificação Oficial – Não tem.

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Este exemplar inicialmente estava localizado junto à antiga Estrada Real de Montijo, ao quilómetro 1,2 no sentido Este-Oeste.

Período Cronológico – Construção do século XVIII (?).

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Marco de Léguas de secção rectangular coroado na parte superior por um pináculo boleado, ostenta a inscrição L.1. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 42 P.C.

Designação: Praça de Touros Amadeu Augusto dos Santos.

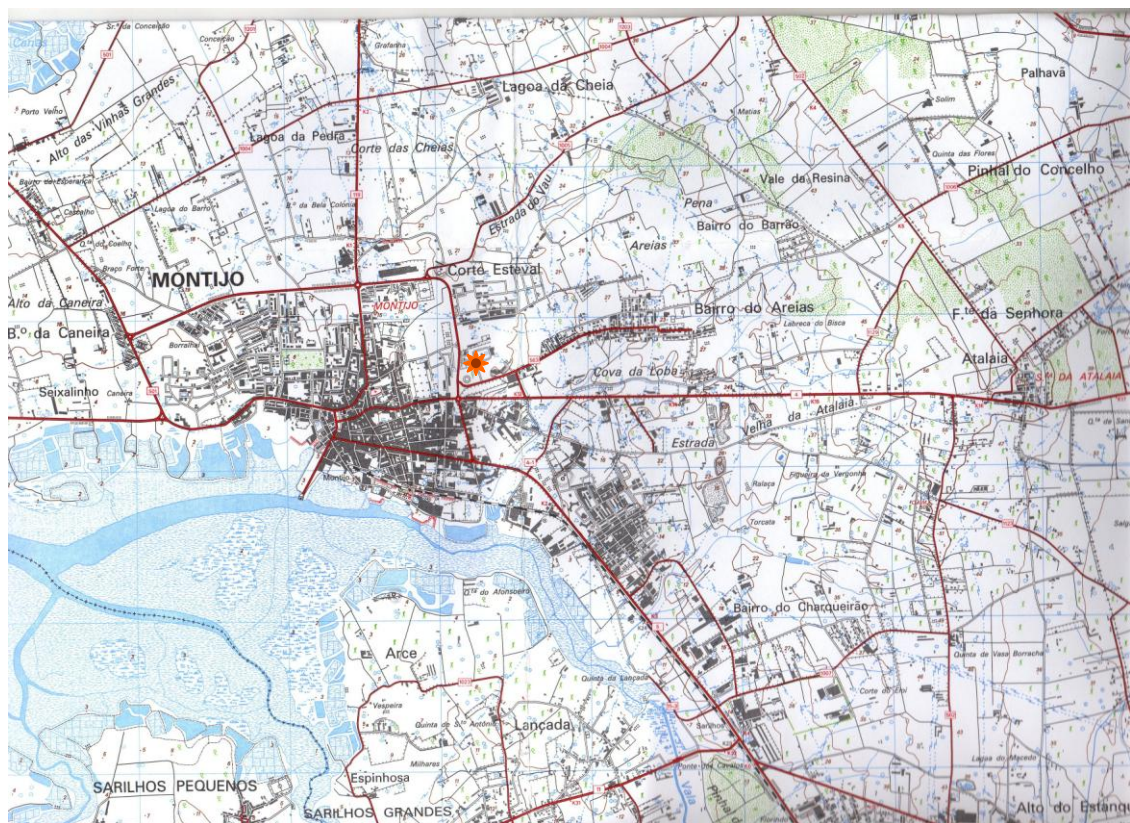
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Avenida de Olivença.



Praça de Touros Amadeu Augusto dos Santos

Fig.1 – Localização da Praça de Touros Amadeu Augusto dos Santos. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha 432, 1992.

Classificação Oficial – Imóvel com processo de classificação aberto desde 8 de Março de 1996 (despacho do vice-presidente do antigo Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, actual IGESPAR, I.P.). Proposta de classificação como valor municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Localizado nos arredores da cidade este edifício distingue-se claramente do restante conjunto urbano pelas sua arquitectura monumental.

Período Cronológico – Construção da segunda metade do século XX.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Santa Casa da Misericórdia de Montijo.



Fig.2 – Praça de Touros Amadeu Augusto dos Santos. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.

N.º 43 P.C.

Designação: Mercado Municipal.

Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Quarteirão formado por Avenida dos Pescadores, Praça Gomes Freire de Andrade e Avenida 25 de Abril.

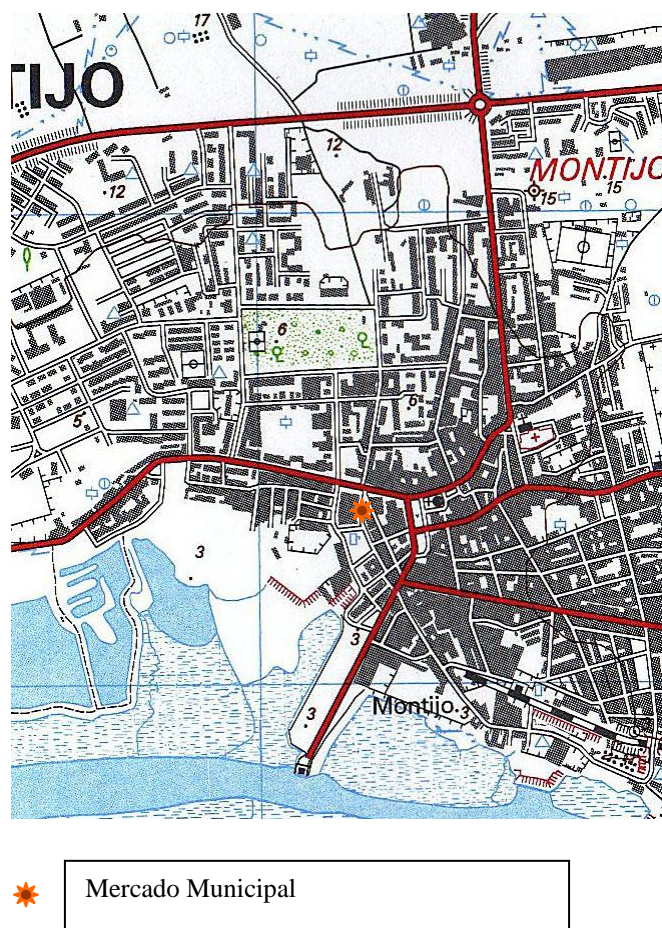


Fig.1 – Localização do Edifício do Mercado Municipal. Fonte: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Classificação Oficial – Proposta de classificação como valor municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Edifício integrado na malha urbana da cidade de Montijo que conflui com a Avenida dos Pescadores, a Praça Gomes Freire de Andrade e a Avenida 25 de Abril. Este património construído distingue das restantes construções pelo seu traço arquitectónico moderno.

Período Cronológico – Construção da segunda metade do século XX.

Estado de Conservação – Bom.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Fotografia do edifício do Mercado Municipal de Montijo. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.

N.º 44 P.C.

Designação: Cinema-Teatro Joaquim de Almeida.

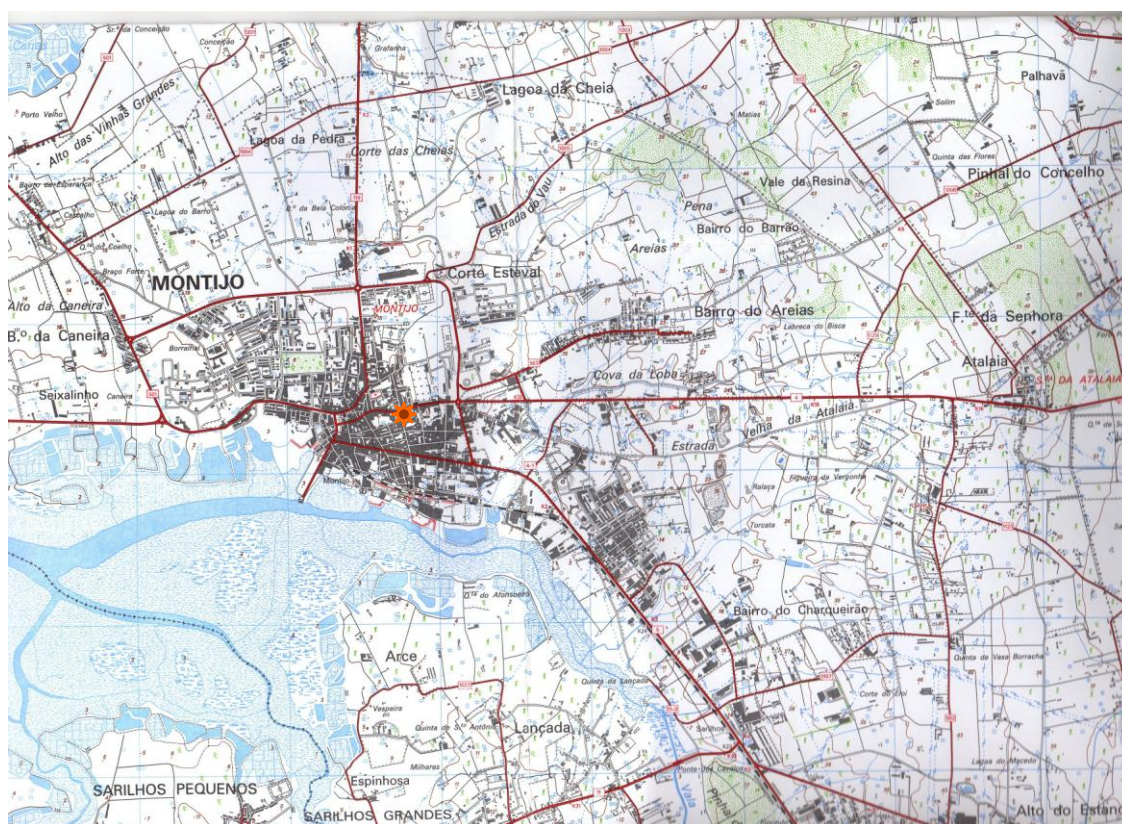
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Quarteirão formado pelas ruas Joaquim de Almeida e Luís Calado Nunes.



Cinema-Teatro Joaquim de Almeida

Fig.1 – Localização do Cinema-Teatro Joaquim de Almeida. Fonte: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Classificação Oficial – Proposta de classificação como valor municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Edifício localizado no núcleo antigo da cidade, o edifício pelas suas fachadas sóbrias, destaca-se do conjunto arquitectónico circundante.

Período Cronológico – Construção da segunda metade do século XX.

Estado de Conservação – Bom.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Fotografia do Cinema-Teatro Joaquim de Almeida – Montijo. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Fotografia do elemento escultórico existente na fachada do Cinema-Teatro Joaquim de Almeida, da autoria de José Farinha, retratando as musas do teatro. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 45 P.C.

Designação: Marco Base Aérea n.º 6 de Montijo.

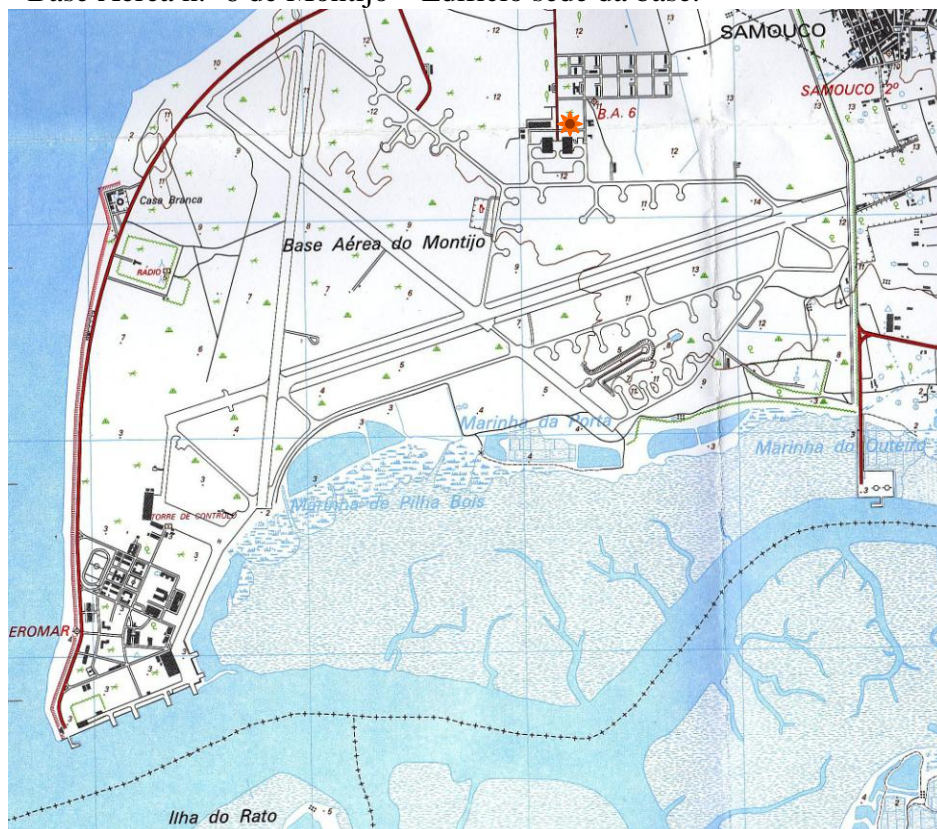
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Base Aérea n.º 6 de Montijo – Edifício sede da base.



Marco da Base Aérea n.º 6 de Montijo.

Fig.1 – Localização do Marco identificado na Base Aérea n.º 6 de Montijo, entre a Quinta Rota e a Quinta da Póvoa. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Classificação Oficial – Não tem.

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Identificado na Base Aérea n.º 6 de Montijo, entre a Quinta Rota e a Quinta da Póvoa.

Período Cronológico – Construção possivelmente do século XVI.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Base Aérea n.º 6 de Montijo.



Fig.2 – Fotografia do Marco de pedra identificado na Base Aérea n.º 6 de Montijo. Crédito fotográfico: Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

N.º 46 P.C.

Designação: Quinta Nova da Atalaia.

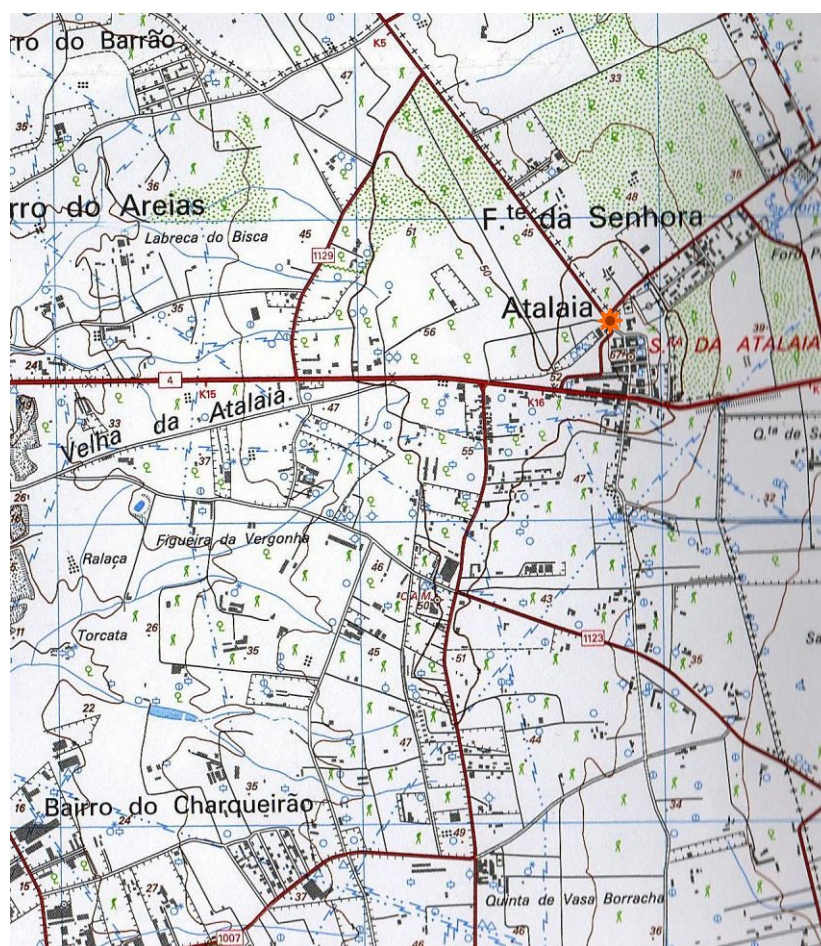
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Atalaia.

Lugar – Perímetro urbano da Atalaia (a Norte da escadaria da Igreja, junto à estrada nacional 502, que liga Atalaia a Alcochete).



Quinta Nova da Atalaia

Fig.1 – Localização da Quinta Nova da Atalaia. Fonte: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Classificação Oficial – Não tem.

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Edifício integrado no perímetro urbano da freguesia e apresenta arquitectura rural simples, composta por vários edifícios. Encontra-se junto ao Centro Histórico da freguesia.

Período Cronológico – Possível construção do século XVIII, atendendo aos vestígios de construção, contudo o documento escrito mais antigo data de 1874 e corresponde ao registo predial da mesma.

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Fotografia do Lagar de Vinho, Quinta Nova da Atalaia. Crédito fotográfico: Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

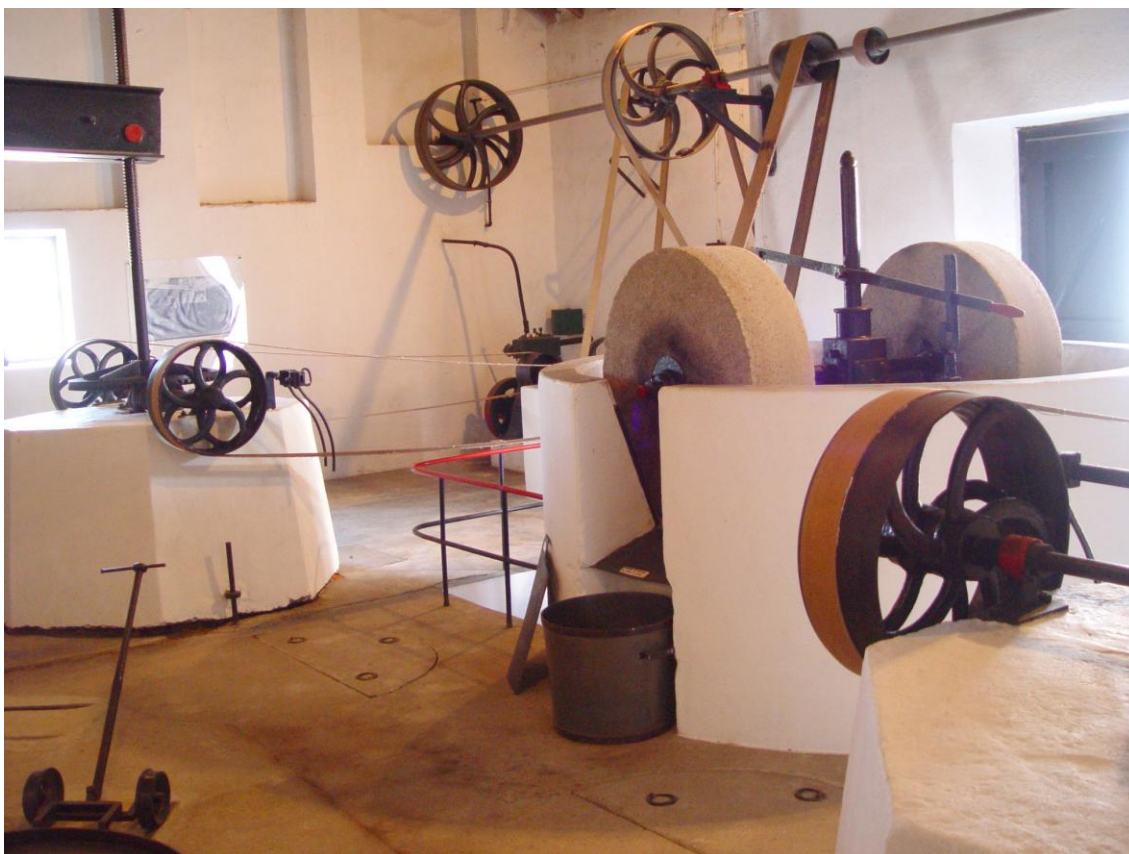


Fig.3 – Lagar de Azeite. Quinta Nova da Atalaia. Crédito fotográfico: Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.



Fig.4 – Reservas Visitáveis do Núcleo da Quinta Nova da Atalaia. Fonte: Museu Municipal de Montijo.



Fig.5 – Pomar e Horta do núcleo museológico da Quinta Nova da Atalaia. Crédito fotográfico: Museu Municipal. Câmara Municipal de Montijo.

N.º 47 P.C.

Designação: Fontanário de Pegões.

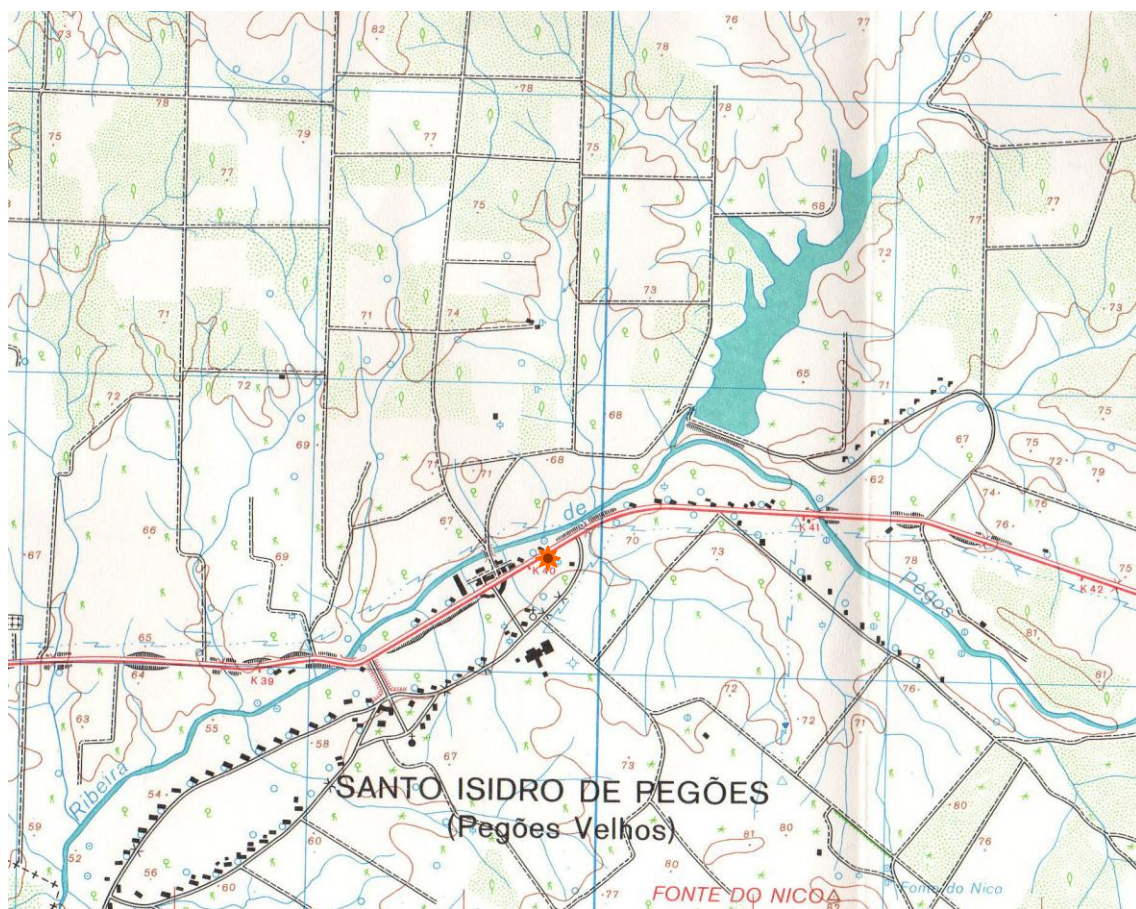
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Santo Isidro de Pegões.

Lugar – Pegões Velhos (Junto à estrada Montijo – Vendas Novas).



Fontanário de Pegões

Fig.1 – Localização do Fontanário de Pegões. Fonte cartográfica: Mapa Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 434, 1973.

Classificação Oficial – Imóvel classificado como de Valor Concelhio desde 30 de Novembro de 1993 (DIÁRIO DA RÉPUBLICA, I Série-B, n.º 280, fl.6702).

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – O monumento situa-se junto à estrada Montijo – Vendas Novas cujo traçado deve coincidir com a antiga estrada real, que ligava as mesmas localidades. Está implantado numa zona de charneca, onde existem alguns pinheiros e vegetação rasteira.

Período Cronológico – Construção do século XVIII, com posteriores remodelações no século XIX e XX.

Estado de Conservação – Bom.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.1 – Fontanário de Pegões. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.

N.º 48 P.C.

Designação: Marco de Légua – Junta de Freguesia de Santo Isidro de Pegões.

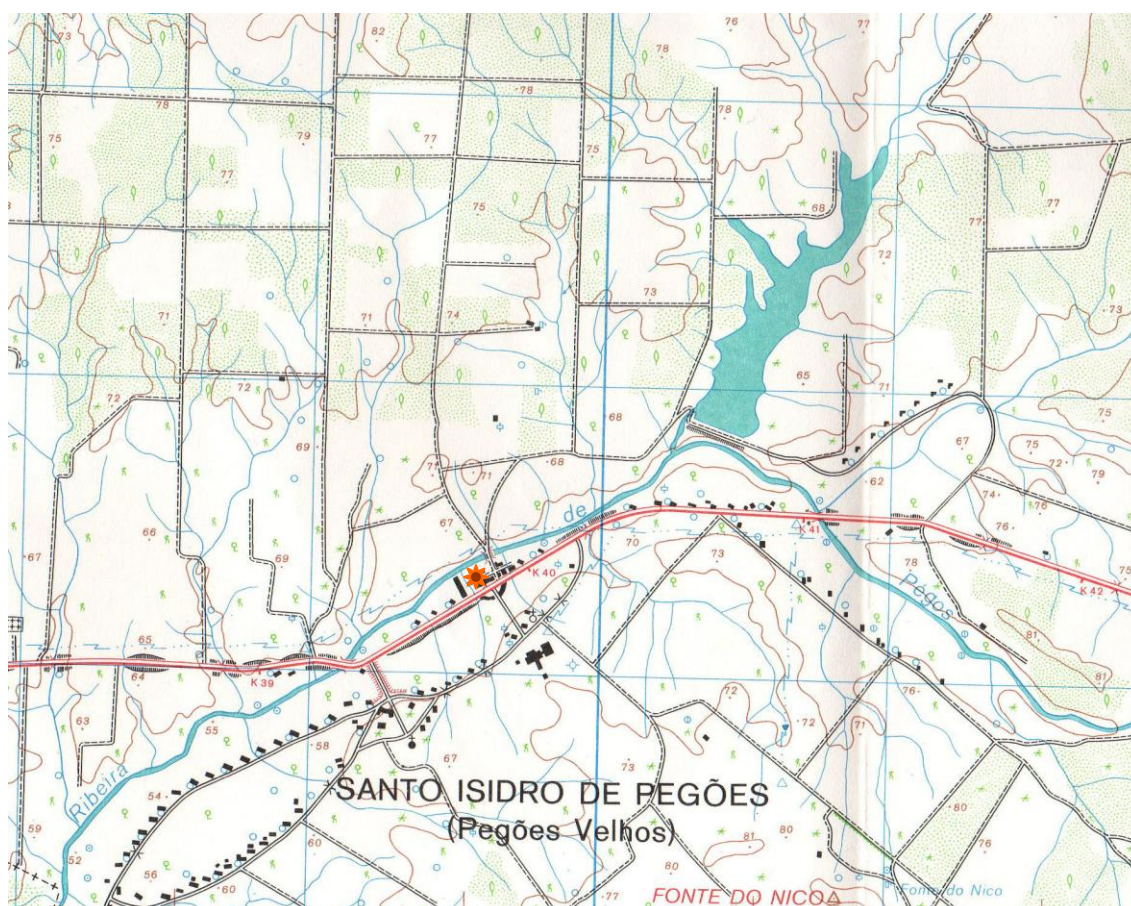
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Santo Isidro de Pegões.

Lugar – Av. Rovisco Pais em Pegões Velhos.



Marco de Légua – Junta de Freguesia de Santo Isidro de Pegões

Fig.1 – Marco de Légua n.º 5. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 434, 1973.

Classificação Oficial – Não tem.

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Este monumento estava implantado junto à estrada real e assinalava a 5.^a légua do percurso que ligava Montijo a Vendas Novas. Foi removido e colocado no exterior do edifício da Junta de Freguesia de Pegões.

Período Cronológico – Construção do século XVIII

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Junta de Freguesia de Santo Isidro de Pegões.



Fig.2 – Fotografia do Marco de Léguas que assinalava a léguas n.º 5 da estrada que ligava o Montijo a Vendas Novas.

N.º 49 P.C.

Designação: Moradia Familiar Piteira.

Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Canha.

Lugar – Rua do Castelo.

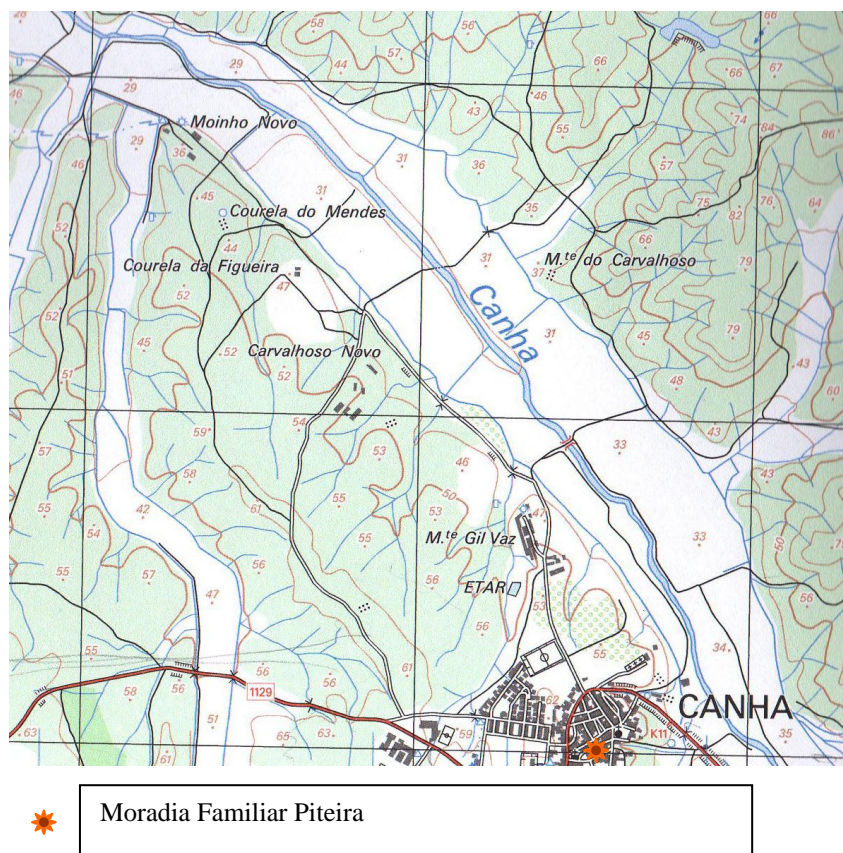


Fig.1 – Localização da Moradia Familiar Piteira. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal na escala de 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Classificação Oficial – Não tem.

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Edifício integrado na malha urbana da cidade de Montijo que se distingue das restantes construções pela sua beleza

arquitectónica e aspecto pitoresco. Possui fachada principal virada para a Rua do Castelo.

Período Cronológico – Construção do século XX.

Estado de Conservação – Bom.

Propriedade – Particular.



Fig.2 – Fotografia da moradia familiar Piteira. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.



Fig.3 – Fachada lateral da mesma moradia. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.

N.º 50 P.C.

Designação: Edifício do Quartel-General da G.N.R de Canha.

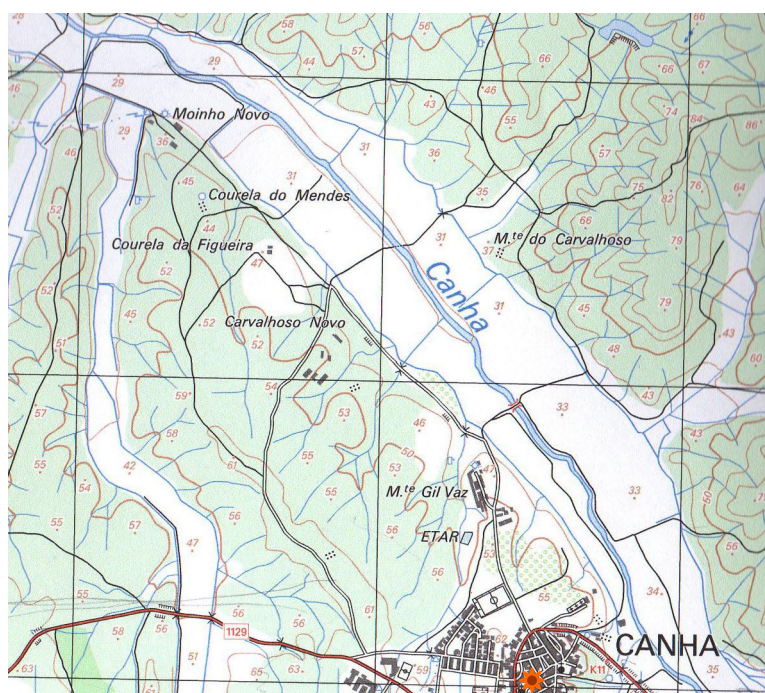
Localização:

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Canha.

Lugar – Rua do Movimento das Forças Armadas, Canha.



Edifício do Quartel-General da Guarda Nacional Republicana de Canha.

Fig.1 – Localização do Edifício da G.N.R. de Canha. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal na escala de 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Classificação Oficial – Não tem.

Tipologia – Arquitectura Civil.

Enquadramento Urbano e Paisagístico – Edifício integrado na malha urbana da cidade de Montijo que se distingue das restantes construções pela sua monumentalidade.

Período Cronológico – Construção do século XVII (?).

Estado de Conservação – Razoável.

Propriedade – Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Edifício do Quartel-General da G.N.R de Canha, antigo edifício dos Paços do Concelho de Canha. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.



Fig.3 – Fotografia do Pormenor do arco sineiro com um brasão real de Portugal. Crédito fotográfico: Silvério Figueiredo.

ANEXOS II – C

PATRIMÓNIO INDUSTRIAL

Fichas de Inventário

N.º 51 P.I.

Designação: Moinho da Lançada.

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Sarilhos Grandes.

Lugar – Acesso pela Estrada Velha da Lançada.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-71195,06; Y-108428,72.

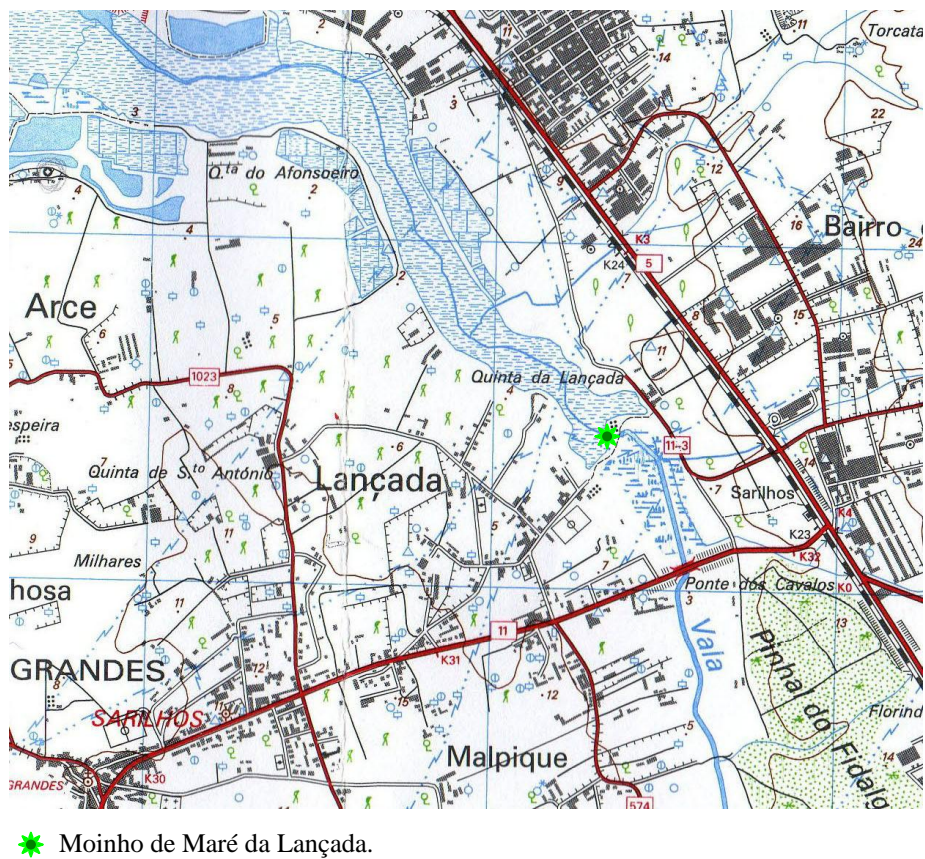


Fig.1 – Localização do Moinho de Maré da Lançada. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Moinho de Maré.

Classificação: Proposta de classificação como valor municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Cronologia: Medieval.

Estado de Conservação: Mau.

Factores de Degradação: Erosão Fluvial e vegetação indígena.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: Rectangular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.



Fig.2 – Moinho de Maré da Lançada em ruínas. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Interior do Moinho da Lançada. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Parede da fachada do Moinho de Maré da Lançada, visível ainda a porta principal de acesso em cantaria. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 52 P.I.

Designação: Moinho das Assentas.

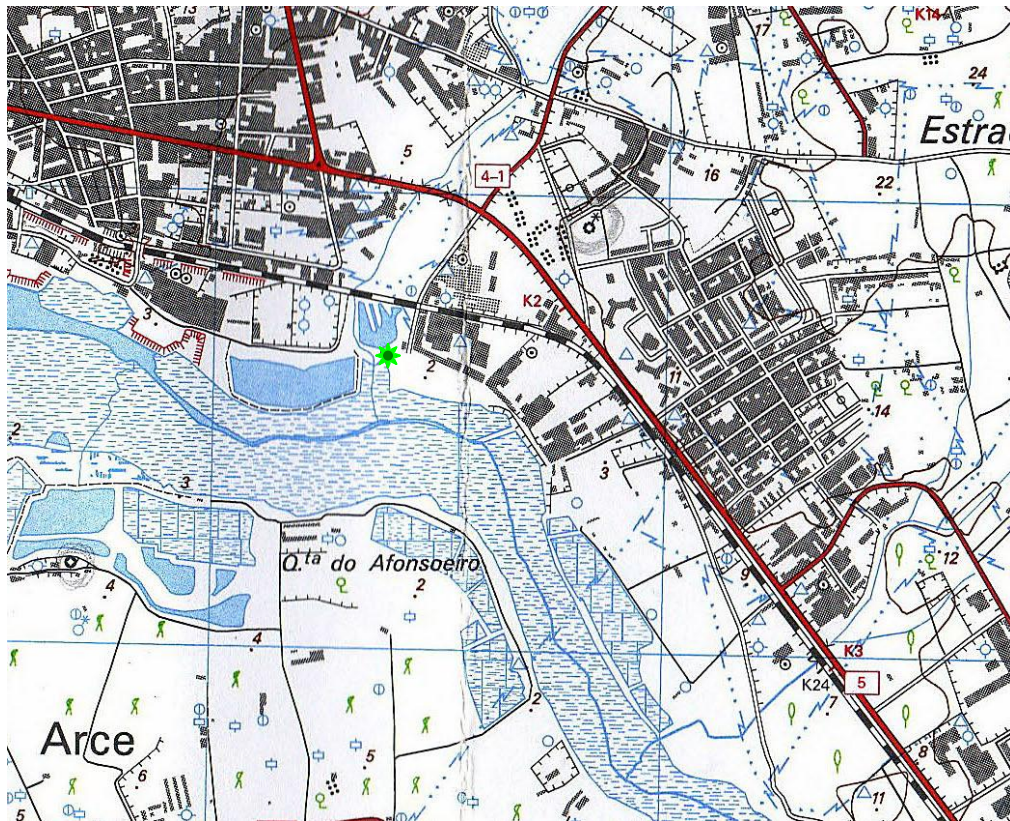
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Afonsoeiro.

Lugar – Marginal Sul, acesso pela Alameda do Pocinho das Nascentes.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-72164,23; Y-107224,15.



* Moinho de Maré das Assentas ou da Mundet.

Fig.1 – Localização do Moinho de Maré das Assentas. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Moinho de Maré.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Moderno.

Estado de Conservação: Mau (ruínas).

Factores de Degradação: Erosão Fluvial e vegetação indígena.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: Rectangular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Câmara Municipal de Montijo.

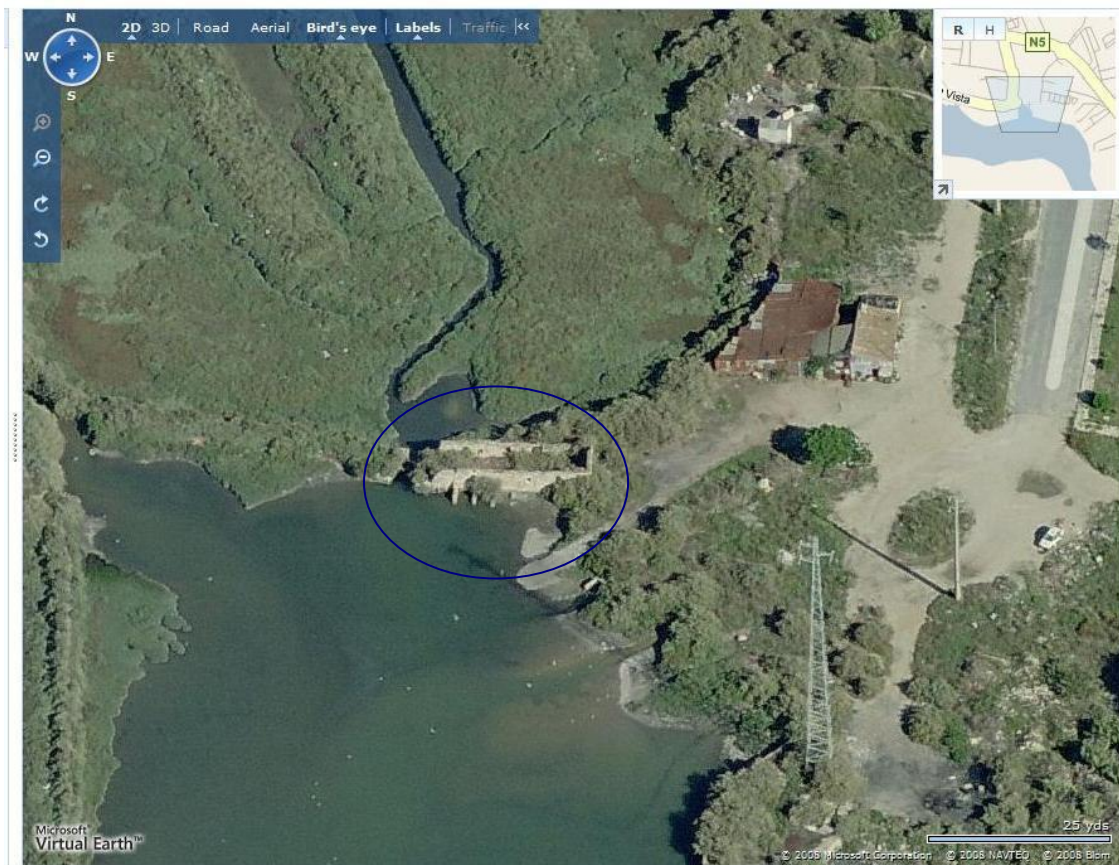


Fig.2 – Fotografia aérea do local. Moinho de Maré das Assentas. Crédito fotográfico: www.earth.google.com¹.

¹ Consulta efectuada a 14 de Junho de 2008, às 14h00.

N.º 53 P.I.

Designação: Moinho do Cais.

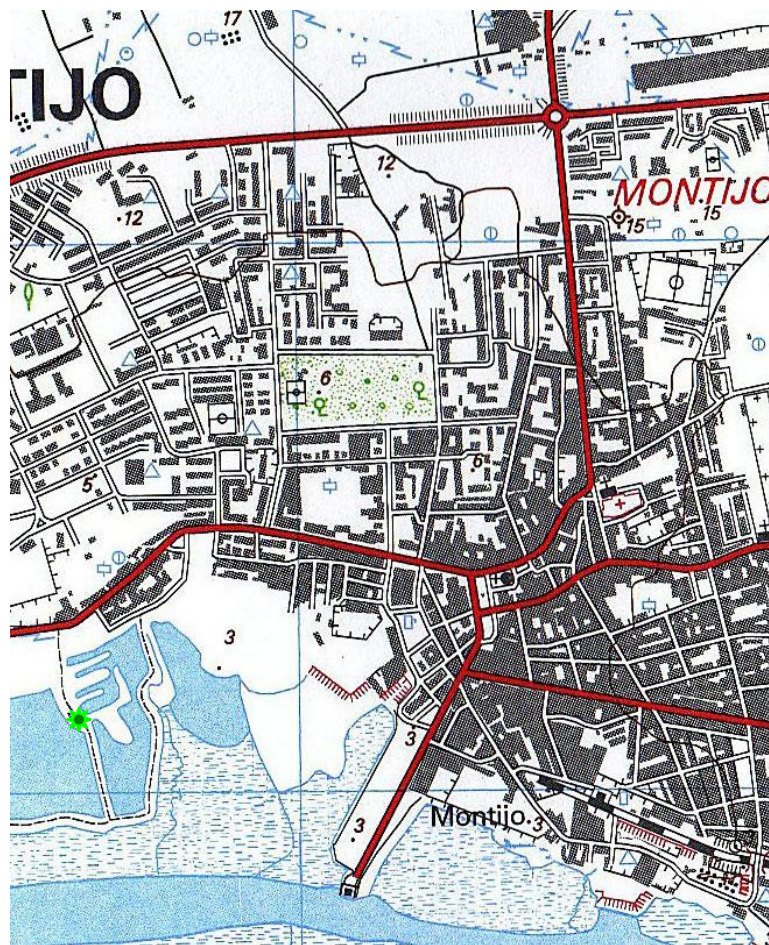
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – *Zona Ribeirinha* de Montijo (passeio ribeirinho).

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-74254,49; Y-106495,98.



* Moinho de Maré do Cais.

Fig.1 – Localização do Moinho de Maré Cais. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Moinho de Maré.

Classificação: Proposta de classificação como valor municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Cronologia: Moderno.

Estado de Conservação: Bom.

Factores de Degradação: Erosão Fluvial.

Planta: Rectangular.

Função das Estruturas: Produção.

Previsão de Destino: Musealização.

Propriedade: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Moinho de Maré do Cais antes da recuperação. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.3 – Moinho do Cais recuperado e musealizado. Crédito fotográfico: Leonor Silva.



Fig.4 – Interior do Moinho do Cais. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 54 P.I.

Designação: Moinho do Cabo.

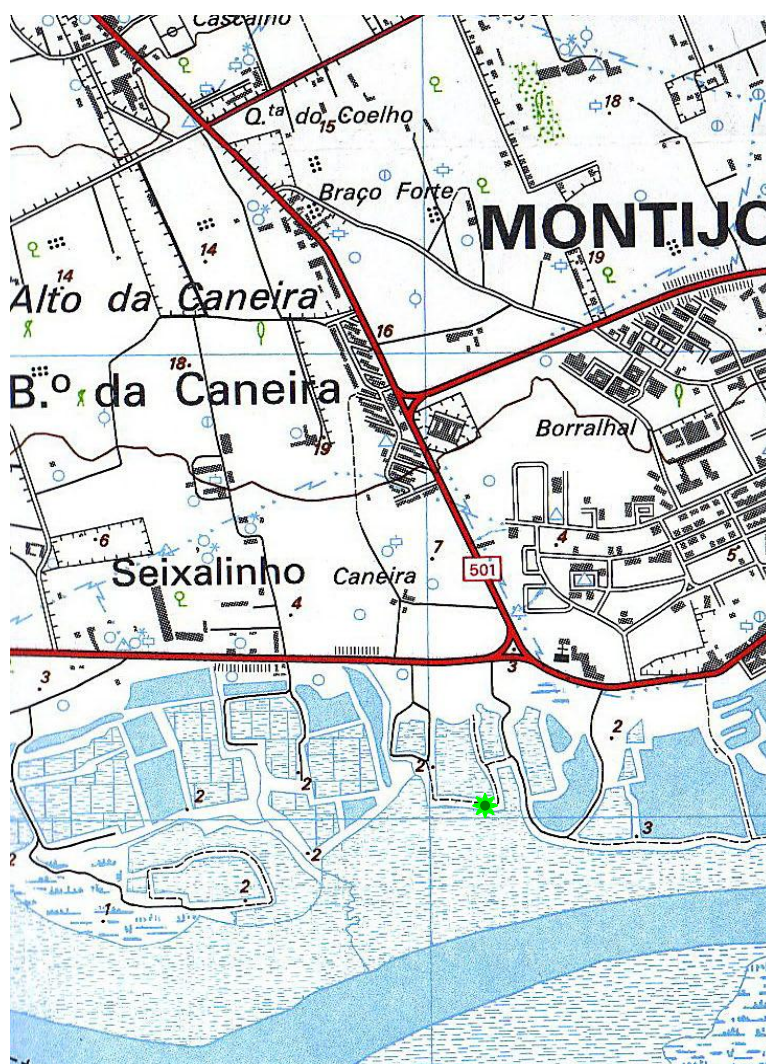
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Zona Ribeirinha, nos esteiros em frente à Quinta do Saldanha (de difícil acesso).

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-74309,92; Y-106881,69.



★ Moinho de Maré do Cabo.

Fig.1 – Localização do Moinho de Maré do Cais. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, fl.432, 1992.

Tipologia: Moinho de Maré.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Moderno.

Estado de Conservação: Mau (vestígios).

Factores de Degradação: Erosão Fluvial.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: Rectangular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Câmara Municipal de Montijo.

N.º 55 P.I.

Designação: Moinho do Meio.

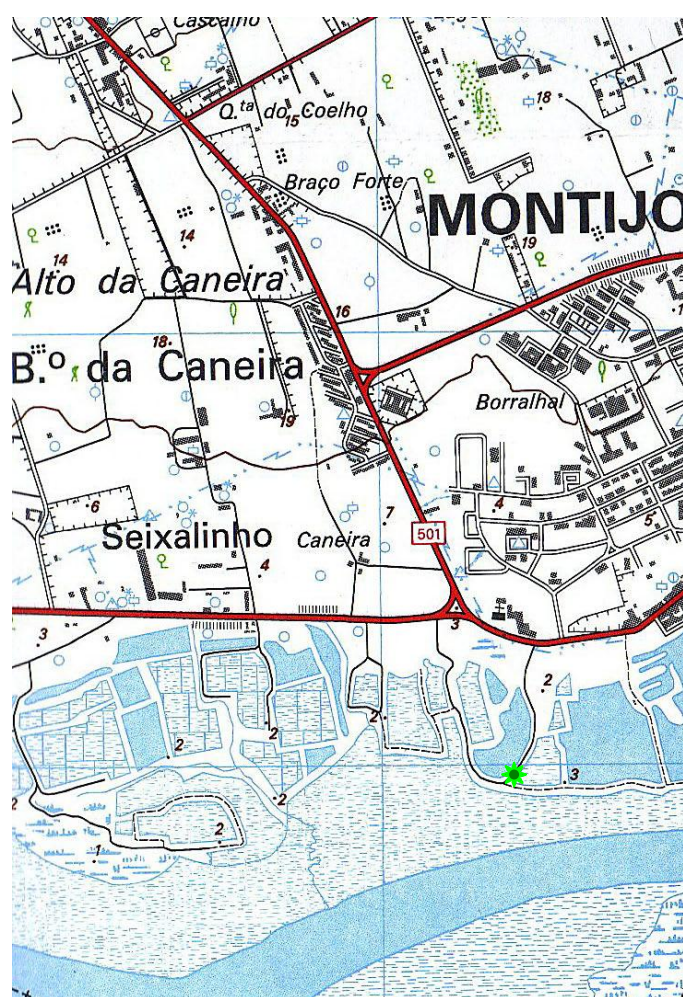
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Zona Ribeirinha (difícil acesso).

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-73895,51; Y-106897,66.



★ Moinho de Maré do Meio.

Fig.1 – Localização do Moinho de Maré do Meio. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Moinho de Maré.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Moderno.

Estado de Conservação: Mau (ruína, ainda possui os alicerces de fundação).

Factores de Degradação: Erosão Fluvial.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: Rectangular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Estruturas do Moinho de Maré do Meio. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



----- Trajectória para percepção dos alicerces dos infernos do moinho.

Fig.3 – Moinho de Maré do Meio em ruínas. Estruturas dos arcos dos infernos ainda possíveis de observar. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Estruturas da fachada posterior do Moinho do Meio. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 56 P.I.

Designação: Moinho de Água de Rodízio Novo.

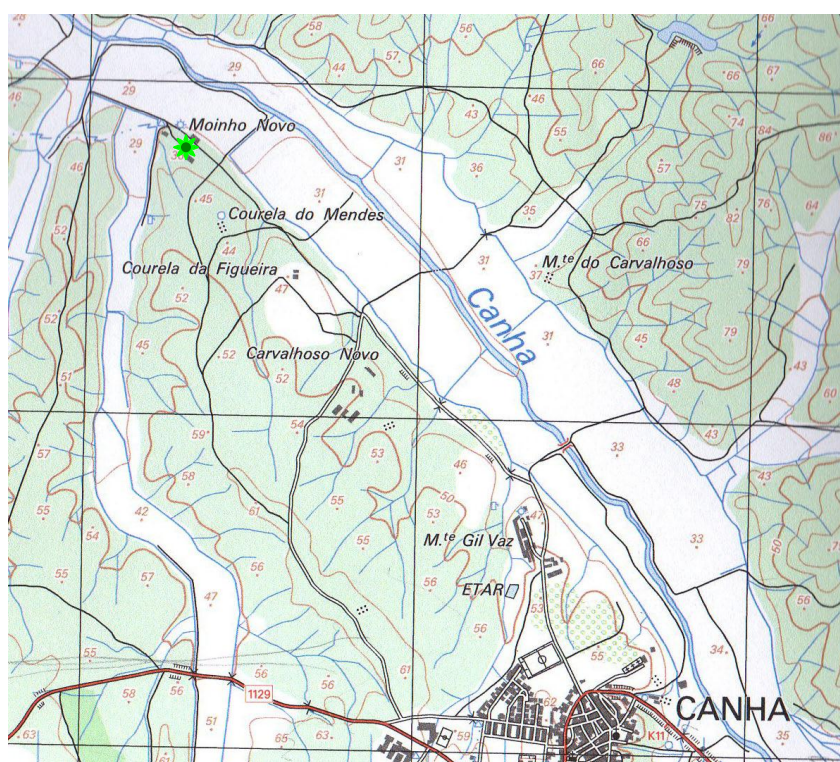
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Canha.

Lugar – Herdade do Moinho Novo – Canha.

Localização: CMP n.º 420; Coordenadas UTM: X-44043,72; Y-980056,61.



★ Moinho de Água de Rodízio Novo.

Fig.1 – Localização do Moinho Novo. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Tipologia: Moinho de Água de Rodízio.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Moderno.

Estado de Conservação: Mau.

Factores de Degradação: Assoreamento fluvial.

Planta: Rectangular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.



Fig.2 – Fachada do Moinho Novo. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Estruturas da caldeira, já quase assoreada. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Dois infernos do moinho, onde se localizavam os rodízios. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.5 – Exterior do Moinho. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 57 P.I.

Designação: Moinho de Água de Rodízio do Paço.

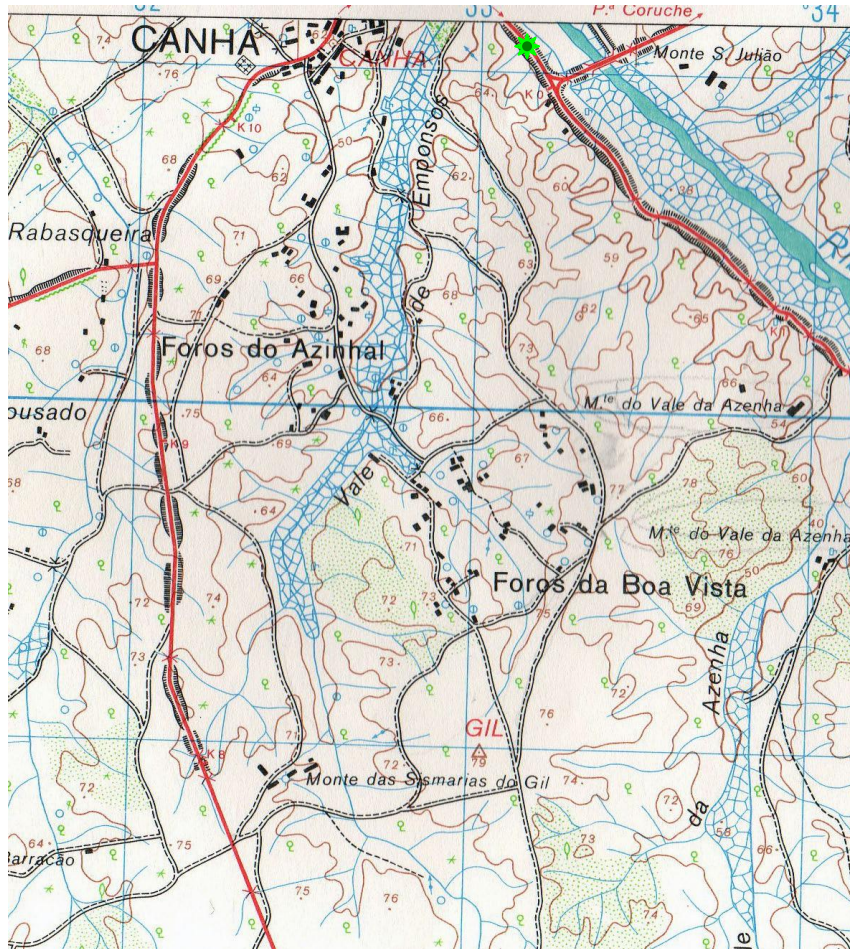
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Canha.

Lugar – Á saída da vila de Canha no lado esquerdo da estrada municipal que liga Canha a Vendas Novas.

Localização: CMP n.º 434; Coordenadas UTM: X-42454,23; Y-99908,14.



★ Moinho de Água de Rodízio do Paço.

Fig.1 – Localização do Moinho do Paço. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, fl.434, 1973.

Tipologia: Moinho de Água de Rodízio.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Moderno.

Estado de Conservação: Mau.

Factores de Degradação: Assoreamento fluvial e vegetação indígena.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: Rectangular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.



Fig.2 – Moinho do Paço. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



-----Estruturas da represa.

Fig.3 – Moinho do Paço estruturas da represa. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Moinho do Paço fortemente ameaçado com vegetação indígena. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 58 P.I.

Designação: Moinho de água do Escatelar.

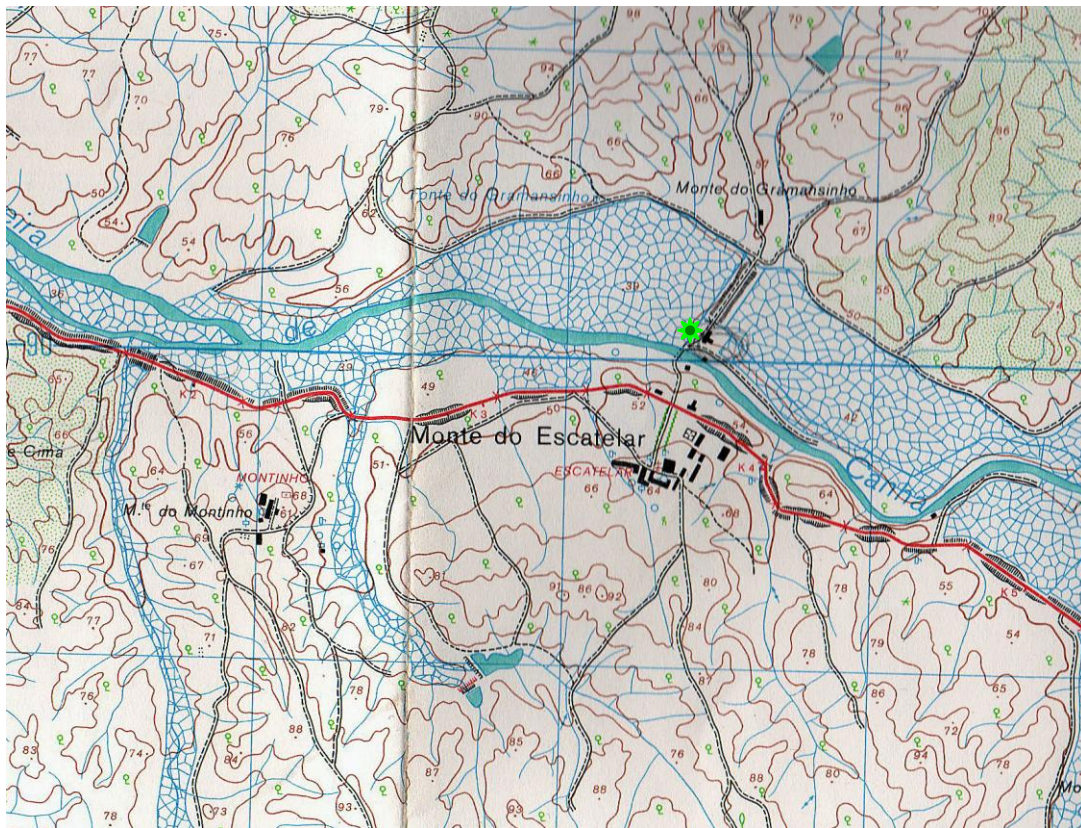
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Canha.

Lugar – Herdade do Escatelar – na margem esquerda da Ribeira de Canha no sentido Canha Vendas Novas.

Localização: CMP n.º 434; Coordenadas UTM: X-39004,70; Y-101109,49.



★ Moinho do Escatelar.

Fig.1 – Localização do Moinho do Escatelar. Fonte cartográfica: Carta Militar 1:25000, folha n.º 434, 1973.

Tipologia: Moinho de água (não foi possível apurar a sua tipologia uma vez que o acesso ao seu interior é difícil, moinho em risco de ruína).

Classificação: Não tem.

Cronologia: Moderno (?).

Estado de Conservação: Mau.

Factores de Degradação: Assoreamento fluvial e vegetação indígena.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: Rectangular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.



Fig.2 – Moinho de Água do Escatelar. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Mós existentes no exterior do moinho. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 59 P.I.

Designação: Moinho de água da Abegoaria.

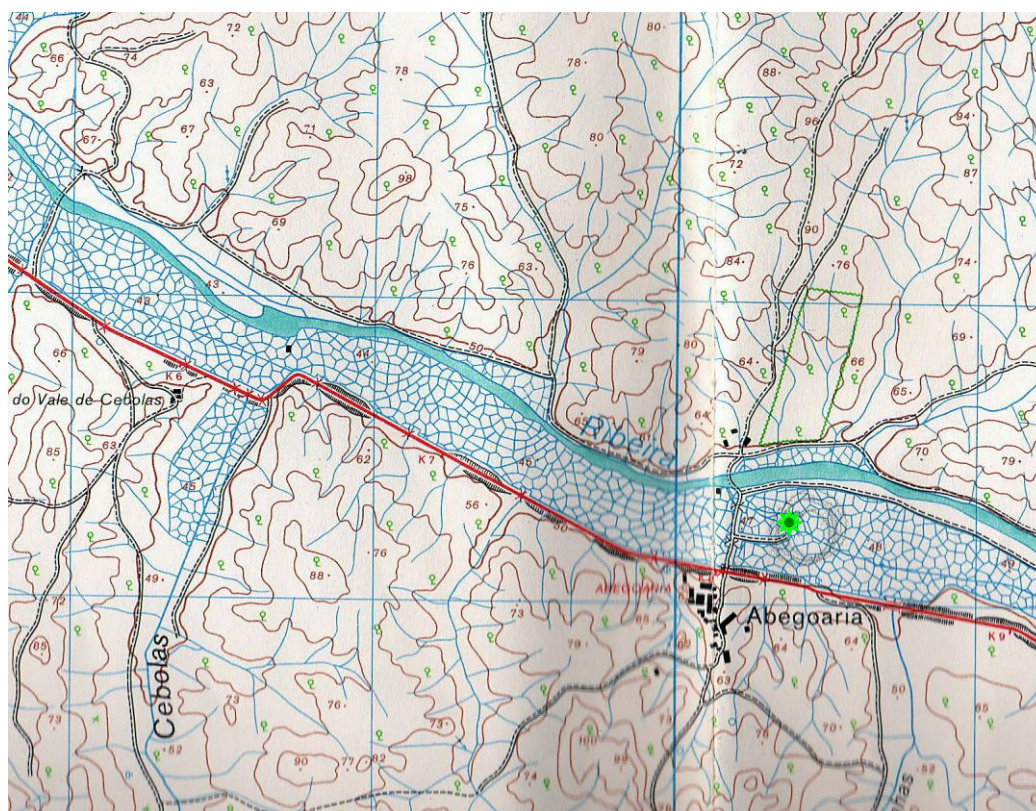
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Canha.

Lugar – Abegoaria – Canha.

Localização: CMP n.º 434; Coordenadas UTM: X-35089,47; Y-102977,85.



★ Moinho de Água da Abegoaria.

Fig.1 – Localização do sítio onde existia o Moinho de Água da Abegoaria. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 434, 1973.

Tipologia: Moinho de água (?).

Classificação: Não tem.

Cronologia: Moderno (?).

Estado de Conservação: Mau (destruído apresenta alguns vestígios das estruturas e alguns elementos de moagem, visível ainda em cartografia em 1973).

Factores de Degradação: Assoreamento fluvial.

Previsão de Destino: Destruição.

Planta: Rectangular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.



Fig.2 – Restos de estruturas do Moinho da Abegoaria, destruído possivelmente nos anos 80 do século XX. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Mós do Moinho da Abegoaria. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 60 P.I.

Designação: Moinho de Vento do Esteval

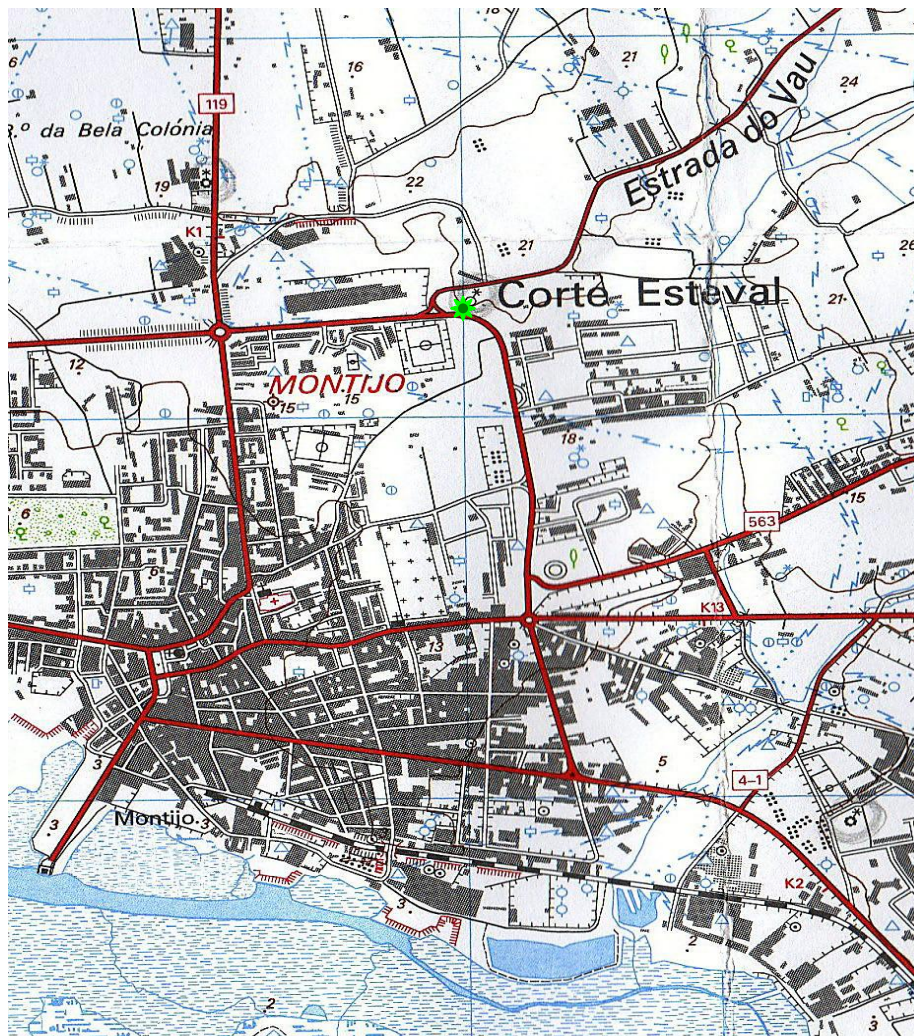
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Rua do Moinho – Urbanização do Moinho Velho.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-72510,01; Y-105564,54.



★ Moinho de Vento do Esteval.

Fig.1 – Localização do Moinho de Vento do Esteval. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folha n.º432, 1992.

Tipologia: Moinho de vento.

Classificação: Proposta de classificação como valor municipal aprovada pela Câmara Municipal (JORNAL DO MONTIJO, 29 de Agosto de 2008).

Cronologia: Contemporâneo.

Estado de Conservação: Bom.

Factores de Degradação: Não tem.

Previsão de Destino: Musealização.

Planta: Circular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Moinho de Vento do Esteval. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Piso superior onde está o aparelho motor interno do Moinho de Vento do Esteval. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.4 – Registo azulejar existente sobre a porta do Moinho de Vento do Esteval, alusivo a Nossa Senhora da Atalaia. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 61 P.I.

Designação: Moinho de vento do Alto das Barreiras.

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Estrada Nacional 119 em direcção a Alcochete.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-73071,10; Y-105248,12.



★ Moinho de Vento do Alto das Barreiras.

Fig.1 – Localização do Moinho de Vento do Alto das Barreiras. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Moinho de vento.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Contemporâneo.

Estado de Conservação: Mau.

Factores de Degradação: Vandalismo.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: Circular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.



Fig.1 – Moinho de Vento do Alto das Barreiras. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Interior do Moinho do Alto das Barreiras. Piso térreo. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 62 P.I.

Designação: Moinho de Vento do Alto das Barreiras 2.

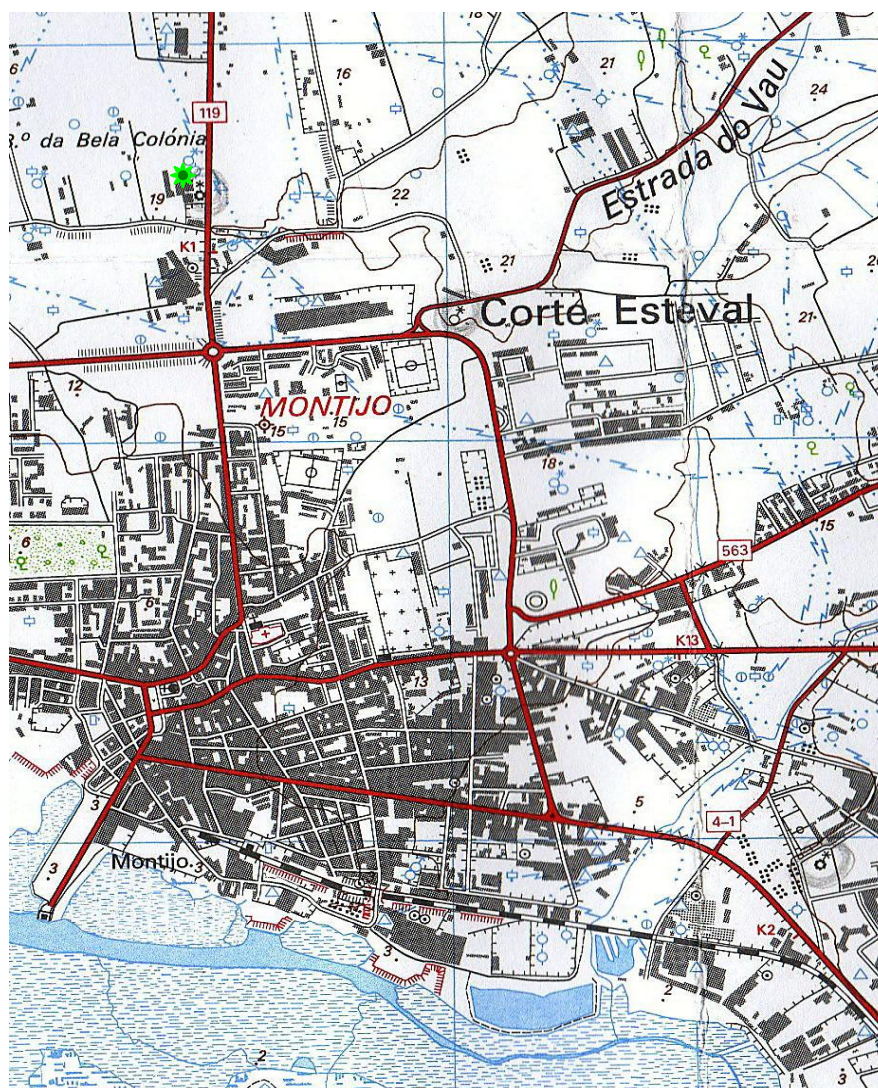
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Estrada Nacional 119 em direcção a Alcochete.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-73074,36; Y-105156,78.



★ Moinho de Vento Alto das Barreiras 2.

Fig.1 – Localização do Moinho de Vento Alto das Barreiras 2. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Moinho de vento.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Contemporâneo.

Estado de Conservação: Mau.

Factores de Degradação: Vandalismo e vegetação indígena.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: Circular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.



Fig.2 – Moinho do Alto das Barreiras 2. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

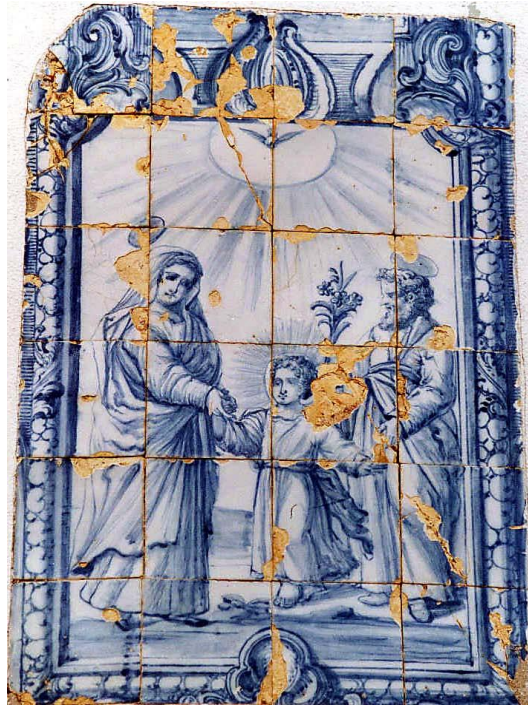


Fig.3 – Registo azulejar representando a Sagrada Família. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 63 P.I.

Designação: Moinho de Vento da Bela Vista.

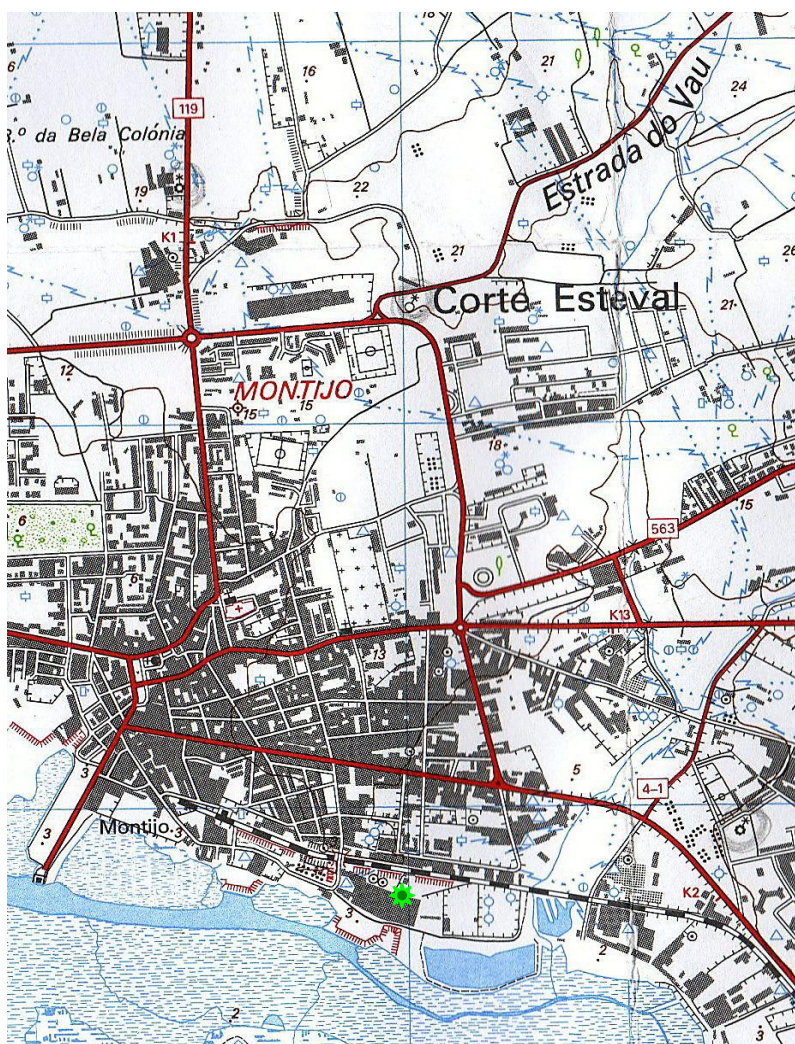
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Rua da Bela Vista, junto ao complexo de fornos de cal.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-72912,85; Y-106944,83.



★ Moinho de Vento da Bela Vista.

Fig.1 – Localização do Moinho da Bela Vista. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º432, 1992.

Tipologia: Moinho de vento.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Moderno (?).

Estado de Conservação: Mau (apresenta apenas metade da estrutura).

Factores de Degradação: Vegetação indígena.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: Circular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Câmara Municipal de Montijo.



Fig.2 – Estrutura da torre do Moinho de Vento da Bela Vista. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Outra perspectiva da mesma estrutura, onde se observa o aparelho construtivo do moinho. Crédito fotográfico: Lílíana Campeão dos Santos.

N.º 64 P.I.

Designação: Moinho de Vento do Afonsoeiro.

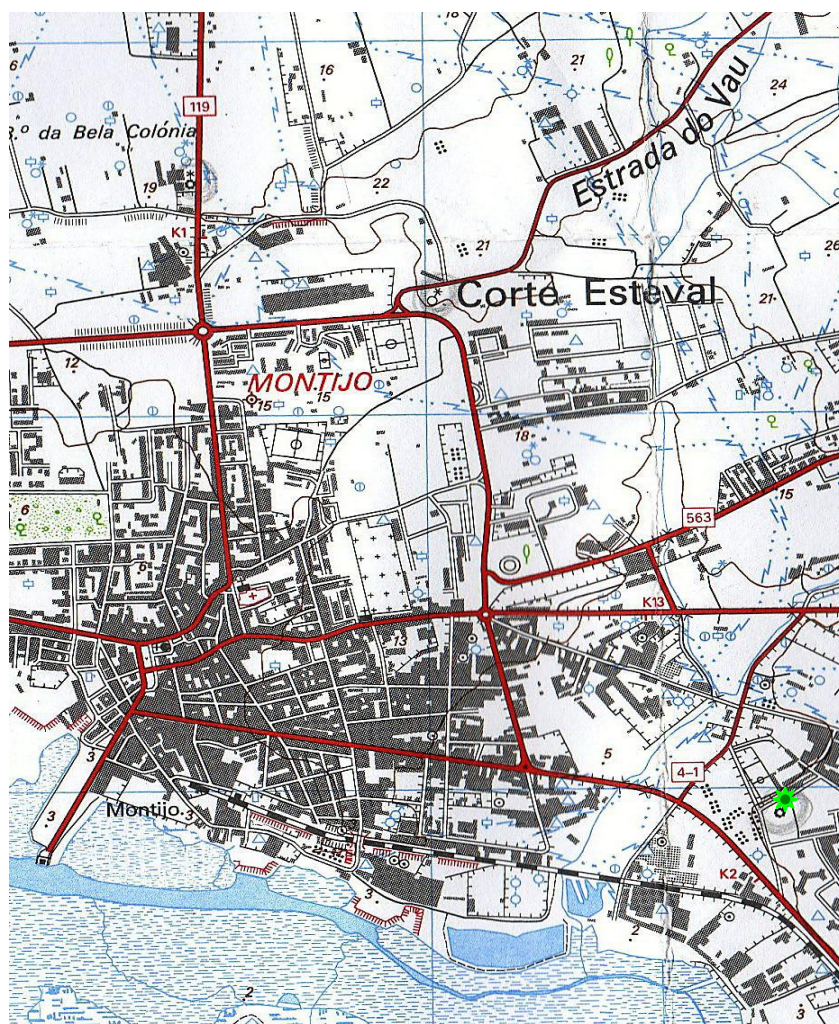
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Afonsoeiro.

Lugar – Rua Vasco da Gama.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-71712,98; Y-106944,83.



★ Moinho de Vento do Afonsoeiro.

Fig.1 – Localização do Moinho de Vento do Afonsoeiro. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Moinho de vento.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Contemporâneo.

Estado de Conservação: Mau.

Factores de Degradação: Vandalismo.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: Circular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.



Fig.2 – Moinho do Afonsoeiro. Crédito fotográfico: António Silva.

N.º 65 P.I.

Designação: Moinho de Vento do Arce.

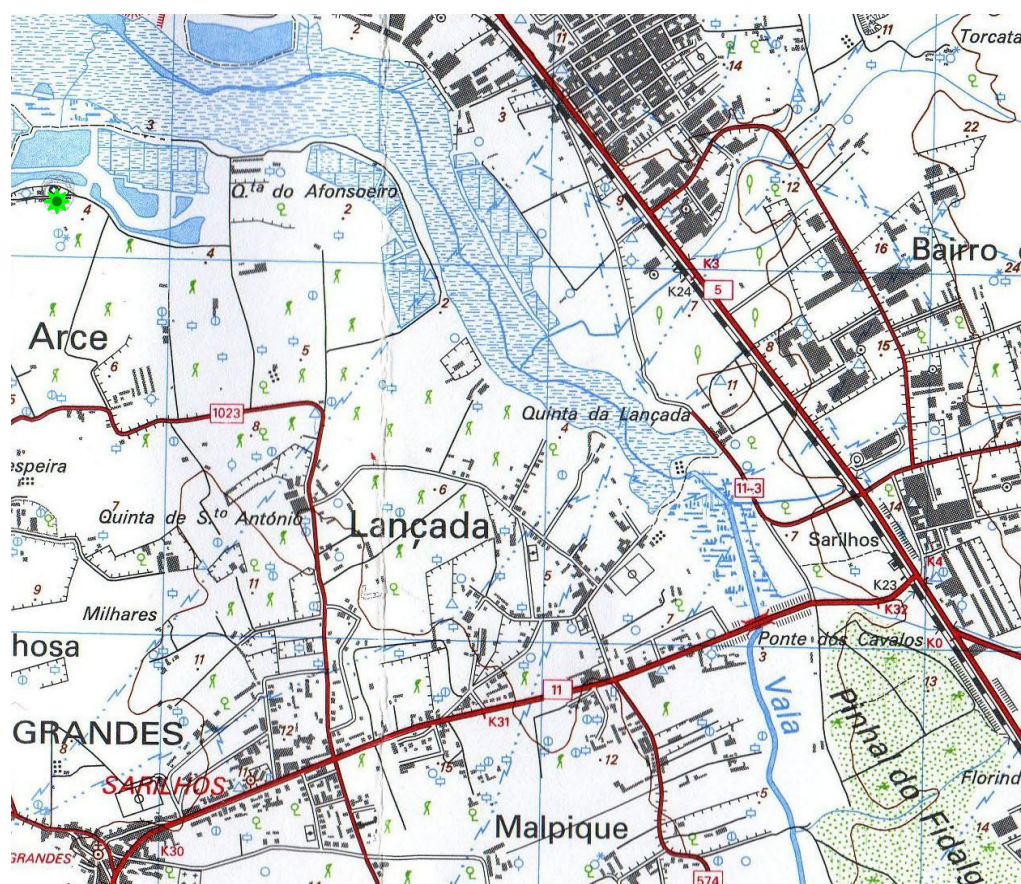
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Sarilhos Grandes.

Lugar – Arce, perto da Quinta do Afonsoeiro.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-72852,08; Y-107692,16.



★ Moinho de Vento do Arce.

Fig.1 – Localização do Moinho de Vento do Arce. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Moinho de vento.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Contemporâneo.

Estado de Conservação: Mau.

Factores de Degradação: Vandalismo.

Previsão de Destino: Reutilização (torre).

Planta: Circular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.



Fig.2 – Moinho de Vento do Arce. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 66 P.I.²

Designação: Moinho de Vento da Madeira.

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Canha.

Lugar – Moinho da Madeira - Canha

Localização: CMP n.º 420; Coordenadas UTM: X-970567,53; Y-456989,30.



★ Moinho de Vento da Madeira.

Fig.1 – Localização do Moinho de Vento da Madeira. Fonte Cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 420, 2006.

Tipologia: Moinho de vento.

² ERRATA: Rectificação do n.º de Inventário de N.º 16 para N.º 66 P.I.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Contemporâneo.

Estado de Conservação: Bom.

Factores de Degradação: Construção descaracterizada.

Previsão de Destino: Reutilização (estrutura integrada na arquitectura da casa do proprietário).

Planta: Circular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.



Fig.2 – Moinho da Madeira. Fotografia cedida gentilmente por Maria Silva.

N.º 67 P.I.

Designação: Complexo de Fornos da Bela Vista.

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Montijo.

Lugar – Rua da Bela Vista.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-72949,05; Y-106951,30.



★ Complexo de três fornos de cal da Bela Vista.

Fig.1 – Localização do complexo de fornos da Bela Vista. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Fornos de Cal.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Moderno.

Estado de Conservação: Mau.

Factores de Degradação: Vegetação indígena.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: Rectangular.

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.



Fig.2 – Fachada de um dos fornos de cal, único do complexo ainda visível. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.3 – Fachada lateral do forno e rampa de acesso ao topo do mesmo. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.



Fig.5 – Vista geral do complexo de três fornos, que se estendem à direita do único forno de cal com estruturas visíveis. Crédito fotográfico: Liliana Campeão dos Santos.

N.º 68 P.I.

Designação: Forno de cal (?) da Lançada.

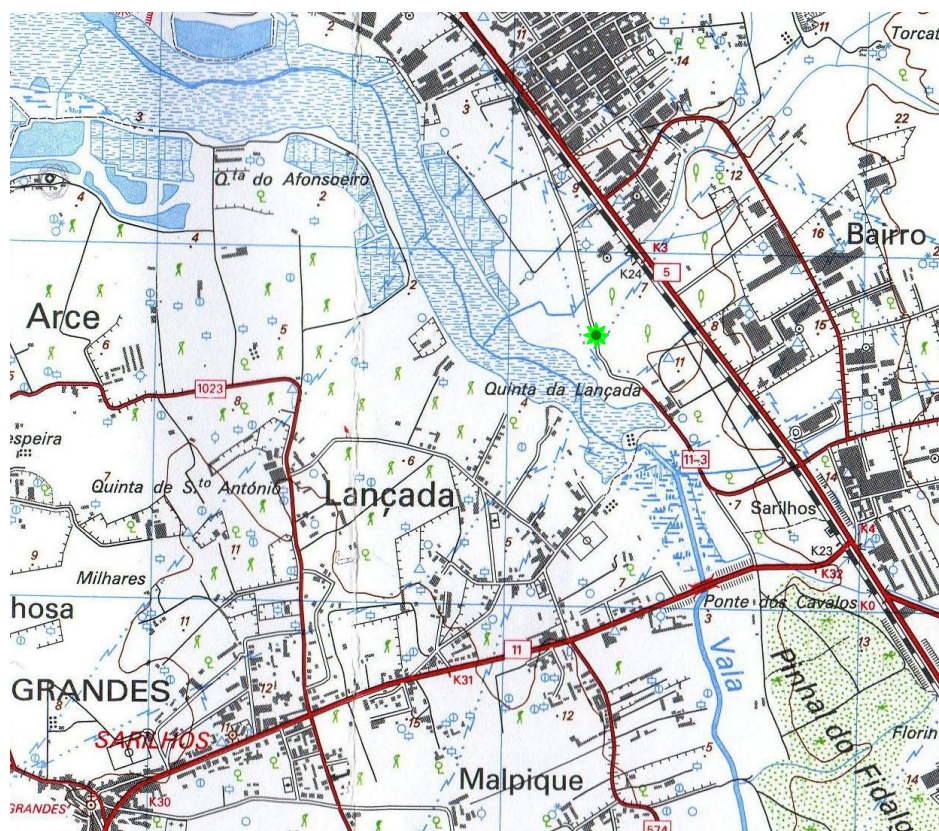
Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Sarilhos Grandes.

Lugar – Estrada Velha da Lançada.

Localização: CMP n.º 432; Coordenadas UTM: X-71255,28; Y-108186,07.



★ Forno da Lançada.

Fig.1 – Localização do forno da Lançada. Fonte cartográfica: Carta Militar de Portugal escala de 1:25000, folha n.º 432, 1992.

Tipologia: Fornos de Cal (?). A estrutura está completamente coberta por vegetação, não sendo possível observar que tipo de forno se trata.

Classificação: Não tem.

Cronologia: Moderno.

Estado de Conservação: Mau.

Factores de Degradação: Vegetação indígena.

Previsão de Destino: Abandono.

Planta: (?).

Função das Estruturas: Produção.

Propriedade: Privada.

ANEXO III – D

PATRIMÓNIO NATURAL

Fichas de Inventário

N.º 69 P.N.

Designação: Pinheiro Manso Centenário – Pinhal das Sesmarias.

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Pegões.

Lugar – Pegões-Gare – Pinhal das Sesmarias.

Tipologia: Pinheiro Manso.

Classificação: Interesse Público.

Estado de Conservação: Bom.



Fig.2 – Pinhal das Sesmarias. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.

N.º 69 P.N.

Designação: Sobreiro Multissecular da Herdade Vale da Balça.

Distrito – Setúbal.

Concelho – Montijo.

Freguesia – Canha.

Lugar – Herdade Vale da Balça – Canha.

Acesso – Junto à estrada que liga Canha a Vendas Novas.

Tipologia: Sobreiro.

Classificação: Interesse Público.

Estado de Conservação: Bom.



Fig.1 – Sobreiro Canha. Crédito fotográfico: Câmara Municipal de Montijo.